

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ALONSO CARLOS ARTUR

**GREVES DO PROFESSORADO ANGOLANO 2017-2024: UMA ESCUTA
DOS SEUS SUJEITOS**

PORTO ALEGRE

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ALONSO CARLOS ARTUR

**GREVES DO PROFESSORADO ANGOLANO 2017-2024: UMA ESCUTA
DOS SEUS SUJEITOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão de Processos Educacionais

Orientadora: Profa. Dra. Elisabete Zardo Búrigo

PORTO ALEGRE

2024

**GREVES DO PROFESSORADO ANGOLANO 2017-2024: UMA ESCUTA
DOS SEUS SUJEITOS.**

ALONSO CARLOS ARTUR

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elisabete Zardo Búrigo – orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Profa. Dra. Neusa Chaves Batista
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Fernando Jorge Pina Tavares
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira -UNILAB

Prof. Dr. Leandro Pinheiro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

CIP - Catalogação na Publicação

ARTUR, Alonso Carlos

GREVES DO PROFESSORADO ANGOLANO 2017-2024: UMA
ESCUTA DOS SEUS SUJEITOS / Alonso Carlos Artur. --
2024.
175 f.

Orientador: Elisabete Zardo Burigo

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Introdução. 2. Aspectos metodológicos da pesquisa. 3.
contexto histórico, sociopolítico e educacional de Angola. 4.
Greves, seus desdobramentos e o trabalho docente em Angola.
I. Zardo Burigo, Elisabete, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha
Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTO

Caminhar sem olhar para trás é uma das formas mais perigosas que existe de marcar passos, por esta razão, não podia estar a dar esse passo importante para a minha formação sem agradecer às pessoas que desde sempre se envolveram neste processo, quer seja de forma direta ou indireta. Assim, sinto-me obrigado, antes de qualquer coisa, a enumerar todos aqueles e aquelas que de forma singela sempre seguraram em minhas mãos e orientaram-me em relação a que caminho seguir. Porém, não poderei citá-los nominalmente, mas farei o esforço de poder mesmo que de forma indireta mencionar todos e todas que sempre acreditaram em mim e no meu sonho de ser doutor.

Primeiramente agradeço a Deus pelo fôlego da vida e tudo que ele tem proporcionado na minha vida, agradeço também à minha esposa e irmãos que sempre me incentivaram a não desistir de tudo, apesar das várias frustrações neste caminho que vêm marcando o meu trajeto formativo. Agradeço igualmente a minha orientadora Elisabete Zardo Búrigo, pela coragem em aceitar-me como orientando mesmo não tendo familiaridade com o contexto que estou pesquisando que é Angola. E mesmo assim, durante todo este período a mesma tem sido positivamente uma excelente orientadora.

Agradeço, ainda, a todas as pessoas que sempre estiveram ao meu lado dando força para não parar, aconselhando-me em ser firme nas escolhas que faço, pessoas que me ensinaram a dar tudo de mim em tudo que tocar. Aproveito também para agradecer aos meus pais por tudo que fizeram por mim, apesar de já não estarem entre nós seus ensinamentos e vozes são os elementos que têm me guiado e permitido que tenha a disciplina necessária em tudo que faço.

Como não podia deixar de ser, agradeço à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, por ter sido esta porta de entrada que me fez chegar aqui no Brasil, com isso permitindo que recomeçasse o meu percurso formativo no ensino superior, foi por causa desta instituição que está sendo possível hoje estar em um programa de mestrado.

Considerando todos envolvidos neste processo, agradeço também aos professores e professoras da Unilab/Malês pelas orientações e subsídios que desde sempre tiveram a paciência de me dar para a compreensão de todos os conhecimentos transmitidos dentro e fora da sala de aula, incluindo em projetos de pesquisas e extensão. Sem deixar de ser, agradeço igualmente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela oportunidade de realizar o meu mestrado nesta renomada instituição. Além disso, expressei minha gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da minha pesquisa ao longo dos dois anos do mestrado.

DEDICATÓRIA

Dedico este momento e como todos outros que viram desta magnitude ou maior aos meus pais, pois sem eles minha existência não seria possível e sem eles minha permanência nesta terra também não teria sido uma realidade, por estes motivos e outros, este momento só está sendo possível por causa dos esforços deles que muitas vezes tiveram que abrir mãos de seus próprios desejos para priorizar as minhas necessidades.

Pai e Mãe, sei que vocês nunca irão ler ou ver o que estou escrevendo, quer seja na universidade ou na vida, mas tenho esforçado-me e tentando concluir o que vocês muito queriam que é me ver formado, por esta razão não tenho desistido mesmo com todas as vicissitudes que este processo proporciona. Fui infeliz de não ter me formado enquanto ainda podia comemorar com vocês as minhas conquistas.

Mas, sigo firme e com objetivos nítidos, concluirei o meu curso de mestrado e em seguida concluirei também o doutorado tudo em vossa honra, o meu muito obrigado por tudo e obrigado por me terem feito esse homem responsável e lutador, uma pessoa que não baixa a cabeça para nenhum desafio mesmo quando o referido apresenta-se com as maiores peculiaridades possíveis.

Dito isso, reforço a minha dedicatória a vocês e prometo que terão orgulho de mim se me puderem ver de onde quer que vocês estejam.

RESUMO

Para entender como as greves realizadas pelo Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof) repercutem na valorização do trabalho docente em Angola, conduzimos uma pesquisa que contextualiza os eventos deflagrados pelos movimentos grevistas entre 2017 e 2024, analisando suas motivações. O objetivo geral foi analisar como as greves do professorado angolano repercutem na valorização do trabalho docente. A pesquisa foi fundamentada em autores que tratam de trabalho docente e movimentos sociais, especialmente Alberto Melucci e Dalila Oliveira. Para a condução e o desenvolvimento da pesquisa utilizamos uma abordagem metodológica qualitativa, incluindo consultas a documentos legais que regulamentam a educação em Angola, jornais impressos e digitais de circulação em Angola, na intenção de produzir dados os mais próximos da realidade que estamos estudando, entrevistamos professores/as de duas regiões do país, com apoio de um roteiro semiestruturado, buscando entender efeitos do movimento grevista sobre a valorização do trabalho docente. Na análise, são considerados os avanços já alcançados pelos docentes e os objetivos futuros, considerando as demandas do Sinprof e as respostas do governo angolano, representado pelo Ministério da Educação (MED). Os resultados da pesquisa demonstram que as greves têm repercutido positivamente na valorização do trabalho docente em Angola. No entanto, os/as professores/as consideram os avanços insuficientes, embora reconheçam melhorias desde o início das greves lideradas pelo Sinprof. Eles/as também acreditam que, se a categoria mantiver o ritmo atual de reivindicações, grandes vitórias poderão ser alcançadas no futuro para melhorar as condições de trabalho docente.

Palavras-Chave: Greve de Professores. Educação de Base em Angola. Sindicato. Trabalho Docente. Políticas educacionais.

ABSTRACT

To understand how the strikes organized by the National Teachers' Union (Sinprof) impact the recognition of teaching work in Angola, we conducted a study that contextualizes the events sparked by strike movements between 2017 and 2024, analyzing their motivations. The overall objective was to analyze how the strikes by Angolan teachers affect the appreciation of teaching work. The research was grounded in the works of authors who address teaching work and social movements, especially Alberto Melucci and Dalila Oliveira. For the development of the research, we used a qualitative methodological approach, including the review of legal documents regulating education in Angola, print and digital newspapers circulating in Angola. In an effort to produce data as close as possible to the reality we are studying, we interviewed teachers from two regions of the country using a semi-structured interview guide, aiming to understand the effects of the strike movement on the recognition of teaching work. The analysis takes into account the progress already achieved by teachers and future goals, considering Sinprof's demands and the Angolan government's responses, represented by the Ministry of Education (MED). The research results show that the strikes have positively impacted the recognition of teaching work in Angola. However, teachers consider the progress insufficient, though they acknowledge improvements since the strikes led by Sinprof began. They also believe that if the profession maintains its current pace of demands, significant victories could be achieved in the future to improve teaching conditions. Despite the discouragement of some, who view the government as unwilling to advance in favor of the profession, many teachers attribute this stance to a lack of political will.

Keywords: Teacher Strikes. Basic Education in Angola. Union. Teaching Work. Educational Policies.

LISTA DE SIGLAS

- CFA – Cursos de Formação Acelerada
- EMP – Escola do Magistério Primário
- EFP – Escolas de Formação de Professor
- FAI – Formação de Atitude Integradora
- FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
- FSP – Formação de Superação de Professores
- ISCED – Instituto Superior da Ciência da Educação
- IMNE – Instituto Médio de Educação
- JES – José Eduardo dos Santos
- LBSE – Lei de Bases do Sistema de Educação
- MED – Ministério da Educação
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
- SINPROF – Sindicato Nacional dos Professores
- UNITA – União Nacional para Libertação Total de Angola

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Salário dos Professores/as Angolanos/as	52
Quadro 2 - Quadro comparativo das reivindicações de 2013 e 2019.....	81
Quadro 3 - Caracterização profissional e acadêmica das professores/as entrevistados/as.....	101
Quadro 4 - Caderno Reivindicativo das Centrais Sindicais.....	153

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esculturas em madeira do pensador.....	43
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2. APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS	15
1.2.1. OBJETIVO GERAL	15
1.2.1.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.3. JUSTIFICATIVA	15
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	19
2.1. PRIMEIRO MOMENTO	19
2.2. SEGUNDO MOMENTO	22
3. CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIOPOLÍTICO E EDUCACIONAL DE ANGOLA	27
3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DE ANGOLA: SITUAÇÃO TERRITORIAL, HISTÓRICA E ADMINISTRATIVA	27
3.2. SOBRE O SISTEMA DE EDUCAÇÃO EM ANGOLA	37
3.3. O CURRÍCULO PRATICADO NAS ESCOLAS E COLONIALIDADE DO PODER EM ANGOLA	43
3.4. PERFIL DOS/AS PROFESSORES/AS	56
4. GREVES, SEUS DESDOBRAMENTOS E O TRABALHO DOCENTE EM ANGOLA	67
4.1. GREVES E SUAS PROPOSIÇÕES	67
4.2. DESDOBRAMENTOS DAS GREVES EM ANGOLA	74
4.3. AS GREVES E O TRABALHO DOCENTE	93
3.4. A GREVE NACIONAL: SINPROF E AS CENTRAIS SINDICAIS ANGOLANA	100
5. REPERCUSSÕES DAS GREVES NO TRABALHO DOCENTE EM ANGOLA.	111
5.1. RELATO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL	112
5.2. CONDIÇÕES E JORNADA DE TRABALHO	113
5.3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E SOCIAIS QUE LEVARAM ÀS GREVES.	118
5.4. ADESÃO DOS PROFESSORES(AS) AO SINPROF	123
5.5. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO DO SINDICATO	127
5.6. IMPACTOS NA SOCIEDADE MOTIVADOS PELAS GREVES	128
5.7. PERCEPÇÃO DO PROFESSORADO SOBRE OS IMPACTOS DAS GREVES NA CARREIRA E TRABALHO DOCENTE	130
5.8. RELAÇÃO DO SINDICATO COM OS PROFESSORES, SOCIEDADE CIVIL E O GOVERNO	135
5.9. PERSEGUIÇÕES E RETALIAÇÕES	140
5.10. RESULTADOS DAS NEGOCIAÇÕES E ACORDOS ALCANÇADOS	142
5.11. QUADRO LEGAL E REGULATÓRIO DAS GREVES	147
5.12. MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	147
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	160

1. INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre as greves recentes dos docentes da educação de base em Angola é importante porque as mesmas assinalam o surgimento de um movimento social que marca a superação de constrangimentos que anteriormente restringiam a livre manifestação das pessoas, situação que vem favorecendo o surgimento de sujeitos críticos às condições que o professorado tem para exercer as suas funções, e que por meio das greves buscam transformar a realidade que se vivencia dentro da escola.

Como pedagogo em formação e mestrando em educação, acompanhar as transformações que marcam o setor da educação em Angola é de extrema importância para mim, não só como angolano, mas como pedagogo e pesquisador que tem e continuará a ter em seu foco a pesquisa desses acontecimentos e outros que se tornam novos para um contexto em que até pouco tempo o professorado não fazia nenhum tipo de greve de grandes proporções.

Porém, como angolano, as atuais greves representam também um salto muito grande não só para a valorização dos/as docentes e/ou melhoria de suas condições de trabalho, mas também de todos/as que por algum motivo acessam o sistema público da educação de base em Angola. Isto, porque os professores e as professoras liderados/as pelo Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof) têm reivindicado também melhorias estruturais e materiais nos estabelecimentos de ensino.

As greves realizadas em Angola entre os anos de 2017 e 2024 não visam apenas o professorado, mas em um trabalho docente amplo, a categoria tem lutado para a melhoria do sistema da educação com base no ordenamento administrativo e jurídico angolano que a regulamenta. Desta forma, as lutas desses profissionais vão além dos salários ou reivindicações que atendem apenas os professores e professoras, rompendo uma realidade raramente vista em Angola quando se fala de greves pelo menos desde o início do século XXI, que é o período que consegui acompanhar com parte integrante desta realidade.

Desde o início da segunda década do século XXI, a partir de 2010, os profissionais de todas as áreas em Angola obtiveram permissão legal para se manifestar. No entanto, por muitos anos, não conseguiam exercer plenamente esse direito por diversos motivos, apesar de ele já ter sido garantido pela Lei n. 23/91, de 15 de junho. Foi somente com a promulgação da Constituição de 2010 que a questão da falta de liberdade de expressão e outros direitos passou a receber supostamente maior atenção e proteção jurídica. De acordo com o Artigo 47º da Constituição de Angola (2010), alíneas 1 e 2:

1. É garantida a todos os cidadãos a liberdade de reunião e de manifestação pacífica e sem armas, sem necessidade de qualquer autorização e nos termos da lei. 2. As reuniões e manifestações em lugares públicos carecem de prévia comunicação à autoridade competente, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei (Angola, 2010, p. 21).

Do meu ponto de vista, apesar da Constituição e a Lei n. 23/91, de 15 de junho de 1991 sobre as greves permitirem que as pessoas se manifestem pacificamente, muitos angolanos/as não se sentiam à vontade para sair às ruas, pois em algum momento quase toda a população se via como parte do partido no poder, refletido no slogan "MPLA é o povo e o povo é o MPLA". A ilusão de que ser filiado ou simpatizante do MPLA garantia benefícios levou muitos a se filiarem ao partido, mesmo sem concordarem com suas políticas.

No entanto, essa situação está mudando; as pessoas estão cansadas de esperar e sofrer, desta forma, a geração nascida nos anos 2000 em diante tem revolucionado o pensamento e a cultura de reivindicação em Angola. Atualmente, o MPLA já não é uma unanimidade devido às frustrações causadas por uma cultura de opressão e má governança, tudo isso tendo em conta a minha observação no cenário político angolano atual.

Em um momento da minha vida, fui filiado ao MPLA, partido que governa Angola desde sua independência em 1975, inicialmente influenciado por meu pai, que era militar e também membro do partido. Apesar de ele ter desistido dessa filiação antes de sua morte, continuei no partido, acreditando que estar vinculado ao MPLA oferecia melhores oportunidades para inserção no sistema público e uma possível melhoria de vida no futuro.

Entretanto, essa forma de pensar nunca reduziu o meu senso crítico às atrocidades sociais que se assistia em Angola, quando falamos de liberdade de expressão, e à transformação da máquina pública como se supostamente fosse propriedade do partido que governa, fato que permitiu o silenciamento de vários atores importantes da sociedade angolana.

Tendo em conta a minha relação com o contexto do lugar estudado, vale destacar que, durante muito tempo, assistimos uma sistemática desvalorização de várias categorias profissionais por medo da retaliação por parte do poder público e de seus agentes, pois corriam o risco de perderem seus empregos que também são suas únicas fontes de renda, caso fossem contrários à triste realidade que se vive em Angola quando falamos de liberdade de expressão, mesmo a referida nação definindo-se dentro do sistema internacional como uma república democrática.

Apesar de as pessoas correrem muitos riscos ao se manifestarem, quer seja por meio de greves ou manifestações nas vias públicas, hoje tem começado a surgir uma nova realidade

que tem mostrado que, aos poucos, o povo tem estado a perder o medo das represálias que podem suportar ao ir contra as formas de governo e da desvalorização da população, bem como de algumas categorias profissionais que desde muito tempo vêm sendo desvalorizadas pelo poder público.

Ser despedido ou perseguido hoje parece não ser mais um problema para muitos angolanos e angolanas que estão insatisfeitos com a forma como tem sido gerida a coisa pública. Por este motivo, sujeitos específicos têm se organizado para demonstrar a sua insatisfação, processo que começou com a implementação de uma agenda de greves que visam reivindicar os interesses da categoria e conferir a eles uma maior valorização.

A agenda de reivindicações em questão começou a ser negociada pelo Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof) com o governo de Angola em 2013, culminando com a eleição de dez pontos considerados relevantes que fazem hoje parte do chamado caderno reivindicativo apresentado para o governo de Angola pelo Sinprof. Apesar dos fracassos registrados inicialmente nas negociações, foi em 2017 que as reivindicações do professorado nacional ganharam novos contornos, ganhos estes que possibilitaram uma dinâmica mais proativa em buscas de resultados.

Deste modo, é importante compreender como as várias sinergias deste movimento e de todos envolvidos convergiam, permitindo que fosse criada uma ideia que tinha a força para representar os professores e professoras dos vários pontos de Angola, tendo em conta as realidades distintas.

Partindo do meu próprio olhar sobre as greves em questão, esta pesquisa pretende compreender os elementos que dão corpo a essas greves, quem são os seus sujeitos, e como estas ações repercutem na valorização dos profissionais envolvidos neste movimento liderado pelo Sinprof.

1.1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A atual pesquisa busca investigar as repercussões das ações coletivas realizadas pelo professorado de Angola desde 2017. Em um cenário onde a valorização do trabalho docente é frequentemente questionada, torna-se essencial compreender as dinâmicas e os impactos das greves realizadas por esses profissionais. Essa investigação visa desvendar como tais manifestações de insatisfação e reivindicação modificam a percepção e a realidade da valorização do trabalho docente em Angola. A questão central que orienta este estudo é: Como as greves do professorado angolano repercutem na valorização do trabalho docente?

1.2. APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

A pesquisa propõe-se a investigar o impacto das greves realizadas pelo professorado angolano na percepção e na realidade da valorização do trabalho docente. Desta forma, o objetivo geral desta investigação é: analisar como as greves do professorado angolano repercutem na valorização do trabalho docente.

1.2.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A pesquisa estabelece objetivos específicos para aprofundar a análise das greves do professorado angolano e sua repercussão na valorização do trabalho docente. Com foco na educação de base em Angola, a investigação busca ouvir professores sobre as motivações das greves, as pautas de reivindicações ao longo dos anos recentes, e os benefícios já alcançados pelos docentes. Além disso, o estudo pretende compreender o papel do Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof) no processo de reivindicações e analisar o funcionamento do plano de carreira dos docentes. Assim, os objetivos específicos são:

I - Identificar as principais motivações das greves dos docentes da educação de base em Angola, do ponto de vista dos professores entrevistados;

II - Examinar as pautas de reivindicações dos docentes grevistas em Angola entre os anos de 2017 a 2024;

III – Observar quais benefícios as greves já proporcionaram aos docentes da educação de base em Angola;

IV - Compreender a importância do Sinprof neste processo de reivindicações de direitos dos docentes da educação de base em Angola, do ponto de vista dos professores entrevistados.

1.3 JUSTIFICATIVA

Desde cedo, a realidade dos professores e professoras em Angola sempre despertou meu interesse. Mesmo não tendo muitas pessoas da minha família trabalhando na área da educação, sempre senti um forte desejo de me tornar professor. Apesar de ter poucas influências na área da educação, frequentemente vi-me atuando como professor. Cheguei a lecionar em uma escola privada por dois anos, ensinando as disciplinas de História e

Formação de Atitudes Integradoras (FAI). Essa experiência foi fundamental para eu decidir seguir minha formação na área da educação.

No entanto, o receio de como a categoria é desvalorizada e, muitas vezes, mal remunerada, exigiu de mim um amadurecimento maior em relação a essa ideia. Apesar desse receio, hoje estou seguindo minha formação para me tornar professor e pesquisador na área da educação, sem nenhum arrependimento pela escolha feita até agora.

Apesar da desvalorização dos/as docentes por parte do poder público, os professores e professoras eram anteriormente profissionais que tinham um determinado prestígio social. No entanto, essa situação tem mudado recentemente, e essa admiração não se traduziu em melhores condições de trabalho para o setor. Para mim, as greves do professorado têm redefinido as políticas públicas voltadas aos agentes da educação e as mesmas são extremamente importantes, pois podem conferir a esses/as profissionais maior dignidade em sua atuação docente.

Tendo em conta a importância desse estudo, socialmente, a pesquisa busca contribuir para a compreensão do movimento grevista dos/as professores/as angolanos/as e apresentar um panorama detalhado dos eventos mais importantes desse movimento. Isso poderá ser útil na formulação de futuras políticas públicas voltadas para melhorias do setor, a serem consideradas pelo poder público. Dessa forma, uma pesquisa orientada por critérios de rigor acadêmico poderá fornecer ao governo e não só uma ferramenta valiosa, com o potencial de contribuir na busca de alternativas que favoreçam o trabalho docente nas instituições de ensino em todo o território nacional, articulando as políticas públicas mais adequadas para o setor.

Quando discutimos sobre as contribuições acadêmicas desta pesquisa, ela se junta a outros estudos sobre educação básica em Angola, mesmo que as mesmas não dialogam sobre as greves. Potencialmente tornando-se uma referência para futuros pesquisadores interessados no mesmo tema ou temas semelhantes. Esses estudos podem oferecer ideias valiosas construídas em torno desses eventos, contribuindo significativamente para o campo acadêmico. Neste sentido, a pesquisa apresenta-se como uma mais-valia por ser um documento que poderá ser consultado a qualquer momento após finalizada e disponibilizada nos canais digitais, tanto no repositório da UFRGS quanto da CAPES, além de outros buscadores indexados a esses repositórios. Essa situação irá favorecer qualquer futuro pesquisador ou pesquisadora a ter contato com conteúdos de extrema relevância no que diz respeito às dinâmicas com potencial transformador na educação básica, motivadas pelas greves realizadas pelo Sinprof até então.

Para investigar a existência de trabalhos correlatos produzidos e publicados no Brasil, foram realizadas buscas em várias bases de dados acadêmicas, incluindo a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) da CAPES, o Portal de Periódicos CAPES, a SciELO e o Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram escolhidos para refletir os principais aspectos do tema em estudo. A seguir, apresentamos os resultados dessas buscas e uma análise detalhada que indica a relevância da pesquisa.

As buscas realizadas nas bases de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos CAPES, SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores "Greves de professores Angola", "Greves na educação Angola", "Movimentos grevistas Angola 2017-2024", "Professores Angola greves", "Educação básica Angola greves", "Conflitos trabalhistas educação Angola", "Greves do professorado Angola" e "Movimentos sindicais professores Angola", resultaram nos seguintes achados:

1. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD):

- Resultados: 0
- Análise: Não foram encontrados trabalhos sobre greves de professores em Angola nesta base de dados. Isso sugere uma lacuna na pesquisa acadêmica brasileira disponível nesta base sobre esse tema específico.

2. Portal de Periódicos CAPES:

- Resultados: 0
- Análise: Não foram encontrados trabalhos sobre greves de professores em Angola no Portal de Periódicos CAPES. Isso indica que, embora essa base de dados contenha uma ampla gama de publicações acadêmicas, não há registros específicos que abordem as greves docentes em Angola na educação básica.

3. SciELO:

- Resultados: 0
- Análise: Não foram encontrados trabalhos sobre greves de professores em Angola na SciELO. Isso sugere que esta plataforma de periódicos científicos de acesso aberto pode não ter coberto extensivamente esse tema, indicando uma lacuna sobre estudos semelhantes relativo ao contexto angolano em publicações de língua portuguesa, quer seja, por pesquisadores angolanos ou locais.

4. Google Acadêmico:

- Resultados: Inconclusivo (incluindo publicações não brasileiras). Análise: Ao filtrar no Google Acadêmico com os descritores dessas pesquisas, vários estudos apareceram, mas muitos deles abordam outros temas, como a educação superior ou ainda análise das greves na visão do direito, mas entre os trabalhos encontrados merece destaque o seguinte: “Contribuição sobre o trabalho docente, consciência de classe e sindicalismo: um resumo sobre o Sinprof-Sindicato Nacional de Professores em Angola”. Artigo que dialoga muito com a pesquisa em curso, outro texto que também chamou a nossa atenção é o “O papel do SINPROF na democratização do município do Lubango: Reconstruindo as memórias de luta (2010-2019)”, de Kessongo (2022) e “Análise da motivação como catalisador da satisfação e do desempenho profissional dos docentes de Benguela/Angola”, de Chipuca (2020). Esses dois últimos trabalhos, embora não abordem diretamente a repercussão das greves no trabalho docente, tratam de questões que colocam a atuação do Sinprof no centro das discussões. No entanto, as perspectivas expostas nesses estudos seguem uma linha de debate que não se alinha com os autores e autoras que utilizamos para fundamentação teórica desta pesquisa. Reconhecemos a relevância das obras, mas os/as autores/as exploram uma abordagem diferente daquela que buscamos aprofundar em nossa pesquisa.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1. PRIMEIRO MOMENTO

Para a realização desta pesquisa seguimos com a metodologia qualitativa, por ela ter o potencial de conferir-nos um aprofundamento mais detalhado do estudo que pretendemos efetuar. Porém, utilizamos várias ferramentas distintas de pesquisa para conseguirmos produzir os dados necessários para a contextualização do tema que está sendo apresentado nesta dissertação.

De acordo com Poupart e outros (2008), a pesquisa qualitativa permite uma melhor aproximação entre um pesquisador e o objeto de pesquisa, uma vez que o pesquisador precisa estar no ambiente dos acontecimentos que pretende estudar, só desta forma conseguirá ter um estudo completo e aprofundado. Porém, não tivemos condições de viajar até Angola e realizamos nosso estudo com suporte das ferramentas digitais. A coleta e produção de dados incluiu a análise documental.

De acordo com Lima Junior et al (2012, p. 37), “(...) Análise Documental pode ser desenvolvida a partir de várias fontes, de diferentes documentos, não somente o texto escrito, uma vez que excluindo livros e matérias já com tratamento analítico, é ampla a definição do que se entende por documentos incluindo-se dentre eles, leis, fotos, vídeos, jornais, etc”. Todavia, na metodologia qualitativa é preciso um grande aprofundamento do assunto que está sendo pesquisado, assim, utilizar esta metodologia de pesquisa permitiu-nos observar o contexto dos acontecimentos que pretendemos abordar com maior riqueza, detalhes de informações e pontos de vista dos sujeitos das greves.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 17), “Este objectivo implica que o investigador passe, frequentemente, um tempo considerável com os sujeitos no seu ambiente natural”. Desta forma, para subsidiar esta pesquisa, realizamos entrevistas com o apoio de um roteiro semiestruturado, declinando do estudo de campo inicialmente previsto por falta de condições financeiras, mesmo assim, fizemos o possível para dialogarmos com sujeitos das greves.

Entretanto, compreender os sujeitos das greves e como eles e elas se articulam com esse processo foi muito importante para o desenvolvimento deste estudo, mas foi também importante entender como essas articulações começaram a ser materializadas pelo Sinprof, seus filiados e foi igualmente relevante saber quais são as perspectivas deste movimento quando pensamos na carreira docente em Angola, pois só assim podemos compreender as

potencialidades do movimento grevista, situação que foi melhor detalhada durante a escuta dos/as docentes que foram entrevistados/as.

Assim, a aproximação do campo pela escuta de professores/as foi indispensável para a construção e a devida fundamentação dos argumentos que são aqui apresentadas. Pois, o mesmo recurso facilitou a relação do pesquisador com o contexto da pesquisa e o estabelecimento de uma relação do mesmo com os sujeitos das greves.

Desta forma, a pesquisa foi guiada por meio de entrevistas que foram desenvolvidas a partir de um roteiro semiestruturado conforme mencionado nos parágrafos anteriores, desta forma, as entrevistas contribuíram trazendo pontos de vista dos/as participantes que dialogam com a realidade dos acontecimentos. As referidas entrevistas foram conduzidas por meio de perguntas abertas, reduzindo ou excluindo a possibilidade de perguntas que pudessem ser respondidas com sim ou não.

Por preocupar-se com o contexto dos acontecimentos das ações dos sujeitos, é importante que as entrevistas possam nos dar informações que permitem alimentar a pesquisa de uma forma significativa por se tratar de uma metodologia qualitativa. Mais uma vez, demonstrando a importância do estudo.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 48): “Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência”.

Em relação à entrevista semiestruturada, estamos a falar da elaboração de um roteiro flexível que permitiu que novas perguntas pudessem surgir durante a conversa inicial, não sendo igualmente limitado às respostas dos/as entrevistados/as. A escolha deste modelo de entrevista deve-se ao fato de a mesma permitir que o entrevistador possa aproveitar outras oportunidades de questionamento que possam emergir durante as falas dos entrevistados, concedendo, assim, mais dinamismo ao processo levado em curso.

Durante a realização das entrevistas tivemos um universo de 8 entrevistados/as que foram divididos em 2 grupos de 4 pessoas conforme a sua localização, apesar de inicialmente termos tido a intenção de entrevistarmos 10 pessoas, objetivo que não foi alcançado devido às dificuldades de contato com mais docentes. Desta forma, foram entrevistados professores/as de duas províncias diferentes de Angola, nomeadamente W e Y, medida que foi adotada para preservarmos a identidade dos/as entrevistados/as. Detalhamos mais a respeito nos parágrafos a seguir. O roteiro foi composto de 12 perguntas que deram origem a novas perguntas, conforme o desenrolar da conversa/entrevista.

Cada grupo das duas províncias foi composto por 4 pessoas, construído da seguinte forma: na província Y foram ouvidas uma professora, dois professores e um representante do Sinprof, enquanto na província W foram entrevistados duas professoras e dois professores. Para todas as pessoas utilizamos o mesmo roteiro, porém com focos diferenciados nas perguntas e respostas.

Enquanto procurávamos extrair do professor e professora informações do seu ponto de vista sobre as greves, reflexões e outros dados importantes que somente eles/as como pessoas que se envolvem nas greves podiam nos fornecer, para os que representam o Sinprof, apesar de muitos também serem professores e professoras, procurávamos também saber sobre as articulações do Sinprof como instituição.

Vale aqui destacar que a ideia de grupo é apenas para poder explicar os critérios para convidar e organizar as entrevistas, mas eles e elas foram entrevistados de forma separada, individualmente, e em horários e locais diferentes.

Todavia, antes das entrevistas, fizemos um levantamento bibliográfico das literaturas já produzidas especialmente em Angola ou por angolanos fora de Angola sobre temáticas semelhantes às que foram desenvolvidas, sem como isso deixar de considerar literaturas produzidas no Brasil que tratam das greves dos professores de uma forma geral e pontual.

Com isso, consideramos variados tipos de fontes que se mostram confiáveis, acolhendo para a pesquisa desde artigos, matéria de jornal (nacionais e internacionais), dissertação, teses, material audiovisual e outros que podiam dar uma contribuição adequada no andamento desta pesquisa. Precisamos aqui mencionar que, pelo fato de a temática não ser um assunto muito discutido academicamente quando falamos do contexto angolano, nossas principais fontes foram os jornais impressos e digitais, diários de notícias que circulam naquele território e internacionais que observam de forma atenta o contexto angolano e não deixamos de olhar nas notícias circuladas pelo Jornal de Angola, que é controlado pelo partido que governa Angola.

Os jornais de que nos servimos nesta pesquisa foram majoritariamente acessados digitalmente por meio de sites dos próprios órgãos que representam cada veículo de comunicação; para o Jornal de Angola, usamos o site oficial do referido jornal, procedimento que foi aplicado a todos os jornais que foram necessários para a contextualização desta pesquisa.

Utilizamos igualmente vários documentos legais aprovados e vigentes em Angola que tratam de e legislam sobre assuntos sobre a carreira docente em Angola, apontando elementos que nos ajudaram a compreender os motivos das greves que têm ocorrido naquela nação do

continente africano; os mesmos também foram acessados digitalmente por meio da internet, as buscas por esses documentos foram feitas em navegadores comuns e no site da imprensa nacional de Angola.

Reunidas essas informações, começamos a produção de dados para a construção desta pesquisa, adequando ela tendo em conta o que já foi tratado sobre o assunto e trazendo novas conceitualizações sobre o tema. Para tal, tomamos como apoio para o desenvolvimento das ideias que queríamos contribuir com essa pesquisa as literaturas a que tivemos acesso, por meio do levantamento bibliográfico, os mesmos levantamentos foram feitos em vários bancos de dados acadêmicos existentes atualmente.

2.2. SEGUNDO MOMENTO

Depois de tudo isso, começamos outra parte da nossa pesquisa que já foi mencionada nos parágrafos anteriores. Tendo já uma estrutura que nos possibilitou visualizar um meio caminho andado na parte teórica, iniciamos a nossa entrevista, em um formato diferente do que se pretendia inicialmente com um estudo de campo.

Ajustamos tudo que foi necessário para a realização das nossas entrevistas online, procuramos deixar os participantes envolvidos no processo bem à vontade em relação à dinâmica que foi utilizada para as entrevistas. Desta forma, fizemos um esforço para aplicarmos os nossos questionamentos com base no nosso roteiro semiestruturado, respeitando o anonimato de cada participante neste processo.

Vale ressaltar que o primeiro contato com os participantes desta pesquisa, enquanto entrevistados/as, ocorreu por meio do grupo mantido pelo Sinprof no Facebook. Inicialmente, conseguimos estabelecer diálogo com duas pessoas, que posteriormente nos indicaram outros indivíduos, formando uma rede de contatos. Utilizar essa estratégia foi uma tática deliberada para aproveitar as oportunidades disponíveis, considerando o ambiente de restrição à liberdade de expressão, opressão, intimidação e perseguição. Nessas condições, seria pouco provável que as pessoas se dispusessem a falar abertamente com desconhecidos sobre aspectos de suas carreiras e sua participação nas greves organizadas pelo Sinprof.

As entrevistas foram realizadas ao longo de quatro meses, entre os meses de dezembro de 2023 a março de 2024, resultando na escuta de 8 docentes. Conforme já citado nos parágrafos anteriores, as mesmas foram realizadas à distância, mediadas pelas ferramentas digitais (Mconf e *googlemeet*), pois foram elas que melhor se adequaram às possibilidades dos/as participantes das entrevistas. Inicialmente começamos fazendo as entrevistas via

whatsapp com gravação e posterior transcrição, por essa via conseguimos fazer duas entrevistas, porém este meio começou a mostrar-se insustentável, foi assim, que mudamos para o *googlemeet* com o qual conduzimos uma entrevista, no entanto, também não foi viável uma vez que apresentava muitos problemas de ordem técnica, então mudamos para o Mconf, plataforma de UFRGS, meio pelo qual conseguimos realizar 5 das 8 entrevistas previstas.

Mediante todos estes esforços para a realização das entrevistas, notamos que adotar um roteiro semiestruturado apresentou várias vantagens para o entrevistador, pois o mesmo confere a ele a possibilidade de voltar a fazer a mesma pergunta de outro modo, caso julgar que não foi respondido da melhor forma na primeira vez. O mesmo também dá a liberdade aos entrevistados/as a explorarem melhor o seu tempo de resposta e os seus pontos de vistasem relação ao que lhe foi questionado.

E por serem perguntas abertas e sem nenhum limite para a extensão ou a amplitude da resposta, os/as entrevistados/as também puderam construir seus pensamentos e responder tudo que foi questionado. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, nosso principal foco foi a busca de dados que esta metodologia de pesquisa considera como essencial. De acordo com Bogdan e Biklen (1994):

Os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registos oficiais. Na sua busca de conhecimento, os investigadores qualitativos não reduzem as muitas páginas contendo narrativas e outros dados a símbolos numéricos. Tentam analisar os dados em toda a sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registados ou transcritos. (Bogdan; Biklen, 1994, p. 48).

É por este motivo que as entrevistas foram muito importantes para o desenvolvimento deste estudo. É buscando compreender o contexto em que ocorrem as greves que olhamos para todas as fontes de dados possíveis que subsidiaram a pesquisa.

As entrevistas foram de grande valia porque ouvimos dos/as sujeitos destas greves em relação ao seu envolvimento, bem como os resultados já alcançados, vindo deste movimento recente que tem crescido e dado uma nova cara ao cenário nacional em Angola, quando falamos na valorização do professorado da educação de base.

Desta forma, é preciso ser mencionado que recorreremos às entrevistas porque elas têm o potencial de nos fornecer informações importantes sobre a dinâmica das greves e as instituições envolvidas neste processo. Conhecer os sujeitos das greves e como eles e elas se identificam com este movimento é muito importante para darmos um arcabouço para esta pesquisa.

Deste modo, esperamos que as entrevistas pudessem nos fornecer dados e informações que não conseguiríamos encontrar nas mídias sociais e nem mesmo em obras que foram escritas sobre temas semelhantes em volta das greves realizadas em Angola. Assim, as referidas entrevistas contribuíram com informações inéditas relativas às greves que não poderiam ter sido encontradas em outros lugares.

Outro elemento que torna as entrevistas muito importantes é poder ouvir de várias vozes o mesmo acontecimento. Desta forma, foi possível recolher o máximo de informações que nos possibilitaram construir uma narrativa que pode se aproximar de tudo que foi dito durante as entrevistas, de todas as falas que foram trazidas pelos sujeitos das greves que inicialmente estão localizados em dois pontos do país, aonde cada um e cada uma enfrenta uma realidade particular. Todas as falas dos entrevistados/as tiveram a mesma relevância para efeito de análise de dados, tendo em conta a análise do discurso e do conteúdo.

E, é por essa razão que as entrevistas não foram realizadas apenas com sujeitos das greves localizados na capital do país, mas sim em duas províncias distintas. Assim, trabalhamos nesta pesquisa com, pelo menos, duas províncias, que são nomeadas no trabalho como W e Y.

Deste modo, pudemos ter um acervo de entrevistas mais rico, já que temos um mesmo público que atua na educação de base, porém em condições distintas umas das outras mediante a realidade socioeconômica da província de que cada um ou uma faz parte.

A escolha dessas províncias se deveu ao fato de apresentarem grandes disparidades sociais entre elas. Na província W, o acesso a notícias, formações e outros recursos confere aos habitantes uma maior disposição para lutar por condições melhores, sem tanto receio. Por outro lado, as províncias mais distantes da capital, como a província Y, têm uma cultura partidária forte, o que dificulta a adesão em massa a movimentos que vão contra o partido no poder mesmo quando os favorece de alguma forma. Vale ressaltar também que a província W desfruta de melhores condições de infraestrutura, situação que não é igual na província Y em relação às escolas em que cada docente atua.

A província Y surge nesse rol também por ser uma das províncias mais distantes da capital de Angola e apresenta problemas específicos que afetam os docentes da educação de base, tendo ainda muita dificuldade de cobertura de oferta de vagas no sistema público de ensino, mas também por ter um núcleo de filiados ao Sinprof pequeno, ou seja, sem muita força quando se trata da adesão às greves, situação que, diga-se de passagem, tem sido motivada por várias razões.

Por outro lado, durante a guerra civil angolana (1961-2002), as diferenças na infraestrutura educacional entre a província W e Y, foram extremamente marcantes. A província W concentrou os maiores esforços em termos de ensino superior, informação e formação de professores/as, enquanto a província Y, uma das regiões mais afetadas pelo conflito, permaneceu marginalizada nesse aspecto, situação que dificultou no pronto amadurecimento da consciência de reivindicação dos docentes daquela região do país.

Apesar das dificuldades impostas pela guerra, a província W conseguia manter suas atividades, ainda que de forma limitada. A oferta de cursos era mais diversificada, e havia maior acesso a laboratórios, bibliotecas e espaços para ensino, embora a infraestrutura também sofresse com a precariedade. Além disso, os/as professores/as na província W contavam com melhores oportunidades de formação, já que a mesma concentrava os principais recursos pedagógicos e programas de qualificação disponíveis no país. Mesmo assim, o contexto de guerra impactava a qualidade e a continuidade desses esforços.

Por outro lado, a província Y enfrentava uma realidade completamente diferente. Durante o período de guerra, a província não possuía universidades ou instituições de ensino superior. A população local tinha que migrar para a província W ou outras regiões mais estáveis para buscar formação acadêmica. A formação de professores/as na província era extremamente precária, com muitos profissionais sendo leigos ou com qualificação insuficiente. A escassez de materiais pedagógicos e a insegurança constante dificultavam ainda mais a melhoria da qualidade do ensino. O sistema educacional na província Y focava principalmente no ensino básico, secundário e no magistério primário, que também funcionava de forma intermitente devido à violência e à falta de infraestrutura.

A província W, por estar distante de muitos combates diretos, conseguiu manter um mínimo de funcionamento em seu sistema educacional, enquanto a província Y sofreu as consequências diretas do conflito, sendo uma das províncias mais negligenciadas em termos de investimentos educacionais. Essa disparidade reflete a centralização dos recursos na província W e a marginalização das regiões periféricas durante o período da guerra. Mesmo após o fim do conflito, os impactos dessas desigualdades ainda são visíveis, com esforços recentes voltados à descentralização do ensino superior e à melhoria da educação em regiões como na província Y

Porém, quando falamos das lutas travadas pelo Sinprof, as províncias dispõem todas de sedes provinciais do Sindicato Nacional dos Professores. Entender como essas filiais atuam ou lidam com as greves, já que se encontram em locais com menor visibilidade de mídia, é muito importante, primeiro para saber-se se, quando é necessário, aonde estes são recebidos

pelas autoridades públicas, já que o Sinprof em Luanda, sempre que necessário, faz as suas negociações diretamente com o Ministério da Educação (MED).

Segundo, para saber-se se, quando são decretadas as greves, essas filiais seguem o roteiro disponibilizado pela sede do Sinprof, que fica em Luanda, ou cada uma faz conforme a realidade da província aonde trabalha, já que em alguns casos cada região pode estar enfrentando problemas políticos distintos que podem inibir a plena adesão do professorado às greves, uma vez que ainda não é uma liberdade consolidada a que está sendo experimentada em Angola.

Assim, buscamos ter uma pesquisa que olha para os resultados e os movimentos grevistas de forma mais abrangente, mas respeitando as regionalidades que podem afetar este processo que, apesar de valioso, ainda encontra alguns impedimentos políticos em regiões que nem a mídia e nem o Sinprof acompanham pontualmente. Todas as entrevistas foram feitas de forma anônima, reservando assim o direito das pessoas entrevistadas, sem violar a privacidade dos que participaram nas entrevistas por nenhum motivo.

Dito isso, precisamos mencionar que os/as participantes das entrevistas foram convidados e informados sobre os seus direitos e dos riscos que correm ao fazerem parte desta entrevista tendo em conta o contexto angolano. Não só mantivemos o anonimato desses participantes, como também os mesmos foram informados de que poderiam desistir do referido processo quando bem entendessem. As entrevistas não tiveram uma duração de tempo mínimo ou máximo por cada sessão, isto porque o ritmo das entrevistas e a duração das mesmas foram definidas de acordo com o seu desenvolvimento e da disposição das/os entrevistadas/os.

Outra ação importante que contou com a intervenção das/os participantes destas entrevistas tem a ver com o momento da transcrição do material que foi obtido neste processo. Depois de feita a transcrição, o material foi enviado para os entrevistados, de modo a auferirem e caso pretendessem que retirássemos ou acrescentássemos algum dado que ficasse a faltar ou que estivesse a mais, dando assim a eles e elas um papel de protagonismo neste processo. As entrevistas foram transcritas palavras por palavras.

3. CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIOPOLÍTICO E EDUCACIONAL DE ANGOLA

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE ANGOLA: SITUAÇÃO TERRITORIAL, HISTÓRICA E ADMINISTRATIVA

Angola, oficialmente República de Angola, sua superfície total é de 1.246.700 km². A referida nação é um país da costa oeste da África, cujo território principal é limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste, pela Zâmbia, ao sul, pela Namíbia e, a oeste, pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, pelo qual faz fronteira com a República do Congo, a norte. Para além dos vizinhos já mencionados, de acordo com Castro; Reschilian (2020) Angola é o país mais próximo da colônia britânica de Santa Helena.

Até recentemente, a divisão política administrativa de Angola era, conforme afirmam Castro e Reschilian (2020), organizada em 18 províncias e 162 municípios espalhados por todo o país. Devido à sua configuração, Angola ainda conta com 559 comunas¹, juntas todas essas regiões se subordinam ao poder central desempenhado pelo presidente da república que tem sido representado nesses espaços por governadores e administradores que têm autonomia limitada no exercício de suas funções. Entretanto, por meio da Lei n. 14/24, sua Divisão Político-Administrativa passou a ser de acordo com Angola (2024, p. 9800), “O território da república de Angola é constituído por 21 província, 326 municípios e 378 comunas”.

Todavia, os exploradores portugueses estiveram presentes desde o século XV em alguns pontos do que é hoje o território de Angola, interagindo de diversas maneiras com os povos nativos, principalmente com habitantes do litoral. A delimitação do território apenas aconteceu no início do século XIX. Fato que só ocorreu depois da conferência de Berlim em 1884 e 1885, que oficializou a titularidade deste território ao reino português.

Segundo a historiografia colonial, o primeiro europeu a chegar a Angola foi o explorador português Diogo Cão em 1482. Angola foi uma colônia portuguesa que apenas abrangeu o atual território do país no século XIX. A capital da referida nação é Luanda e o país conta com uma população de cerca de 30 milhões de habitantes, sendo que o último censo foi realizado em 2014. Angola conquistou sua independência em 11 de novembro de 1975. De acordo com Castro e Raschilian (2020, p. 842), “Atual conformação socioespacial de Angola é resultado do seu processo histórico baseado nos impactos do período colonial (1482-1975), marcado principalmente pelo planejamento excludente e as guerras de libertação nacional (1961-1975), (...)”

¹ Comunas são pequenas comunidades dentro de determinado município e muitas delas têm uma administração parcialmente ou totalmente separada do município, tendo sua própria administração comunal; precisamos aqui destacar que, na organização territorial de Angola, comuna é diferente de distrito.

Desde sua independência até os dias de hoje, o país tem sido governado por uma mesma força política. Seu segundo presidente, José Eduardo dos Santos², ficou no cargo aproximadamente quatro décadas, deixando o poder apenas no ano de 2017, tendo assumido em 1979 depois do falecimento do primeiro presidente da república, vítima de doença. O primeiro presidente de Angola foi o Dr. António Agostinho Neto³, que governou Angola de 1975 até 1979.

Em meio ao saudosismo popular daquela época, depois da sua morte o mesmo foi considerado fundador e o pai da nação, homenagem que tem sido repetida e reforçada em vários discursos oficiais com destaque maior para a data de seu nascimento, morte e aquando da comemoração da independência de Angola. Para reforçar a sua grandeza, o dia do seu nascimento, registado em 17 de setembro, é considerado feriado nacional em Angola; a data marca o dia do fundador da nação e do herói nacional.

Atualmente, o presidente do país é o General João Manuel Gonçalves Lourenço, filiado ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)⁴, o mesmo está no poder desde 2017 e atualmente cumpre um segundo mandato que irá até 2027, depois de ter vencido as eleições de 2022.

O povo de Angola enfrentou uma luta armada que começou em 1961, o referido conflito tem a ver com a luta contra o ex-colonizador português. O mesmo conflito tinha a intenção definitiva de os expulsarem do território angolano, conflito que culminou com a independência da nação em 11 de novembro de 1975, porém, depois do alcance da liberdade

² JES, como era chamado José Eduardo dos Santos, foi o segundo presidente de Angola, tendo estado no comando do país por 38 anos, deixou o poder para seu sucessor em 2017. JES foi um paradoxo na vida dos angolanos, pois em seu governo ele proporcionava algumas benesses e muitos malefícios. De qualquer das formas, hoje é reconhecido como o arquiteto da paz, pelo fato de em 4 de abril de 2002 conseguir o calar das armas e pelo seu nobre ato de integrar os militares das forças rebeldes no exército angolano, cada um com a patente que tinha ao cessar da guerra. Podia tê-los aprisionado, mas preferiu perdoá-los. Seu governo foi marcado por muita corrupção e nepotismo, sendo que a sua filha, Isabel dos Santos, é conhecida como a mulher mais rica de África e está entre as mais ricas do mundo. Conforme texto disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/07/como-isabel-dos-santos-angola-saqueou-as-riquezas-do-pais/>

³ António Agostinho Neto foi o primeiro presidente de Angola, tendo assumido o poder em 1975. Era médico de formação, formado em Portugal ainda no tempo da colônia. Foi preso político e foi também um dos líderes africanos que lutou pela libertação de Angola e de toda a África subsaariana. Morreu em 1979, vítima de doença, sendo substituído por José Eduardo dos Santos. <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/15229-agostinho-neto,-%E2%80%9Cpoeta-maior%E2%80%9D-e-primeiro-presidente-de-angola>.

⁴ GEN. General, o atual presidente de Angola sempre foi militante ativo da força política que integra, mas também sempre foi parte integrante do Exército da República de Angola, tendo sido condecorado até o grau de general. Participou nas lutas de libertação de Angola, bem como na guerra civil ocorrida dentro do território nacional. Segundo texto disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_de_Angola.

frente ao colonizador instalou-se uma guerra civil entre as forças políticas que haviam conquistado a independência.

De acordo com Castro e Reschilian (2020, p. 842), as “cerca de três décadas de guerra civil (1975-2002) que (des)arranjaram as dinâmicas urbano/regionais, políticas, socioeconômicas e culturais.”, situação que dificultou o pleno desenvolvimento do país.

Como a guerra civil era motivada pela luta de poder, em 1992 foram realizadas as primeiras eleições presidenciais em Angola tendo o MPLA saído vencedor do pleito, resultado que não foi aceito pelos partidos da oposição, o que culminou com UNITA intensificando os seus ataques militares em várias partes do país. De acordo com Liberato (2014, p. 1022), “O reacendimento do conflito armado em 1992 teve um impacto negativo direto nas zonas urbanas, conduzindo o setor da educação à rutura(sic)”.

Esse período também pode ser considerado como o marco histórico dessa guerra civil, o referido ano ficou conhecido popularmente em Angola como tempo/ano dos confrontos. De 1992 em diante, a guerra só veio a terminar em 4 de abril de 2002, guerra que posteriormente ficou concentrada em duas forças políticas, nomeadamente a União Nacional para Independência Total de Angola (Unita)⁵ e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)⁶, este o maior partido de Angola, enquanto a Unita é tida como o maior partido da oposição.

Depois de alcance da paz, outros desafios foram surgindo e principalmente debates que davam conta da necessidade da descentralização do poder. De acordo com o Artigo 2º da Constituição de Angola (2010), alínea 1:

1. A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa (Angola, 2010, p. 4).

⁵ UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola, o partido é um dos mais importantes para a República de Angola e sempre esteve presente na luta para a libertação do país. Seu líder foi Jonas Malheiros Savimbi, nascido em 3 de agosto de 1934 em Munhango, província do Bié, Angola. Foi um nacionalista que se revoltou com o governo pela forma com que José Eduardo dos Santos chegou ao poder em 1979, depois da morte do primeiro presidente angolano. Conforme texto disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jonas_Savimbi.

⁶ MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola, movimento político que lidera Angola desde a sua independência, anteriormente liderado pelo Dr. Antônio Agostinho Neto. Em 1979 passou a ser liderado pelo Eng. José Eduardo dos Santos, o então presidente da república, até o ano de 2017, quando foi substituído, em setembro de 2017, pelo Gen. João Manuel Gonçalves Lourenço, que governou até setembro de 2022. Conforme texto disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Popular_de_Liberta%C3%A7%C3%A3o_de_Angola.

Entretanto vislumbra-se outra realidade política, diferente do que diz a Constituição quando olhamos para o contexto angolano. Apesar das desigualdades sociais presentes no país por falta de descentralização de poder, a ausência de liberdade de expressão e outros tipos de opressão, apesar de os textos oficiais da referida nação dizerem que a mesma é uma república democrática. De acordo com DW África (2022a), “(...) Jacques dos Santos⁷, a democracia ainda é uma miragem em Angola. O país tem muitas deficiências. Uma delas é a prisão arbitrária e perseguição de angolanos que protestam nas ruas contra as políticas de governação.”

Angola faz parte da União das Nações Unidas (ONU) há aproximadamente cinco décadas e, mesmo assim, conduz as suas políticas diferente das várias diretrizes que a referida organização defende e orienta seus signatários a pautarem. De acordo com o Jornal de Angola (2020):

Há 44 anos, a admissão de Angola na ONU foi recomendada à Assembleia Geral, pelo Conselho de Segurança, através da resolução 397/76, com votos favoráveis da maioria dos Membros Permanentes do Conselho de Segurança. Desde então, o país, independente desde 11 de novembro de 1975, passou a estar presente na discussão dos grandes temas mundiais. Angola esteve já por duas vezes no Conselho de Segurança da ONU, na qualidade de membro Não-Permanente (2003-2004 e 2015-2016) (Jornal de Angola, 2020).

Mesmo fazendo parte de várias organizações mundiais importantes e que defendem os direitos humanos e outras prerrogativas, o governo de Angola tem se esquivado em relação à aprovação de leis e pacotes legislativos adequados que visam implementar as autarquias em Angola, o que, na visão de muitos políticos nacionais, melhoraria as condições e a qualidade de vida das pessoas. Os mesmos acreditam que uma melhor forma de planeamento resultaria na melhoria do país em todos os aspectos.

De acordo com Castro e Raschilian (2014, p. 860), “Uma das formas práticas de aplicação desse conceito de planeamento é, no caso de Angola, por meio das autarquias – um modelo de organização e gestão administrativa do território que tem sido alvo de debates por diversos estudiosos”.

Diferente do significado que se tem no Brasil sobre as autarquias, em Angola quando se refere à mesma, trata-se da descentralização e desconcentração de poder político. Com a implementação das autarquias em Angola busca-se que os governos municipais e estaduais tenham a sua autonomia e possam ser escolhidos pelo povo por meio de eleição tal como acontece nas repúblicas federativas e não só.

⁷ É autor do livro "República de Santa Bárbara", lançado na última edição da Feira do Livro, de Lisboa. A obra evoca o passado colonial, mas também a África que o colonialismo deixou às elites dirigentes africanas e que tenta agora construir-se, como é caso de Angola e Moçambique.

As autarquias irão permitir a descentralização do poder administrativo e financeiro culminando com o desenvolvimento das várias províncias de Angola, mas ainda assim, quando o presidente da República fala sobre o assunto, sempre fá-lo de forma muito desinteressada e sem a marcação de uma data exata para implementação da mesma.

De acordo com DW África (2022b):

No sábado (15.10), o Presidente João Lourenço reiterou o seu compromisso com as autarquias durante o discurso do estado da Nação. Mas Adalberto Costa Júnior, o líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA, o maior partido da oposição) criticou o chefe de Estado por não ter avançado datas para a realização das eleições autárquicas (DW África, 2022b).

As discussões sobre autarquias locais pouco ou nada interessam ao partido no poder devido à impopularidade que o referido partido vem acumulando nestas aproximadamente cinco décadas, primeiro pelo excessivo tempo que governa Angola sem ganhos sociais concretos e por diversas acusações que os partidos da oposição postulam sobre a sua manutenção no poder. Os citados partidos acreditam que as então vitórias eleitorais do MPLA têm sido fraudulentas, denúncia que tem ganhado força e apoio por uma grande parte da juventude do país.

De acordo com DW África (2022d),

A cerca de uma semana para o dia "D", aumenta o tom de desconfiança quanto à transparência do processo eleitoral angolano. Várias organizações da sociedade civil e partidos políticos da oposição temem que a votação seja manipulada para voltar a dar a vitória ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no poder há quase cinco décadas (DW África, 2022d).

Essa rejeição popular foi sentida no pleito de 2022 quando, pela primeira vez na história de Angola, o MPLA ficou em segundo lugar em Luanda, que é também a capital do país. De acordo com Jacques dos Santos, citado pela DW África (2022a), “Vai ser difícil governar com tanta onda de contestação, principalmente em Luanda onde está concentrado o poder político, onde estão concentradas as maiores forças do país e onde a derrota do MPLA foi copiosa, diz o escritor.”.

Essa situação por si só gera pressão e chama por mais atenção do governo que durante muito tempo tem negligenciado a camada juvenil da nação, deixando sempre para depois, quando a questão é atender os seus anseios ou demandas. A contestação pelos resultados eleitorais do pleito de 2022 abre um debate sobre a dificuldade que o MPLA poderá encontrar para governar Angola se não for por meio de negociação com outras forças políticas.

De acordo com DW África (2022a), “O Presidente da República de Angola, João Lourenço, vai ter de se confrontar, neste seu segundo mandato, com protestos dos

movimentos cívicos e de cidadãos angolanos descontentes com a governação no país, afirma o escritor angolano Jacques Arlindo dos Santos em entrevista à DW África”. Apesar de tudo que aconteceu, o governo tem encontrado meios arbitrários que dificultam a livre manifestação dos jovens.

De acordo com a DW África (2022a), “Ainda recentemente recebi um telefonema de uma pessoa em quem acredito piamente de que estão a acontecer prisões arbitrárias em todo o país”, conta dos Santos, para quem o que está acontecer em Angola “é extremamente negativo, porque as pessoas não estão a cometer crimes. Estão simplesmente a reivindicar os seus direitos, estão simplesmente a manifestar aquilo que pensam.” A repressão tem gerado um número menor de manifestantes nas ruas, se servindo apenas das redes sociais.

No meio de tudo isso, a oposição começou a perder aceitação por aproximar-se demais do partido no poder. De acordo com DW África (2022c), “O MPLA finge ser democrata e a UNITA finge ser oposição. Mas a única coisa que não é fingimento é o sofrimento do povo’, lamenta Osvaldo Caholo⁸”.

Essa lamentação surge pelo fato do presidente do maior partido da oposição tomar posse como conselheiro do presidente da República, mesmo publicamente dizendo que não reconhece a vitória do MPLA. Ainda de acordo com DW África (2022c), “O ativista angolano explica que se Adalberto Costa Júnior vai tomar posse de conselheiro, é porque reconhece como ‘legítimos os resultados eleitorais’, notícia que desapontou muitos jovens simpatizantes da UNITA”.

Mas, não é só sobre guerra e política, Angola é uma nação rica de recursos naturais e sua economia já foi uma das que mais cresceu no mundo antes de 2008. Com a crise internacional que se instalou no planeta no referido ano, a economia angolana tem vivido uns dos seus piores momentos devido à baixa do preço do barril de petróleo no mercado internacional, isto porque sua maior commodity é o petróleo, aquele que mais recursos forneceu para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. De acordo com DW África (2016):

O especialista⁹ reconhece que o Governo tem seguido uma estratégia de diversificação das estruturas económicas nacionais. Porém, ainda depende fortemente das receitas do petróleo: "Porque é com base nessas receitas que o Estado consegue aumentar o valor das reservas líquidas externas e, com isso, pode ter maiores recursos cambiais para a importação de produtos relevantes", diz (DW África, 2016).

⁸Ativista político angolano.

⁹ Gildo Matias José, politólogo e atual secretário do Estado para o Ensino Secundário.

A baixa do barril de petróleo no mercado internacional, que culminou com o desacelerar do crescimento da economia angolana, vem contribuindo para o aumento das assimetrias locais. De acordo com Kanumbua (2019), a crise econômica que assola Angola desde 2008, decorrente da crise internacional, vem favorecendo o aumento de pessoas vivendo na pobreza, situação que se agravou desde 2014 até os dias atuais. Apesar de já ter havido melhorias no preço do barril de petróleo, hoje o governo angolano está afogado em dívidas, com uma taxa de endividamento externo na ordem de 45%¹⁰ do PIB, situação que vem limitando a ação do Estado a favor da população.

Desta forma, a economia de Angola tem dado passos lentos a caminho do desenvolvimento para a melhoria do cenário que se tem vivido atualmente, muitos setores da economia que podiam estar a somar para o rápido crescimento têm estado praticamente inoperantes ou sem uma atuação capaz de gerar transformações reais no contexto Angolano. De acordo com DW África (2016):

Olhando para a estrutura económica(sic) angolana entre 2012 e 2015, muito pouco mudou, diz Matias: "Continuamos a ter um enorme peso da capacidade contributiva do setor petróleo e gás, em cerca de 30%, ao passo que outros setores como a construção, agricultura, pecuária, floresta e indústria continuam muito abaixo de 10%", refere (DW África, 2016).

Esta realidade, somada ao impacto que a crise econômica de 2008 teve para a economia angolana tem sido um retroceder tendo em conta ao passado histórico do crescimento do PIB de Angola. De acordo com DW África (2016), “O crescimento da economia é demasiado brando, de acordo com Gildo Matias. O politólogo realça que, durante muito tempo, a economia angolana cresceu, em média, 15% ao ano, e o país habituou-se a isso”.

Em períodos anteriores a estes, a economia Angolana era uma das que mais crescia no continente africano e até mesmo no mundo, isso porque em anos como 2001, 2003 até 2014 a economia angolana crescia acima dos 9% ao ano, mas a baixa do petróleo no mercado internacional mudou drasticamente este cenário, prejudicando fortemente a capacidade de liquidez de Angola.

De acordo com Ambrósio (2013):

Muitos economistas e políticos em Angola têm feito muitas críticas à dependência da economia para o setor petrolífero e aconselhando a diversificação da economia em prol de outros setores, e não do setor petrolífero. Essas críticas realmente tem os seus fundamentos devido ao baixo nível de absorção do emprego, expectativas de não existência de petróleo no futuro, quebra nos preços no mercado internacional (...) (Ambrósio, 2013, p. 48).

¹⁰ Conforme DW África: <https://www.dw.com/pt-002/angola-oge-2023-ainda-com-elevada-d%C3%ADvida-p%C3%BAblica/a-64224679>.

Angola é um país com o setor industrial pouco explorado quando não se refere à extração de recursos como petróleo, diamantes e outros. De acordo DW África (2016), o setor de transformação em Angola ainda deixa a desejar, uma vez que até agora se depende em grande medida dos inputs vindos da exploração e comercialização do *crude* no mercado internacional, situação que deixa a nação em uma posição de vulnerabilidade sempre que surge oscilação para menos nos preços do petróleo no mercado externos.

A produção industrial em Angola é muito escassa e por isso não tem jogado um papel importante na balança comercial do país, não se veem produções locais que de uma forma ou outra tenham o potencial de mudar a situação econômica atual da referida nação, não se entende como em tempos de muita tecnologia o setor produtivo em Angola continua inerte e sem o esforço de acompanhar o que tem acontecido um pouco por todo o mundo. Situação que afeta grandemente o crescimento do PIB.

De acordo com Gonçalves (2010, p. 76), “Na estrutura geral deste mesmo PIB em 2008, quando a taxa de crescimento foi de 13,4% (...), a agricultura equivalia a 6,6%, a indústria a 67,8% dado essencialmente produzido pela extração, uma vez que a manufatura representava apenas modestos 4,8% –, e os serviços correspondiam a 25,7%”. Vale destacar que neste trecho do texto fica mais uma vez evidente como o setor de extração joga um papel importante na economia angolana, sendo praticamente o único setor que representa a indústria angolana.

Apesar disso, as notícias dão conta de que o setor agrícola em Angola tem registrado franco crescimento quando comparado com outras nações da região austral do continente africano, considerando o seu potencial produtivo que pouco tem sido explorado para favorecer o crescimento econômico do país. De acordo com AFD (2023):

Angola tem sem dúvida o maior potencial agrícola da África Austral, considerando os recursos hídricos do país, o clima favorável e as terras aráveis disponíveis. Este potencial está, no entanto, largamente inexplorado, com apenas 5,9 milhões de hectares cultivados na época 2020-2021, dos 35 milhões de hectares de terra arável. A produção agrícola nacional é inferior à procura, e Angola importa mais de metade das suas necessidades alimentares (AFD, 2023).

Mesmo com as parcerias públicas e privadas, o setor da agricultura em Angola parece não ter condições de andar com pernas próprias. A estagnação no crescimento de diversos setores da economia angolana é um problema histórico. Alguns afirmam que essa situação se arrasta desde a independência de Angola, em 11 de novembro de 1975. Até hoje, embora haja muitos discursos sobre a diversificação da economia, essa diversificação parece que está muito distante de ser alcançada, mas há quem afirme que já foi pior.

Conforme diz Gonçalves (2010, p. 76), “Em novembro de 1975, o aparelho produtivo atingia um grau de paralisação assustador, e as novas autoridades não encontraram o caminho da sua recuperação, nem mesmo nos setores nos quais isto seria mais fácil, como a agricultura alimentar, a pesca e o pequeno comércio”.

Porém, tendo em conta o seu potencial, Angola podia tornar-se uma grande referência na agricultura e no setor pesqueiro, se existisse vontade política. A nação possui uma grande área arável, mas infelizmente este potencial não tem sido explorado em grande escala, somente pequenas plantações familiares têm sido desenvolvidas, mas muitos destes pequenos agricultores têm tido dificuldade de escoamento dos produtos.

De acordo com Voa Português (2020, n. P.), “Numa altura em que o Governo angolano diz estar voltado para a produção nacional através do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI), na província da Huíla agricultores falam em dificuldades em escoar a produção”.

Diferente do setor agrícola encontra-se o setor de extração que, apesar de já ter dado até agora altos lucros para a balança comercial da nação, ainda assistimos uma forte concentração na exploração e produção de petróleo, este tem sido o setor com maior atenção seguida da exploração diamantífera, porém sua contribuição para a composição do PIB não chega próxima às receitas petrolíferas.

De acordo com Embaixada de Angola na Turquia (s.d, n.p): “Angola produziu um milhão e 800 mil barris por dia durante o primeiro semestre de 2013. As reservas provadas e prováveis são estimadas em 12 bilhões e 667 milhões de barris, depositadas em águas rasas, profundas e ultraprofundas”.

Apesar de haver muita informação sobre a extração de recursos naturais e principalmente acerca do petróleo, ainda é muito difícil encontrar informações reais sobre o desenvolvimento de outros setores da economia angolana, e nesta situação encontra-se a produção agrícola, numa escala nacional que tem sido difícil de mapear por pesquisadores iniciantes e que não fazem parte deste campo de estudo.

Porém, notícias sobre o assunto circulam em vários jornais e agências de notícias, mas também há várias produções acadêmicas que dão conta da realidade do setor em comparação com o período colonial, informações que não seriam tão atuais para nós. Entretanto, Angola já foi uma grande potência agrícola na sua região dentro do continente africano, café, algodão e outras culturas já foram cultivados em grande proporção, situação que de acordo com alguns ficou precária devido à guerra civil que se seguiu depois da independência de Angola.

De acordo com Embaixada de Angola na Turquia (s.d):

O café é a principal cultura do país. Seguido de cana-de-açúcar, o sisal, o milho, o óleo de palma e amendoim. Entre culturas comerciais incluem algodão e borracha. Produção de batata, arroz, cacau e banana é relativamente importante. Os maiores rebanhos são gado, cabra e porco. Tudo isso a capacidade de produção foi perdida durante a guerra civil, mas o país está a recuperar gradualmente essas produções desde que a paz foi alcançada em 2002 (Angola, [...]).

Tudo isso remete-se ao passado, hoje Angola produz muito pouco dos vários produtos que já produziu em grande escala no passado, diferente do apresentado na citação anterior. Por esta razão e não só, a economia de Angola continua estagnada depois de 2008, mesmo com a intervenção de parceiros internacionais como China, Estados Unidos da América e outros.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), (2021, p. 4), “Os principais parceiros das importações, neste período, foram: China com 18,7%, Portugal com 12,5%, Estados Unidos da América com 7,9%, Índia com 6,0%, e Reino Unido com 4,9% em relação ao valor total.”.

Porém, quando falamos de exportações os números são maiores, principalmente quando olhamos para as trocas que se faz entre Angola e China, ainda de acordo com INE (2021, p. 4), “observa-se que os principais parceiros das exportações, segundo a estrutura percentual, durante o período em análise foram: China com 60,6%, Emirados Árabes Unidos com 7,7%, Índia com 7,1%, Taiwan com 4,7% e Itália com 3,3% em relação ao valor total.”. Vale lembrar que os dados aqui referidos são de 2020.

Apesar de parecer uma relação que favorece a Angola, alguns autores, tal como Malaquias e Kiala, acreditam que essa não tem sido uma relação equitativa. De acordo com Mendes e Tian (2020, p. 57), “Ao contrário de alguns autores que demonstram que a relação bilateral pode ser mutuamente benéfica, Malaquias e Kiala argumentam que os projetos beneficiam maioritariamente a China, mesmo tendo em consideração que esta não impõe condicionalidades políticas a Angola.”. Apesar desta suposta liberdade, essas parcerias sem nenhum tipo de fiscalização têm sido palco de novos esquemas de corrupção em Angola por parte da sua elite.

De acordo com Martins (2014, p. 429), “A corrupção, em Angola, nos últimos onze anos, com o alcance da paz, não tem sido abordada na esfera do governo no poder, o fenómeno vai atingindo proporções tão alarmantes, e ameaça a segurança da democracia e quiçá do próprio Estado.”.

Isto, porque a mesma tem sido o caminho que muitos governantes têm usado para enriquecerem ilicitamente. Aquando da campanha eleitoral do primeiro mandato do atual

presidente de Angola, uma de suas maiores agendas de governo caso fosse eleito seria a luta contra a corrupção, o mesmo cumpriu o primeiro e agora está no segundo mandato e nada mudou, pelo contrário há relatos de que as coisas só vêm piorando.

De acordo com Martins (2014, p. 426), “Por que a elite governante não está interessada em combater a corrupção? O combate à corrupção para os dirigentes angolanos seria o fim do enriquecerem sem justa causa, porque, com a corrupção, eles não precisam justificar suas fortunas e, também porque o povo não exige desses uma postura que promova o bem-estar de todos”.

Devido a esse grande mal, a economia angolana tem sido seriamente afetada e seu crescimento comprometido, mas a solução dessa situação não passa pela mão do povo e sim daqueles que dilapidam a coisa pública. Ainda conforme Martins (2014, p. 426), “Para se combater a corrupção deve existir vontade política, não é a vontade do povo, mas, sim, dos detentores do poder político, das pessoas eleitas, que estão em frentes da gestão da coisa pública, cabe-lhes definir políticas pelas quais possam conduzir os destinos dos países que dirigem.”.

Tendo em conta tudo que foi dito, Angola atualmente vem lutando para se recuperar do rombo financeiro e econômico sofrido durante o período em que se viveu a pior baixa do preço do *crude* no mercado internacional, estando o valor desta matéria-prima fixado por muito tempo abaixo dos 100 dólares, que foi a realidade do setor por muitos anos, antes das várias crises que o mundo enfrentou desde 2008 com a crise financeira iniciada nos Estados Unidos da América.

3.2. SOBRE O SISTEMA DE EDUCAÇÃO EM ANGOLA

A educação em Angola passou a ser administrada pelo governo angolano logo depois do alcance da independência, que ocorreu em 11 de novembro de 1975. Com a conquista contra o então colonizador, o agora governo da recente república independente começou a articular-se para aprovar e criar um conjunto de documentos legais e ferramentas que tinham como objetivo fazer funcionar a nova república e descontinuar a educação colonial que ainda era uma realidade nas escolas do país.

De acordo com Nguluve (2006), a formação dada pelo colonizador tinha como intenção a aculturação dos povos nativos à cultura do colonizador, fazendo destes estudantes ou quadros formados críticos aos saberes e fazeres locais, tal prática continuou mesmo depois da conquista da independência, nas escolas locais, por muito tempo ainda.

Porém, de acordo com Liberato (2014, p. 1018), “A primeira alteração registada, prende-se com a aprovação da lei n. 4, de 9 de dezembro de 1975, que nacionaliza o ensino e cria um Sistema de Ensino Geral, de formação técnica e profissional, assumindo o Estado a responsabilidade de oferecer educação a todos os angolanos”. Por ser a primeira lei publicada na república angolana independente, a mesma precisava de uma complementação para poder dar conta das lacunas registradas.

Foi por esta razão que em 1977 surgiu o segundo decreto que visava aprovar uma nova lei que daria mais consistência à que já existia e melhoraria um pouco mais o sistema que ainda continuava precário e sem muita autonomia por ainda estar vivendo dos recursos didáticos que existiam no país, que reproduziam os valores e cultura do ex-opressor português. Ainda assim, a lei de 1977 foi muito importante para o processo da consolidação do sistema educacional angolano.

Conforme Liberato (2014, p. 1018), “Em 1977 foi publicado o decreto n. 26/1977, que estruturou a política educativa como meio de consolidação da independência nacional e definiu a educação como um direito assente nos princípios da universalidade, livre acesso e igualdade de oportunidades no acesso à escola e à continuação dos estudos”. Essa lei tornou a educação pública gratuita e supostamente para todos, apesar de não existirem estruturas físicas e de profissionais suficientes para atender a todos.

Apesar destes esforços do governo recém implementado, Angola e os angolanos ainda continuavam lidando com os fantasmas do ex-opressor dentro do sistema de ensino. Durante um grande período o governo de Angola continuou utilizando em sala de aulas os materiais didáticos e pessoas que transmitiam o conhecimento no viés do colonizador.

De acordo com Nguluve (2006), a educação ministrada pelo colonizador em Angola era focada na cultura e a história do colonizador, bem como de outros aspeto sociais, políticos, religiosos e outros que não contemplavam a realidade dos povos que estavam ali antes da chegada do opressor naquele território.

Mesmo com a lei de 1977 que foi criada e aprovada para a estruturação do sistema da educação angolano, a organização do referido sistema ainda era algo muito distante de acontecer, fato que era motivado pela contradição da realidade que se vivia em Angola que não caminhava em sintonia com a vontade do recente governo. Enquanto o país ainda continuava a viver com os mesmos valores herdados pela colonização, as leis criadas visavam recuperar a identidade nacional.

De acordo com Nguluve (2006):

A organização do sistema educacional (1976) partiu da necessidade de mudança do sistema de educação que Angola herdou do colonialismo português - classificado como ineficiente, limitado e, em termos culturais, mais voltado ao domínio cultural de Portugal. O sistema educacional português exaltava seus valores em detrimento dos valores nativos de Angola. Averiguando os manuais usados nas escolas, até a década de 1960 e finais de 70, ainda é possível notar a presença da ideologia de domínio colonial (Nguluve, 2006, p. 78).

Por causa dos elementos apontados na citação anterior, uma reorganização do sistema de educação angolano era urgente, porém, o professorado disponível para atuar dentro das escolas foi todo formado na visão da educação que estava vigente durante a colonização, situação que gerou um grande atraso na implementação, de fato, de uma educação que contemplasse os valores culturais e históricos angolanos.

Nas escolas não se falava sobre os heróis nacionais, os reinos que faziam parte do território que hoje constitui a república de Angola, não se dava primazia a nenhuma língua nacional e nem se falava das grandes vitórias dos angolanos nos vários conflitos contra o colonizador antes de 1961. Desta forma, a cultura portuguesa continuou sendo apresentada como superior e melhor que as locais. Pois, todo o professorado disponível na época havia sido formado com os valores que norteavam a antiga colônia.

Mas, não eram só os professores ou as professoras que constituíam um problema para a visão que se queria implementar na educação. O governo de Angola também não tinha condições de elaborar os seus próprios materiais didáticos, ficando por muito tempo refém de doações de Portugal que queria continuar a exercer influência na ex-colônia. Assim, o referido país continuou a fornecer os materiais didáticos que os mesmos utilizavam em Angola no período da colonização.

De acordo com Nguluve (2006):

E isso representou uma grande dificuldade no momento da reorganização do sistema educacional (1976), pois os professores de que Angola dispunha para a sua educação eram frutos da educação colonial. Outra grande dificuldade provinha da falta de meios materiais suficientes para a produção de novos manuais de ensino, material didático suficiente para o país, assim como de um programa eficiente para a formação dos novos professores, que pudessem colocar em prática as medidas traçadas com o objetivo de serem implementadas em Angola (Nguluve, 2006, p. 78-79).

Como se não bastasse toda essa situação que Angola estava passando, tentando adequar o seu sistema de educação perante os recursos limitados, quer seja de docentes suficientes e qualificados e de material, quer seja didático e de espaços físicos aonde seriam ministradas as aulas, o governo português continuou a criar ingerência política dentro do território nacional, fomentando conflito entre as forças políticas angolanas, o que também atrasou muito o processo de reorganização do sistema da educação e não só em Angola.

De acordo com Nguluve (2006):

As disputas políticas pelo poder, desencadeadas depois de 1975, entre os movimentos, com o incentivo externo, permite-nos pensar que a preocupação da luta estava centrada na ascensão ao poder político e no controle da economia, pois não foram medidas as consequências dos meios utilizados para que tal ambição fosse realizada. O compromisso e responsabilidade política com a paz, democracia e bem estar social, sobretudo durante os anos de 1993 a 2002, foi relegado ao segundo plano, justamente porque nenhum dos movimentos queria “abrir mão” de suas ambições particulares, pelo diálogo, para pôr fim à guerra armada (Nguluve, 2006, p. 78-79).

Essas ambições desencadearam uma guerra civil que veio piorar a situação da nação que já era preocupante; escolas e outras infraestruturas que haviam sido construídas durante o período de opressão colonial foram destruídas, deixando assim um grande número de pessoas fora do sistema de ensino, situação que não foi vivida apenas na capital do país.

Devido a todos estes constrangimentos que chegaram a resultar em uma guerra civil em Angola que teve o seu fim apenas em 4 de abril de 2002, foi somente no século XXI, propriamente em 2001, quando as coisas começaram a parecer mais calmas, que surge a primeira lei de bases que visava desvincular a prática de ensino e aprendizagem nas escolas das que aconteciam anteriormente.

Mas a Lei 13/2001, porém, também não foi muito bem sucedida; primeiro, porque não dava um estatuto concreto às línguas nacionais dentro do sistema de ensino angolano e nem mesmo deixava especificado quais conhecimentos sobre o povo angolano deveriam fazer parte do currículo nacional.

De acordo com a Lei de Base do Sistema de Educação (LBSE, 2001), o sistema de educação de Angola é laico e democrático, e visa desenvolver as devidas habilidades e competências para o exercício da cidadania, bem como ajudar na redução do analfabetismo no território nacional. A mesma lei também sistematizou de forma específica a estrutura dos subsistemas de ensino dentro do sistema de educação angolano.

Conforme a Lei de Base do Sistema de Educação (Angola, 2001, p. 5), “1. A educação realiza-se através de um sistema unificado, constituído pelos seguintes subsistemas de ensino: a) subsistema de educação pré-escolar; b) subsistema de ensino geral; c) subsistema de ensino técnico-profissional; d) subsistema de formação de professores; e) subsistema de educação de adultos; f) subsistema de ensino superior.”.

Ainda de acordo com a LBSE (Angola, 2001, p. 5), “2. O sistema de educação estrutura-se em três níveis: a) primário; b) secundário; c) superior”. O ensino primário é constituído por dos seis anos de ensino, ou seja, da 1ª classe até a 6ª classe.

Já o ensino secundário está subdividido em dois ciclos; de acordo com a LBSE (Angola, 2001), constitui-se como primeiro ciclo do ensino secundário o conjunto das classes 7^a, 8^a e 9^a; por sua vez, o segundo ciclo do ensino secundário é formado pelas classes 10^a, 11^a e 12^a. Estes são os níveis que antecedem o ensino superior, porém existem casos em que determinados cursos do ensino médio vão até a 13^a.

Quando pensamos na educação infantil, que inclui a creche e pré-escolas, ainda há muitos desafios a serem ultrapassados, tendo em conta a pouca operacionalidade deste serviço na esfera pública, sendo este tipo de mercado dominado por redes de instituições privadas de todo porte que oferecem a educação infantil, nomeadamente, a creche.

A referida lei também reforçou o estatuto da língua portuguesa como sendo o principal meio de ensino dentro das instituições de ensino, no espaço geográfico que constitui a república de Angola, citando que as demais línguas nacionais poderiam ser utilizadas como língua de ensino nos níveis de educação de adultos leccionados durante a noite, ficando visível a falta de atenção que as mesmas mereceram.

De acordo com a Constituição de Angola (2010), o estado valoriza e promove a utilização das línguas nacionais. Todavia, a realidade apresenta-nos um cenário bem diferente da relatada na carta magna da nação. Em Angola existem mais de 20 línguas nacionais, nomeadamente: Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca, Fiote, Nganguela e outras; dentre estas a mais falada é Umbundo, depois do português, que é a língua oficial.

Porém nenhuma delas tem uma regulamentação legal para ser usada de forma oficial dentro das escolas ou outros lugares em que se estabelecem relações institucionais. Com a regularização da língua portuguesa como a língua oficial de ensino no sistema de educação do país, as restantes línguas faladas em Angola ficaram sem lugar de destaque dentro dos currículos nacionais.

Trazendo de volta a discussão que dificultou a efetiva implementação de um sistema de educação que valorizava os aspectos culturais e histórico do país lá em 1975 e 1977, nas primeiras leis aprovadas sobre o sistema de educação de Angola, apesar de nesses períodos terem existido leis que se preocupavam com a nacionalização da educação de Angola, o processo de assimilação pelos quais o professorado e a elite angolana passaram fez com que as línguas nacionais fossem marginalizadas e excluídas dos currículos até os dias de hoje.

Muitos que continuavam dentro do sistema de ensino como professor e professora ainda tinham essa visão assimilada aos valores e cultura do colonizador e, para estes, as línguas nacionais deviam ser um assunto ultrapassado em tempos modernos. Apesar de

muitos pensarem assim, as referidas línguas continuavam vivas e faladas por um grande grupo de angolanos e angolanas que não tiveram uma forte ligação com os valores do colonizador.

Mesmo não dando um estatuto às línguas nacionais, as leis que se seguiram, com a intenção de atualizar as leis vigentes, foram na contramão do esperado. Em 2016 foi aprovada a LBSE n. 17/16, a mesma substituiu a LBSE n. 13/01 que até então estava em vigor. Na mesma sequência, em 2020 foi aprovada a LBSE n. 32/20, que substituiu a LBSE n. 17/16, e essas integram no sistema de ensino outras línguas que não são as nacionais, tal como Inglês e o Francês.

Pelas leis de 2016 e 2020, passou a ser obrigatório o ensino da língua inglesa e francesa nas escolas angolanas. Para justificar a situação, o governo alegou que a medida foi tomada para tornar os estudantes angolanos mais bem preparados para fazer face às atuais demandas do mercado de trabalho. De acordo com os documentos oficiais, a introdução destas línguas no sistema de ensino traria inovação no processo de ensino e aprendizagem.

Mesmo depois da aprovação de três leis para a realidade angolana em tempos modernos, as línguas nacionais continuam sem desempenhar nenhum papel dentro do sistema formal de educação; até o momento dessa escrita, nenhuma lei ou intenção do governo de Angola na direção da sua regularização foi registrada, apesar do esforço da sociedade civil que tem buscado meio da regularização das referidas línguas.

Situação que segue assim até hoje. Atualmente há um movimento criado por vários grupos e elementos da sociedade civil, o mesmo movimento visa aprovar um projeto de lei que coloca as línguas nacionais nas salas de aula em todo o país, conforme a realidade de cada região.

De acordo com Jornal de Angola (2019, n. p), “Acadêmicos, autoridades tradicionais e membros da sociedade civil juntaram-se, na Biblioteca Nacional, em Luanda, para avaliarem a Proposta de Lei das Línguas de Angola, que será submetida ao Conselho de Ministros e, posteriormente, à Assembleia Nacional, para a aprovação.”. Este movimento surge em meio aos descontentamentos, motivado pela proteção que a constituição angolana confere à língua portuguesa e pouco ou nada fala sobre as línguas que já eram faladas naquele território antes do colonizador chegar àquela geografia. Ainda conforme o Jornal de Angola (2019),

O director-geral do Instituto de Línguas Nacionais, José Pedro, disse que as línguas nacionais de Angola precisam de proteção(sic) jurídica que lhes permita obter maior dignidade. Segundo o responsável, a Constituição da República consagra este direito apenas à língua portuguesa. “Já em relação às outras faladas no país, não se lhes confere um estatuto próprio com a finalidade de proteger e definir claramente o que são e qual o papel que devem desempenhar na sociedade” (Jornal de Angola, 2019, n.p).

Este movimento tem ganhado força, fato que permitiu chamar a atenção do governo angolano e resultou na criação desse projeto de lei que pretende conferir um estatuto de línguas e sua devida proteção e inserção dentro do sistema de educação em Angola.

A Lei n. 13/01 surgiu um ano antes do alcance da paz da guerra civil, período em que o país carecia de estabelecimentos de ensino público e inclusive privado; a guerra havia destruído várias estruturas, deixando assim muitos lugares do país sem espaços adequados para que as aulas fossem ministradas.

Depois do alcance da paz, o governo de Angola, com apoio de parcerias internacionais, começou um processo de reconstrução do país que propiciou a criação de mais escolas de todos os níveis de ensino, inclusive instituições do ensino superior. A construção de mais escolas contribuiu para que mais pessoas pudessem acessar o sistema de ensino e melhorou as condições dos estabelecimentos já existentes, mas o problema ainda não estava resolvido.

Ainda existiam no país vários lugares em que as condições das escolas eram precárias, constituindo com isso também precariedade nas condições de trabalhos dos professores e professoras. Muitos desses docentes eram obrigados a trabalhar em condições que não eram adequadas e muitos deles e delas não podiam reclamar disso por medo de perderem os seus empregos ou até mesmo ainda devido às altas despesas que tinham e precisavam muito manter um emprego fixo.

3.3. O CURRÍCULO PRATICADO NAS ESCOLAS E COLONIALIDADE DO PODER EM ANGOLA

Considerando o que foi discutido nas seções e parágrafos anteriores deste texto sobre Angola, é relevante reiterar que esse país africano, assim como o Brasil, foi uma colônia de Portugal. As lutas armadas pela libertação do domínio português persistiram desde o século XV até o alcance da independência em 11 de novembro de 1975, no entanto, um duradouro calar das armas aconteceu apenas em 4 de abril de 2002, quando registrou-se o final da guerra civil que começou logo depois de 11 de novembro de 1975.

Apesar dos esforços e sacrifícios de homens e mulheres que lutaram por essa causa, Angola não conseguiu evitar a significativa assimilação da cultura e história do seu ex-colonizador. Este processo era um objetivo pretendido por Portugal para todas as suas ex-colônias de ocupação, o que tem dificultado até hoje muitos dos processos de desenvolvimento desta nação. Isso contrasta com algumas nações africanas que avançaram preservando seus valores culturais e históricos, tais como Nigéria, Senegal, Gongo e outras.

De acordo com Tavares (2009, p. 2), “No período colonial, particularmente, durante o ‘Estado Novo’ de Salazar, a ‘acção educativa’ afigura-se como ‘missão civilizadora’ com o intuito de legitimar a presença e dominação colonial portuguesa em África”. Essa missão tinha como objetivo afastar o colonizado de sua própria cultura e história, um feito que obteve êxito em Angola.

Desta forma, Tavares (2009) afirma que, dentre os países africanos, Angola foi um dos que mais absorveu os valores culturais e históricos do ex-colonizador, formando uma elite governante que não se identificava com os valores sociais arraigados na sociedade angolana. Essa elite era composta por muitos indivíduos que lutaram pela libertação da nação, entretanto, possuíam ligação direta com o regime colonial, inclusive alguns chegaram a ser enviados para estudar em Portugal ainda no período colonial, entre eles: o primeiro presidente de Angola Dr. Antônio Agostinho Neto, Lúcio Lara e outros.

Ocorrendo, assim, uma quase generalizada assimilação pela elite daquela nação. No entanto, nesta parte do texto, pretende-se abordar como essa assimilação dos valores herdados do outro impactou e continua impactando negativamente a educação em curso em Angola, especialmente considerando o currículo adotado pelas escolas angolanas. Trata-se de um currículo que não dialoga com a realidade local e que desconsidera a necessidade de uma educação multicultural no país, apesar deste não ser o modelo de educação praticada nas escolas angolanas em quase nenhuma localidade do país.

De acordo com Silva (2016, p. 257), “Essa educação multicultural pressupõe, evidentemente, modos de atuação diversos, em um constante diálogo com a sociedade, no sentido deliberado de desfazer preconceitos, promover a igualdade de oportunidades e adotar políticas de valorização de culturas historicamente marginalizadas.”. Este quadro ainda demandará um longo período para se concretizar em Angola, considerando as práticas educacionais que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem nas escolas desse país.

Deste modo, a ação educativa em Angola continuará enfrentando desafios semelhantes aos do passado. Ainda de acordo com Tavares (2009):

A ação educativa do regime colonial tinha como dogma a “des-africanização das mentes” dos colonizados e a sua integração na cultura e civilização europeias, com o intuito de transformá-los em trabalhadores obedientes e conformados com o status quo colonial. Nessa ótica, as escolas foram espaços de excelência na reprodução da cultura europeia dominante, fazendo-se tábua rasa da história e da cultura nativa dos africanos (Tavares, 2009, p. 2).

Atualmente, ainda testemunhamos um cenário semelhante nas escolas de Angola e em toda a sociedade, onde sutilmente se instrui a desvalorização dos hábitos e costumes locais em

favor dos valores europeus. Tal como no passado, o que é ensinado é determinado pelo governo, removendo do currículo conhecimentos valiosos para o processo de ensino e aprendizagem.

O currículo escolar adotado nas escolas angolanas enfatiza os conhecimentos científicos como sendo de extrema importância, mas negligencia muitos saberes locais essenciais da cultura e história de Angola, ausentes do currículo. Isso resulta na falta de compreensão da verdadeira história da nação pelos angolanos, contribuindo para fortalecer o processo de neocolonização que há muito tempo se estabeleceu globalmente e de maneira significativa em África após a Conferência de Berlim, ocorrida nos anos de 1884 e 1885.

De acordo com Capossa (2005), a conferência de Berlim foi uma ocasião importante para a consolidação das/os nações/reinos opressoras/es no domínio do continente africano, pois este evento marcou a partilha do referido continente entre as nações opressoras que até aquele momento tinham se estabelecido em alguns reinos locais como opressores; essa partilha visou evitar conflitos entre as nações europeias que haviam desumanamente adentrado ao continente que hoje é conhecido mundialmente como África.

Situação que levou à marginalização do continente e de suas populações até os dias atuais. Portanto, é importante posicionar o africano como figura central nas discussões presentes nos currículos adotados pelas escolas dessas nações, especialmente em Angola. De acordo com Silva (2016, p. 258), “Colocar o africano/afrodescendente como agente da história no mundo ocidental, uma vez que nos últimos quinhentos anos estiveram à margem da história social, cultural, econômica e religiosa, torna-se, assim, um dos princípios básicos da teoria e da prática afrocêntricas”.

Apesar de todas essas lacunas nos currículos, não tem sido contemplado nas pautas de reivindicações do Sinprof nenhum ponto que dê conta da necessidade de reformular este instrumento valioso para permitir que o mesmo passe a dialogar com outros saberes e fazeres locais. Fica evidente que essa demanda não é muito importante para as agendas atuais deste sindicato.

Essa situação exige pensar até que ponto as lideranças do Sinprof enxergam as lacunas, ou se há lacunas nos currículos praticados nas escolas do ponto de vista desta instituição, uma vez que a mesma lógica que vem sendo privilegiada nos currículos angolanos há muitos anos ainda privilegia ideais ocidentais; não quero com isso dizer que não há hoje no currículo dados que já dialogam com a realidade local, mas isso ainda se faz de forma muito tímida.

De acordo com Quijano (2005), a construção intelectual do desenvolvimento da modernidade gerou uma visão de conhecimento e uma metodologia para produzi-lo que refletem a natureza do sistema global de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocêntrico. Esta forma específica de abordar e criar conhecimentos é identificada como eurocentrismo.

Desta forma, precisamos novamente recorrer ao autor citado no parágrafo anterior para conceitualizarmos o termo eurocentrismo, assim, conforme Quijano (2005):

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado (Quijano, 2005, p. 126).

Muitos dos padrões mencionados pelo autor na citação anterior têm sido aqueles que impulsionaram a colonialidade do poder. Portanto, é fundamental destacar o papel significativo que o capitalismo ainda desempenha nos dias atuais para subjugar as nações mais pobres. Sobre a colonialidade do poder, de acordo com Quijano (2005), a colonialidade do poder é o sistema de domínio que emerge em paralelo ao capitalismo moderno/colonial eurocêntrico, iniciado com a chegada à América em 1492.

Entretanto, no continente africano, a colonialidade do poder deu-se fortemente também pela des-africanização das mentes por meio da educação, levando em consideração a estrutura governamental opressiva predominante na época. De acordo com Habte e Wagaw (2010, p. 818), “Para os regimes coloniais, a educação ocidental tornara-se uma arma poderosa de aculturação; ela modelava a mentalidade da elite por ela formada, adestrando-a a desejar certos aspectos da cultura europeia — indumentária, culinária, leis, formas de governo e bens de importação”.

Desta forma, o colonizado se assemelhava cada vez mais ao colonizador a cada ano que passava. Isso porque toda a sua maneira de ser e estar estava alinhada, até certo ponto, à do seu opressor. Essa situação propiciou, nos dias atuais, que essas elites assumissem o papel do opressor. Conforme Freire (1968) afirma, quando o oprimido não tem nenhuma outra referência além do opressor, aos poucos ele próprio se tornará à imagem e semelhança do opressor, oprimindo outros em seu lugar.

Apesar da visão progressista que essa educação pode ter conferido aos nacionalistas e independentistas angolanos, bem como em toda a África, permitindo articulações que deram início às lutas culminando com as independências de várias nações africanas, essa mesma educação também proporcionou a essa elite uma percepção distante de sua própria realidade.

Eles passaram a se considerar superiores em relação àqueles que não tinham a mesma instrução. Tais preconceitos também abarcavam os conhecimentos e práticas locais.

Ainda de acordo com Habte e Wagaw (2010):

Esta elite instruída começava a conhecer mais superficialmente e a não mais atribuir valor algum à história da África, às suas ideias religiosas, aos seus costumes indumentários, à sua culinária, à sua arte, à sua música, aos seus modos de vida em geral, muito distantes dos grandes centros urbanos, porém, sempre predominantes nas regiões rurais (Habte; Wagaw, 2010, p. 819).

Apesar do desinteresse pela cultura local que demonstravam e ainda demonstram nos dias atuais, muitos desses indivíduos experimentaram e ainda experimentam uma popularidade significativa na sociedade, o que os levou a almejar rapidamente o poder político. Esse espaço seria facilmente conquistado, uma vez que possuíam o domínio do conhecimento da “língua comum” – o português –, ensinada nas escolas e falada por uma grande parcela da população urbana de Angola e além. Recorrendo novamente a Habte e Wagaw (2010):

O nível dos estudos atingidos no sistema de educação ocidental e o domínio dos idiomas europeus revelavam-se determinantes com vistas a ganhar a confiança das massas. Particularmente, a sua educação ocidentalizada permitiu aos dirigentes nacionalistas transcenderem as barreiras étnicas entre grupos linguísticos, transformando-os em porta-vozes do conjunto de povos dos territórios coloniais, independentemente da sua língua ou da sua nacionalidade. Esta condição representava para estes dirigentes uma vantagem decisiva em relação aos chefes tradicionais, os seus principais rivais na disputa pela sucessão dos colonizadores, aos quais não se lhes conferia a possibilidade de comunicação, por via de regra, muito além do seu próprio grupo étnico (Habte; Wagaw, 2010, p. 820).

Aproveitando essa oportunidade, as elites que atualmente governam Angola e continuam a educar seus filhos com viés ocidental, começaram a consolidar sua influência nas comunidades em que estavam inseridas há muitos anos atrás. Antes disso, essas elites começaram a seguir passos rumo à construção de uma nação democrática.

Logo após a conquista da independência em Angola e em grande parte do continente africano, as elites formadas com mentalidade colonial estavam preocupadas com a nacionalização e a reestruturação do sistema educacional. No caso de Angola, a primeira lei para a nacionalização do sistema de educação foi aprovada em dezembro de 1975, apenas um mês após a libertação do jugo colonial.

Dialogando com Habte e Wagaw (2010):

De um modo geral, os dirigentes políticos haviam igualmente compreendido que, para fazer da educação o instrumento da descolonização mental e do desenvolvimento econômico, não era suficiente expandir e consolidar o sistema herdado dos regimes coloniais, seria igualmente necessário reformá-lo e adaptá-lo às necessidades das sociedades africanas pós-coloniais. (Habte; Wagaw, 2010, p. 820).

Tal ímpeto não ocorreu em Angola conforme preconizado em outras partes do continente. Primeiramente, ao instituir o processo de nacionalização da educação em Angola, elegeu-se a língua do ex-colonizador como língua única de ensino no sistema educacional nacional; voltando para Liberato (2014), o autor destaca que a primeira mudança registrada está relacionada à aprovação da Lei n. 4, de 9 de dezembro de 1975. Essa lei nacionalizou o ensino e estabeleceu um Sistema de Ensino Geral, incluindo formação técnica e profissional. Com essa medida, o Estado assumiu a responsabilidade de proporcionar educação a todos os angolanos. Em segundo lugar, as línguas nacionais foram relegadas a um papel secundário, permitindo-se sua utilização apenas no ensino noturno destinado a adultos. Em terceiro lugar, o sistema de ensino continuou a utilizar o mesmo material didático - livros e apostilas - empregado no período colonial, conforme já mencionado em diversas seções deste texto.

Esses livros reforçam a todo o momento as representações de inferioridade, em todos os aspectos, do povo nativo, mesmo quando em alguns momentos passam uma imagem, em suas ilustrações, de uma convivência harmoniosa entre o opressor e o oprimido. Tal situação resultou nos discursos que ainda se ouvem no cotidiano angolano, frases como: “negro não sabe nada”, “coisas feitas por negro não prestam”, “negro só sabe fazer filho” e outros discursos que acabaram adentrando no ambiente escolar no período pós-colonial.

Estes livros e apostilas visavam marginalizar a cultura e história local, colocando sempre o povo nativo no lugar de subalterno. De acordo com Neto (2005):

A educação colonial portuguesa dividiu Angola intelectualmente e criou entre os angolanos enormes preconceitos relacionados a seus próprios valores culturais; incentivou rivalidades étnicas e sociais com grandes consequências posteriores que levaram a conflitos sucessivos. Os educadores portugueses procuraram legitimar a continuação das atitudes de superioridade cultural e racial. Os dogmas básicos das teorias racistas pseudocientíficas eram amplamente usados no ensino, de tal maneira que várias gerações de estudantes nativos não foram capazes de examinar de forma crítica o conhecimento e o saber adquiridos (Neto, 2005, p. 126).

O fato de o sistema permanecer por um tempo usando estes mesmos materiais prejudicou fortemente a valorização da história e cultura local, fazendo com que as escolas reproduzissem os mesmos dogmas de dominação para todos que frequentavam o sistema de ensino em Angola. Contudo, é importante mencionar que, em certo período, o governo de Angola buscava meios para melhor estruturar a educação disponibilizada para a população. No entanto, enfrentava contradições entre o local e o ocidental, tendo em conta a matriz formativa das elites que nesta altura já governavam o país.

Ainda conforme Habte e Wagaw (2010), devido à desconsideração dos indivíduos educados no sistema ocidental em relação ao sistema de educação nativo, o avanço da educação ocidental não colaborava para o aprimoramento do conhecimento em história, cultura, agricultura, saneamento, habilidades artesanais e práticas tradicionais de produção. No entanto, estes últimos ainda eram fundamentais para a sobrevivência nas regiões rurais.

Situação que continua sendo a realidade de várias zonas rurais de Angola, onde ainda são preservados muitos saberes e práticas que, infelizmente, as escolas não contemplam em seus currículos. E isso tem sido motivado pela matriz formativa daqueles e daquelas que têm governado a nação desde sua independência, um fato que tem se refletido em quase todas as instituições angolanas, sejam elas novas ou não. Embora Angola seja uma única nação, em seu território convivem diversos grupos sociais com características culturais distintas. Nesse contexto, o que é considerado cultura em uma região pode não ser reconhecido como tal em outra, embora todas compartilhem a transmissão oral desses conhecimentos, uma tradição que tem se enfraquecido ao longo do tempo.

Se o governo tivesse implementado o plano que vários líderes africanos defenderam, sobre a urgente necessidade da africanização dos sistemas de educação das nações africanas, as escolas angolanas, de modo semelhante a muitas outras nações do continente africano, teriam um currículo que dialoga com a realidade local. Isso levaria em consideração a história e a cultura dos povos de Angola e de outras nações africanas, e até mesmo do mundo.

Vale lembrar o que diz Habte e Wagaw (2010):

Quando da independência, os dirigentes africanos compreenderam faltar-lhes, a um só tempo, expandir e reformar o sistema de ensino colonial. Para retomar os termos do presidente da Guiné, Sékou Touré: “Nós devemos africanizar a nossa educação e livrarmo-nos das falsas ideias herdadas de um sistema educativo concebido para servir aos objetivos coloniais.” Todos os dirigentes estavam de acordo acerca da necessidade de uma ampliação do sistema educativo. Salvo raras exceções, como o presidente do Malawi, quem preconizava copiar sem hesitação o sistema próprio à *public school* inglesa e aclamava as virtudes da educação fundada sobre o estudo do latim e do grego, a maioria dos chefes de Estado africanos entrou em consenso acerca da necessidade de africanizar o ensino e ancorá-lo em estruturas africanas. (Habte; Wagaw, 2010, p. 827).

Dessa forma, precisava-se de um alinhamento dessas ideias com as práticas reais adotadas em várias nações. Enquanto isso não ocorria, muitos países africanos – como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e outros de língua oficial portuguesa – continuavam a receber apoio financeiro de seus ex-colonizadores, permitindo que estes influenciassem em seus sistemas de educação e, com isso, nos conteúdos ministrados nas salas de aula.

Observaram-se alterações visíveis nesses sistemas educacionais muito tempo após suas independências. No caso de Angola, embora tenha conquistado a liberdade da opressão colonial em 11 de novembro de 1975, a primeira lei como república independente que regulamentava a educação foi criada em dezembro do mesmo ano. Porém, somente em 2001 foi promulgada a primeira Lei de Base do Sistema de Educação (LBSE) por meio do Decreto Lei n. 13/2001.

Apesar de não ser uma lei que contemple uma educação com características mais humanizadas, considerando a relação de suas diretrizes com a realidade social dos alunos, a referida lei inaugurou um período de legislações locais que buscavam se alinhar com as práticas modernas de educação adotadas globalmente. No entanto, essa legislação priorizava uma educação profissionalizante, deixando de lado aspectos culturais e históricos.

Isso resultou na ausência de um ensino detalhado da história e cultura de Angola dentro da lei, dando prioridade a línguas estrangeiras (Inglês e o Francês), sob a alegação da necessidade de atender às demandas do mercado de trabalho atual. Assim, a disciplina de história se restringia a mencionar alguns dados sobre a colonização, como o comércio triangular de pessoas escravizadas entre África, América e Europa. Sobre os nossos heróis antes dos dias atuais, falava-se apenas sobre a rainha N'zinga a Mbande¹¹, o rei Mandume ya Ndemufayo¹², rei Ekuikui II¹³ e outros, porém nada de forma muito detalhada, parecendo que

¹¹ Nzinga a Mbande, rainha do *Ndongo* e do *Matamba*, símbolo da resistência ao colonialismo português. Os reinos de *Ndongo* e *Matamba* foram importantes estados africanos existentes antes da chegada dos portugueses; uma sociedade hierarquizada e organizada, com domínio do comércio, metalurgia, agricultura. Atualmente, são parte do que hoje conhecemos como Angola. Nzinga nasceu entre 1581/82, anos após a chegada à região do navegador português Paulo Dias de Novais (1560) e da fundação da cidade de Luanda (1575), em um contexto de lutas e resistência contra a ocupação portuguesa. A partir de 1580, os portugueses intensificaram o comércio de escravizados, entraram em guerra contra o *Ndongo* e conquistaram toda a região. Filha de Ngola Mbande Kiluanji, rei do *Ndongo*, mostrou-se exímia negociadora ao ser enviada pelo irmão, sucessor do rei Ngola Mbande, à Luanda, um dos maiores centros de exportação de escravizados do continente africano, a fim de negociar um tratado de paz que estabeleceria o respeito à soberania do reino. Nzinga conhecia bem a língua e a cultura portuguesa, em virtude dos contatos com missionários e comerciantes que passavam pelo *Ndongo*. Apesar do período de paz que se seguiu à assinatura do tratado, os conflitos retornaram com a substituição do vice-rei português por um sucessor que não respeitou os compromissos assumidos. Com a morte de Ngola Mbande, seu irmão, Nzinga tornou-se rainha; impôs sua autoridade aos chefes locais, conquistou o reino vizinho de *Matamba* e tornou-se uma forte figura política na região. Conforme: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/nzinga-mbandi-2013-a-rainha-guerreira>. Acesso em: 15 jan. 2024.

¹² Mandume ya Ndemufayo (Embulunganga, Reino Cuanhama, 1894 — Oihole, Reino Cuanhama, 6 de Fevereiro de 1917) foi o 17º e último monarca do Reino Cuanhama ainda independente. Foi também, para todos os efeitos, o líder militar e político da Confederação dos Reinos Ovambos durante as batalhas do Sudoeste Africano, na Primeira Guerra Mundial. Mandume ya Ndemufayo nasceu em 1884 nas terras do Reino Cuanhama, um estado nacional dos povos cuanhamas, do grupo etnolinguístico dos ovambos, do sul de Angola e norte da Namíbia. Conforme: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mandume_ya_Ndemufayo. Acesso em: 15 jan. 2024.

¹³ **Ekuikui II** (Reino Bailundo, c. 1818 - Reino Bailundo, c. 1890), nascido **Jolomba Chissende**, foi o vigésimo **Soma Inene** (rei) do Reino Bailundo, na **Angola** colonial. Governou o Bailundo entre 1876 a 1890 e resistiu à ocupação **portuguesa** nas terras do **Planalto Central de Angola** por 14 anos. Ekwikwi II estabeleceu uma aliança com Ngunaduma I, rei do Bié, para fortalecer a sua posição na região. Foi sucedido por Numa II. Ekuikui II é símbolo da resistência não só entre os bailundos, mas também os outros povos ovimbundos. Conforme:

se busca evitar alguns temas, ou ainda, como se fosse proibido falar sobre o assunto mais a fundo. Fala-se também de algumas datas como o 4 de fevereiro 1961, que teria marcado o início da luta armada contra o ex-colonizador de acordo com a opinião de muitos nacionalistas, e outras datas que parece termos a permissão de saber.

Entretanto, o currículo omite vários outros dados e elementos que compõem a história desta nação. Nas nossas ruas, vemos apenas homenagens aos heróis do partido que governa o país desde a independência e de soberanas/os de outras eras. Nossas diversas culturas também são ignoradas nos currículos, escolhendo-se apenas algumas delas para representar o país, como a estátua do icônico pensador que até mesmo aparece na moeda nacional. Todo o resto é esquecido, salvo em inaugurações de obras públicas realizadas por entidades fora da capital do país.

Figura 1 - Esculturas em madeira do pensador



Fonte: Google imagem – Disponível em :https://www.google.com/search?sca_esv=d07f85f75a168a72&sxsrf=ACQVn0_YPzNwxIBGLbDvCr82fmyoW_nGww:1706892153428&q=imagem+do+pensador+angolano&tbm=isch&source=lnms&sa=X&ved=2ahUKEwig-OXjjI2EAxUBqZUCHcLdBRUQ0pQJegQICxAB&biw=1364&bih=589&dpr=1#imgrc=RUD-e31FTbOKzM

Fala-se pouco sobre a origem dos povos que habitam Angola e sobre a história das línguas faladas no país antes da chegada dos colonizadores. Até os dias de hoje, as escolas em Angola evitam discutir questões raciais, muitas vezes considerando-as irrelevantes. Isso permite que a escola atenda aos interesses de dominação de uma pequena elite angolana. Reconhecemos que a educação, por seu potencial de promover a liberdade, poderia fomentar movimentos ameaçadores ao governo autoritário que governa a nação desde sua fundação como república.

Portanto, é válido refletir sobre a ausência de discussão nos currículos escolares sobre as relações étnico-raciais. Angola foi colonizada e ainda tem em sua população uma pequena

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ekuikui_II. Acesso em: 15 jan. 2024.

parcela de pessoas brancas e não brancas, que reproduzem o racismo nesses espaços. Mesmo sendo uma prática constante a mídia local não dá cobertura a isso, porque se acredita que não existem divergências raciais em Angola e qualquer debate sobre isso não passa de mera especulação. Apesar de muitos encararem tais atos de racismo compostos pelas microagressões raciais como brincadeiras ou insistência da negação da existência do racismo, não o são de forma alguma. De acordo com Nguluve (2018):

A educação para as relações étnico-raciais tem sido uma preocupação, não apenas de países onde são visíveis a oposição entre brancos e negros (Brasil, EUA e África do Sul), mas também em contextos como o de Angola se confronta, pela experiência colonial, a problemática do racismo ainda mais complexo. É complexo, pois: a) o fato de ser um país fundamentalmente negro, a ideia geral que passa é de que não há racismo, pois, tal se dá na lógica branco x negro. Todavia, quando se trata de “preferências culturais” vêm à tona os elementos classificatórios tipicamente do sistema colonial. Preferência que resulta de um processo de educação que hierarquiza e racializa as culturas (Nguluve, 2018, p. 107).

Nesse contexto, uma educação para as relações étnico-raciais como se propõe em outros países, sendo uma conquista reconhecida do movimento negro naqueles lugares, poderia desafiar a superficialidade das percepções sobre o racismo, revelando as intrincadas camadas de preconceitos e discriminações presentes na sociedade angolana, muitas vezes camufladas sob a aparente homogeneidade étnica. A compreensão de que o racismo não se limita a uma dinâmica simplista de confronto entre brancos e negros é fundamental.

É necessário investigar as sutilezas das relações sociais, culturais e educacionais, a fim de desvendar como as estruturas de poder colonial ainda influenciam a valorização de certas culturas em detrimento de outras, criando uma hierarquia cultural que perpetua desigualdades e marginalizações. O desafio reside em promover uma educação que reconheça, problematize e desconstrua essas lógicas, fomentando uma consciência crítica e uma convivência baseada na valorização da diversidade étnico-racial e cultural.

O silenciamento acerca da revisão dos currículos educacionais praticado nas escolas angolanas tem sido uma situação/realidade histórica, pois reflete as dinâmicas complexas das elites que, muitas vezes, continuam enraizadas nas estruturas culturais e históricas legadas pelo ex-colonizador. Um exemplo marcante dessa persistência é observado no período pós-independência de Angola, sob a liderança do Dr. António Agostinho Neto; a primeira-dama da nação era portuguesa, e diversos membros proeminentes do governo, incluindo figuras como Lucio Lara, também mantinham sua nacionalidade portuguesa.

Essa realidade evidencia as tensões entre a busca por autonomia nacional e a presença influente e, por vezes, dominante, da cultura e das figuras ligadas ao ex-colonizador, gerando

debates e questionamentos profundos sobre a verdadeira independência e descolonização das estruturas políticas e sociais.

Não se pode negar a vital importância que esses nomes tiveram nas lutas de libertação de Angola, mas sua ligação ideológica com a cultura do colonizador acabou afetando o desenvolvimento de certos debates tais como: o racismo (relações étnico-raciais), discussão profunda sobre o processo colonial, a valorização da cultura, discussão sobre a história real de Angola e outros igualmente importantes para o contexto angolano. Essas presenças e a concepção da omissão de debates das relações étnico-raciais por parte desses líderes prejudicaram os esforços que poderiam ter sido realizados em prol da construção de uma Angola mais democrática para todos, mesmo após a independência do país e de suas instituições.

É relevante salientar que, tal como ocorreu em Angola durante as independências das nações africanas, muitos dos primeiros presidentes dos países africanos tinham esposas brancas (estrangeiras) e mantinham laços estreitos com o ex-colonizador, chegando a referir-se às nações opressoras como a pátria mãe. Isso perpetuou não apenas a dominação epistemológica, mas também outras formas de subjugação.

Neste contexto, é oportuno fazer referência a Fanon (2008), que aborda o tema das "peles negras e máscaras brancas". Embora muitas dessas elites fossem majoritariamente compostas por homens e mulheres negros, muitos deles viam a si mesmo como brancos devido aos privilégios de que desfrutavam e continuavam a ter. Isso levava à subvalorização de assuntos considerados prioritários para a sociedade e para o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, nota-se um amplo processo de dominação, agora protagonizado por aqueles que, no passado, foram também vítimas durante o período colonial. Nguluve (2018) aborda aspectos semelhantes a essa temática ao discutir o contexto em que o colonizador é negro. Esse texto despertou minha atenção ao explorar questões relevantes para nossa sociedade no que diz respeito às relações étnico-raciais em Angola, porém, frequentemente negligenciadas nos currículos educacionais formulados em Angola.

Isso evidencia a forte presença da colonialidade nas relações sociais e institucionais estabelecidas no país, caracterizando-se também como uma colonialidade de poder. Essa dinâmica tem sido utilizada pelas elites para reprimir qualquer esforço em direção a uma educação mais inclusiva no que diz respeito aos conteúdos ministrados.

Apesar de o Sinprof não dar prioridade aos currículos em suas pautas, nos últimos anos, tem lutado para garantir uma maior dignidade aos profissionais da educação, apesar das interferências dos governantes angolanos.

Não podemos negar a vital importância dos sindicatos criados mais recentemente em se inspirarem em alguns sindicatos mais experientes. O mesmo ocorre com sindicatos experientes. Essas trocas permitem o amadurecimento de suas demandas, estabelecendo diálogo com outros contextos isso ajuda a reconhecer as suas falhas ou expertises. No entanto, é preciso que seja olhado para várias direções e não se concentrar apenas em lugar, como se o aprendizado só existe ali.

É frequente encontrar nas redes sociais do Sinprof, administradas no Facebook, referências de vários sindicatos. Essas menções não se limitam apenas aos que se dedicam a questões educacionais, abrangendo diversos setores. Algumas opiniões sugerem que se deveriam seguir o exemplo desses sindicatos, citando conquistas satisfatórias em relação às suas reivindicações.

Mais uma vez fica evidente a colonialidade presente em Angola. De acordo com Quijano (2008), o conceito de colonialidade fundamenta-se na ideia de que, apesar do fim do colonialismo, persiste uma lógica de relação colonial entre os conhecimentos, estilos de vida diversos, Estados-Nação, grupos humanos, entre outros. Em Angola, essa realidade é evidente, pois constantemente se busca estabelecer comparações entre a atual república e o ex-colonizador. O saudosismo em relação à antiga metrópole, que beneficiou uma minoria em detrimento da grande maioria, ainda é tema de discussões até os dias atuais nos fóruns informais e de forma tímida nos formais também. Essa realidade continuará a obstruir a emergência de instituições comprometidas com a democracia e a verdade, considerando a trajetória histórica do país. Dessa maneira, os oprimidos simplesmente mudam de opressor, permanecendo à mercê de uma nova elite que, assim como o ex-colonizador, busca dominar sem enfrentar questionamentos ou buscar respostas para questões sociais cruciais.

Fanon (2019), em sua obra "Os Condenados da Terra", elabora minuciosamente sobre as complexidades enfrentadas pelas nações recém-independentes, destacando a persistência do neocolonialismo, a presença arraigada da colonialidade e a influência contínua dos padrões de vida do ex-colonizador mesmo após a obtenção da autonomia política. O autor adverte enfaticamente para o potencial desses elementos em atrasar o progresso democrático dessas nações, abrindo espaço para o surgimento de novas elites locais que, ironicamente, assumiriam papéis semelhantes aos dos antigos opressores, perpetuando, desse modo, a dominação sobre seus próprios compatriotas.

Ao apontar a persistência desses vestígios coloniais, Fanon (2019) ressalta não apenas os desafios econômicos e políticos que surgem após a independência, mas também as complexidades psicológicas e sociais que moldam a identidade das sociedades pós-coloniais. Sua análise incisiva destaca as interações complexas entre os colonizados e os ex-colonizadores, além de enfatizar os riscos de uma mudança de poder que resulte na substituição de uma elite opressora por outra, mantendo, assim, estruturas de exploração e desigualdade, ainda que sob novas lideranças.

No âmago de "Os Condenados da Terra", Fanon (2019) destaca a inextricável ligação entre a descolonização e a necessidade urgente de uma transformação não apenas estrutural, mas também cultural e psicológica. Ele examina profundamente como a independência política muitas vezes não é suficiente para eliminar as estruturas de poder e as mentalidades coloniais arraigadas. O autor adverte que a mera troca de governantes ou a obtenção da independência não garantem a libertação efetiva das amarras coloniais, pois essas estruturas são frequentemente internalizadas e perpetuadas mesmo após a conquista da autonomia nacional.

Assim, Fanon (2019) ressalta a importância de uma verdadeira descolonização, não apenas nos aspectos políticos e econômicos, mas também nas esferas sociais, culturais, históricas e psicológicas, a fim de alcançar uma verdadeira liberdade e autonomia para as nações antes subjugadas.

Desta maneira, é plausível considerar que a colonialidade tem prejudicado a consolidação das instituições sindicais em Angola, inclusive do Sinprof, e não só. As escolas são territórios de disputa. Por conseguinte, a reformulação do currículo não é um interesse das elites governantes, o que tem contribuído para o declínio da carreira docente, uma vez que as pessoas têm recebido uma formação com muitas lacunas do ponto de vista informativo.

Isso coloca a educação e seus profissionais em segundo plano, diminuindo o valor da carreira e do trabalho docente como um todo. Não se pode negar que atualmente em Angola têm-se buscado diferentes abordagens ao pensarmos sobre o que é ensinado nas escolas. Através do despertar social e até mesmo com a chegada de docentes mais jovens ao campo da educação, tem havido uma quebra de paradigma. No entanto, ainda é necessário fazer mais para que ocorra uma mudança efetiva em direção à construção de um ambiente escolar verdadeiramente democrático e inclusivo no que diz respeito a quem o sistema de educação e a formação recebida nas escolas nacionais servem.

A persistência da colonialidade do poder em Angola reflete-se não apenas na esfera educacional, mas também em outros setores fundamentais da sociedade. Essa dinâmica de

dominação se estende para além das salas de aula, infiltrando-se nas estruturas políticas, económicas e culturais do país. Ela resulta em desigualdades sociais acentuadas, limitando o acesso ao conhecimento e restringindo as oportunidades de desenvolvimento para uma parcela significativa da população.

Além disso, a colonialidade do poder tem um impacto direto na percepção e valorização da história, cultura e identidade angolana. Ao reforçar visões distorcidas e privilegiadas da realidade do país, perpetua-se uma narrativa que exclui e subestima as vozes e perspectivas dos grupos marginalizados.

Enquanto essa estrutura persistir, é improvável que haja grandes mudanças substantivas rumo a uma sociedade mais equitativa, democrática e inclusiva em Angola, isso ocorre porque todas essas ações de opressão e dominação revelam nitidamente a forte presença da colonialidade do poder no contexto angolano. O *modus operandi* da colonização persiste e resiste sobre aqueles e aquelas que, em princípio, deveriam estar vivendo em um território independente de fato após a conquista da liberdade em relação ao opressor colonial.

Assim, desafiar e superar essa colonialidade do poder torna-se essencial para construir um futuro em que todos os angolanos tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de qualidade, uma educação que lhes fornecerá dados suficientes e relevantes para a sua formação como cidadão pleno da sociedade que faz parte.

3.4. PERFIL DOS/AS PROFESSORES/AS

Devido às particularidades que configuram a história de Angola, o perfil do professor foi mudando ao longo dos tempos. Inicialmente, os professores e professoras, para atuarem em sala de aula, precisavam apenas saber ler, escrever, ter domínio das quatro operações matemáticas, mas, para tal, eram obrigados a ter a capacidade de comunicar-se em língua portuguesa (Nguluve, 2006).

Esta realidade visualizava-se desde 1976 até aproximadamente o ano de 2001, mas ainda falando sobre as décadas de 1970 a 1990, muitos destes docentes eram pessoas que tiveram a oportunidade de estudar no período colonial e posteriormente também começaram a formar outros professores e professoras no contexto nacional, formações que eram muito aceleradas para responder as demandas daquele período.

De acordo com Alfredo e Tortella (2014):

A formação de professores de nível médio em Angola, com destaque às Escolas de Formação de Professor (EFP), tem praticamente seu ponto de partida em 1978 com o surgimento dos ex-Institutos Médios de Educação (IMNE), com docentes nacionais e estrangeiros. Na época, além das EFP que

formam professores em quatro anos para o ensino básico, num passado não muito longínquo, a formação de professores no país passa a assinalar formações intermediárias, isto é, Formação de Superação de Professores (FSP) e Cursos de Formação Acelerada (CFA) (Alfredo; Tortella, 2014, p. 127).

Essa realidade persistiu no contexto angolano por muito tempo. Foi só em 2001, com a aprovação da LBSE n. 13/01, que se estabeleceu que, para alguém lecionar nas classes iniciais nas escolas de Angola, teria que cursar pelo menos o ensino médio, assim os novos professores e professoras precisariam concluir este grau de ensino para dar aulas no ensino primário dentro do sistema de ensino angolano.

De acordo com o Artigo n. 9, da Lei n. 13/01, LBSE (Angola, 2001, p. 11): “Artigo n. 9: A formação média normal destina-se à formação de professores de nível médio que possuam à entrada a 9ª classe do ensino geral ou equivalente e capacitando-os a exercer atividades (siic) na educação pré-escolar e ministrar aulas no ensino primário, nomeadamente a educação regular, a educação de adultos e a educação especial.”. Depois desta legislação começaram a surgir as escolas do magistério para formação de professores e professoras.

Conforme afirmam Alfredo e Tortella (2014, p. 128), “Hoje, as modalidades para a formação de professores em menos de quatro anos, praticamente não se evidenciam, pelo que se formam professores de nível médio durante quatro anos nas Escolas de Magistério Primário (EMP) e Escolas de Formação de Professores (EFP), para, conseqüentemente, desempenharem a atividade docente no ensino básico.”.

Diferente do que se assistiu no passado, em que a carreira docente era uma profissão exercida por pessoas que tiveram a oportunidade de estudar no período colonial e detinham algum privilégio social na época, hoje a situação é bem distinta, qualquer pessoa que atesta capacidades para lecionar e tenha passado em um concurso público pode atuar na educação atendendo os requisitos de cada seleção, fazendo assim com que o setor da educação, aos poucos, fosse ocupado por pessoas das classes sociais menos favorecidas.

De acordo com Chipuca (2020):

No regime multipartidarista e fase de guerra que o país viveu depois das primeiras eleições gerais livres em 1992, passou a reinar profunda desmotivação profissional e salarial, isto porque o professor não gozava de prestígio nem consideração como devia ser, da parte da entidade patronal e até mesmo da sociedade em geral. Havia desprezo, humilhação, salários baixos, entre outros males, o que levou a que passasse a se registar um elevado grau de absentismo, alto índice de abandono da atividade docente, preferindo estes realizarem outras atividades que garantissem melhor prestígio e fornecesse melhor salário além de que muitos incorriam a outras práticas greves para manifestarem seu desagrado segundo a nota nº 07/SPB-SIMPROF(sic)/2018, do secretariado provincial de Benguela (Chipuca, 2020, p. 239).

A citação evidencia o impacto negativo que o contexto político e social angolano teve sobre a profissão docente, especialmente após as primeiras eleições multipartidárias em 1992, que ocorreram em meio à guerra civil. O texto revela como a desmotivação profissional foi amplificada por uma série de fatores, como a falta de prestígio, o desprezo por parte da sociedade e das entidades empregadoras, além dos níveis salariais baixos. Essas condições resultaram em elevados níveis de absentismo e abandono da profissão por parte dos professores, que buscavam outras ocupações mais valorizadas e melhor remuneradas. Nesse cenário de desvalorização, muitos recorreram a greves como uma forma de protesto e reivindicaram por melhores condições.

A citação também destaca como a precariedade da profissão docente impacta diretamente a qualidade da educação. Professores que se sentem desrespeitados e mal remunerados são menos propensos a se dedicarem integralmente ao seu trabalho, o que pode gerar um ciclo de abandono, frustração e desmotivação. Além disso, a falta de reconhecimento social e profissional limita a capacidade de atrair e manter talentos na educação, o que prejudica o desenvolvimento de um sistema educacional de qualidade. As greves, mencionadas na citação, surgem como um instrumento de luta para tentar reverter essa situação, mas também refletem o nível de insatisfação generalizada entre os docentes, o que ressalta a importância de políticas públicas que promovam a valorização do magistério primário.

Por outro lado, Alfredo e Tortella (2014, p. 131) vão dizer que “Parece fundamental não perder de vista a relação escola e sociedade numa visão política possibilitando maior entendimento desta complexa relação. Assim, esta relação não deixa de parte a questão da qualidade, embora não consensual entre autores”, mas essas críticas só começaram a ser feitas depois do setor da educação se abrir para sujeitos menos favorecidos economicamente.

O acesso dessas pessoas só foi possível com a universalização da educação em Angola a partir dos anos de 1980 em diante. Por meio disso, outros sujeitos começavam a adentrar nos espaços escolares como docentes e quem passou a ocupar estes lugares como profissionais do setor passaram a ser pessoas que anteriormente não o faziam, mas até se chegar a este ponto muita coisa já havia mudado e também o sistema de educação angolano já estava sendo criticado por todos pela sua precariedade e falta de qualidade na capacitação dos professores e professoras.

Existiam pessoas que teciam elogios exagerados à educação e à dedicação dos professores e professoras do passado; para estas pessoas, a educação em Angola havia baixado de qualidade pelo fato de os professores e as professoras terem sido produto de um

sistema de educação debilitado e sem estrutura suficiente de formar novos e bons quadros nacionais que tinham como missão de atuarem nas salas de aula.

Citando Alfredo e Tortella (2014):

Repara-se que a escassez de professores qualificados em Angola levou a que concursos públicos à docência para o nível básico não apenas se abrissem para professores qualificados ao exercício da atividade docente, como também aos desqualificados ou mesmo não especializados para a atividade docente. Pelo que se denota haver desregulação da profissão de professor. (Alfredo; Tortella, 2014, p. 129).

O problema da escassez de professores e professoras ainda é uma realidade em Angola, situação que é justificada pela busca constante do ministério da educação, por meio de concursos públicos, por pessoas interessadas a atuarem em sala de aula nas várias regiões do país. Na função pública em Angola, os profissionais são classificados como técnicos médios ou superiores de 3ª, 2ª e 1ª classe, ao entrar na carreira pública a pessoa começa sendo um técnico de terceira e começa progredindo conforme a ordem de promoção de carreira.

Mas, ainda assim, existe uma regra específica para classificar cada funcionário que adentra na função pública conforme o grau acadêmico; esses graus também podem significar o nível de experiência de cada funcionário dentro dos serviços públicos, enquanto os professores com grau acadêmico superior precisam apenas passar por três fases de avaliação até a primeira classe ou grau.

Os docentes que têm apenas o ensino médio começam atuando no nível mais baixo da sua categoria que é grau 13º, sendo que a mesma categoria tem quatro graus; caso o referido professor ou professora com este nível de formação não vier a cursar uma formação superior, poderá ascender apenas até o 10º grau da categoria. Assim, é importante aqui apresentar os salários atuais dos docentes, bem como o grau conforme a classificação do ordenamento administrativo e jurídico de Angola.

Quadro 1 – Salário dos Professores/as Angolanos/as Atualizados em 2018

Salários dos Professores conforme o Título acadêmico		
Títulos Acadêmicos	Salário em Kwanza ¹⁴	Estimativa do Salário em Dólar ¹⁵
Professores/as Mestre/a	1º Grau: kz. 381.426,53	1º Grau USD\$: 719.37
	2º Grau: Kz. 357.587,37	3º Grau USD\$: 673.93
	3º Grau: Kz. 333.748,21	3º Grau USD\$: 628.98
Professores/as	4º Grau: kz. 301.962,69	4º Grau USD\$: 569.06
	5º Grau: kz. 274.150,32	5º Grau USD\$: 516.67

¹⁴ Kwanza: moeda nacional de Angola

¹⁵ Cotação do dia 15 de maio de 2023, extraído de: <https://www.xe.com/>.

Licenciados/as	6º Grau: kz. 238.391,58	6º Grau USD\$: 450.19
Professores/as Bacharel	7º Grau: kz. 214.552,42	7º Grau USD\$: 405.32
	8º Grau: kz. 194.686,46	8º Grau USD\$: 367.20
	9º Grau: kz. 166.874,11	9º Grau USD\$: 314.57
Professores/as Técnico Médio	10º Grau: kz. 127.142,18	10º Grau USD\$: 239.66
	11º Grau: kz. 119.195,79	11º Grau USD\$: 224.65
	12º Grau: kz. 111.249,41	12º Grau USD\$: 209.67
	13º Grau: kz. 103.303,02	13º Grau USD\$: 194.70

Fonte: Elaborado pelo autor, tendo como base os salários em kwanzas publicados pelo Diário da República do dia 18 de dezembro de 2018 I Série nº 187.

Para além dos salários mencionados na tabela acima, os docentes também recebem os seguintes subsídios: subsídio de 5% em relação às vestimentas para se apresentarem no local de trabalho; esta alíquota incide o sobre salário líquido da/o docente, outro subsídio tem a ver com a dedicação exclusiva que também é de 5% sobre o salário líquido. Somado a estes dois subsídios, os docentes ainda recebem o subsídio de risco, que é igualmente de 5% sobre o salário líquido, e por último está o subsídio de 3% pago aos docentes que dão aulas durante longos períodos, ou seja, que podem atender até dois turnos. O total dos subsídios alcança 18% do salário líquido.

Além disso, em 2023, o governo, por causa das greves do Sinprof, aprovou três importantes subsídios por meio do decreto presidencial n. 67/2023. Porém, o Estado tem negligenciado a implementação desses subsídios, iniciando os referidos pagamentos apenas em fevereiro de 2024. São eles: o subsídio de instalação, correspondente a 30% do salário líquido, pago uma única vez quando o docente é transferido para trabalhar em áreas onde não possui residência; o subsídio das zonas recônditas, também equivalente a 30% do salário líquido, pago mensalmente; e o subsídio de risco, também pago mensalmente aos docentes que se enquadram nessas categorias.

Sobre os subsídios, Segundo (2023) diz que:

Nesta perspectiva, no cumprimento da sua missão como defensor dos professores e parceiro do Ministério da educação, o SIMPROF como sindicato que está a frente da maior parte dos professores angolanos, por via de diálogos (sic) e paralizações (sic) de aulas desde 2007 à data presente já concretizou várias vitórias ao conseguir resolver certos problemas da classe. Para além de várias greves protagonizados, por meio desta, conseguiu junto do Ministério da Educação (sic) ajustar as categorias salariais tendo em conta o tempo de serviço, incremento de novos subsídios para a classe docente, entre outras vitórias que lhe dá um lugar de destaque junto de vários outros sindicatos (Segundo, 2023, p. 15).

Essa dinâmica é fruto das várias reivindicações do sindicato por melhorias salariais e melhorias nas condições do trabalho docente, uma vez que com os atuais salários, os professores e professoras perderam o poder de compra, para ter-se uma ideia, até 2013, em Angola, quem ganhava kz. 300.000,00 de salário tinha o correspondente a exatos USD\$ 3.000,00¹⁶ convertidos ao câmbio da época.

Como grande parte dos produtos comercializados no mercado nacional são importados, tais como roupas, alimentos, materiais eletrônicos, remédios e outros, os mesmos são vendidos com base de referência nas moedas norte-americana e europeia. Os professores e professoras conseguiam ter uma maior tranquilidade de manutenção das suas necessidades.

Com o agravamento da crise econômica mundial, este mesmo valor passou de USD \$ 3.000.00 para USD \$ 565.41 em 2023, menos de 30% do valor, tendo em conta o contexto passado. Essa situação só ficou pior pelo fato de o país ainda importar mais da metade de todos os produtos que consome, sendo que os mesmos são adquiridos em moeda estrangeira no exterior e revendidos em Angola pela sua equivalência em kwanza que é a moeda local. O custo de vida aumentou e muitos profissionais e até liberais vêm perdendo o seu o poder de compra desde 2013.

Por outro lado, é preciso dizer também que nem todos os professores e professoras em Angola têm o ensino superior, e quando têm, dificilmente encontram possibilidades de uma constante atualização acadêmica, fazendo que, com o tempo, as suas práticas sejam consideradas desatualizadas para as necessidades do mercado.

Atualmente, para alguém atuar como professor ou professora na educação primária (creche e pré-escola) precisa fazer o magistério primário e cursar instrução infantil. Essa formação habilitará o docente a atuar nesse nível de ensino, pois o referido curso confere ao agora professor ou professora o grau de técnico/a médio, atribuindo à/ao recém-formada/o habilidades suficientes para lidar com esse público.

Para atuar no primeiro, segundo e terceiro ciclo de ensino de base (Fundamental I, II e ensino médio), o profissional precisa fazer um curso superior ligado à disciplina que lecionará, por exemplo, se a pessoa lecionar biologia precisará fazer uma licenciatura em biologia e assim por diante. Vale destacar que todos os cursos superiores em Angola são licenciaturas, naquele território é considerado bacharel quem cursou apenas três anos do ensino superior, tempo que não garante a conclusão de nenhum curso do ensino superior lá, já que a duração mínima destes cursos costuma ser de quatro anos, que equivalem a 2.400 horas.

¹⁶ Taxa de câmbio praticada no mercado financeiro formal aonde naquela altura kz. 100,00 era equivalente a 1 dólar.

De acordo com Alfredo e Tortella (2014), apesar de ainda serem formados docentes no magistério público, o governo de Angola tem envidado esforços para que a médio prazo só pessoas com nível superior possam ocupar e desempenhar a função de docentes em sala de aula, desse modo pretende-se melhorar o setor da educação em Angola em todos os níveis de ensino. Para formar-se professor(a), as pessoas têm dois ou mais caminhos que serão destacados aqui: primeiro caminho, para o ensino primário, a pessoa tem que cursar o magistério; segundo caminho, para ensinar no segundo e terceiro ciclo, o pretense docente tem que fazer um curso superior na área em que pretende atuar, que pode ser em qualquer universidade ou no Instituto Superior de Ciência da Educação (Isced). Os docentes formados no Isced podem atuar como professores e professoras desde a quinta classe (série) até a décima segunda e/ou décima terceira classe (série).

Os professores e professoras formados no Isced acabam quase sempre atuando em cursos pré-universitários quando lecionam no ensino médio. São chamados cursos pré-universitários os cursos médios não técnico-profissionais, estes cursos fornecem bagagem teórica para aqueles e aquelas que pretendem ir para a faculdade assim que terminarem o ensino médio.

Já os profissionais que atuam como professores e professoras no ensino médio técnico e profissional geralmente formam-se em cursos bem mais específicos e que não são ofertados pelo Isced; neste segundo caso os professores e professoras que derem aulas no curso médio de contabilidade precisam se formar em faculdades ligadas à economia e cursos similares ou até mesmo podem ser profissionais formados em áreas similares, mas que têm muita experiência na esfera do componente que lecionarão.

Vale destacar que o Isced é, originalmente, uma instituição de ensino superior ligada à Universidade Agostinho Neto, que é a primeira universidade pública de Angola, fundada em 21 de agosto de 1961 ainda sob domínio colonial, mas só foi estabelecida como instituição pública de ensino pertencente ao Estado de Angola depois da independência colonial que ocorreu em 11 de novembro de 1975.

Atualmente existem Isced em todas as províncias de Angola, os Isced são independentes e gozam de autonomia cada um conforme sua a localidade. Os mesmos vêm contribuindo na formação de professores e professoras em todo o território angolano; além disso, hoje existem muitas outras universidades públicas em Angola que formam profissionais em todas as áreas de forma gratuita. Conforme acontece no Brasil, em Angola o ensino superior público é gratuito.

Mesmo existindo universidades públicas desde 1961 em Angola, o curso de pedagogia ou similar só começou a ser ofertado nessas instituições e em instituições privadas do ensino superior recentemente. Muitos que já tinham essa formação em Angola haviam se formado fora do país há muito tempo atrás.

Depois do alcance da independência, Angola formou muitos quadros nos países que faziam parte da antiga União Soviética e também em Cuba. Com o passar do tempo começaram a surgir outros países interessados a formar quadros angolanos mediante parcerias, mesmo assim, quem fazia pedagogia e retornava para Angola não atuava em sala de aula e sim nas coordenações ou direções pedagógicas.

Atualmente, os profissionais que se formam em Pedagogia podem atuar em sala de aula, mas para tal precisam fazer um curso de agregação que corresponde a uma especialização em uma disciplina específica que cada um lecionará; se a referida pessoa quiser atuar no ensino primário terá que fazer um curso de agregação na área de instrução infantil, que dá as bases para cuidar dos pequenos de acordo com o que é pensado em Angola.

Porém, no passado, a pessoa formada em Pedagogia podia apenas exercer cargos de direção dentro de uma instituição de ensino, outra opção que tinha para atuar em sala de aula seria fazendo um curso de agregação, hoje são comumente chamados de especializações, cursos que são ofertados pelos Isced com sedes em todas as províncias de Angola.

Antes desta opção de agregação na área específica, poucos formados em pedagogia atuavam em sala de aula naquele período, fazendo com que o mesmo curso também não fosse tão atrativo, ou seja, ser professor ou professora como um todo não é uma carreira tão atrativa por vários motivos e, principalmente, pelos baixos salários, falta de subsídios de isolamento adequado para os docentes que precisam trabalhar em áreas distantes das zonas urbanas e falta de valorização da profissão por parte do próprio Estado.

Em Angola, muitos professores e professoras são colocados a trabalhar em lugares muito distantes de suas famílias e muitas vezes fora da província aonde vivem habitualmente, associado a isso tem o fato de também terem que trabalhar em lugares que não oferecem nenhuma condições de habitabilidade e sem a devida valorização pelos seus esforços. Esta também tem sido uma das razões pelas quais muitas mulheres preferem outras áreas para atuar profissionalmente.

Quando falamos de lugares sem condições de habitabilidade, referimo-nos às condições de infraestrutura em que muitos docentes são obrigados a trabalhar, deixando muitas vezes os lugares que habitam com suas famílias para viver em lugares sem energia,

água potável, rede telefônica, acesso a internet, saneamento básico funcional, hospital, estradas asfaltadas e outros elementos essenciais para a vida moderna.

Mesmo os docentes já ganhando muito mal, precisam pagar os aluguéis dos lugares aonde morarão com os seus próprios salários, colocando os/as mesmos/as em uma situação complicada principalmente se esse profissional, onde saiu, deixou família e também precisa pagar aluguel e arcar com outras despesas. Assim, o docente passa a ter um duplo custo de vida, sendo que terá que se manter em um lugar distante e manter a família que vive em outra parte ou lugar do país.

Por serem pessoas que só dependem dos salários, essa dinâmica é vista como não compensadora, fazendo com que muitas inclusive abandonem a profissão, remediando com outros trabalhos eventuais ou até mesmo atuando como professores e professoras em redes privadas, que na grande maioria das vezes oferecem melhores condições de trabalho e um salário compatível com a produtividade da/o docente.

Por outro lado, estes distanciamentos das famílias muitas vezes têm propiciado a separação de muitos casais, pois às vezes as pessoas trabalham em lugares aonde a rede telefônica não é estável, impedindo que a pessoa mantenha um contato permanente com a esposa ou esposo que deixou no lugar que teve que abandonar para ir trabalhar.

A situação de trabalhar fora de suas próprias localidades acarreta vários problemas para esses profissionais, inclusive problemas emocionais que podem ser causados pela solidão devido ao distanciamento das pessoas que amam; quando ocorre não têm quase nenhum apoio do governo angolano para a resolução destes transtornos na saúde mental.

Porém, é importante mencionar que, em Angola, os cargos de chefia dentro da escola são por nomeação e não por eleição, ou seja, para uma pessoa ser gestor ou gestora de uma escola é costume que a mesma precise ser filiada ao partido que governa, atualmente é o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que governa o país desde 1975. De acordo com DW ÁFRICA (2023b) enquanto entrevistava Francisco Teixeira, do membro do Movimento dos Estudantes Angolanos, o mesmo afirmou que:

FT: Há toda uma confusão que o Governo criou. As direcções provinciais da educação não têm poder sobre as escolas. Quem manda nas escolas do ensino primário é o administrador municipal. O delegado provincial não tem poder nem para exonerar, nem para nomear os diretores das escolas primárias. Quem tem que nomear ou exonerar é o administrador municipal, que no fundo é uma figura política muito mais ligada a questões da política e de governação ativa. A educação em Angola está muito politizada. Os políticos meteram a educação no bolso (DW África, 2023b).

Ou seja, os cargos de chefia são cargos comissionados e ocupados apenas por pessoas filiados ao MPLA. Estas motivações dizem ser fundamentadas em uma tentativa que o

governo angolano fez no passado, quando constituiu um governo bipartidário composto com elementos dos partidos da oposição. Tal experiência não teve bons resultados, havia sido registrada sabotagem constante e permanente na atuação desses servidores para poderem manchar a imagem do partido que governava, que era o MPLA.

Fato, lenda ou fábula, é uma retórica que por muito tempo foi amplamente divulgada e principalmente em narrativas orais, mas nunca foi constatada nenhuma fonte escrita oficial que relatasse tais sabotagens apontadas e constantemente reproduzidas pelo MPLA que tem fundamentado a não promoção a cargos de chefias das pessoas que não fazem parte do partido que governa o país, mesmo quando têm todos os requisitos necessários para a função.

Para além dos vários obstáculos que os docentes precisam atravessar em uma carreira que o governo não olha da mesma forma que as outras áreas profissionais, os profissionais que atuam na docência precisam também, muitas vezes, mesmo sem se identificar com a ideologia do MPLA, filiar-se ao partido caso queiram chegar a cargo maior dentro da instituição em que atuam.

Ainda conforme DW África (2023b), nas palavras de seu entrevistado Francisco Teixeira:

FT: A educação devia ser gerida por indivíduos formados em educação, por verdadeiros pedagogos, investigadores natos, para dar à educação aquela suavidade que ela necessita, não a excessiva politização. Boa parte desses diretores são políticos, são do partido do Estado. Normalmente o primeiro secretário do partido é quem nomeia os diretores das escolas nos municípios e todos eles são normalmente militantes do seu partido. Quando eles normalmente incorrem nessas distorções, eles encontram um meio termo para que aquele assunto não vá à imprensa, porque é o partido que fica lesado. As escolas do ensino médio também não dependem de eleições provinciais, mas dependem do governador ou do Ministério da Educação. Quer dizer, a educação está politizada. A lei diz que o administrador municipal pode contratar quem ele bem entender, mesmo se não for indivíduo ligado à educação, mas que seja um indivíduo politicamente da sua confiança. Penso que a solução para esse problema resolve-se com a despolitização da educação. É preciso dar a educação à educação, e deixar os políticos a fazer política, DW África (2023b).

A gerência da educação por pessoas que não são da área e nem têm o preparo necessário para assumir determinadas funções na esfera da educação, tem sido uma das situações que limitam as escolas atingirem o desenvolvimento que se busca dentro das nações que têm o compromisso com a qualidade da educação. Outro dado importante tem a ver com o fato de os gestores ou gestoras de escola pública não poderem aderir a qualquer greve ou manifestação da categoria profissional, pois tal gesto é fator suficiente para perder o cargo. Deste modo, mesmo estando eles/as de acordo com as lutas e reivindicações levadas em curso, eles ou elas prestam suas ajudas nos bastidores.

Quando um gestor ou gestora de escola pública participa em greves ou manifestações, é considerado traidor, aquele ou aquela em quem não se pode confiar. E por não ser alguém de confiança, não poderá continuar em um cargo que se entende de confiança para a gestão pública. Atualmente essa prerrogativa já não tem impedido os gestores e as gestoras de emitirem as suas próprias opiniões, porém continuam sem poder participar nestes movimentos, e quando suas reivindicações ganham proporções maiores, acabam perdendo o cargo.

Foi por causa de busca por mudanças que em 2013 o Sinprof apresentou um caderno reivindicativo ao governo de Angola que visava uma mudança radical para o setor e para todos aqueles e todas aquelas que atuam no setor. Por meio deste caderno que apresenta muitas pautas, o referido sindicato tem exigido do governo uma postura mais proativa para a resolução dos problemas da categoria profissional que atua na educação, bem como uma melhor estrutura de funcionamento das instituições de ensino da educação de base em Angola.

Este movimento liderado pelo Sinprof que se iniciou muito antes de 2013 tem combinado com um número expressivo de greves que visam pressionar o governo angolano a assumir uma postura que garanta respostas rápidas para as demandas apresentadas.

4. GREVES, SEUS DESDOBRAMENTOS E O TRABALHO DOCENTE EM ANGOLA

4.1. GREVES E SUAS PROPOSIÇÕES

As greves, tal como outras reivindicações sociais realizadas por grupos organizados em busca de melhorias de condições de vida, de trabalho e ou qualquer outra demanda, são caracterizadas como movimentos sociais, porém sobre movimentos sociais Melucci (2001, p. 23) vai dizer que: "Os movimentos não são personagens que se movem com a unidade de fins que lhes é atribuída pelos ideólogos. São sistemas de ações, redes complexas de relação entre níveis e significados diversos da ação social." São estes movimentos que, ao seu tempo, contribuem para a transformação das sociedades de onde eles emergem.

Melucci (2001) ainda acrescenta que os movimentos sociais são os profetas do seu tempo, pois é por meio destes encontros e desencontros e várias coletividades que fazem parte desses movimentos que se repensa o amanhã, porém um amanhã bem melhor que o presente do qual se quer mudar o rosto tal como se apresenta atualmente.

Porém quando falamos de greves, surge em nós que as greves geralmente configuram-se em uma paralisação das atividades laborais que pode ser total ou parcial e quase sempre são levadas em curso para exigir da parte das entidades responsáveis que se atendam uma ou mais demandas apresentadas pelos seus sujeitos.

De acordo com Leite (1987, p. 9), "A greve, enquanto paralisação coletiva do trabalho por iniciativas dos trabalhadores, visando forçar o patrono ou Estado a atender suas reivindicações, é um fenômeno bastante antigo. Alguns autores aludem a movimentos grevistas já na antiguidade e na idade média".

Apesar de Leite (1987) apontar que as greves remontam à antiguidade, muitos autores, tal como Dias (2012), acrescentam que o fenômeno como conhecemos hoje é uma invenção moderna. Ideia que é reforçada pelo fato de no passado não ter existido, mesmo nos reinos ou impérios mais "civilizados", a mesma liberdade de expressão que experimentamos na modernidade, relatos que dão respaldo a esse parágrafo veremos mais adiante.

Hoje as greves são muito utilizadas para chamar atenção do patronato para demandas atuais de cada categoria profissional, situação que favorece a criação de um vínculo entre estes sujeitos. Esses vínculos permitem que esses grupos trabalhem juntos para a melhoria da categoria por meio das greves, muitas vezes tendo uma parte mais moderada e outras mais radicalizadas em relação à obtenção dos resultados que se pretende. Porém, as greves também

marcam a revitalização de um movimento social que há muito tem sido renegado pela entidade patronal.

De acordo com Melucci (2001), os movimentos sociais que se erguem em torno dos conflitos que fazem parte do contexto de uma sociedade não são um sinal de que ela está morrendo, mas, pelo contrário, são sim a sinalização de algo que está nascendo, uma forma nova de pensar e fazer as coisas, quem sabe até a coragem necessária para um enfrentamento que pode dar caminhos diferentes para as demandas que se quer mudar ou transformar.

Desta forma, aproveitamos para dizer que os sujeitos das greves são geralmente profissionais de alguma categoria que podem ser representados nessas greves por meio do sindicato do setor e não só, beneficiando de apoio de pessoas da sociedade civil que podem ser profissionais de outras áreas ou de algumas instituições privadas que lidam com a mesma causa dentro daquela sociedade.

Neste sentido, para somar ao leque de conceito de greve, citamos Dias (2012):

Greve é a cessação coletiva e voluntária do trabalho numa empresa, setor, categoria ou de toda a população trabalhadora com o propósito de obter benefícios e concessões. O único recurso, face à exploração e a condições desumanas de trabalho, era o de parar o trabalho, utilizando o seu poder de associação (Dias, 2012, p. 114).

Estas cessações acontecem de forma sistemática e organizada, conforme o contexto que gerou os protestos. As greves realizadas pelo professorado angolano seguem a mesma lógica, quando pensamos nas greves já realizadas até o momento, as referidas greves têm culminado com a suspensão temporária das atividades laborais com o objetivo de alcançar as metas planejadas para este fim, fato que tem possibilitado visualizar resultados que alegram a categoria, mas que se mostram insuficientes ainda.

De acordo com Melucci (2001), não existe um tipo apenas de sistema que organiza os movimentos sociais, uma vez que os objetivos e as demandas que surgem a cada momento são múltiplas, situação que favorece o surgimento de vários sujeitos nos movimentos sociais com o fim de mediar e negociar determinados conflitos com as entidades que têm o poder de dar soluções às várias situações apresentadas.

Desta forma, apesar das várias greves já realizadas pelo professorado em Angola, os resultados ainda não são satisfatórios, porém estes movimentos criaram um ambiente político muito polarizado em volta da temática. Mesmo o mundo já tendo sido atravessado por vários conflitos sociais, tais movimentos são recentes em Angola.

De acordo com Dias (2012, p. 113), “A greve é, no entanto, genuinamente moderna, produto da emergência do modo de produção capitalista, em que a criação das condições de acumulação de capital estabeleceu a relação antagônica – capital/trabalho”.

De acordo com Leite (1987, p. 9), “É, no entanto, a partir do advento da sociedade industrial que a greve se generaliza como forma de luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho”.

Ou seja, apesar de ser um fenômeno que já ocorreu há muitos milhares de anos atrás, seu pleno uso como meio de reivindicação não é tão antigo. Porém, seu grande momento de transformação, adaptação e forte utilização como meio de reivindicação acontece, conforme diz Leite (1987), depois do surgimento das sociedades modernas.

Neste período foi inevitável que outros tipos de expressões sociais fossem aparecendo, situação que tornou propícia a organização de entidades que representassem as mais diversas categoriais profissionais. Apesar das greves serem um fenômeno urbano, as mesmas têm sido utilizadas para fazer ecoar as vozes de profissionais de várias áreas ao redor do mundo e em Angola não é diferente.

Por auxiliar na resolução de vários problemas atuais, as diversas categorias profissionais têm se utilizado delas para fazer com que suas insatisfações sejam notadas e atendidas por meio de políticas públicas adequadas para melhorar o setor. As greves têm sido um recurso que se torna indispensável para as lutas atuais que muitos setores da classe operária vivem no dia a dia das suas funções laborais.

Pela necessidade de melhor se organizar e fazer face às lutas sociais que cada categoria profissional enfrenta, é preciso que cada setor profissional se organize por meio dos seus sindicatos. Desta forma é quase impossível pensar em uma greve eficiente que não tem uma devida articulação pelos seus sujeitos ou quaisquer outros agentes sociais que têm interesses nas demandas apresentadas.

Tal como acontece com a classe operária pelo mundo, os professores em Angola têm parado suas jornadas laborais para reivindicar aquilo que acreditam serem elementos necessários para o pleno exercício das suas funções. Situação que tem contribuído para ações do Estado angolano que visam dar respostas às demandas apresentadas por esta categoria profissional.

De acordo com Dias (2012):

É por isso que a relação greve-luta-negociação-sindicalismo é inseparável da constituição e ação do movimento operário, que procura limitar o mercado livre, desmercadorizar o trabalho e ampliar a cidadania social, parte integrante do repertório de ação coletiva enquanto o antagonismo capital/trabalho subsistir (Dias, 2012, p. 114).

Os sindicatos são agentes importantíssimos quando falamos das greves, é a partir destas instituições que estes pensamentos são gestados e articulados a favor de um grande

grupo sempre focado em um objetivo específico, pois é importante saber quais objetivos pretendem ser alcançados com as greves que estão sendo sistematicamente organizadas, são também os sindicatos que favorecem as negociações com os grupos dominantes em relação aos objetivos das greves, estes agentes podem ser públicos ou privados.

De acordo com Silva, Greco e Jorge (2021), os sindicatos dos professores são entidades muito importantes porque auxiliam na defesa dos direitos da categoria que representam perante as instituições públicas que têm como função fazer a manutenção desses direitos, colocando sempre os interesses dos seus afiliados como pauta prioritária durante as negociações.

Porém, para Gomes, Pinto e Pinto (2020), as greves não são mais do que o exercício de liberdade de expressão, sendo o instrumento utilizado pelos trabalhadores para dar a conhecer ao patronato, e não só, as suas insatisfações relativas às condições de trabalho que afetam as suas vidas, muitas vezes de forma precária.

Quando relacionamos greves com manifestação, estes movimentos podem ter uma ação dupla, começando inicialmente como uma manifestação e pelo curso dos acontecimentos transformar-se em uma greve, situação que só é possível visualizar quando os sujeitos das manifestações notam que as suas ações não estão surtindo efeitos, para o alcance dos objetivos alvos de reivindicações.

Porém é preciso tomarmos bastante atenção para atender a concepção que dá origem ao surgimento de cada um destes movimentos, apesar de os dois surgirem para reivindicar por alguma coisa, tanto as greves como as manifestações tendem a abrir espaços para negociações com objetivo de resolver as demandas apresentadas pelos grupos envolvidos nestes movimentos. As greves quase sempre atacam situações do nosso cotidiano que há muito têm sido naturalizadas por alguns grupos.

De acordo com Mortari (2019):

Em períodos de estagnação social a ambiguidade reina e a continuidade das relações sociais se reproduz. A práxis humana é repetitiva. Contudo, a possibilidade da práxis criativa está sempre presente. Por isso, “o cotidiano é o lugar onde a repetição e a criatividade se encontram e se confrontam (Mortari, 2019, p. 283).

É pensando de forma criativa e lutando contra a estagnação que os profissionais precisam levantar e sair da sua zona de conforto para lutar por melhorias de condições de trabalho e não só por meio das greves, esta é uma realidade que se assiste em vários lugares do mundo.

Hoje até em países cuja democracia e liberdade de expressão são muito frágeis, tal como em Angola, é possível observarmos sujeitos que, em prol de maior dignidade nas condições de trabalho, tomam atitudes que antes não eram vistas, ações que têm constituído para mudar o cotidiano do setor e principalmente dos profissionais que de forma ativa se envolvem nestes movimentos.

De acordo com Mortari (2019):

Se, por um lado, a ambiguidade é a situação regular em que a vida cotidiana se desenvolve, a tomada de consciência acerca de uma situação contraditória traz consigo a revelação das possibilidades que a ação cria. No momento em que os técnicos e docentes paralisaram suas atividades e deflagraram as greves, decidiram e romperam com a ambiguidade da vida cotidiana. E o fizeram por diversas razões (Mortari, 2019, p. 286).

O autor foca a sua atenção nas greves ocorridas devido à chamada “PEC do Fim do Mundo” de 2016, que congelou por 20 anos o investimento público na saúde e na educação. Os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul não se silenciaram mediante a esse desmonte, situação que culminou com a adesão dos professores e técnicos administrativos da referida instituição.

Portanto, mesmo tratando-se de um contexto diferente do angolano, os dados e conceitualizações apresentados por ele servem para teorizar sobre o tema desta dissertação e especialmente nesta seção do texto que trata sobre as greves de forma geral, analisando as implicações que a mesma proporciona enquanto movimento de enfrentamento e resistência para a melhoria das condições de trabalho dos seus sujeitos.

A participação ativa nas greves é um fator crítico de sucesso para processos futuros, isto porque estes movimentos causam nos seus sujeitos outras possibilidades e começam a pensar sobre vários assuntos possíveis de manifestações que até então têm sido negligenciados. Tendo em conta o contexto de Angola, as greves ajudam ao ganho de consciência por um letramento novo, por ser uma realidade pouco antes experimentada por alguns dos indivíduos atualmente envolvidos nas greves do professorado em Angola.

As greves tendem a fortificar a ideia de permissão e de não acomodação perante situações que contrariam o funcionamento normal do setor em que o professor ou professora atua. Sem deixar de mencionar que a experiência pode ser um rico aprendizado para alguns; de acordo com Mortari (2019, p. 287), “E complementa, a experiência da greve se torna um aprendizado em que ‘tu aprendes a partir do exemplo dos outros, claro tu vais ler, tu vais tentar reconhecer, se reconhecer no mundo e tal, mas sem vivenciar uma prática como essa tu não tem como saber como é que ela funciona.’”.

Os sujeitos envolvidos de forma ativa nas greves, quando têm suas reivindicações atendidas, têm quase sempre o sentido de dever cumprido, mesmo que por um período de tempo. Como diz Mortari (2019), o cotidiano está sempre mudando e trazendo com ele mudanças e novas demandas, então, geralmente este sentido de satisfação das greves só permanece até surgir uma nova demanda para reivindicações.

Demandas que não têm como parar devido às particularidades que cada momento pode impor à realidade do trabalho docente. O cotidiano tem sido o marcador principal que deflagra essas greves ou manifestações, elas podem ser agravadas pela inflação, falta de acessibilidade adequada ao lugar de trabalho ou ferramentas de aulas ultrapassadas para as necessidades atuais que tornam o trabalho docente mais exaustivo.

Apesar da realidade do cotidiano ditar quais situações ou demandas devem ser puxadas para o centro do debate, é preciso também ser dito aqui que nem as greves nem outra qualquer forma de manifestação produzem resultados imediatos na maior parte das vezes, muitas vezes é preciso um grande engajamento para que estes movimentos possam alcançar os objetivos que configuram a razão de ser destas greves e outros tipos de manifestações.

Mas, quando assim acontece, podem se gerar algumas rupturas no movimento que podem ser de ordem diversa. De acordo com Mortari (2019), os sujeitos participantes nas greves estão sempre envolvidos em situações diversas que remetem à decisão de seguir em frente com a greve em curso ou não, desta forma os sujeitos sentem-se parte ativa do movimento podendo mudar, somar e influir as decisões que serão tomadas pelo grupo fato que não é diferente em Angola.

Os sujeitos das greves acabam cada vez mais envolvidos, na medida em que percebem a importância do movimento e como a sua presença e compreensão das demandas gera alguma diferença. Essa diferença é percebida pelo seu engajamento e participação nos fóruns de decisão e aprovação de ideias importantes e fundamentais para a manutenção do movimento grevista.

A participação ativa dos sujeitos nas greves dá a eles e elas uma percepção diferente das demandas que fazem parte da agenda de reivindicações, fato que permite a estes sujeitos estarem por dentro dos enfrentamentos que servem como meio que visam buscar caminhos para ver resolvidas, quer seja de forma total ou parcial, as insatisfações apontadas pelos grevistas.

Desta forma, podemos afirmar que, para pessoas e lugares que não estão acostumados a reivindicar, uma das principais proposições das greves e ou outro tipo de manifestação tem a ver com o despertar da consciência, em relação à necessidade do enfrentamento para mudar a

realidade de alguns contextos sociais que por algum motivo não têm estado a exercer de forma livre a liberdade de expressão que as democracias conferem às pessoas.

Pois, com a consciencialização da importância destes movimentos, tendo em conta os resultados auferidos nas greves anteriores, os sujeitos das greves sentem-se cada vez mais empoderados e capacitados para futuras articulações que favorecem o surgimento de novas reivindicações para dar conta de aspectos que desfavorecem o pleno funcionamento ou prestação de serviço de uma instituição ou uma classe profissional.

De acordo com Mortari (2019), as greves, sempre que acontecem, geram uma transformação, quer seja para os seus sujeitos como também para os objetos da greve, fazendo com que os sujeitos das greves se sintam parte dos resultados obtidos nestes movimentos, abrindo assim espaço de consciencialização e criando a possibilidade de adesão em outras ocasiões sempre que necessário.

Apesar das greves serem sempre realizadas em meio a várias tensões de ânimo, precisamos compreender que, na medida em que as negociações são estabelecidas, são visualizados os futuros passos que poderão nortear as articulações que serão construídas mediante as negociações já estabelecidas, desta forma, os ânimos podem ser acalmados ou mais exaltados ainda.

Mas, geralmente, estas negociações tendem a caminhar na direção que permite visualizar uma possibilidade de resolução das demandas apresentadas, mesmo que as promessas de execução das mesmas não sejam feitas de forma imediata. Em Angola o cenário que temos acompanhado atualmente é uma constante negociação entre o Sinprof e o governo de Angola.

Estas negociações e outros tipos de articulação entre o Sinprof e o governo angolano, motivadas pelas greves realizadas até agora, têm permitido a criação de um novo cenário quando falamos de enfrentamento social dos profissionais da educação e não só, mesmo sabendo das opressões e represálias que as pessoas podem sofrer participando destas greves. Esta também é uma das proposições que as greves têm favorecido, ou seja, que tem sido possível visualizar na realidade angolana.

Este fato tem rompido com uma ambiguidade que até pouco tempo era uma realidade naquela nação, a hesitação e outros tipos de opressão sempre favoreceram a manutenção destas ambiguidades. De acordo com Mortari (2019, p. 286), “O rompimento com a ambiguidade não se dá apenas no momento em que se decide fazer greve. Algumas práticas em que o trabalhador se envolve fortalecem a noção de que ele é parte ativa na construção da sociedade”.

Esta consciencialização dá a ele ou ela autoridade de, sempre que houver alguma anormalidade, se manifestar contra o sujeito que promove esta diferença social que deixa um determinado grupo mais fragilizado. As greves realizadas em Angola têm fortalecido a construção da noção de pleno pertencimento destes grupos, pertencimento que dá a estes sujeitos maior conhecimento para se articular na direção de responder às várias demandas propostas pelo cotidiano da sociedade e em particular no meio de uma classe profissional.

As greves quase sempre irão gerar alguma transformação, mesmo que não resolvam as demandas apresentadas, mas criarão nos sujeitos envolvidos uma contínua vontade de prosseguir protestando sobre questões que não satisfazem as necessidades de determinadas categorias profissionais envolvidas com as greves ou, pelo menos, de um grupo de profissionais que se sentem excluídos das políticas públicas vigentes na sociedade em que este movimento se iniciar, neste caso concreto referindo-se ao contexto de Angola.

Nesta seção do projeto, nossa intenção era falar das greves de modo geral e principalmente da greve no sentido etimológico da palavra, porém, sem deixar de levar em consideração as várias variantes que dão corpo ao conceito que tem sido utilizado quando se fala de greves.

Na seção seguinte deste projeto de pesquisa, falaremos sobre o trabalho docente que envolve estas greves; na referida seção abordaremos de forma detalhada, porém, resumida, sobre como as greves dos professores e professoras de Angola têm levado a cabo suas demandas que motivaram as greves, colocando a ação do professorado e da escola de modo geral no centro dos debates/diálogos que têm sido estabelecidos com o Ministério de Educação de Angola.

4.2. DESDOBRAMENTOS DAS GREVES EM ANGOLA

As greves dos docentes da educação de base em Angola começaram antes de 2013, porém é a partir desta data que os movimentos grevistas, inicialmente de forma isolada, começaram a reivindicar melhores condições de trabalho com uma maior divulgação, organização e com pautas bem detalhadas. Entre as demandas, constavam: aumentos de salários, progressão de carreira e outros elementos importantes para um trabalho docente adequado.

De acordo com Segundo (2023), atualmente o movimento sindical dos professores em Angola tem desempenhado um papel importante na conscientização da classe docente, promovendo a luta por um ensino público de qualidade, por uma escola que forma cidadãos e

pelos direitos dos trabalhadores. Além disso, tem sido fundamental na busca por melhores condições de trabalho e por treinamento mais adequado ao contexto socioeconômico vigente.

Alinhado a essa luta estava o Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof), pelo fato de ser o órgão de tutela sindical nacional da categoria, o mesmo não podia ficar de fora. Por esta razão o Sinprof, junto com os seus vários filiados pelo país, criou estratégias detalhadas para chamar atenção do governo.

Ainda falando do Sinprof, a instituição foi criada em 13 de julho de 1996, com o objetivo de representar perante as entidades públicas os docentes das 18 províncias de Angola da rede pública ensino e não só, a organização tem 18 sedes espalhados por todas as provinciais, cada uma delas representada por um secretário geral. O Sinprof representa apenas docentes da educação de base contemplando desde a 1ª classe até a 12ª.

De acordo com Segundo (2023), o surgimento dos sindicatos em Angola ocorreu após a conquista da independência, com destaque para o advento da segunda lei constitucional, que, para alguns, representou o início da Segunda República.

Em suas próprias palavras, o autor diz:

Neste contexto, em Angola, a partir da 2ª Lei-constitucional de 1992, através da Lei n.º. 23/91 de 15 de Junho, permitiu uma abertura para atividade sindical em 1992. Sendo assim, 1994 começou surgir no país os primeiros movimentos sindicais, como podemos ver mais adiante. No entanto, esses movimentos, desde 2007 têm chamado atenção da mídia e da opinião pública, como o caso das greves protagonizado pelos professores tanto nas escolas do ensino não universitário, assim como no ensino universitário (Segundo, 2023, p. 2-3).

Essa lei permitiu que grupos anteriormente silenciados se organizassem para reivindicar seus direitos. Foi nesse contexto que o Sinprof começou a ser idealizado como um projeto a ser implementado à luz da nova legislação, já que o país não tinha uma lei anterior que respaldasse esse tipo de organização. Aquando da sua fundação, o Sinprof tinha apenas sede em Luanda capital do país, mesmo assim representava os interesses de todos docentes em Angola, porém rapidamente foi criando sedes provinciais, tendo abrangido todo o território de Angola e elevando a primeira representação física da instituição como sede nacional do sindicato a que nos referimos, situada em Luanda.

Os movimentos que se organizam por meio do Sinprof para realização das greves dos professores e professoras em Angola já vêm acontecendo há mais de uma década e são motivados pelo não atendimento das demandas apresentadas no caderno reivindicativo ao governo angolano desde o ano de 2013. De lá para cá, as greves dos docentes da educação de base têm sido para fazer valer e exigir que sejam aprovadas todas as reivindicações apresentadas no referido documento.

E conforme afirma Segundo (2023, p. 2), “Neste contexto, cada vez mais os trabalhadores da educação pública estão aumentando o seu interesse em aderir no processo de sindicalizados e organizar-se de forma a contribuir para uma identidade de classe docente”. No entanto, o ano de 2013 inaugurou uma dinâmica diferente no que diz respeito à organização, sensibilização e participação dos/as docentes as greves até então realizadas pelo Sinprof.

O ano de 2013, para os/as docentes da educação de base de Angola, marcou o início de lutas que antes não tinham muita adesão por parte da categoria. No referido ano o Sinprof apresentou o caderno reivindicativo ao governo, ato que ocorreu no segundo semestre daquele ano, o mesmo continha vários pontos que a categoria queria ver sanados, mas infelizmente não obtiveram nenhum sucesso nas negociações mantidas com o governo do país.

O caderno reivindicativo foi formado com base nas reivindicações recolhidas nos habituais congressos nacionais dos professores realizadas pelo Sinprof, que a cada edição acontecem em uma província diferente, o caderno reivindicativo de 2013 surge destas articulações entre as várias sedes do sindicato espalhadas pelo país, priorizando as demandas que mais se mostravam urgentes.

Motivados por essa razão, deflagrou-se uma das mais notáveis greves do professorado em Angola no ano de 2013, uma particularidade que se coloca a esse evento tem a ver com o fato de a mesma não ter começado em Luanda, já que é na capital que grande parte dos movimentos sociais de reivindicações têm início na maioria das vezes.

Em outubro de 2013, na província da Huíla, aproximadamente 22 mil professores da educação mantinham uma greve que já caminhava para um mês de duração, deixando cerca de 30 mil estudantes sem aulas e correndo o risco de se perder o ano letivo conforme alegações do governo, esse foi um dos movimentos que acentuou a expressão da insatisfação dos docentes daquela região de Angola.

De acordo com DW África (2013), “Aulas paralisadas na Huíla há quase um mês colocam quase 30 mil alunos em risco de perder o ano letivo. A imprensa está proibida de abordar o assunto, apesar disso violar um direito contemplado na Constituição angolana.” Vários motivos levaram a essas paralisações, porém demandas de mais de uma década também faziam parte dessas reivindicações.

Ainda de acordo com DW África (2013):

O que está a motivar a greve é, segundo os professores, o não pagamento das colaborações por parte do Governo desde 2001, a cobrança de subsídios no salário base e o congelamento de progressão na carreira que o Ministério da Educação diz ter terminado, mesmo sem contemplar os docentes do ensino geral (DW África, 2013).

Apesar de toda movimentação e agitação que se registrava em volta deste assunto, as mídias locais não davam cobertura ao evento, por orientação do governador da Huíla, mesmo ele sendo também professor de carreira. Mas mesmo assim, outros meios em uso atualmente foram utilizados como meio de fazer ecoar as aflições dos docentes, somado a eles a imprensa que internacionalmente deu um grande destaque ao assunto.

De acordo com DW África (2013):

A Huíla está a viver um silenciamento da imprensa pública quando há uma greve no ensino geral", diz revoltado Teodoro Albano, jornalista da Voz da América. Explica que são mais de um milhão de crianças sem aulas e que este acontecimento é "a todos os níveis de interesse público", reitera (DW África, 2013).

Essa banalização por parte do governo era também uma estratégia que visava enfraquecer o movimento, mas felizmente outros meios foram usados, permitindo assim que os docentes fossem vistos, frustrando deste modo a tentativa da desmoralização dos sujeitos das greves. Mesmo estando na iminência de "prejudicar" aproximadamente 30 mil estudantes caso o governo não se pronunciasse, o mesmo decidiu pelo silêncio a uma negociação.

Conforme a DW África (2013):

Em risco de perderem o presente ano letivo de 2013 estão mais de 30 mil crianças. Para poder minimizar a situação, o Governo Provincial liderado por João Marcelino Tchippingui, também ele professor de profissão, terá orientado os órgãos locais de informação a não abordar o assunto na imprensa. Contudo, esta orientação representa uma violação do direito de informação, presente na Constituição angolana, e diversos jornalistas lamentam a sugestão do Governo Provincial (DW África, 2013).

Com a situação e a aproximação do final do ano letivo, os encarregados de educação começaram a ficar preocupados com o prejuízo que os seus educandos teriam caso não fosse aberta uma linha de diálogo entre os grevistas e os docentes. Foi então que estes envolveram-se neste conflito implorando que o governo da província conversasse com o movimento dos docentes que estavam com as aulas paralisadas.

Ainda conforme a DW África (2013):

Temerosos de que os seus filhos percam o presente ano letivo, pais e encarregados de educação imploram ao Governo por diálogo e pela procura efetiva de uma solução urgente. Um pai relembra que "está a terminar o ano lectivo" e que por isso "deviam chegar a um consenso pois esta situação não começou agora (DW África, 2013).

A intervenção da sociedade civil foi de grande importância para uma possível negociação com o governo da Huíla, apesar do silêncio da gestão o Sinprof alegava já terem atingido alguns objetivos com a greve, porém não representavam nenhum ganho de fato; por

essa razão, a partir daquele momento estavam a prepararem-se para uma paralisação nacional dentro do ensino geral, que corresponde desde a 1ª classe até a 12ª.

Conforme a DW África (2013):

Apesar de já terem sido alcançados alguns objetivos da SINPROF, João Francisco, secretário provincial do Sindicato, diz que nem todos os professores estão satisfeitos com as conquistas. "O resultado não foi suficiente para desanuviar a tensão gerada no seio dos professores", reitera. João Francisco diz que os professores concordam em manter a greve até obterem respostas concretas do Governo (DW África, 2013).

As constantes promessas e falhas no seu cumprimento fizeram com que os docentes perdessem a confiança nos acordos estabelecidos com o Estado. Razão pela qual foi inevitável pensar em um próximo passo que pudesse pressionar o governo para o cumprimento dos acordos. Desta vez seria bem maior que apenas em uma província, entre o Sinprof e os docentes da educação de base em Angola - também chamada educação geral -, ficou combinada a marcação de uma paralisação nacional.

De acordo com DW África (2013):

Motivados por falta de resultados, a Assembleia de professores decretou a continuidade da greve no ensino geral, de acordo com o secretário provincial do SINPROF. "A Assembleia é soberana nos nossos estatutos", indica. Afirma que poderiam "suspender a greve e optar pela via diplomática, mas quem decide é a Assembleia (DW África, 2013).

Apesar da greve de outubro de 2013 ser a que mais ganhou visibilidade por ter a participação de aproximadamente 22 mil docentes da província da Huíla, deixando aproximadamente 30 mil alunos sem aula, antes dela uma outra grande greve aconteceu na província da Lunda Norte, porém com menor adesão dos docentes diferente da greve da Huíla, que teve a participação de mais de duas dezenas de professores e professoras somente daquela província. A greve dos docentes na Lunda Norte, que aconteceu em maio de 2013, começando no dia 27 do referido mês, teve a adesão de aproximadamente 5 mil docentes, deixando cerca de 156 mil alunos do primeiro ciclo sem aulas, situação que chamou atenção da gestão da província, que prontamente criou um grupo de trabalho para a negociação com os docentes. Em reivindicação havia vários pontos.

De acordo com Makaangola (2013):

Perto de cinco mil professores em serviço na província da Lunda-Norte estão em greve desde 27 de Maio. O Sindicato Nacional de Professores (SINPROF) considera que há uma adesão de cerca de 90% do total de docentes do ensino primário e do 1º Ciclo. A paralisação afecta (sic) mais de 156 mil estudantes (Makaangola, 2013).

Essas movimentações eram frutos do incumprimento do governo do acordo estabelecido entre o Sinprof e a gestão da Lunda Norte. De acordo com Makaangola (2013), "A 21 de

Novembro passado, o governo provincial havia estabelecido um acordo com o Sinprof para a resolução do caderno reivindicativo apresentado pelos docentes”.

Diferente do que aconteceu na Huíla, os docentes da Lunda Norte foram recebidos pela comissão criada para a gestão, encontro que culminou com a renovação das promessas, mas por algum motivo aquele momento parecia ser realmente um ambiente em que seria possível estabelecer negociações que seriam cumpridas, já que a mesma contou com a presença de figuras ilustres do governo.

De acordo com Makaangola (2013):

Para o efeito, o governador provincial da Lunda-Norte, Ernesto Muangala, criou uma comissão mista e incumbiu-a de implementar o acordo. O governador designou oito membros do seu executivo para a referida comissão, enquanto ao SINPROF coube indicar três representantes. Do caderno reivindicativo, a que o **Maka Angola** teve acesso, constam reivindicações de pagamentos em atraso, incluindo o subsídio de férias de 2011, equivalente a um salário mensal para cada professor, e os subsídios de coordenação de turnos e disciplinas, por pagar desde 2010 (Makaangola, 2013).

Não obstante o citado no parágrafo anterior, havia também reclamações de ordem ética que recaíam sobre os funcionários do governo da Lunda Norte de manter e pagar docentes que não faziam parte do quadro de pessoal, situação que é conhecida em Angola como funcionários fantasmas, uma acusação que os docentes faziam à gestão da província se tratava do fato de o governo manter tabelas salariais paralelas, ou seja, pessoas que desempenhavam as mesmas funções, tendo o mesmo nível de escolaridade e o mesmo tempo de serviço, ganhavam salários diferentes.

De acordo com Makaangola (2013):

Além disso, os professores da Lunda-Norte denunciavam a proliferação de diferentes tabelas salariais para os professores, denominadas Folha ADPP, Folha 67, Folha de Regimento de Contrato, e mais duas que o líder sindical não especifica. “A multiplicação de diferentes folhas salariais facilita a existência de ‘professores-fantasmas’, que ganham por todas essas folhas e só os membros do governo provincial sabem quem realmente fica com o dinheiro”, explica Cazanga Muacavula. A inclusão de trabalhadores falsos ou inexistentes nas folhas salariais é uma prática fraudulenta e regular na administração pública, que permite a certos gestores públicos desviarem mensalmente os fundos pagos aos chamados “fantasmas” (Makaangola, 2013).

A situação da existência de folhas de salários paralelas não é uma realidade nova em Angola, geralmente é um assunto recorrente entre as insatisfações de várias categorias profissionais. Nesta mesma seara de reclamações, faziam também parte do caderno reivindicativo dos docentes da Lunda Norte a falta de assistência adequada para os docentes que eram enviados para trabalhar em zonas recônditas, ou sem muitas condições de habitabilidade, uma situação que é muito recorrente em Angola.

De acordo com Makaangola (2013):

Por outro lado, os grevistas exigem também maior apoio aos professores que estão a ser enviados para as zonas de difícil acesso da província. “Há o caso do professor que foi enviado do Dundo ao município de Caungula, para uma zona com falta de docentes. As autoridades não o apoiaram nem sequer lhe deram subsídio de viagem ou de instalação. Passou 16 dias a comer arroz branco, sem mais nada. E desistiu”, revela o responsável do SINPROF provincial. Vários professores, enviados no âmbito do programa de extensão do ensino na província, estão a retornar às suas áreas de origem devido à fome (Makaangola, 2013).

Situações como essas se repetem, a todo o momento, entre os docentes da educação de base em Angola. É preciso aqui mencionar que o Sinprof responde por várias frentes quando falamos das greves, sempre que se deflagra uma greve regional de lá é constituído um caderno reivindicativo, porém esse caderno dá conta das demandas regionais daquela província, mas existe um caderno reivindicativo em que constam as demandas da categoria a nível nacional e tem sido este um dos principais focos do Sinprof, sem ignorar, obviamente, demandas pontuais em suas sedes provinciais.

Depois do ano de 2013, muito movimentado quando falamos das greves dos docentes da educação de base, o ano seguinte também não parecia que seria um ano calmo. Apesar de termos mapeado apenas duas greves neste primeiro momento da nossa escrita, no ano de 2013 aconteceram várias greves dos docentes de forma isolada em Angola.

O ano de 2014 também começou com muita tensão, porém foi na província da Huíla que novamente se iniciou uma greve que movimentou a opinião pública, a greve que começara em 2 de junho de 2014 continuava decorrendo ainda no dia 29 de julho. Essa foi provavelmente uma das greves regionais mais longas já registrada até o momento, porém desta vez a adesão a essa greve não foi tão alta quanto a realizada no mês de outubro de 2013, na ocasião participaram aproximadamente 6 mil docentes, menos que 50% do contingente da greve passada realizada na mesma província.

De acordo com RFI (2014):

Os mais de 5 mil professores do ensino pré-escolar, primário e secundário da Província da Huila, no sul de Angola, estão em greve desde 2 de Junho e pela terceira vez em dois anos, para exigir a actualização das suas categorias profissionais, promoções e o pagamento de subsídios em atraso, reivindicações também exigidas noutras províncias do país, o que poderá fazer alastrar a greve "*como uma bola de neve...se o governo não atender as reivindicações até Setembro*", quem o afirma é **o presidente do SINPROF, Guilherme Silva**, que participou nesta terça-feira (29/07) em Luanda, na reunião com o ministro de tutela Pinda Simão, os ministros da administração do território, emprego, segurança social e finanças, dominada que conflito na Huila (RFI, 2014, grifo nosso).

Greves assim não eram vistas há muito tempo em Angola e principalmente em intervalos de tempo bem reduzidos, enquanto eles reivindicavam por demandas regionais também colocavam em sua pauta demandas nacionais, tais como a atualização da carreira docente que andava estagnada por muito tempo em Angola.

Porém, mesmo com a falsa maior liberdade de expressão muitos docentes ainda sofriam ameaças por aderirem às greves, fato que tem contribuído para o esvaziamento desses movimentos em vários períodos em que são convocadas as greves. Essa situação não era diferente na província da Huíla, apesar do peso reivindicativo que esses docentes têm acumulado com base nos enfrentamentos que têm feito à máquina pública.

De acordo com RFI (2014):

O dirigente sindical afirma ainda que o governador "*ameaça os professores grevistas com menos de 5 anos de serviço de despedimento se não trabalharem*", mas mostra-se no entanto otimista, pois na reunião de hoje, o executivo comprometeu-se a resolver pelo menos 50% dos casos litigiosos ainda este ano (RFI, 2014).

Várias greves foram realizadas em inúmeros pontos de Angola, mas muitas delas foram escondidas pela imprensa pública, não alcançando os objetivos pelos quais foram articuladas, mas as greves estavam longe de terminar, outra situação que vinha caminhando a passos largos era a crise econômica que afetara a economia nacional. Este motivo também abalou a categoria tendo em conta a perda do poder de compra, assunto que será aprofundado mais adiante.

Mas em 16 de fevereiro de 2014 já era prevista uma nova greve, desta vez o motivo era puramente financeiro. De acordo com o Novo Jornal (2015), os docentes foram pegos de surpresa pelo Ministério da Educação (MED), que informou ao Sinprof que não teria condições de responder às demandas por falta de liquidez, uma vez que o barril de petróleo estava muito abaixo do preço de costume, fato que desestabilizou a economia nacional.

Esse anúncio deixou desanimada a categoria, mas sem perder tempo, ainda em 2015 o Sinprof começou a promover a realização do seu quarto congresso nacional, de acordo com Voa Angola (2014, n.p), "O quarto Conselho Nacional do Sinprof vai acontecer na cidade do Lubango, província da Huíla, em 2015."

Este evento tinha como principal objetivo articular a agenda nacional do Sinprof, bem como o reconhecimento das demandas regionais que as várias sedes do Sinprof fora da capital enfrentavam. Apesar de muitas lutas que os docentes andavam levando em curso, poucos frutos haviam sido alcançados; somente em 2018 os primeiros resultados começam a surgir, mas no momento nos focaremos na ordem cronológica dos acontecimentos.

Os anos de 2013, 2014 e 2015 foram marcados por muitas greves, essas lutas culminaram com o aumento dos salários e têm garantido a promoção de carreiras dos docentes, mas, ainda assim, nessas negociações com o governo, a falta de avanço nos diálogos registra-se pelo fato de Angola ter um governo que oprime quem se manifesta. De qualquer modo, desde 2013 os professores vêm buscando forma e meios de serem escutados de modos a possibilitar a aprovação de suas demandas que até hoje se figuram como as atuais reivindicações desta classe de profissionais.

Precisamos aqui destacar que em Angola os funcionários da função pública ou privada têm o direito de fazer greves, direito este que está consagrado na Constituição da República no seu artigo n. 51, alínea n. 1, “Os trabalhadores têm direito à greve.” (Angola, 2010, p. 38). Mesmo a Constituição angolana garantindo o direito a greve, o cenário de liberdade de expressão era e ainda tem sido um grande desafio para muitas categorias profissionais em Angola.

Foi só em 2017, com a eleição do atual presidente de Angola, o Sr. Gen. João Manuel Gonçalves Lourenço, filiado ao MPLA, que as greves dos docentes da educação de base ganharam um novo contorno liderado pelo Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof). Aquando das campanhas eleitorais o atual presidente fez-se conhecer com o seguinte slogan: “Corrigir o que está mal e melhorar o que está bem”.

Foi aproveitando estas falas que os docentes começaram a organizar-se para articular as suas lutas por meio de greve e retomaram as discussões sobre as reivindicações apresentadas no passado para a melhoria da sua classe profissional, classe esta que tem sofrido ao longo dos tempos uma desvalorização sistemática por parte do governo de Angola.

Ocasionalmente o governo de Angola oferece viaturas, casas e outros bens para jogadores e profissionais de outras carreiras, e outras vezes até mesmo para jogadores de quaisquer modalidades desportivas, mas os professores nunca foram contemplados neste processo. De acordo com Novojornal (2023), o governo teria ofertado recentemente viaturas aos jogadores de futebol.

Para termos uma ideia, de acordo com Novojornal (2023), o governo terá ofertado às seleções de futebol e handebol 56 viaturas neste ano de 2023, que perfazem um total de 2,5 mil milhões¹⁷ de kwanzas¹⁸. Situações como estas são recorrentes, porém só não para os docentes da educação de base.

¹⁷ Equivalente a R\$ 25.271.709,36.

¹⁸ Kwanza é o nome da moeda nacional de Angola, a mesma só circula dentro do território angolano para fins de trocas comerciais locais.

Mediante estes fatos e outros que dão conta de muitos atos de bondades com profissionais de áreas distintas, os docentes da educação de base precisam, com os seus salários minúsculos, atender todas suas necessidades, sendo que pessoas com salários melhores sempre têm sido favorecidas pelo governo de Angola com bens e serviços que podem pagar com o seu dinheiro próprio.

Foi por esta e outras razões que em 2015, em busca de melhores condições de vida, muitos docentes começaram abandonando as salas de aulas; sem o desligamento formal da função pública, os mesmos procuravam dar aulas em escolas privadas para complementar as suas rendas. De acordo com o Jornal de Angola (2016), este abandono dos referidos docentes estava causando lacunas nas salas de aula, deixando inclusive muitas escolas sem aulas completas em todos os períodos, todos iam à busca de outros lugares para trabalhar ou em busca de mudança de carreira, ainda conforme o Jornal de Angola (2016):

O director Provincial da Educação, Miguel Kanhime, disse ao Jornal de Angola que, só no ano lectivo 2015, a instituição desactivou (sic) das folhas de salários 58 funcionários e conta agora com 5.021 técnicos, dos quais 4.300 professores. Miguel Kanhime acrescentou que, com o constante abandono de professores, muitas escolas vão enfrentar graves problemas no ano lectivo 2016, o que vai obrigar alguns docentes a leccionarem duas classes. Miguel Kanhime lamentou o facto de a província do Cuando Cubango estar há quatro anos sem realizar um concurso público para admissão de funcionários, situação que se agrava com a fuga de quadros (Jornal de Angola, 2016).

O fenômeno de abandono das escolas pelos docentes não é algo que havia acontecido só em 2015. Em Angola é comum um professor da educação de base ter mais de um emprego para complementar a renda, fazendo com que muitos não prestem muita da sua atenção aos seus empregos na função pública para poder garantir a continuidade em seu segundo emprego. Enquanto isso, os docentes que atuavam na educação firme e forte começaram a se organizar para os primeiros movimentos de greve nesta fase da crise econômica, motivados pelos atrasos salariais.

Em 2016 os docentes da província do Bengo, que fica a aproximadamente 67 quilômetros da capital do país, começaram uma greve que reivindicava o pagamento dos seus salários, atrasos que foram motivados pela crise econômica que assolou o mundo e Angola não ficou de parte desta realidade. De acordo com IFR (2016), “Na província do Bengo, os professores de ensino geral iniciaram uma greve por tempo indeterminado para exigir o pagamento de salários e subsídios em atraso há vários meses”. Este movimento que começou no Bengo ganhou proporções nacionais e apoio do Sinprof.

Foi então, por causa destas reclamações e necessidade de uma melhoria urgente, que em 2017 aconteceu a primeira grande greve no governo do atual presidente que está em seu

segundo mandato. A greve aconteceu no mês de abril de 2017, mas este movimento também não foi algo livre, ou seja, sem opressão do governo, os docentes enfrentaram muitos desafios durante e depois das greves.

De acordo com DW África (2017a), “Sindicato Nacional dos Professores Angolanos alertou que professores do Cuanza Norte estão a ser ‘perseguidos e ameaçados’ por terem participado na greve nacional de abril.”. Mesmo em períodos de suposta maior liberdade de expressão, os docentes da educação de base ainda vivem com medo e receios quando participam das greves que têm servido como meio para buscar melhores condições de trabalho.

Ainda de acordo com DW África (2017a):

A situação é muito preocupante e é a primeira vez que denunciamos isso publicamente, porque o clima já nem dá, para além de outras situações com os colegas, até a correrem risco de vida, com ameaças. Já solicitámos a intervenção de várias estruturas do país, mas a situação continua, lamentou. De acordo com a sindicalista, que acusa o diretor provincial da educação do Cuanza Norte de "estar por detrás desta onda de ameaças aos líderes provinciais do SINPROF", os professores visados estão a ser "severamente castigados", com transferências para localidades distantes da sede da província (DW África, 2017a).

Este tipo de situação não é algo novo em Angola e, mesmo com o novo presidente, o partido que governava o país era o mesmo e com as mesmas políticas de opressão social. A campanha eleitoral que combinou com a eleição do atual presidente em seu primeiro mandato em 2017 fez com que várias classes profissionais entendessem que estava presente o início de novos tempos, mas a realidade mostrou que não era bem assim.

Antes destes movimentos, o Sinprof já aguardava posicionamento do governo angolano sobre algumas reivindicações desde 2013. De acordo com DW África (2017), “O Sinprof diz aguardar desde 2013 por respostas do Ministério da Educação e das direções provinciais de Educação ao caderno reivindicativo, nomeadamente sobre o aumento do salário, a promoção de categoria e a redução da carga horária, mas ‘nem sequer 10 por cento das reclamações foram atendidas’”. Foi então, com o novo governo iniciado em setembro de 2017, que o Sinprof acreditou ser um momento oportuno para retornar com força às suas demandas junto ao poder público.

Porém, foi ainda em abril de 2017, durante a vigência do governo do então presidente de Angola José Eduardo dos Santos, que se deflagraram as greves dessa nova etapa organizadas pelo Sinprof, que faziam parte de uma agenda recém criada que tinha fundamento nas negociações iniciadas em 2013 com o governo. Apesar de ainda terem enfrentado muitas opressões por parte dos agentes públicos, tiveram alguns efeitos positivos.

Foi nesse período que o governo abriu diálogo com o sindicato e caminhos novos começaram a ser construídos. De acordo com DW África (2017a), “Recorde-se que recentemente o Ministério da Educação angolano considerou que já não existem ‘grandes divergências’ na negociação em curso com os sindicatos do setor, com um entendimento comum a 90 por cento, sobretudo em relação ao novo estatuto da carreira docente.”.

As negociações estavam tomando forma, porém de acordo com DW África (2017a), “O Sinprof admitiu esta terça-feira (05.09.2017) a possibilidade de uma nova greve, considerando que ainda há ‘pontos divergentes’, como a nomeação de professores em regime probatório e em cargos de chefia.” Contrariando o Ministério da Educação (MED), que dizia que já não havia tantas divergências entre o Sinprof e o próprio.

Em abril de 2017 ocorreram duas paralisações lideradas pelo Sinprof no âmbito nacional que envolveram docentes da educação de base. O responsável do sindicato vai dizer que em função da moratória dada ao MED para a resolução das suas demandas, o referido sindicato não estava satisfeito com a resolução que se deu às reivindicações apresentadas por eles. Ainda de acordo com DW África (2017a):

Na altura das duas paralisações de abril demos uma moratória para resolução, daí que não estamos completamente satisfeitos quanto à resolução dos pendentes. Esperamos que o próximo Governo leve esta questão dos professores a peito e como prioritária, porque existem orientações expressas do atual Presidente da República, recordou (DW África, 2017a).

Durante as greves de abril de 2017, ocorreram muitos momentos que comprovam a falta de liberdade, apesar de ser garantida pela constituição de Angola de 2010. Aquando das greves, responsáveis do Sinprof foram detidos por não se submeterem a ameaças proferidas por alguns administradores municipais, fato que levantou um novo questionamento sobre Angola ser ou não uma nação efetivamente democrática. Apesar disso, o Sinprof faz um balanço positivo relativo às greves que ocorreram, de acordo com DW África (2017b):

O secretário-geral do Sindicato dos Professores Angolanos, Guilherme Silva, fez um balanço positivo do arranque desta greve e lamentou a detenção de Fernando Laureano, responsável da SINPROF em Luanda. Guilherme Silva explicou que o sindicalista está detido no comando da Polícia de Cacuaco por não ter permitido que o diretor municipal da Educação coagisse os professores a trabalharem no dia da greve: "Não temos muitos pormenores. O nosso advogado já está a caminho de Cacuaco." O Secretário-geral do SINPROF diz que o facto de realizarem a paralisação no período das provas não é sinónimo(sic) de prejudicar os alunos. Para Guilherme Silva, esta é uma forma de "ensinar os alunos a lutar pelos seus direitos para que possamos ter um ensino de qualidade". "Cabe os alunos ou os encarregados de educação, perguntarem ao ministro da Educação o porquê desta interrupção das aulas", sugere o sindicalista, alegando que se o governo atendesse as queixas, os docentes estariam a dar aulas. (DW África, 2017b).

Mediante estes acontecimentos, o Sinprof passou a fazer uma campanha que visava à demissão do ministro da educação de Angola, fato que não estava apenas relacionado às opressões durante a realização das greves, mas também a uma promessa que o referido ministro havia feito aos docentes sobre o pagamento de um subsídio especial anual para quem atua em séries com exame nacional, demanda que já havia sido apresentado em 2013, porém até 2017 nada tinha sido feito para torná-la realidade. Os professores representados pelo Sinprof, nesta relação com o governo, ouviam sempre do ministro que as referidas demandas já foram enviadas para o presidente e aguardavam por deferimentos da parte do gabinete do mesmo. De acordo com DW África (2017b):

Segundo informações divulgadas pelo Sinprof, o Ministério da Educação terá remetido ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, um documento segundo o qual os docentes de classes sujeitas a exames finais devem receber, anualmente, um subsídio especial. No entanto, Guilherme Silva afirma que os educadores nunca receberam tais remunerações e por isso exige a demissão do ministro Pinda Simão. "Ele deve pôr o seu lugar a disposição porque não tem condições de continuar a ocupar o cargo de ministro da Educação, frisa. (DW África, 2017b),

Dali em diante, o Sinprof e seus filiados criaram uma grande esperança por dias melhores, agora com a tomada de posse do novo presidente que proferia discursos que pareciam mais inclusivos e com espaço de diálogo, pois ele havia prometido 500 mil novos postos de emprego na função pública durante o seu primeiro mandato e tinha um slogan esperançoso.

O mesmo disse em toda sua campanha e continuou dizendo, depois de eleito, que a prioridade era “Corrigir o que está mal e melhorar o que está bem”, algo que animou toda a população. Apesar disso, o Sinprof continua lutando por demandas que já procuravam ver resolvidas desde 2013.

A preocupação em fazer uma nova greve deveu-se também à falta de sintonia na comunicação do pessoal do MED em relação às demandas apresentadas pela classe. Publicamente, cada representante do ministério dizia coisas diferentes em relação à tramitação do processo, sendo que o Sinprof ouvia nos bastidores do ministério e do secretário do Estado da Educação que o referido documento não tinha condições de ser aprovado em 2017 e nem tão pouco em 2018, por tratar-se de um processo moroso.

Ainda de acordo com Observador (2018b), “Porque já ouvimos falar a partir do secretário do Estado que o novo estatuto não seria aprovado em 2017 nem 2018, mas a senhora ministra apareceu a contradizer que o novo estatuto da carreira docente será aprovado brevemente’, explicou.” Fato que revoltou o Sinprof, mas apesar desta afirmação o

documento foi aprovado em 2018. De acordo com Angola, Med (2018), “Com a aprovação do Estatuto dos Agentes da Educação, regulado pelo Decreto Presidencial nº 160/18 de 3 de julho, fez-se a transição de 181.624 agentes da Educação do antigo Estatuto da carreira docente (Decreto nº 3/08, de Março).”.

Nesta sequência, os movimentos relativos às greves não pararam mais, foi então que em 2019, já com o Gen. João Lourenço no comando do país, outras greves foram articuladas pelo Sinprof, mas as opressões continuavam, mesmo com a visão de esperança que parecia ter força para mudar a realidade do país. De acordo com DW África (2018), “Em plenas negociações entre o Governo e os grevistas, Sindicato dos Professores denuncia detenções e ameaças contra docentes que aderiram à greve, que já dura há cinco dias. Polícia angolana nega ter detido professores.” Isto ocorreu no mês de março de 2018.

Desta vez, a greve é motivada pela tentativa da aprovação do estatuto da carreira dos professores, negociações que não têm ganhado rumos que deixam alegres os representantes da classe, uma vez que parece que tudo que se pretende fazer é a postergação desta demanda. Outra inquietação foi com o plano de contratação de novos professores na função pública ao qual o sindicato se opõe, por acreditar não atender os critérios necessários para tal ato, conforme noticiado na DW África:

Até ao momento não há consenso entre os docentes em greve e o Ministério da Educação. Os professores angolanos estão insatisfeitos com a não aprovação do novo estatuto da carreira docente. E rejeitam a estratégia do Governo de priorizar o concurso público de admissão de 20 mil novos professores em detrimento da atualização de categoria dos docentes em serviço. (DW África, 2018).

Este movimento obteve apoio dos partidos políticos da oposição¹⁹, fato que fez as greves ganharem uma maior projeção. Os referidos partidos acreditavam que não se tratava de exigências fora do comum, uma vez que a Constituição consagra a liberdade de expressão e também permite que classes sociais insatisfeitas possam agir contra o desejo do Estado.

Mesmo com toda essa exposição, havia províncias que continuavam com as práticas que se acreditava terem ficado no passado. Muitos docentes estavam sendo ameaçados e presos, tal como reporta a DW África (2018): “Há intimidações de professores em algumas províncias como Benguela, Huambo, Bié e Cuanza Norte, onde os professores estão a receber ameaças de despedimento e processos disciplinares e de que não serão promovidos, denunciou o sindicalista”.

¹⁹ UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
CASA-SE – Convergência Ampla de Salvação de Angola
PRS – Partido de Renovação Social

Coincidência ou não, durante o momento mais alto das greves, o secretário do Sinprof na província de Benguela aparece morto por motivos mal explicados pelas autoridades da referida província, acontecimento que levou novamente os partidos políticos a se movimentarem para somar nas lutas dos professores e por uma Angola mais democrática.

De acordo com DW África (2018), “A Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE) exige do Governo da província de Benguelas explicações plausíveis sobre as reais causas da morte do secretário provincial do Sindicato dos Professores, Armindo Cambele, ocorrido na sexta-feira passada, durante os preparativos da greve.” A morte deste secretário faz o Sinprof entender que o novo governo não é tão diferente do velho.

Enquanto isso, o partido que governa Angola apelava por patriotismo aos professores, um patriotismo que faz com que os professores não tenham condições dignas de vida em todos os aspectos. Os professores estavam agora muito mais organizados e com pouca probabilidade de serem novamente enganados/manipulados pelo governo por meio de discursos não verdadeiros, foi por causa disso que o partido (MPLA) no poder apelou por patriotismo, no desespero de ver os professores cumprindo o prazo da greve que havia sido planejada.

De acordo com DW África (2018), “O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido no poder desde 1975, apelou ao ‘patriotismo’ dos professores - em greve até ao próximo dia 27 de março - e exortou o Governo a encontrar um consenso com os docentes.”. Apesar das várias dificuldades que eles e elas encontraram durante o percurso, não arredaram os pés das ruas e nem mesmo deram nenhuma aula até serem chamados para dialogar.

Essa greve que iniciou na primeira semana de março de 2019 e teve duração de aproximadamente um mês foi a terceira fase das greves convocadas a partir de 2017. De acordo com Observador (2018a):

Esta paralisação, a terceira fase da greve convocada em 2017 pelo Sinprof, e suspensa há cerca de um ano para negociações com o Governo, está a levar ao fecho de várias escolas por todo o país e acontece numa fase de avaliações dos alunos do ensino geral. Em causa, a motivar esta paralisação, segundo o Sinprof, está a falta de resposta do Governo ao caderno reivindicativo apresentado ao Ministério da Educação em 2013 (Observador, 2018a).

Em 2019, os professores e professoras representados pelo Sinprof ainda corriam atrás de respostas por parte do governo angolano por demandas de 2013, conforme já referidos nos pontos anteriores deste texto. Na medida em que o tempo passava, os professores

encontravam-se numa espécie de *loop* temporal, repetindo lutas que não obtinham conquistas reais ou de forma concreta.

Apesar de suas demandas não serem atendidas, o Sinprof considerava algumas greves como positivas devido à mobilização social que as mesmas promoveram e, com isso, a possibilidade de abertura de canais de diálogo com o governo, que muitas vezes chama para conversar, mas não se compromete em resolver nenhuma das demandas de forma clara. Porém, esta greve tinha como um dos principais objetivos a aprovação do novo Estatuto da Carreira Docente, bem como barrar as políticas de contratação de novos docentes sem atender os modelos mais adequados.

Ainda no mês de março de 2019 o Sinprof voltou a sinalizar que voltaria a fazer outra greve caso não tivessem o documento aprovado até a primeira quinzena do referido mês de abril. De acordo com Observador (2018b, n.p), “Julgamos que o final deste mês será o limite e, se não aprovado o novo estatuto da carreira, acionaremos todos os mecanismos legais, isto quer dizer que partiremos para uma greve na primeira quinzena de abril”, disse o secretário provincial de Luanda do Sindicato Nacional dos Professores Angolanos (Sinprof), Fernando Laureano.” Esta ameaça surge pelo fato de a classe acreditar que o governo não está levando a sério as suas demandas.

Apesar da aprovação do estatuto da carreira do docente que ocorreu em 2018, esta guerra de gato e rato continuou sendo a realidade dos docentes da educação de base em Angola. Foi então que, em 2019, foi entregue novamente ao governo o mesmo caderno reivindicativo, sem alteração de nenhum ponto em relação ao anterior entregue ao governo em 2013. O mesmo já tivera sido alvo de discussões em outros tempos, mas sem sucesso.

O caderno não continha pontos realmente novos comparados ao anterior que foi entregue às autoridades angolanas em 2013. O caderno atualizado é entregue em outubro de 2019 com o mesmo objetivo da aprovação de outras demandas que foram esquecidas pelas autoridades, porém novamente sem nenhuma resposta satisfatória. Os docentes se viram obrigados a mobilizar outra greve que aconteceu nos dias 23 a 30 de novembro do referido ano, greve que culminou com uma conversação entre o Sinprof e o governo.

O Quadro 2 apresenta uma comparação das demandas apresentadas ao governo nos anos de 2013 e 2019.

Quadro 2 - Quadro comparativo das reivindicações de 2013 e 2019

Caderno Reivindicativo	
Ano de 2013	Ano de 2019
1- Abolição da monodocência	1. A anulação do regime de transição automática na 1ª, 3ª e 5ª classes e a monodocência na 5ª e 6ª classes;

2- Distribuição da merenda escolar em todo país	2. Reavaliação da carga horária prevista no Decreto Presidencial nº 160/18 de 03 de Julho, Estatuto da Carreira dos Agentes da Educação e o excesso de alunos por turma, enfatizado no artigo 15.º do Decreto Presidencial nº 276/19 de 6 de Setembro, que Aprova o Regime Jurídico do Subsistema do Ensino Geral;
3- Atualização dos professores segundo o nível académico e tempo de serviço	3. Distribuição generalizada e equitativa da merenda escolar;
4- Pagamento de subsídios	4. Dignificação do professor pela valorização do tempo de serviço, fazendo-se o enquadramento de todos segundo as habilitações académicas e o tempo de efectivo serviço no sector;
5- Pagamento dos cargos de direção e chefia desde a nomeação: diretores, subdiretores, coordenadores e turnos	5. Aprovação de um regime de subsídios que atraia e motive professores capacitados e qualificados para se fixarem nas zonas rurais e no ensino primário;
6- Pagamento na totalidade e não em metades do 13º e subsídio de férias	6. Pagamento de subsídios de chefia aos Coordenadores de Curso, Classe, Disciplina e de Turno;
7- Regularização da situação de professores nas categorias do regime geral	7. Transição dos professores do regime probatório para o definitivo;
8- Desagravamento do IRT e isentá-lo em todos subsídios	8. Exigência da flexibilidade do calendário escolar tendo em conta o contexto e a realidade sociocultural do nosso país;
9- Revisão do estatuto de carreira dos agentes da educação	9. Regularização da situação dos professores com categorias do Regime_Geral da Função Pública.
10- Alteração do estatuto remuneratório e subsídios dos agentes da educação segundo a proposta salarial apresentada pelo SINPROF	10. Formação dos professores primários auxiliares.
11- Reintegrar os líderes sindicais nas comissões de avaliação de desempenho	
12- Não à obrigatoriedade do uso da bata	
13- Mais concursos públicos de acesso para que se cumpra com o rácio professor-aluno (35 alunos por turma)	
14- Melhoria das infraestruturas escolares (salas de aulas, carteiras, material escolar, bibliotecas, laboratórios, transporte escolar)	
15- Não à mercantilização do ensino pois em Angola há mais colégios privados que escolas públicas	

Fonte: Cadernos reivindicativos de 2013 e 2019, elaborados pelo Sinprof e entregues ao governo de Angola por meio do Ministério da Educação.

Apesar dos cadernos de reivindicações e, principalmente, de a versão de 2019 ser um grande aliado do professorado nas lutas por melhorias do trabalho docentes em Angola, os mesmos apresentam uma redação que não dá conta da necessidade de reestruturação do(s)

currículos(s) praticados dentro das escolas angolanas. Outra situação também vista nos referidos cadernos tem a ver com a questão do retrocesso/revogação da lei que estabelece a aprovação automática da 1ª até a 5ª classe (série) do ensino geral em Angola.

A versão do caderno reivindicativo em uso é de 2019. De acordo com RFI (2022), “Na mesa das conversações está um caderno de reivindicações datando de 2019 que abrange as modalidades de progressão de carreira, subsídios e condições de trabalho, como recorda João Francisco, secretário provincial do Sinprof na Huíla, no sul de Angola.” Essas movimentações eram acompanhadas de forma atenta por todos os docentes da função pública de Angola.

A classe que atua nas escolas da educação de base estava atenta às discussões porque eram pautas de seu interesse, por esta razão não poupavam esforço para sair às ruas com a intenção de reivindicar sobre as referidas demandas, pois não era apenas o estatuto. Era também um conjunto de fatores que ia além do salário que os mesmos recebiam, tratava-se da necessidade de reestruturação de um sistema da carreira docente, de acordo com RFI (2022):

‘Nós reclamamos essencialmente a tabela remuneratória. Fizemos uma proposta de tabela remuneratória. Também estamos a reclamar o subsídio de isolamento. Reclamamos igualmente o uso obrigatório da bata. Estamos a reclamar a distribuição equitativa e de forma extensiva da merenda escolar a todas as crianças. Na nossa região, a reclamação é maior. Estamos localizados numa região onde há seca todos os anos. Como consequência, a fome aperta não só as crianças, como também os pais. O que se tem verificado é que são seleccionadas algumas escolas apenas que têm direito à merenda escolar. Por outro lado, reclamamos também a conclusão do processo de promoções que começou no ano passado’, refere o sindicalista. (RFI, 2022).

Todos estes pontos estavam mencionados no caderno reivindicativo. Apesar de não terem tido a merecida atenção do governo, os docentes reclamavam por coisas que eram possíveis de serem feitas, mesmo que de forma faseada. Além disso, em muitas ocasiões o governo preferiu ignorar as demandas desta classe profissional importante que há muito não se sente valorizada, mesmo quando estes precisam atuar em localidades inóspitas, deixando suas famílias para servir o país.

Porém, indignados com as atitudes do governo, muitos docentes, agora frustrados com aquele que se apresentou como o presidente da esperança, começaram a fazer críticas ao presidente do país, que em um passado próximo havia dito que a educação estava em sua agenda como uma das prioridades do seu governo. Apesar disso, e mediante as várias greves e falta de sinalização do MED, o presidente da nação se manteve em silêncio por longos períodos, fato que fez com que o ministro da educação não desse a devida atenção a este processo. De acordo com RFI (2022):

Ao dar conta da decepção dos professores relativamente ao resultado dos contatos(sic) mantidos até ao momento como o governo, João Francisco

mostra-se particularmente crítico em relação ao presidente angolano. "Os professores também aqui na nossa província estão desgastados com o silêncio do titular do poder executivo. O nosso poder aqui é unipessoal. Cabe ao presidente da República vir a público dizer alguma coisa que acalente a alma dos professores (...) Não compreendemos como é que o presidente da República, que tem na sua agenda a educação como sendo uma das suas prioridades, até agora não disse nada", lamenta o sindicalista. (RFI, 2022).

Mediante as decepções por parte dos docentes ocorridas em 2019, os mesmos tiveram a certeza de que nada havia mudado no quesito liberdade, mas eles e elas estavam dispostos a continuar a sua luta tendo em conta as suas demandas. As discussões de 2019 propiciaram ambiente favorável para a continuação destas discussões em 2020, que ficou marcado como o ano de cumprimento das promessas por parte do governo. Até ao momento, dos dez pontos que constam no caderno reivindicativo do Sinprof, de acordo com Jornal de Angola (2022a), o governo já cumpriu sete pontos, que serão mencionados no parágrafo seguinte.

Ficando por se resolver apenas três questões dos dez pontos apresentados no caderno reivindicativo, de acordo com o Jornal de Angola (2022a):

Segundo uma nota do Med, a monodocência, a merenda escolar e as promoções ou actualizações(sic) das categorias estão a ser solucionadas e a merenda está enquadrada no programa de combate à pobreza, estando o sector a trabalhar com os demais departamentos ministeriais, para projectar(sic) um orçamento diferenciado, em função do número de escolas e de alunos (Jornal de Angola, 2022a).

Enquanto os docentes aguardavam pelo pronunciamento do governo em relação às suas demandas, neste período as greves se reduziram, não tendo sido registrada greve em 2020 até 2021, período que culminou com a aprovação da atualização do salário dos professores e professoras da educação de base. Foi também cumprida e feita a promoção de carreira dos docentes que atuavam há mais de dez anos. De acordo com o Ministério da Educação de Angola (2023, n.p), "Na primeira fase foram promovidos 96.328 professores, durante o mês de dezembro de 2021." Este processo que havia começado em 2020 continuou até o meio de 2022.

Para além da aprovação do estatuto da carreira docente, foram igualmente aprovados outros documentos que regulavam a atuação dos diretores e vice-diretores de escolas públicas. De acordo com o Ministério da Educação de Angola (2023):

Para além da aprovação do novo Estatuto dos Agentes da Educação, foram aprovados igualmente o novo Regime de Exercício de cargos de Direcção e Chefia (Decreto Presidencial nº 93/21 de 16 de Abril) cuja implementação iniciou em Setembro de 2022 com a remuneração de todos os Directores e Sub-directores das Escolas Públicas, acompanhada das opções remuneratórias pela Chefia (para os titulares que auferem salários de Chefia) e pela indiciária (para os titulares que auferem pela categoria da carreira) (Angola, 2023).

Estas promoções e aumento dos salários foram um grande diferencial para estes docentes. Ainda o caderno reivindicativo estava longe de ser executado na sua totalidade, mas o movimento feito desde 2017 até 2022 surtiu efeitos excelentes para os docentes e o Sinprof estava feliz com as conquistas, mas com a certeza de que se precisa continuar a lutar.

Na sequência das lutas, em 2022 o Sinprof anuncia novamente uma greve para os meses de novembro, dezembro e janeiro de 2023. As greves seriam realizadas em três fases. De acordo com o Jornal de Angola (2022b) “De acordo com o Sinprof, a paralisação será feita em três fases, a primeira de 23 a 30 de novembro de 2022, a segunda de 6 a 16 de dezembro do mesmo ano e a última de 3 a 31 de janeiro do próximo ano.” Lutas que eram fundamentadas pelo não atendimento às diversas demandas do caderno reivindicativo, mas eles exigiam desta vez, dentre outros pontos, a desregulamentação da monodocência na quinta e sexta classes (séries), sendo uma prática aceita apenas para as primeiras quatro classes (séries).

De acordo com o Jornal de Angola (2022b), “Os professores exigem o cumprimento pelo Executivo de alguns pontos constantes do caderno reivindicativo. Dentre os pontos destacam-se a regulamentação da monodocência na 5ª e 6ª classes.” Atualmente outras reivindicações vêm sendo feitas pelos professores e professoras e grande parte delas fazem parte do caderno reivindicativo que foi entregue em 2013 para o governo e atualizado em outubro de 2019, versão que também foi entregue ao governo de Angola.

4.3. AS GREVES E O TRABALHO DOCENTE

Quando abordamos sobre o trabalho docente ou a ação docente em Angola, percebe-se uma grande lacuna na literatura, tanto no país quanto em suas diversas diásporas. Parece que esse tema não tem recebido a devida atenção dos acadêmicos angolanos que discutem os mais variados aspectos da educação angolana, situação que tem sido evidenciado pela falta de produção a respeito. Sobre isso, Segundo (2023) afirma que, em Angola, os estudos sobre o trabalho docente são bastante recentes, sendo até considerados embrionários, já que pouco se produz nessa área. O trabalho docente não tem recebido a devida atenção dos acadêmicos, o que muitas vezes impede a compreensão de sua dinâmica e de como ele se configura em seu sentido mais amplo.

Por essa razão e não só, quase sempre que se levanta conversa sobre greves ou manifestações em Angola relativas a uma determinada classe profissional, é recorrente escutarmos que estas articulações têm relação direta com a melhoria do salário e outros

benefícios que irão favorecer os profissionais em questão. Fato que se mostra diferente nas recentes articulações dos professores e professoras em Angola, não quero com isso dizer que as greves realizadas entre os anos de 2017-2023 nada têm a ver com melhoria salarial ou promoção de carreira, têm tudo a ver, mas também têm muito a ver com um trabalho docente mais amplo e abrangente.

De acordo com Oliveira (2004), trabalho docente é conjunto de ações e processos que visam reformar a escola como um todo, atendendo as mais variadas demandas que envolvem a escola e a classe profissional que nela atua, sendo muitas vezes responsáveis por transformações e reformas importantes que dão um significado diferente em relação à compreensão da escola e os processos que fazem parte dela.

Desta forma, as greves do professorado em Angola buscam por mudanças mais profundas que têm como objetivo atender e dinamizar o funcionamento do setor da educação de base; os docentes representados pelo Sinprof estão em uma luta contra o governo que visa conferir maior dignidade de permanência nas instituições de ensino aos professores e professoras, mas também aos alunos e outros agentes que fazem parte do processo que constitui a escola.

De acordo com Oliveira (2004), referindo-se ao contexto brasileiro, as várias reformas que têm ocorrido nas últimas décadas têm trazidos muitos benefícios ao trabalho escolar. E, é na perspectiva dessas mudanças que o professorado em Angola tem buscado, por meio das greves, que sejam levados em conta dados importantes para a melhoria do trabalho docente naquela nação.

Os docentes, entre as suas demandas, reivindicam também o fim da monodocência na 5ª e na 6ª classes, alegando que isso acaba desgastando o professor ou professora, mas que também prejudica os alunos no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que um único docente poderá não ter o devido foco para dar as aulas das disciplinas ministradas neste nível de ensino, já que são mais de duas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Educação Manual e Plástica.

Porém, a alegação implicada desta prática tem muito a ver com os altos custos com novas contratações. Ao invés de ser contratado o número suficiente para lecionar as disciplinas nestes níveis de ensino, o governo coloca um só docente na sala, reduzindo seus custos, fato que prejudica muito os professores e professoras nesta situação e os alunos que têm que passar por esta realidade. Situação que muitas vezes obriga os docentes a desempenharem funções muito além da sua obrigação.

Apesar de ter a ver com o contexto brasileiro, a análise a seguir serve para Angola. De acordo com Oliveira (2004, p. 1132), “O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras.”. Acabam inclusive lecionando disciplinas para as quais não têm nenhuma preparação acadêmica.

Tendo em conta o fato de que o trabalho docente vai muito além da sala de aula, muitos docentes que estão contra a monodocência alegam que a situação é exaustiva, uma vez que o docente, para além de atuar dentro da sala de aula, tem outras obrigações na escola que vão desde cargo administrativo, planejamento das aulas e outras demandas necessárias para o pleno funcionamento da escola.

De acordo com Oliveira (2004, p. 1132), “O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação”. Vale destacar, conforme já mencionado, que a autora se refere ao contexto brasileiro.

Porém, em Angola a situação é a mesma, o que tem exigido dos professores e professoras muito esforço físico e psicológico, entretanto, a situação tem causado constantes revoltas no professorado, uma vez que precisam atuar em várias frentes dentro da própria escola e não só. Culminando com uma baixa qualidade nos demais trabalhos realizados pela categoria; tudo isso são alegações que têm sido mencionadas para a não continuidade da monodocência, por ser algo que, de acordo com os docentes, contribui para a precarização da atuação desses profissionais.

Desta forma, não é difícil compreendermos como a monodocência pode ser uma via de mão dupla, que acaba prejudicando tanto os docentes, que precisam fazer muito mais do que aquilo que foram treinados para fazer, quanto para os alunos, que acabam recebendo um conteúdo mal preparado, devido à sobrecarga colocada aos professores e professoras nos níveis de ensino em que essa prática é registrada em Angola.

Outro ponto que consta das reivindicações dos professores e professoras em Angola tem a ver com as merendas escolares. Os mesmos alegam que, uma vez implementada, essa política pública nas escolas ajudaria a reduzir as assimetrias nestes espaços e a contribuir na permanência dos estudantes nas salas de aulas. Apesar de ser um ponto importante, o governo diz não poder atender tal ponto de forma imediata, porque um custo desta proporção deve passar pela aprovação da assembleia nacional.

De acordo com Jornal de Angola (2022):

Segundo uma nota do Med²⁰, a monodocência, a merenda escolar e as promoções ou actualizações(sic) das categorias estão a ser solucionadas e a merenda está enquadrada no programa de combate à pobreza, estando o sector a trabalhar com os demais departamentos ministeriais, para projectar(sic) um orçamento diferenciado, em função do número de escolas e de alunos (Jornal de Angola, 2022).

As discussões sobre a falta de merenda escolar, desde sempre, levantaram o questionamento das pessoas, porém, até os dias de hoje não teve nenhum movimento oficial nas ruas em buscas de resposta em relação a esse deficit.

Passando a ser um aspecto de extrema relevância na agenda de reivindicações, atualmente é um ponto que os mesmos e mesmas consideram algo de vital importância para o pleno exercício de suas funções, tendo em conta que, muitas vezes, as desistências escolares são causadas pela baixa renda econômica e a necessidade destas crianças ajudarem seus pais nas atividades de subsistência de suas famílias, causando um esvaziamento nas escolas em algumas localidades de Angola.

De acordo com DW África (2023a), “A fome é um dos fatores que afugenta várias crianças das escolas angolanas, principalmente nas zonas rurais. As autoridades não têm dados oficiais sobre o número de crianças afetadas.”. Apesar de ser um assunto importante, o mesmo não recebe a devida atenção das autoridades angolanas, permitindo assim que mais crianças continuem abandonando o sistema de ensino por falta de condições de permanência.

Por esta razão, as greves realizadas pelos/as docentes em Angola vão muito além do que apenas melhorias da categoria profissional, a categoria parte da vontade de melhoria também das condições de trabalho. Razão pela qual as greves que têm sido realizados em Angola dão conta do trabalho docente no sentido amplo.

Quando falamos sobre merendas escolares nas escolas angolanas, estamos a falar de um assunto que pouco ou nada as pessoas conseguem argumentar para justificar a sua inexistência, ou seja, a não oferta da mesma dentro das instituições de ensino naquela nação africana. Tal situação tem gerado indignação de muita gente, quer seja docente, e também chama atenção de encarregados de educação que alegam que, em períodos piores vividos em Angola, as escolas tinham merenda.

²⁰ Ministério da Educação.

Atualmente em Angola muitas escolas não oferecem merenda, apesar de ser uma política pública de combate à pobreza prevista por várias leis e, quando há merenda, o problema prende-se ao problema de verba.

De acordo com DW África (2023a):

O Governo de Angola atribui a cada município três milhões de kwanzas (5000 euros) para o financiamento da merenda escolar, conforme previsto no Programa Integrado de Desenvolvimento Local de Combate à Pobreza. O dinheiro é gerido pelo Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU). Mas nem todas as escolas conseguem providenciar merendas, porque o valor é "irrisório", diz Armando Jorge, diretor municipal da Educação no Songo, província do Uíge. "O orçamento de combate à pobreza não tem sido suficiente para atender a demanda", acrescentando que a frequência do financiamento oscila (DW África, 2023a).

A situação da merenda escolar em Angola requer maior atenção, pois os recursos destinados às escolas não têm sido suficientes para atender à demanda. Como resultado, algumas escolas podem não ser beneficiadas de maneira equitativa no processo de distribuição e, em alguns casos, ficam sem merenda escolar em determinados dias da semana. Mas há quem diga que esse dinheiro nem passa pelo crivo do Ministério da Educação angolano.

Ainda de acordo com DW África (2023a):

Armando Jorge diz que as delegações da Educação não têm acesso ao dinheiro. Apenas apresentam as escolas onde são distribuídos a alimentação. "O dinheiro são (sic) canalizados às empresas, e as empresas, por sua vez, fazem a aquisição das merendas através da nossa solicitação e distribuem nas escolas". O secretário-geral do Sindicato Nacional dos Professores (SINPROF), Ademar Jinguma, denuncia que, em alguns municípios, as verbas para merenda escolar são inseridas noutros projetos. "Há municípios que selecionam uma escola, dão uma coisinha como bombó²¹ com ginguba²² ou outra coisa que entenderem num único momento, e já não dão todo o ano. A merenda escolar é para ser distribuído de forma contínua", afirma o sindicalista (DW África, 2023a).

Focando nestes dois aspectos aqui mencionados, sendo o primeiro a situação da monodocência e a segunda que tem a ver com a merenda escolar, é possível ver o potencial de transformação das greves dos professores e professoras, quando pensamos na escola como um todo. Os docentes estão lutando por um espaço que não seja apenas bom para eles e elas, mas que sejam um espaço em que as pessoas que vão lá para aprender e socializar-se com os outros alunos achem agradável.

Mas, estas não são as únicas ações que caracterizam essas greves como um trabalho docente, mas são dois elementos que fazem parte da agenda de reivindicações dos dez pontos de pauta do caderno reivindicativo apresentado em três ocasiões ao governo angolano, sendo

²¹ Mandioca seca depois de ficar de molho por alguns dias.

²² Amendoim.

algumas vezes alvos de adendo para acrescentar ou corrigir dados que são considerados importantíssimos para este processo.

Atualmente, os professores e as professoras em Angola olham a escola como um lugar que precisa de mudanças urgentes e que não podem ser mais adiadas. Essas mudanças vão desde a forma de gestão das referidas escolas e também os aspectos materiais que vão desde estruturas físicas, merenda escolar, biblioteca e materiais didáticos que compõem a escola e permitem que todos que a frequentam possam participar de um processo adequado de ensino e aprendizagem, que conferem a esses alunos e docentes condições que propiciam uma plena integração, favorecendo a permanência dos alunos na mesma escola.

Entre vários aspectos, também podemos destacar que hoje já é possível assistir professores e professoras reivindicando por inclusão nos currículos de mais conteúdo que dão conta da história e cultura angolana, quando no passado era apenas considerado como certo aquilo que estava escrito nos livros didáticos, mesmo não contemplando a realidade do lugar em que o conteúdo estivesse sendo transmitido.

O governo ainda conduz o sistema de educação como se fosse um processo automático e ou mecanizado, aonde os alunos vão com o único e exclusivo objetivo de aprender sem questionar, dando a eles apenas conteúdos que o governo acha que os estudantes daquele nível precisam aprender, muitas vezes negando a eles a possibilidade de aprender sobre o seu próprio contexto. Na minha opinião, há uma missão visível de redução de custo, por este motivo atualmente não se reprova em determinados níveis de ensino em Angola, mas também acredito que existam outras intenções por trás dessa prática.

Entretanto, este movimento grevista do professorado angolano tem permitido que a escola seja vista e pensada de uma forma diferente, uma forma mais atual quando comparamos com outras realidades. Uma escola que, apesar de não concordar com aprovações automáticas nas séries iniciais que vão da 1ª classe à 5ª classe, que são consideradas como classes de transição, vê no estudante um potencial para o futuro, por serem pessoas cuja realidade se assemelha com a de muitos e muitas que hoje ocupam as salas de aula como professores e professoras.

Apesar de a aprovação automática até a sexta classe (série) ser uma política pública em vigor desde o ano de 2008, porém aprovada em 2006, o sindicato dos professores em Angola é contrário à política, isto porque os mesmos acreditam que a situação acaba prejudicando o processo de ensino e aprendizagem do próprio estudante e contribuiu para a redução da qualidade do ensino ministrado em Angola, quando comparados com outros países.

Muitos professores e professoras alegam que a aprovação automática da 1ª classe à 5ª classe contribui para que muitos alunos cheguem para os níveis seguintes sem uma adequada preparação, fato que na visão destes docentes dificulta o trabalho dos professores e professoras das classes seguintes. Sendo os alunos considerados o futuro do amanhã, é naturalizado por alguns docentes que as preparações dos mesmos devem obedecer determinado rigor aonde o maior medidor são as avaliações e, conseqüentemente, o resultado individual de cada estudante.

Só para se ter noção relativa à seriedade deste assunto, o mesmo também consta das várias reivindicações apresentadas pelo Sinprof ao governo de Angola. Para esta instituição que representa o professorado, a aprovação automática causa ainda mais precariedade a um sistema de ensino que precisa de fortes investimentos para a sua melhoria urgente. Melhorias que ajudariam a reestruturar os índices nacionais e internacionais da avaliação da educação em Angola. Essas reformas são solicitadas para já.

Hypolito (2011) menciona várias reformas que têm como objetivo controlar os docentes, cada vez mais os Estados vêm criando mecanismo que retiram a autonomia dos professores e professoras na sala de aula, deixando eles e elas limitados a cumprir o que está legislado nos documentos legais em uso em cada realidade, mesmo que as referidas leis não agreguem de forma alguma ao trabalho docente.

Essa é a mesma luta travada pelo professorado angolano, a categoria também quer poder decidir as formas mais adequadas para a avaliação dos alunos, para poder deliberar quem pode ir ou não para o nível seguinte e não apenas seguir conforme o governo angolano estabeleceu, ou seja, neste aspecto os docentes buscam por mais autonomia, do seu ponto de vista.

Com as greves, um dos principais objetivos do professorado angolano é de recuperar o controle da carreira e também do espaço em que desenvolvem as suas funções profissionais, neste caso é geralmente dentro das salas de aulas. O professorado angolano tem construído uma realidade distinta da que se tem vivido em Angola, as greves sabemos que não são um caminho quase milagroso ou que responde por todas as mudanças no setor, mas elas têm sido um meio para o alcance das mudanças que se precisa no setor, pois as mesmas têm tido o potencial de influenciar os formatos das políticas públicas que estão sendo pensadas voltadas para educação.

De forma firme e com poucos receios, estes profissionais têm feito ecoar a sua voz em busca de um ambiente em que seja possível trabalhar e que os utentes dos seus serviços tenham condições de permanecer nestes espaços com o mínimo de dignidade necessária,

tendo em conta a realidade de outros países que, apesar de serem mais pobres que Angola, têm um sistema de ensino bem mais organizado.

Apesar da boa intenção, os docentes em Angola ainda têm um longo caminho para darem a cara que acham ser adequada para a educação de base em Angola, mas que diferente do que acontecia no passado, hoje esses profissionais lutam por objetivos concretos e com maior apoio dos que atuam no setor. Liderados pelo Sinprof, a classe tem dado a entender que sabe o que quer ou, pelo menos, de que escola precisam para que docentes e discentes possam estar em um ambiente que lhes dá vontade de permanecer nela.

O trabalho docente desenvolvido por essa classe tem sido muito importante, também, para a valorização dos profissionais que atuam na escola, mesmo não sendo professores e professoras, ou seja, pessoal de apoio. O cenário mudou, e penso que as mudanças continuarão e as escolas que se conhecem em Angola podem não ser as mesmas dentro em breve, caso este ritmo não seja interrompido por nenhum tipo de opressão ou intimidação que faça com que alguns pulem fora do barco.

De acordo com Hypolito (2011, p. 70), “Ainda que não seja a mesma coisa, a precarização do trabalho docente está muito associada com as formas de intensificação do trabalho, pois o aumento desta implica no aprofundamento daquela. A intensificação do trabalho está diretamente relacionada com o tempo, o ritmo e a carga de trabalho”.

É possível que, nos períodos que se seguem, o professorado angolano continue lutando por um cenário na educação de base mais favorável para todos que o acessam, pois as transformações que tem sido possível apreciar são mudanças e conquistas novas que até pouco tempo ninguém queria correr o risco de lutar por elas, mas já temos assistido um cenário diferente, notamos um maior envolvimento dos/as docentes com as greves em busca de uma maior satisfação e motivação profissional por meio das greves.

4.4. A GREVE NACIONAL: SINPROF E AS CENTRAIS SINDICAIS ANGOLANA

O (res)surgimento das greves tem alterado a maneira como a liberdade de expressão é exercida em Angola. Apesar do país ser caracterizado por altos níveis de opressão em diversos aspectos, os sindicalistas e seus membros têm demonstrado que é possível fazer-se ouvir. Essa dinâmica tem permitido que as demandas desses grupos sejam consideradas, embora muitas vezes não sejam resolvidas, mesmo após essas ações.

Por essa razão, em março de 2024, propriamente no dia 20 do referido mês, foi desencadeada uma greve geral contando com a participação de várias centrais sindicais, mas antes de começar a esmiuçar sobre este evento recente, não podemos deixar de mencionar que

essa não foi a primeira greve geral no contexto angolano. De acordo com Angola24horas (2024), a primeira greve geral em Angola ocorreu em 1998, sendo esta realizada e conduzida pela Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CG-SILA).

Central Sindical que tem o Sinprof como um de seus co-fundadores, a CG-SILA presenciou sua primeira greve geral em 1998. No entanto, a greve nacional realizada em 2024 contou com a participação das seguintes centrais sindicais: Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CG-SILA), a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos - Confederação Sindical (UNTA-CS) e a Força Sindical - Central Sindical (FS-CS).

Nesta ocasião da greve geral realizada em março de 2024, o Sinprof estava integrado à CG-SILA, e seus interesses tornaram-se comuns aos profissionais da função pública. Isso ocorreu devido ao governo não atender parte de suas reivindicações, alegando que estas não se aplicavam apenas aos docentes, mas a todos os profissionais do setor público. Entre as pautas em questão estavam e ainda estão questões atuais como a redução do imposto sobre o rendimento do trabalho (IRT), a definição de um salário mínimo nacional e outras questões importantes. No entanto, essas demandas foram apresentadas conjuntamente pelas centrais sindicais ao governo em setembro de 2023.

Ainda de acordo com Angola24horas (2024):

O caderno reivindicativo foi apresentado a 05 de setembro de 2023 ao Governo e em dezembro iniciaram-se as negociações, mas os trabalhadores concluíram que não houve resposta satisfatória do executivo às suas reivindicações, mantendo-se as divergências quanto ao aumento do salário mínimo e da função pública, atualização de subsídios e desagravamento dos impostos (Angola24horas, 2024).

No entanto, à medida que as negociações com as autoridades públicas avançavam, tornou-se necessário abrir mão da abordagem individual e unir-se a outras forças sindicais que representam os demais profissionais do setor público. Essa união foi essencial para buscar a realização das demandas pretendidas. A partir desse momento, o Sinprof continuou a luta, agora representado pela CG-SILA, ou seja, integrado a essa central sindical.

A greve geral que teve início em 20 de março de 2024 tinha uma agenda inicial de três dias de duração. No entanto, essa seria apenas a primeira fase. Caso as demandas não fossem atendidas, a greve seria retomada por um período mais longo.

De acordo com a DW África (2024a, n. p.), “Em Angola, os funcionários públicos iniciaram esta quarta-feira (20.03) uma greve geral de três dias para exigir do Governo, entre outros pontos, o aumento do salário mínimo e a redução do Imposto sobre o Rendimento de

Trabalho (IRT)”. A decisão sobre as greves demandou um processo de amadurecimento, e somente quando se percebeu a falta de vontade por parte das entidades representativas do governo em negociar é que as centrais sindicais optaram por deflagrar uma greve geral na função pública.

Ainda conforme a DW África (2024b), “As centrais sindicais angolanas reafirmaram, esta segunda-feira (18.03), que vão manter a greve geral, com início previsto para quarta-feira, lamentando a falta de propostas concretas do Governo sobre as suas reivindicações, em seis rondas negociais já realizadas”, desta forma foram definidas as três fases previstas para o ciclo interpolado que se pretendia realizar.

Assim, por meio de assembleias provinciais e nacionais, foram estabelecidas as fases que as greves seguiriam. Foi decidido que as greves ocorreriam em três etapas distintas. A primeira fase foi programada para durar três dias, de 20 a 22 de março, seguida por uma segunda etapa entre 22 e 30 de abril, e finalmente, um terceiro período de 03 a 14 de junho de 2024.

Conforme mencionado nos parágrafos anteriores, a decisão de deflagrar a greve geral não foi tomada repentinamente. É importante ressaltar também que essas negociações tiveram início no mês de dezembro de 2023. No entanto, o caderno reivindicativo foi entregue ao governo em setembro do mesmo ano e, até o dia 4 de março de 2024, não foram reconhecidos avanços positivos nesse sentido.

No material publicado pela DW África (2024b), os sindicalistas afirmaram que “Reiteramos a greve e explicamos, acima de tudo, à opinião pública nacional e internacional as motivações que nos levaram a fazer a greve, uma vez que o governo durante seis rondas negociais, desde dezembro passado, não apresentou respostas plausíveis (...)”.

Entre os diversos pontos apresentados por eles, a questão da atualização do salário mínimo nacional e a adequação dos salários atuais praticados na função pública de acordo com a inflação estavam no centro das discussões. Esta situação tem afetado as famílias angolanas, que têm visto seu poder de compra ser drasticamente reduzido. Nesse contexto, as centrais sindicais aguardavam uma resposta por parte do governo em relação a essa pauta tão importante para eles.

Nas discussões sobre o salário mínimo falava-se da necessidade de um aumento real tendo em conta a realidade do salário mínimo pago em Angola atualmente. De acordo com a DW África (2024b, n. p.), “As centrais sindicais começaram por exigir o aumento do salário mínimo dos atuais 32.000 kwanzas (35 euros), para 245.000 kwanzas (268 euros), proposta “flexibilizada”, entretanto, para 100.000 kwanzas (109 euros)”.

Apesar da flexibilização por parte das centrais sindicais, o governo levantou outras preocupações quanto à capacidade das empresas privadas de arcarem com esses valores. Dessa forma, foi estabelecido um escalonamento de acordo com a dimensão de cada empresa. Supostamente, o governo concordou em elevar o salário mínimo nacional na função pública para 100.000 kwanzas.

Mas para o privado, de acordo com Angola24horas (2024):

O executivo angolano decidiu propor um salário mínimo em função da dimensão da empresa, nomeadamente 48.000 kwanzas (52 euros) para as pequenas empresas, 70.000 kwanzas (76 euros) para médias empresas e 96.000 kwanzas (104 euros) para as grandes empresas, o que foi rejeitado pelos sindicatos (Angola24horas, 2024).

A rejeição da proposta foi justificada pela alegação de que o salário mínimo nacional deve ser aplicado de maneira igualitária a todos, pois a inflação vivenciada em Angola afeta a todos, não apenas os funcionários da função pública. Após essa rejeição, nenhum outro acordo foi estabelecido, apesar de os dirigentes do partido que governa Angola, por meio de seu porta-voz, afirmarem que as negociações com as centrais sindicais estão em andamento e que grande parte dos pontos já foram atendidos. No entanto, essa alegação não é confirmada pelos sindicalistas.

De acordo com a DW África (2024b):

Em conferência de imprensa em Luanda, o porta-voz e membro do Bureau Político do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Esteves Hilário, considerou que o executivo deve prosseguir as negociações com as centrais sindicais, realçando que 80% das propostas do caderno reivindicativo foram já atendidas (DW África, 2024b).

. Tal postura é adotada para manter a imagem de uma nação democraticamente sólida aos olhos de parceiros internacionais. No entanto, não se observa em Angola um adequado processo democrático, pelo menos nos aspectos que se referem às demandas dos grevistas.

Esse tipo de divulgação de falácias na televisão pública pode ter a intenção de tentar minar as greves. Quando elas ocorrem, muitos profissionais participam, porém com grande receio de perseguições e retaliações. Nesses casos, qualquer declaração afirmando que não há mais problema e que as centrais sindicais estão agindo de má fé pode fazer com que eles retornem ao trabalho. A mídia em Angola desempenha esse papel há muitos anos, com exceção de um número reduzido de órgãos de comunicação neste setor.

Da mesma forma, considero que os poucos órgãos de comunicação social, sejam nacionais ou internacionais, que veiculam notícias ou informações verdadeiras sobre esses

eventos são frequentemente considerados opositores ao governo, tal como apontou o professor YA. Isso ocorre porque o governo geralmente espera que essas ações não tenham espaço na mídia convencional ou nas redes sociais. Todavia, esse meio tem permitido que as greves cheguem rapidamente aos seus participantes e espectadores em outras partes que acompanham de perto a situação em Angola.

Ainda a respeito dos salários, as centrais sindicais não estão apenas pleiteando um aumento no salário mínimo nacional, mas também buscam um reajuste de aproximadamente 250% nos salários atualmente praticados na função pública. Isso, de acordo com a inflação, melhoraria o poder de compra dos funcionários públicos, especialmente aqueles em setores mais vulneráveis em relação às suas remunerações. De acordo com Angola24horas (2024) “As centrais sindicais começaram por exigir (...) um reajuste do salário da Função Pública, na ordem de 250 por cento”. Essa demanda não tinha a ver com o salário mínimo, ou seja, eram discussões diferentes dentro das pautas de reivindicações das entidades sindicais.

Porém, devido à relutância do governo em aceitar essa demanda, considero que do ponto de vista do Estado a solicitação de reajuste salarial estava além do mínimo aceitável. Por esse motivo, essa questão tem gerado muitas tensões nos processos de negociação entre as partes envolvidas. Para as centrais sindicais, essa é uma pauta importante e não aceitariam qualquer contraproposta. Por outro lado, os articuladores do governo já têm conhecimento do percentual ao qual estão dispostos a reajustar os salários.

Assim, a polarização sobre esse assunto foi inevitável, levando outros atores a se envolverem nas discussões. Alguns afirmam que o Estado tem capacidade para atender às exigências das centrais sindicais, enquanto outros consideram um absurdo um reajuste salarial nessa magnitude, argumentando que a máquina pública não suportaria tal ônus. Apesar dessas intervenções, em julho de 2024 ainda não se vislumbra uma solução que satisfaça tanto o governo quanto as centrais sindicais. De acordo com a DW África (2024), inicialmente, o governo havia proposto um reajuste de 5%, mas posteriormente considerou um aumento de 10%. Essa mudança foi vista como um insulto por essas entidades.

Ainda de acordo com a DW África (2024), “Funcionários públicos angolanos estão descontentes com o aumento salarial de 5% divulgado pelo executivo. Sindicatos ameaçam com greve geral caso o Governo não mude de posição”. Para tentar evitar qualquer tentativa de greve, o governo então anuncia que fará um novo acréscimo para que o reajuste alcance uma taxa de 10%, proposta que também não agrada às centrais sindicais.

Como tem sido comum, desta vez o jornal de Angola entrou em cena, divulgando uma notícia sobre a intenção do Estado, representado pelo partido que governa Angola, de realizar

reajustes salariais anuais na ordem de 25%. No entanto, devido ao histórico de não cumprimento dessas ofertas, essa proposta também não foi aceita, uma vez que os problemas causados pela inflação estão sendo sentidos e vivenciados atualmente.

De acordo com o Jornal de Angola (2024), “O que sugerimos é um incremento fraccionado dos salários da função pública de 25 por cento anual, para se atingir os valores que as centrais sindicais pedem”. Essa mensagem foi transmitida pelo porta-voz do MPLA, Esteves Hilário, que nessa função representou o governo. Do meu ponto de vista, vale ressaltar que, nesse contexto, o partido que governa o país e o governo parecem ser a mesma coisa, sem nenhuma separação clara de poderes ou atuações visíveis.

Entretanto, as demandas das centrais sindicais não se limitavam apenas aos salários. Para uma compreensão mais detalhada dessas reivindicações, apresentarei a seguir um quadro com os pontos mencionados no caderno reivindicativo, que serão posteriormente incluídos nos apêndices.

Quadro 4 - Caderno Reivindicativo das centrais sindicais

QUESTÕES ECONÔMICAS
<p>Ponto nº1</p> <p>Revisão salarial para toda a Função Pública na ordem de 250%, para corresponder com o custo de vida, tendo em consideração a inflação acumulada;</p>
<p>Ponto nº2</p> <p>Implementação prática dos subsídios de isolamento e instalação em todas localidades e a consequente revisão da classificação dos Municípios bem como a revisão da percentagem nas condições abaixo:</p> <p>a)100%-Para todos agentes públicos que trabalham nas zonas recônditas Classe A;</p> <p>b)50%- Para todos agentes públicos que trabalham nas zonas peri-urbanas-Classe B</p> <p>c) 25% para todos os agentes públicos que trabalham nas zonas urbanas-Classe C</p>
<p>Ponto nº3</p> <p>Atualização do salário mínimo Nacional para Kz. 245,000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil kwanzas), equivalente a USD. 300,00 (trezentos dólares americanos);</p>
<p>Ponto nº 4</p> <p>O desagravamento do IRT (Imposto sobre o Rendimento de Trabalho) na ordem dos 10%.</p>
<p>Ponto nº 5</p> <p>Atualização dos subsídios previstos no sistema das prestações sociais do INSS, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subsídio de aleitamento materno; - Subsídio de funeral; - Subsídio de morte; - Abono de Família;

QUESTÕES SOCIAIS E LEGISLATIVAS
Ponto nº 1
a) Gestão partilhada dos fundos do INSS, conferindo-o transparência necessária.
b) A institucionalização do subsídio de desemprego.
c) Revogar os artigos 39, 68 e 103 constantes do Código do Processo do Trabalho aprovado recentemente pela Assembleia Nacional.
d) Considerando legítimas as reivindicações dos trabalhadores dos Trabalho aprovado recentemente pela Assembleia Nacional.
d) Considerando legítimas as reivindicações dos trabalhadores dos sectores da Saúde, Educação e Ensino Superior, exigimos do Executivo, solução dos problemas reivindicados pelos Sindicatos do ramo e dos dependentes constantes nos acordos bilateralmente celebrados.
e) Exigimos do Executivo o fim da Escravatura Laboral em Angola praticada por certas Empresas Privadas Nacionais e Estrangeiras.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Caderno reivindicativo das centrais sindicais de Angola

Esses pontos refletem as demandas atuais das centrais sindicais, porém não excluem e não devem ser confundidos com os pontos específicos do Sinprof, que representa sua categoria de forma independente. A atual coligação de centrais sindicais busca soluções para questões pontuais e urgentes, demandas que o Sinprof não conseguiria viabilizar sozinho, pois ultrapassam suas prerrogativas sindicais. Essas demandas têm um caráter geral, ou seja, não afetam apenas os profissionais da educação básica.

Os elementos apresentados no quadro acima são os que levaram à realização da greve geral em 20 de março de 2024, que teve uma duração de três dias, conforme já exposto. As greves que ocorreram entre os dias 20, 21 e 22 de março foram anunciadas pelas centrais sindicais no início do ano de 2024, quando essas instituições perceberam a falta de vontade política do governo em solucionar os pontos de pauta do caderno reivindicativo. Nesse sentido, as mobilizações começaram a ser realizadas pelos meios de comunicação disponíveis.

Entretanto, durante esse mesmo período, na opinião deste autor, o governo buscava maneiras de frustrar uma possível greve, uma vez que até então eram apenas conversas preliminares que necessitavam de diversos acordos entre as centrais sindicais e seus filiados. Utilizando os mesmos métodos que caracterizam o partido no poder, o governo começou a disseminar desinformações e criar situações de conflito para minar a realização do evento planejado, uma estratégia que aparentemente não teve muito sucesso, mas as ameaças e retaliações não deixaram de se fazer presentes nestes três dias e nos dias que se seguiram.

De acordo com DW África (2024d), “Sindicatos angolanos de diferentes setores denunciaram ameaças aos trabalhadores para que não adiram à greve geral, que começou hoje (20.03) para reivindicar melhoria salarial e redução de impostos”. A prática de opressão é

frequente e constante em Angola. O direito à greve está regulamentado pela Lei n. 23/91 de 15 de junho de 1991, aprovada pela Assembleia do Povo e conhecida como Lei da Greve, essa legislação reconhece a importância desse direito tanto para os trabalhadores quanto para a construção do Estado democrático de direito. Entretanto, apesar de as greves serem um direito legalmente estabelecido no ordenamento jurídico angolano, ainda enfrentam-se diversos desafios para sua execução efetiva. Desta forma, o primeiro dia da greve foi marcado pelo total desrespeito à lei da qual o próprio Estado deveria ser guardião e cobrar a sua efetiva implementação.

Nesse mesmo contexto, muitas discussões foram levantadas sobre a greve por parte das entidades governamentais. De acordo com a matéria que circulou no Jornal Folha8 (2024):

O direito à greve é parte estruturante da liberdade sindical, que é uma liberdade fundamental, por isso, um direito humano e é um mecanismo de garantia para o exercício e promoção dos direitos dos trabalhadores, pois, como lembra a OIT (Organização Internacional do Trabalho), que sem liberdade sindical não há justiça (Jornal Folha8, 2024).

Não tendo uma suposta autorização do governo, os agentes da polícia efetuaram detenções no primeiro até o último dia da greve, situação que chamou atenção a Ordem dos Advogados de Angola (OAA), ainda de acordo com a Folha8 (2024):

Num “apelo urgente”, a OAA considerou, apesar da constatação dos factos não serem ainda conclusivos, que a intervenção da Polícia (que de nacional tem pouco e que do MPLA tem tudo) “indicia um comportamento institucional arbitrário, ilegal e desproporcional”, porque “violou a lei ao deter cidadãos sem mandado e que não estavam no cometimento de algum crime e desproporcional, porque usou da força, em alguns casos até com violência contra sindicalistas e grevistas desarmados” (Folha8, 2024).

No rol de denúncias e repúdio, não apenas a OAA se pronunciou; outros atores também surgiram para expressar sua indignação diante da postura opressiva e vergonhosa do governo. Muitos destacaram que esse comportamento do Estado não foi nenhuma surpresa. Através de seus canais oficiais, geralmente mantidos em diversas plataformas de comunicação virtual, líderes sindicais e membros das centrais sindicais manifestaram seu desapontamento em relação à violação da Lei da Greve, estipulada na Lei n. 23/91 de 15 de junho de 1991.

De acordo com Angola (1991, p. 1), “Artigo 1 (Direito à greve). É reconhecido aos trabalhadores o direito de recurso à greve nos termos da Lei Constitucional e da presente lei”. Apesar disso, o governo não demonstra preocupação em desrespeitar uma prerrogativa legal. A legislação está em vigor, no entanto, o Estado parece ignorar sistematicamente o que ela

estabelece e quando deve ser aplicada. Isso dá a impressão de que a legislação foi criada apenas para evitar críticas pela falta de um instrumento legal tão importante para os trabalhadores.

Apesar dos repúdios e denúncias que receberam a atenção da OAA, cuja presença foi significativa, os grevistas continuaram sendo detidos até o último dia, de 20 a 22 de março. Isso mais uma vez evidenciou que o governo angolano possui duas faces, sendo a mais conhecida a da opressão.

Com o objetivo de destacar a greve geral, o principal partido de oposição em Angola solicitou, por meio de um requerimento, que a Assembleia Nacional discutisse a greve geral e os temas que a motivaram. No entanto, o partido no poder rapidamente rejeitou o pedido, alegando que a intenção era não interferir nas negociações entre o governo e os movimentos grevistas, que ainda estavam em andamento.

De acordo com a DW África (2024e):

No seu requerimento, o Grupo Parlamentar da UNITA diz ser urgente que se busque fim do conflito laboral. A UNITA entende que a política fiscal do Governo angolano, consubstanciada no agravamento de impostos, introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e aumento das taxas do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho (IRT), uma política cambial que resultou na desvalorização acentuada do kwanza (moeda nacional) e numa política que visou a retirada abrupta os subsídios aos combustíveis "não alcançaram os resultados pretendidos" (DW África, 2024e).

Apesar do apelo da oposição, o partido no poder permaneceu inflexível. Enquanto isso, as detenções dos grevistas que protestavam nas ruas ou permaneciam em seus postos de trabalho sem o exercício do seu dever profissional prosseguiram. Diante desse cenário, a Ordem dos Advogados de Angola questionou a suposta democracia vigente no país devido às detenções sem nenhum respaldo legal, uma vez que os funcionários estavam no exercício da sua cidadania.

De acordo com o Jornal Folha8 (2024), A OAA enfatizou o apelo de que o direito à greve é essencial, especialmente se Angola fosse uma democracia e um Estado de Direito, abrangendo o direito a condições de trabalho justas e favoráveis, e a trabalhar com dignidade, sem temer intimidação ou perseguição. As greves quase sempre geram um clima de tensão nas instituições angolanas, pois aqueles que participam delas enfrentam constantes ameaças e perseguições por parte dos agentes públicos. Eles são ameaçados com a perda do emprego e descontos salarial.

Apesar dessa prática ir na contramão da lei, de acordo com a lei de greve de Angola (1991, n. p.), "Artigo n. 22 (Proibição de transferência e despedimento) 1. Durante o período

de pré-aviso, enquanto durar a greve e até 90 dias após o seu termo, a entidade empregadora não poderá transferir nem despedir os trabalhadores grevistas, a não ser por razões disciplinares nos termos da legislação laboral”. Observa-se uma falta constante e persistente de descumprimento da lei por parte dos legisladores públicos e seus altos mandatários ao mobilizarem a polícia do MPLA para deter os grevistas.

Sobre as detenções, nesses três dias de greve ocorreram em mais de duas províncias de Angola, com destaque para a província do Huambo, mas em outras partes de Angola também se criava um ambiente para intimidar os funcionários públicos quanto à adesão às greves. De acordo com Angola24horas (2024), “As centrais sindicais sublinharam que ‘não obstante as intimidações registadas, os trabalhadores de Cabinda ao Cunene mantiveram-se firmes, em casa, reafirmando deste modo a luta pela dignidade social’”.

No entanto, conforme relatado pelo mesmo veículo de comunicação mencionado anteriormente, as centrais sindicais repudiaram o julgamento e a condenação de três sindicalistas na província do Huambo, ocorridos no primeiro dia da greve geral, a primeira em quase 30 anos. Essas detenções faziam parte da estratégia de desmobilização utilizada pelo governo para frustrar certos movimentos sociais e manter uma falsa imagem de democracia.

Em relação às intimidações e detenções, a OAA não se limitou a apenas observar de longe e emitir repúdios. Em vez disso, ela se posicionou ativamente, defendendo a restauração da ordem de acordo com o ordenamento jurídico vigente em Angola, de acordo com DW África (2024e, n. p.), “No entanto, a Ordem dos Advogados de Angola (OAA) ordenou a instauração de um inquérito para a responsabilização disciplinar dos agentes e oficiais envolvidos na detenção dos sindicalistas que participavam na greve”.

Na busca pelo bom senso e atenção às boas práticas dos agentes da polícia e da mais alta magistratura Angolana a OAA apelou, de acordo com DW África (2024e, n. p.), “A ordem dos advogados apela ao comandante-geral da Polícia Nacional, a Provedoria da Justiça e ao Procurador-geral da República que intervenham em defesa dos cidadãos, a ordenar a libertação imediata e incondicional dos sindicalistas e grevistas detidos”.

Mesmo depois dos apelos da OAA, a situação observada foi que alguns dos detidos foram levados ao tribunal diante de um juiz de garantias, porém, esse cenário não proporcionava garantias adequadas para os cidadãos grevistas, uma vez que a imparcialidade dentro das instituições públicas estava em questão. Em Angola, a distinção entre as funções do governo e as do partido que governa o país muitas vezes é nebulosa, o que pode afetar e contaminar diversas áreas sob o controle da máquina pública.

Na avaliação deste autor, se o juiz em questão for filiado ao MPLA, existe uma possibilidade de que ele ou ela tenda a favorecer o governo, especialmente considerando que as detenções foram executadas pela polícia sob instruções de colegas de partido. Embora o juiz de garantias não tenha o poder de julgar ou condenar, pode ser tentado a fechar os olhos para evitar ser visto como alguém que está alinhado de forma falsa, emitindo decisões que correspondem às expectativas de seus colegas, dado que a cultura de retaliação e perseguição em Angola ainda é bastante prevalente.

Conforme a DW África (2024), apesar das intimidações, detenções, perseguições e até mesmo promessas de retaliações, as centrais sindicais avaliam como positiva a adesão à greve geral nesta primeira fase, citando uma adesão aproximadamente de 95% da força de trabalho filiada a essas centrais sindicais, e os professores estavam contemplados por meio da CGSILA, instituição da qual o Sinprof é um dos co-fundadores. Porém, relatos de pessoas conhecidas que atuam na educação em Angola foram de que, o primeiro dia da greve teve pouca adesão, possivelmente devido à desinformação disseminada antes do início oficial da greve. No entanto, nos dias seguintes, apesar dos desafios típicos desses momentos, a greve teve uma adesão acima do esperado.

5. REPERCUSSÕES DAS GREVES NO TRABALHO DOCENTE EM ANGOLA

Antes de mais nada, precisamos falar um pouco sobre as duas províncias consideradas nesta pesquisa. As províncias W e Y apresentam diferenças muito significativas em vários aspectos. Uma delas foi profundamente afetada pela guerra civil, que supostamente começou logo após a conquista da independência em relação ao opressor colonial e só terminou em 4 de abril de 2002 (Nguluve, 2006), enquanto a outra manteve suas estruturas praticamente intactas durante esse período. Esse fato contribui para uma notável assimetria entre as duas regiões do país.

Dito isso, é necessário destacar que as entrevistas realizadas ocorreram através de canais digitais. Tal iniciativa foi motivada pela falta de recursos financeiros para viajar até Angola. Durante as nossas entrevistas, inicialmente, utilizamos conversas gravadas pelo WhatsApp, mas a transcrição foi bastante prejudicada pela qualidade do áudio. Por isso, decidimos mudar para o Google Meet.

No entanto, devido à falta de qualidade nas transcrições automáticas, logo substituímos o Google Meet pelo Mconf, que se mostrou mais adequado para nossas necessidades. Já no Mconf, as entrevistas ocorreram por meio de vídeos que foram gravados e arquivados. No caso dos docentes da província W, que foram entrevistados em dezembro de 2023, as gravações foram feitas apenas em áudio, sem vídeo.

A primeira etapa das entrevistas foi realizada em dezembro de 2023. Nessa ocasião, entrevistamos quatro pessoas na província W, embora inicialmente tivéssemos planejado cinco entrevistas. A segunda etapa ocorreu em março de 2024, quando entrevistamos apenas quatro pessoas, embora tivéssemos planejado originalmente cinco também. Das pessoas entrevistadas, três eram mulheres, sendo duas na província W e uma na província Y. É importante destacar que, dentro do grupo entrevistado na província Y, um dos entrevistados era o secretário provincial da área de formação do Sinprof. Todas as pessoas entrevistadas tinham mais de dois anos de experiência na educação pública angolana.

Relativamente ao contato com as/os entrevistadas/os, contei com a colaboração dos primeiros/as entrevistados/as para colocar-me em contatos com outras pessoas, deste modo, cada entrevistado indicou outras pessoas que posteriormente eram contatadas para participar das entrevistas. Quanto à primeira entrevistada, consegui seu contato através do grupo do Sinprof em uma rede social, e a partir dela consegui falar com mais pessoas na província W. Na província Y, o primeiro contato também foi feito através da rede social do Sinprof, e à medida que as entrevistas avançavam, essas mesmas pessoas indicavam outras para mim.

Em várias ocasiões, não obtive sucesso nas indicações feitas, o que me levou a recorrer novamente à primeira pessoa, tanto na província W quanto na província Y. Dessa maneira, não foi possível entrevistar as dez pessoas conforme planejado na metodologia desta pesquisa, tampouco foi possível garantir um grupo de entrevistados mais equilibrado em termos de gênero. Foram entrevistadas todas as pessoas contatadas que aceitaram participar.

5.1. Relato da trajetória profissional

Dos entrevistados na província W, três trabalham na mesma escola, enquanto o quarto atua em outra escola, todas localizadas em áreas periféricas da província. Quanto à província Y, apenas duas pessoas trabalham na mesma escola, enquanto as outras duas estão em escolas diferentes, abrangendo desde o ensino pré-escolar até o ensino médio. Dentro desse grupo de docentes, havia apenas um sem graduação acadêmica superior, que tinha somente concluído o ensino médio.

Entre os/as entrevistados/as havia um docente que possuía também o título de bacharel, que em Angola não representa a conclusão de um curso superior. Além disso, havia pessoas com licenciaturas diversas. Dito isso, e para preservar o anonimato dos/as docentes participantes, apresentaremos o quadro a seguir com algumas de suas características, incluindo tempo de experiência como docentes e na rede, vínculo empregatício e formação profissional docente.

Quadro 3 - Caracterização profissional e acadêmica dos/as professores/as entrevistados/as

Pseudônimo	Experiência (em anos)		Vínculo Trabalhista
	Docente	Escola	
WA	Mais de 10	Mais de 10	Efetivo/a
WB	Mais de 10	Mais de 10	Efetivo/a
WC	Menos de 10	Mais de 3	Efetivo/a
WD	Menos de 10	Mais de 1	Efetivo/a
YA	Mais de 10	Mais de 10	Efetivo/a
YB	Mais de 10	Mais de 10	Efetivo/a
YC	Mais de 10	Mais de 10	Efetivo/a

YD	Mais de 10	Mais de 10	Efetivo/a
----	------------	------------	-----------

Fonte: elaborado pelo autor.

Analisando a tabela acima, fica evidente que os docentes listados apresentam algumas diferenças sutis em relação ao tempo de serviço na função pública. No que diz respeito aos seus vínculos com o Ministério da Educação, todos são funcionários efetivos/as, ou seja, já cumpriram o período probatório, que ocorre geralmente nos primeiros três anos após ingressar no serviço público.

Relativamente à formação, com exceção do professor WD, todos têm ensino superior completo, obtido em sua maioria em universidades públicas angolanas. Durante as entrevistas, nenhum dos/as entrevistados/as mencionou estar cursando pós-graduação, o que sugere que o mais alto nível de formação acadêmica entre todos é o de licenciatura. Vale ressaltar novamente que, em Angola, ao concluir um curso superior, o indivíduo recebe o título de licenciado/a, enquanto os bacharéis são aqueles/as que iniciaram, mas não concluíram, o curso superior, tendo realizado apenas os três primeiros anos do ciclo formativo, que geralmente tem duração mínima de quatro anos.

No que se refere à sua atuação, somente o professor WC e o professor WD trabalham em uma escola que abrange do primeiro ao sexto ano/classe, enquanto os demais entrevistados lecionam em escolas de ensino médio. O professor YC e a professora YB ministram aulas em um instituto médio de magistério primário. Dentre eles, somente o professor WD mencionou exercer a função de coordenador na escola em que trabalha, o que reduz seu tempo em sala de aula, pois parte de suas horas é destinada a tarefas administrativas.

5.2. CONDIÇÕES E JORNADA DE TRABALHO

Quanto às horas de trabalho semanais, os participantes não forneceram essa informação durante as entrevistas. No entanto, levando em consideração as normas de contratação em Angola, é esperado que a maioria cumpra uma jornada de trabalho de 40 horas por semana, dividida entre atividades na escola e outras relacionadas à função que desempenham. Nesta direção, a professora WA destaca:

[...] mas é sabido que o professor não trabalha apenas um período, tem que planejar aulas, tem que corrigir cadernos, tem que corrigir provas e não é na escola, quer dizer, que no período que está em casa ele não está só, está a trabalhar, está planejando a aula, está lendo alguma coisa para melhorar as suas aulas e dos colegas, [...] (Professora WA, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Na ocasião da realização das entrevistas, cada entrevistado/a trouxe a sua experiência em relação à escola em que atua durante este período de tempo que leciona na função pública. Apesar da província W possuir melhores estruturas físicas e não só que a província Y, ambas enfrentam muitos problemas semelhantes, tanto é que a professora WA e a professora YB mencionam a falta de meios de pesquisa, desde biblioteca, laboratórios de informática e salas de aulas práticas das componentes de química e outras.

A professora YB apontou:

[...], um exemplo muito prático é a escola onde atuo, é um magistério primário, aqui formamos professores e professoras e não se admite que uma instituição dessas não tenha biblioteca e nem sequer nenhum laboratório. Aqui os estudantes só aprendem teorias e quando eles ou elas estiverem na sala de aula não terão como ensinar a prática porque eles ou elas também não aprenderam (Professora YB, registro da entrevista em março de 2024).

Na sequência, a professora continua a apresentação do seu ponto de vista sobre a precariedade que está associada à sua trajetória profissional, falando como tem encarado o dia a dia da sua atuação na escola, a professora YB afirma que:

[...] eu costumo dizer que aqui os alunos estão tendo uma formação mais mecânica do que significativa. Isso ocorre porque os alunos não têm a capacidade, devido à falta de recursos, para confrontar outras fontes com o que o professor ensina. Muitas vezes, eles nem têm recursos para adquirir um livro ou ir a um cyber café [lan house] fazer algumas pesquisas. Essa situação dificulta o ensino e a aprendizagem dos alunos (Professora YB, registro da entrevista em março de 2024).

Na província Y, os professores têm testemunhado um aumento na evasão escolar, uma realidade que passou a ser enfrentada por esses profissionais. No entanto, muitos acreditam que a implementação da merenda escolar poderia ajudar a resolver esse problema. Nesse sentido, a professora YB ressaltou que:

Seria muito importante para as zonas afastadas do centro da cidade, as chamadas zonas recônditas, que são muitas vezes os lugares onde as crianças não vão à escola por questões até alimentares. Isso reduziria muito a evasão escolar, principalmente no ensino primário, que tem uma grande taxa de desistência. Mas acho que nas zonas urbanas não seria uma ação que traria grandes diferenças no cenário da educação básica (Professora YB, registro da entrevista em março de 2024).

Ainda sobre algum mecanismo que contribuiria para a redução da evasão escolar, o professor YA aponta que:

É importante destacar o problema do absentéismo na educação básica [...]. Muitos alunos têm abandonado a escola para se dedicarem à pesca, caça ou outras atividades que garantam seu sustento, pois a escola deixou de ser atrativa. Pais têm priorizado que seus filhos participem dessas atividades em vez de irem à escola. Acredito que a implementação da merenda escolar poderia reduzir a evasão escolar. Sobre esse assunto, o Estado diz destinar um recurso de 3 milhões de kwanzas para todas as escolas do país, mas não

sei se essa verba é anual ou mensal (professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Já a professora WB acredita que a merenda escolar seria algo bom para os alunos, principalmente os mais pequenos, mas ela afirma que essa luta não pode ser ganha somente pela reivindicação dos docentes sem o apoio das famílias, ou ainda, de organizações da sociedade civil. A professora WB afirmou que:

A merenda escolar também é um ponto, mas este é um assunto no qual os professores precisam do apoio das famílias para ganhar essa luta. Ao contrário, a sociedade tem criticado [...], recebemos um apoio real por parte da sociedade civil [...] queremos uma escola diferente e acolhedora. Mas ao lançar uma campanha dizendo que nossos alunos têm fome, precisamos que os pais desses alunos se juntem à nossa luta para dar maior peso a ela e não apenas ficarem parados enquanto queremos uma escola melhor para seus filhos e não apenas melhores salários. Queremos que todos se sintam acolhidos e protegidos dentro desses espaços, mas precisamos de ajuda para que a merenda escolar deixe de ser apenas uma ideia e se torne uma realidade nas escolas (Professora YB, registro da entrevista em março de 2024).

Os docentes, quando falam sobre os aspectos que contribuem para o exercício pleno da sua profissão de forma adequada, apontam vários dados, mas a merenda ficou evidente que é um assunto importante para alguns, sendo inclusive destacado pelo professor YC da seguinte maneira:

A questão da merenda escolar é de extrema importância, pois muitas crianças chegam à escola sem alimentação adequada, o que afeta diretamente seu desempenho e aprendizado. A falta de merenda contribui para o insucesso escolar, prejudicando a assimilação do conteúdo e o bem-estar dos alunos. Seria importante que as nossas crianças se beneficiassem da merenda escolar. Acredito que é muito importante e essencial que as escolas implementem a merenda escolar (Professor YC, registro da entrevista em março de 2024).

Ainda sobre soluções que possam combater a evasão escolar e não causar o esvaziamento das escolas, o professor YD também destaca a importância da merenda escolar para este fim:

Quanto à merenda escolar, eu acho ser um ponto urgente de resolver, uma vez que muitas vezes vemos escolas esvaziando por falta de alunos. Isso ocorre porque eles precisam dedicar-se a alguma atividade para ajudar os pais a se alimentarem. Acredito que com a implementação da merenda escolar, podemos resolver a questão da evasão e até mesmo melhorar o aprendizado das crianças (Professor YD, registro da entrevista em março de 2024).

No entanto, todos os entrevistados concordam, conforme relatado, que têm enfrentado muitos desafios no desempenho de suas funções. Essas situações variam desde questões técnicas até problemas que deveriam ser abordados pelas políticas públicas. Elas/es enfatizam

que cabe ao Estado assumir responsabilidade nessas áreas, pois é uma obrigação do governo e não um favor ao povo.

Considerando os relatos dos docentes das duas províncias, é evidente que há uma preocupação em encontrar soluções não apenas para a evasão escolar, mas também para transformar a escola em um ambiente acolhedor e significativo para todos os envolvidos. Nesse contexto, a professora YB afirmou “Aqui mesmo na nossa instituição, temos alunos e alunas que, quando perguntamos por que estão aqui, dizem que só estão fazendo este curso porque o pai ou mãe deles/delas diz [dizem] que quando terminarem poderão ter emprego como professor/a”.

Neste momento, a professora YB abordou a necessidade de vocação para seguir determinadas carreiras. Ela destaca a questão de o Ministério da Educação ser o maior empregador, o que tem atraído muitos curiosos. Isso tem influenciado os pais a orientarem seus filhos/as a seguirem na área da educação.

A professora YA destaca:

Então, a educação hoje é um meio que as pessoas usam apenas para ter um salário, sem se importarem de fato com os processos reais de ensino e aprendizagem. Isso diminui a qualidade dos docentes e são coisas que são notadas pelos encarregados e acabam influenciando para desmerecerem o trabalho, inclusive daqueles e daquelas que muito se preparam para exercer suas atribuições e funções com zelo (Professora YA, registro da entrevista em março de 2024).

Em seguida, o professor YA acrescenta a essas preocupações outras questões que têm impactado tanto a atuação profissional quanto a qualidade da formação dos alunos. Isso tem desafiado a capacidade dos docentes de aplicarem seus conhecimentos em sala de aula para lidar com as demandas que lhes são impostas. O professor YA aponta:

Temos casos em que os professores são designados para escolas com turmas de aproximadamente 60 alunos, ou até mais. Essa situação afeta significativamente o desempenho desses profissionais, que não conseguem dar conta de tantos alunos. [...]. Não há nenhum subsídio ou apoio financeiro por parte do Estado para a formação contínua dos professores, ao contrário do que ocorre em outras profissões públicas. Os professores exercem suas funções em meio a muitas precariedades, seja pela falta de estrutura nas instituições de ensino, seja pela deficiência na formação dos docentes, o que dificulta a execução dessa nobre missão com zelo (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Todas essas situações enfrentadas pelos profissionais da educação em Angola têm até motivado alguns a considerarem atuar em outro ministério em busca de melhores estruturas e valorização profissional. Quando perguntada se já pensou em trocar de ministério caso surgisse alguma oportunidade, a professora YB riu e respondeu rapidamente o seguinte:

Já [risos], devido mesmo a essa precariedade que os docentes da educação básica passam. Se tivesse alguma proposta para trabalhar em outro ministério, eu trocaria sim. Infelizmente, atualmente não está fácil encontrar emprego na função pública em outros ministérios. É sempre fácil só entrar para educação e na saúde na carreira de enfermeiro, esses são os que mais contratam. Mas trocaria sim, sem sombra de dúvida (Professora YB, registro da entrevista em março de 2024).

Quando questionadas sobre a questão de gênero na educação, as professoras WA e YB apontam informações divergentes, a professora WA afirma que na província W existem mais mulheres atuando na educação básica e também na educação superior, mas a professora YB, que atua em cenário bem diferente da professora WA, destaca que na sua província existem mais homens atuando na educação, situação que ela justifica da seguinte forma:

Há mais homens lecionando por aqui. Primeiro pelo fato de haver mais homens formados, quer seja no ensino médio ou superior. As mulheres, por algum tempo, aqui não tinham muito interesse nas formações, apesar de vermos atualmente um quadro diferente. Em segundo lugar, as pessoas que lecionam aqui, quase todos e todas se formaram fora [...], principalmente em Luanda, porque por algum tempo aqui havia falta de oferta de muitos cursos. Mas essa realidade também já não é a mesma hoje. Por aqui, já tem universidade pública e mais escolas do ensino médio, e começamos a ver mais mulheres frequentando a escola. Mas ainda existem determinados cursos que são dominados por homens ou [e outros] por mulheres (Professora YB, registro da entrevista em março de 2024).

Do outro lado, a professora WA afirma “Acho que há mais mulheres. Eu avalio de acordo com a escola em que estou”. Neste contexto, devido à natureza mais específica da avaliação, não é possível obter uma compreensão completa da realidade da província W em relação à questão de gênero na educação básica em Angola. Além disso, a literatura disponível também não fornece uma visão dos números reais ou aproximados nesse aspecto.

No entanto, procurando em outras fontes internas ligada ao governo por meio de seus sites institucional tais como o site do ministério da educação de Angola (MED), Ministério das Finanças (MINFIN) e no site do Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), também não encontramos nenhuma informação que pudesse nos orientar em termos numéricos sobre a distribuição de gênero dos docentes que estão atualmente atuando na educação básica do país, nem mesmo no site do Ministério da Educação havia alguma menção sobre o assunto.

5.3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E SOCIAIS QUE LEVARAM ÀS GREVES

Todo movimento social está intrinsecamente ligado a uma causa que se almeja solucionar. Às vezes, tratam-se apenas de questões específicas e pontuais, mas, em outras situações, são demandas constantes que requerem dos grupos envolvidos uma luta contínua e

articulada. Conforme Melucci (2001), é justamente essa interligação entre as demandas que frequentemente fortalece a coesão do grupo. Nesse sentido, os docentes têm se organizado para reivindicar questões que há anos afetam suas carreiras, especialmente diante do agravamento da crise econômica que também atingiu Angola. Os docentes, até a década de 1990, não auferiam uma remuneração adequada, de acordo com o relato do professor YA, que aponta:

Naquela época, o salário do professor chegava a ser de 4 a 5 mil kwanzas, mas, mesmo considerando a taxa de câmbio da época, era insuficiente. No entanto, outros problemas foram se somando aos já existentes naquela época. Hoje, apesar do docente ganhar pouco, precisa lidar com turmas superlotadas, uma situação que vem ocorrendo desde a independência de Angola e parece que só tem piorado. Atualmente, continuamos sendo subvalorizados, também devido à crise econômica que o país enfrenta. Para ter uma ideia, hoje ainda temos professores que ganham 80 mil kwanzas, o que equivale a aproximadamente 80 dólares. Esse salário, considerando o custo de vida atual, não proporciona condições adequadas de sustento para essas pessoas, especialmente em famílias numerosas, como é comum nos países africanos (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Assim, tornou-se inevitável pensar em mudanças no contexto da educação. Nesse ponto, os docentes buscavam soluções não apenas para questões salariais, mas também para outras demandas, argumentando que historicamente têm sido preteridos nas políticas públicas do Estado. Neste sentido, a professora WA afirmou: “[...] se recordas ou se tens noção, os nossos salários eram [depois da crise mundial que ocorreu em 2008, situação que desvalorização a moeda nacional perante ao dólar e euro] mesmo uma desgraça”. Mas a professora aponta também a questão da desvalorização dos docentes: “Muitos acham que os professores são desvalorizados e até corruptos, então pensam que podem comprar os problemas” [...]. Ou seja, o governo não os resolve de fato em troca de benefícios paliativos.

Ainda relativamente aos problemas históricos enfrentados pela categoria, a professora WB vai mais longe, ao destacar um cenário em que afirma que:

Os funcionários da educação de base em Angola estão jogados à própria sorte. O senhor não vai acreditar que o Ministério da Educação é o único que não tem uma linha de crédito para os seus funcionários por meio de parcerias com os bancos [nem mesmo em bancos públicos]. Outros funcionários da função pública conseguem obter crédito nos bancos com muita facilidade porque têm um programa ou serviço específico para pessoas que trabalham em determinados ministérios. Com isso, quero dizer ao senhor que nós somos tipos os filhos renegados deste governo. Eles nos dão emprego, mas não têm nenhuma vontade de melhorar as condições das escolas onde trabalhamos. Não querem melhorar os nossos salários e nem mesmo as nossas condições de habitabilidade. Assim fica complicado trabalhar cheio de amor pela profissão (Professora WB, registro da entrevista em dezembro de 2024).

Este problema não é sentido apenas na província W, os docentes entrevistados na província Y apontam também a mesma situação. O professor YA destaca que:

Além disso, do ponto de vista social, os professores contam apenas com seus salários e alguns subsídios. Eles não têm acesso a linhas de crédito especiais, programas de aquisição de moradias, planos de saúde para si ou suas famílias, pagos pelo Estado [subsidiado pelo Estado], ou qualquer outro tipo de suporte além do salário (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

A professora YB destaca que:

Sim, [nossa província] encontra-se na mesma situação. Só para teres uma ideia, Senhor Alonso, o governo recentemente inaugurou uma centralidade residencial aqui na nossa província. Como muitos têm o sonho da casa própria, fomos lá nos informar e ficamos a saber que precisamos primeiro fazer a prova documental e que depois seria realizado o sorteio. Assim fizemos, demos entrada da documentação e quando ocorreu o sorteio, pelo que ficamos a saber nos grupos que temos por aqui, menos de 5 professores foram contemplados com as casas. Mas profissionais de outros setores tiveram mais sorte neste aspeto, como tem sido quase sempre. Parece que o professor já é visto como aquele que não pode pagar (Professora YB, registro da entrevista em março de 2024).

Os/as professores/as entrevistados/as afirmam que essa situação de valorização dos profissionais de outros ministérios, exceto o da educação, é algo constante na história recente do país. Porém, tais situações não são vividas pelos docentes do ensino superior, isso se deve ao fato de que os professores do ensino superior em Angola não fazem parte do MED, mas sim do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI). Embora também enfrentem algumas dificuldades em diversos aspectos e atualmente estejam reivindicando por salários melhores, esses profissionais desfrutam de maior prestígio social e têm acesso a benefícios em muitos aspectos (créditos bancários facilitados e concessão de moradias), que os docentes da educação básica não conseguem alcançar com facilidade.

O professor YA argumenta ainda que:

Além da questão financeira, o professor enfrenta desafios técnicos, pedagógicos e didáticos que carecem de atenção para melhorar a educação. No entanto, o professor não tem sido uma prioridade de investimento por parte do governo. Os investimentos realizados são insignificantes diante das necessidades reais para melhorar a atuação desses profissionais. Os professores também não têm condições de trabalho adequadas (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Os desafios enfrentados atualmente não são novos, no entanto, a busca por mecanismos para superá-los tem se intensificado desde o início do século XXI. Entretanto, os problemas atuais não têm mais sido naturalizados, sendo motivo de reflexão entre o professorado angolano. De acordo com a professora WA: “Ham, há muitos descontentamentos no Ministério da Educação, [...]”. Ela ressalta que, mesmo em relação à

estrutura das escolas, há muitos aspectos insatisfatórios. No entanto, destaca que, embora esteja mencionando a situação específica de sua escola, essa realidade não se limita apenas a ela ou à província W. A professora WA aponta que essa tem sido a realidade de muitas escolas em Angola há bastante tempo:

Pois, certo, por exemplo, a escola em que eu estou tem 22 salas de aulas no período de tarde e 22 no período da manhã e nós temos por ali quatro funcionárias de limpeza e olha, 23 salas de aulas, quatro empregadas de limpeza, um guarda para essa escola toda e pode fazer 48 horas ou 72 horas sem renda (reserva), sem comida adequada, então, é muita injustiça para manter calada, [...] (professora WA, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Para além disso, os docentes têm enfrentado há muitos anos a prática de ações com as quais não concordam. Entre essas questões, destacam-se a monodocência e a transição automática, presentes na educação básica desde 2014, como resultado de algumas reformas educacionais implementadas até aquele momento. Sobre a questão da monodocência e transição automática, os docentes entrevistados tinham muito a dizer, a professora WA destacou que a monodocência é um problema:

[...] a monodocência [é um problema] porque há professores que não dominam um determinado tema [componente] e é forçado a dar, então, acho que a transmissão não é igual comparado com alguém que tem domínio da coisa, acho, não sei se estudou, ainda estudaste no período que a quinta e sexta classe era de vários professores? [...]. Agora não, agora é monodocência, imagina as dificuldades que têm causado a monodocência, não acreditas que alunos da sexta e sétima classe ainda há quem não lê em condições (Professora WA, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Sobre a monodocência, que é também sentida como um problema histórico da categoria, a professora WB diz:

Para exercermos bem o trabalho para o qual nos colocamos à disposição, precisamos que a monodocência seja eliminada ou pelo menos revista, porque do jeito que está não dá para continuar. Imagine uma professora como eu, formada em GeoFísica, habilitada para dar aulas de geografia e física, tendo que dar aulas de 5 disciplinas das quais não sou especialista e precisar estudar mais do que deveria todos os dias para estar na sala de aula [...] (Professora WB, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Para a professora WB, é um alívio, conforme apontado por ela, não atuar em uma turma de monodocência. A professora afirma: “Graças a Deus, não atuo em classes de monodocência que vão até a sexta classe. [...] Mas os colegas que atuam na monodocência, não é nada fácil”, mas na sequência diz que sabe que a situação é trabalhosa, já que tem acompanhado colegas e pessoas próximas que trabalham no sistema da monodocência.

A professora WB afirma: “Eu acompanho o meu esposo que atua em turmas de monodocência e é muito desgastante ter que ter domínio de sete disciplinas, elaborar sete provas diferentes, corrigir provas de sete disciplinas de uma turma que tem, em média, 40 alunos, senhor Alonso, não é pouca coisa”. Outra situação que chama a atenção da professora WB tem a ver com a aprovação automática: “Em relação à aprovação automática, esse assunto entre os professores, assim como a monodocência, é uma unanimidade”.

Os problemas da monodocência e a transição automática encontram entre os docentes entrevistados uma convergência, sendo que quase todos/as discordam de que essa prática continue, apontando inclusive os prejuízos que isso pode causar à própria jornada laboral dos profissionais da educação e no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. A professora WA destaca:

Olha, eu por exemplo sou professora de química, estou a dar a minha aula e o aluno não está a escrever, em uma turma que tem mais de 20 alunos nestas condições eu tenho que escrever no quadro, o meu tempo não vai ser suficiente para cumprir com os objetivos, não é a mesma coisa, eu tenho que parar para ensinar o B e a BA!? Eu até já questionei isso à direção da escola se terei que dar ainda os sons para a sétima classe?²³ Cada pessoa que vai para lá vai ter que dar os sons e isso prejudica a mim e o meu programa e depois querer cobrar e dizer que não cumpriu e ainda que eu explique que está acontecendo situação do gênero, olha você é quem sabe, mas tem que cumprir o programa, como cumprir o programa deste jeito? (Professora WA, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Apesar de a monodocência e a transição automática serem grandes problemas para a categoria e terem sido alvo de reivindicações por parte dos docentes no passado e atualmente, entre os entrevistados na província W, o professor WC aponta que, se bem administrada, tanto a monodocência quanto a transição automática deixam de ser um problema, ou seja, podem-se reduzir os efeitos negativos no processo de ensino e aprendizagem. O professor WC destaca:

Até certo ponto, sim, mas discordo em parte. Por exemplo, a aprovação automática, especialmente no ensino primário, que é dividido em três ciclos: o primeiro abrange da primeira à quarta classe, o segundo, a quinta e a sexta. Isso já permite uma avaliação um pouco mais completa do estudante em sua totalidade. O professor tem a oportunidade de fazer com que o estudante alcance o nível desejado em dois anos, mesmo que no primeiro ano não tenha atingido o nível necessário, por exemplo, para a primeira classe. No entanto, nota-se que não há aprovação automática da segunda para a terceira classe, pois a segunda classe representa o nível [o fim] de um ciclo (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

²³ A professora explica que, devido à dificuldade de leitura dos estudantes decorrente da aprovação automática, ela é compelida não apenas a ministrar a aula da sua disciplina, mas também a ensinar praticamente língua portuguesa para que possam acompanhar as aulas.

Ele acrescenta dizendo:

Mesmo que algumas gestões escolares sofram pressão para aprovar, teoricamente, eu concordo parcialmente com a transição automática. Por quê? Defendo no ensino primário o acompanhamento de um só professor com um determinado número de estudantes, pois ele conhece mais do que ninguém o potencial de seus estudantes. Então, ao acompanhar o estudante, até que ponto eles podem ou não oferecer mais. Então, se o mesmo professor acompanhar o estudante na classe seguinte, eu concordo, sim, com a transição automática, desde que sejam observadas efetivamente as competências dos estudantes. Porque fazer com que os estudantes avancem só por avançar, né? Porque a transição automática, para mim, pode ser interessante, desde que haja comprometimento por parte do professor, da escola e até mesmo dos familiares (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

O professor WC destaca a importância de uma escola que se comunique não apenas com os estudantes, mas também com seus familiares, que desempenham um papel crucial no processo de ensino e aprendizado dos alunos. Ele ressalta:

A escola deve informar os responsáveis sobre o desempenho de seus estudantes, e a família também deve acompanhá-los para ajudar a superar tais dificuldades. No âmbito da Educação, seja escola, família ou sociedade como um todo, são os três grandes agentes desse processo de ensino e aprendizagem. São indissociáveis, e os três devem caminhar juntos. Não é apenas responsabilidade da escola fazer com que os estudantes desenvolvam determinadas competências (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Sobre os assuntos que há mais de uma década afetam o trabalho docente, o professor WD destaca:

Já a questão da monodocência e aprovação automática ainda têm merecido muita atenção por parte dos docentes, entendemos de forma quase que unânime que a monodocência prejudica a qualidade da prestação de serviço dos docentes uma vez que o mesmo ou a mesma precisa prestar atenção em muitos conteúdos e inclusive de conteúdos que não tem quase nenhum entendimento (Professor WD, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Essas demandas são pontuais, e o governo tem dito que são situações já ultrapassadas por já ter dado resposta para as mesmas, mas o professorado não confirma tal informação, por essa razão o professor YA mencionou durante as entrevistas:

Por outro lado, os pontos que eles alegam que faltam serem resolvidos, como a questão da merenda escolar, monodocência e aprovação automática, continuam sem serem resolvidos até o momento. Os professores continuam desenvolvendo suas funções em péssimas condições. Diante disso, o sindicato surge com um novo ponto que é a questão do isolamento. Conforme disse para o senhor, o sindicato trabalha com demandas atuais e muitas das

coisas de 2022 hoje já não são vistas com a mesma prioridade daquele período (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Apesar de uma ampla discussão em torno desses temas, durante as entrevistas, os docentes não pouparam esforços para abordar os assuntos mencionados anteriormente. No entanto, um ponto crucial que tem gerado descontentamento entre os profissionais da categoria é a promoção na carreira, o que tem mobilizado quase todos os docentes em busca de melhorias.

Neste quesito, o professor YA alega que “[...] atualmente, o ponto estruturante tem a ver com a questão da promoção de categoria de acordo com a formação acadêmica e com alguns pendentes de promoção de carreira de acordo com o tempo de serviço que ficou por se resolver desde 2021, [...]”.

Sobre a promoção na carreira, não é algo recente. Os docentes afirmam que, antes das recentes atualizações, havia professores que já atuavam na educação há mais de uma década e nunca tinham sido promovidos ou tido seus estatutos atualizados com base em seu grau acadêmico. No entanto, a promoção almejada não se limita apenas à formação, mas também ao tempo de serviço na educação pública.

Os docentes também destacam que, quanto à questão das promoções de carreira já houve muitos avanços, mas ainda há muito por ser feito, dizem ainda que o Sinprof tem feito muito para a agenda levada em curso que visa dar maior dignidade ao professorado da função pública.

5.4. ADESÃO DOS PROFESSORES(AS) AO SINPROF

Segundo relatos dos/as docentes entrevistados/as, embora o Sinprof exista há muitos anos, desde 1997, muitos deles não tinham conhecimento de suas atividades. Foi apenas a partir dos anos 2000 que sua presença começou a ser percebida, mas mesmo assim não foi o bastante para despertar o interesse desses profissionais em relação às suas demandas. Nesse contexto, aqueles que já estavam filiados ao sindicato desempenharam um papel crucial ao incentivarem a adesão de mais docentes ao Sinprof.

Mas antes disso, a professora WA, quando questionada sobre como o Sinprof aparece na vida dela, responde o seguinte:

Olha, data mesmo não consigo te explicar, acho que nas primeiras greves dos anos 2000, antes não podia participar porque estava em uma escola comparticipada [...] e não podia participar das greves, mas de lá para cá acho que há uns 10 anos tenho uma participação ativa, acho que o Sinprof surge num momento em que nós precisamos mesmo que alguém falasse por nós ou

que alguém tomasse a voz dos professores (Professora WA, registro da entrevista em dezembro de 2023).

A professora WA menciona em sua resposta que já tinha conhecimento do Sinprof antes de 2000, porém sua filiação ao sindicato e a participação em greves ocorreram somente após o término de seu vínculo com a escola compartilhada em que trabalhava. É importante ressaltar que, no contexto angolano, escolas compartilhadas são instituições de ensino privadas que recebem investimento público. Muitas vezes, essas instituições têm vínculos com organizações religiosas, principalmente a igreja católica. Nessas escolas, o governo pode disponibilizar docentes e outros recursos, contanto que não cobrem mensalidades dos alunos.

Ainda conversando sobre a questão da adesão ao Sinprof e como o sindicato chegou até eles e elas, a professora WB destaca que chegou ao Sinprof por meio de colegas e amigos:

Para mim, o Sinprof chegou por meio de colegas. Sempre observei o movimento do Sindicato, mas não dava muito crédito, até porque aqui as coisas dificilmente mudam. No entanto, meus colegas estavam muito ligados ao Sinprof e sempre que havia alguma greve, eles não levavam faltas ou eram descontados em alguns momentos por terem o respaldo do sindicato. Então, decidi entrar, mas não somente por isso. Depois de algum tempo, o Sinprof começou a defender pautas que também eram do meu interesse, como o aumento de salário e outras mais (Professora WB, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Por outro lado, ao ser questionado sobre sua adesão ao Sinprof, o professor WC apontou algumas falhas percebidas em relação ao sindicato. Ao final, ao responder à pergunta feita, ele enfatizou o seguinte:

Senhor Alonso, o Sinprof, na minha perspectiva, possui muitas falhas e está distante de aprimorar seus métodos de atuação, mas não temos outra alternativa mais eficaz para nos representar. Não sou filiado ao Sinprof [Não] por opção, mas sim porque, há algum tempo, as inscrições foram suspensas. Como tenho diversas críticas, sinto a necessidade de me tornar parte oficialmente, porém, desde que estou na área da educação, nunca faltei a qualquer convocação do Sinprof (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

O professor WD, quando questionado sobre o mesmo assunto, falou:

Caríssimo, não [sou] oficialmente filiado ao Sinprof, mas frequento aos eventos e reuniões do Sinprof e participo de todas as greves que os mesmos realizam, apesar de hoje auferir um cargo na escola que trabalho, eu entrei na educação como técnico médio e a minha categoria ganha muito mal e o sindicato tem feito trabalhos na direção que buscam melhorias neste e outros sentidos (Professor WD, registro da entrevista em dezembro de 2023).

No que diz respeito à adesão ao Sinprof, as respostas sobre esse assunto não foram muito diferentes na província Y, considerando as afirmações feitas pelos docentes da província W. Parece que muitos, apesar de não estarem oficialmente filiados ao sindicato, se sentem como parte ativa dele. Nesse ponto, é inevitável trazer novamente Mortari (2019), que menciona que os sujeitos que participam das greves e a partir delas não são os mesmos; eles começam a compreender melhor as mudanças cotidianas que afetam suas carreiras.

Durante a entrevista ao professor YA, surgiu novamente a pergunta sobre como ele aderiu ao sindicato, o mesmo foi muito detalhado na sua resposta e disse o seguinte:

Na verdade, o sentido de justiça, o impulso para a reivindicação, acho que são características inatas. Comecei a ser influenciado a aderir ao Sinprof através das Zonas de Interação Pedagógica (ZIPs), frequentando esses espaços com colegas de outras escolas. Conheci uma colega chamada [...], também sindicalista, que me convidou a aderir ao Sinprof, levando em conta meu engajamento até então nessas interações. Assim, em 2016, aceitei o convite, movido pelo espírito de justiça que me motivava a defender o que é correto. Aderi ao sindicato sem pensar em benefícios pessoais ou nos perigos que isso poderia representar, especialmente fora da capital, quando se trata de atividade sindical em África, e particularmente em Angola (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

O professor YA deixou elucidado que tomar a decisão de fazer parte de uma instituição que contesta o Estado por meio de reivindicações ainda não é algo fácil, considerando os possíveis constrangimentos que essa decisão pode acarretar. O docente destacou também que, além das barreiras de crescer na carreira, outras nuances estão intrinsecamente ligadas a essa decisão que, na naquele contexto, parece perigosa. Ele aponta que:

Realmente, a atividade sindical ainda é algo muito estigmatizado e perigoso, especialmente aqui, mais do que em Luanda. Por esse motivo, nós, enquanto secretariado do Sinprof na província do [...], adotamos um lema, no qual afirmamos que o sindicalismo é um sacerdócio. Acreditamos que só é possível quando nos comprometemos com alguma missão ou valor, como o valor da justiça, da dignidade, do correto, entre outros. Portanto, não é fácil fazer sindicalismo em África e, sobretudo, em Angola, por duas razões: uma é a questão política e outra é o exercício do direito de cidadania do ponto de vista trabalhista (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Essa afirmação sobre o perigo de fazer parte do sindicato também foi apontada por outros/as entrevistados/as. No entanto, a professora YB também compartilhou sua experiência sobre como teve seu primeiro contato com o sindicato, destacando que “não, não sou filiada ao Sinprof ainda, mas não sou contra a sua atuação”, situação que não se iguala com o professor YC, o professor informa que:

Fui convidado pela [...] a integrar o Sinprof, sindicato que tenho defendido como membro, zelando pelas preocupações diárias dos professores e pela qualidade da educação em geral. Interessei-me pelo sindicato devido à minha experiência como professor e às condições insatisfatórias de trabalho enfrentadas pelos docentes. Busco, junto ao Sinprof, defender os direitos e as condições dignas que os professores merecem. Exigimos também qualidade na educação, pois sem investimento do governo, não alcançaremos o padrão de ensino desejado (Professor YC, registro da entrevista em março de 2024).

É importante ressaltar que, em Angola, os membros do corpo administrativo das escolas não podem participar livremente e de maneira explícita do sindicato ou das greves, sob o risco de perderem seus cargos, uma vez que estes não são obtidos por meio de eleições, mas sim por indicações.

Entretanto, de acordo com o relato de alguns entrevistados(as), apesar dessas restrições que impedem os profissionais da gestão escolar de participarem desses momentos, muitas vezes eles trabalham para apoiar seus colegas que aderiram às greves. Isso pode envolver adotar as melhores formas de aplicar algumas deliberações superiores que possam de modo a não prejudicar os profissionais que estão lutando por benefícios, aos quais eles/as próprios/as também terão direito, mesmo sem se exporem.

Desta forma e, depois da resposta do professor YC, quem também revelou a forma como aderiu ao Sinprof foi o professor YD, ele informou o seguinte:

No entanto, por meio de [...], fiquei sabendo sobre o Sinprof. Mostrei interesse e fui convidado para uma assembleia realizada aqui no [...] pelo Sinprof, onde fomos informados sobre os objetivos do sindicato. Desde então, tornei-me filiado ao Sinprof e permaneço assim até hoje. É importante destacar que existem outros sindicatos de professores em Angola, como o SINTE, mas o Sinprof é o maior e mais organizado quando se trata da defesa das demandas dos docentes angolanos (Professor YD, registro da entrevista em março de 2024).

A maioria dos docentes entrevistados filiou-se ao Sinprof ou teve seu primeiro contato com o sindicato através de amigos e colegas de trabalho, com exceção do professor YC, que foi convidado pela direção da escola a fazer parte do sindicato. Isso ressalta a importância das relações interpessoais no fortalecimento do Sinprof, assim como na socialização de suas demandas.

5.5. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO DO SINDICATO

Conforme os relatos dos docentes entrevistados, além da mobilização feita por colegas que já são filiados ao Sinprof há alguns anos, o sindicato também adota uma abordagem direta, visitando as escolas para explicar as vantagens de fazer parte do mesmo. Eles deixam

cartazes informativos nos quais cada interessado/a pode encontrar respostas para algumas de suas dúvidas.

Foi por meio desses contatos com as escolas que o Professor YC recebeu o convite para se juntar ao sindicato. No entanto, os/as docentes entrevistados/as apontam que o nível de informação sobre o Sinprof na província W é significativamente diferente em comparação com a província Y. Dessa forma, a maneira como o Sinprof se apresenta a esses profissionais nos dois contextos é bastante distinta, variando em suas abordagens.

Sobre essa questão, o professor YC aponta:

Sim, há diferenças, especialmente na mobilização. Em [...], a situação é diferente devido à maior consciência dos professores sobre seus direitos e à maior participação da sociedade. No entanto, em algumas províncias, como [...], a adesão às greves e às reuniões tem sido menor, devido a fatores políticos e à ausência de alguns professores que ocupam cargos administrativos que são geralmente políticos (Professor YC, registro da entrevista em março de 2024).

Entretanto, a professora YB, quando questionada sobre a possibilidade de se filiar ao Sinprof, menciona que:

Sim, já pensei. Inclusive, temos recebido muitas vezes visitas do pessoal do Sinprof aqui na escola, que nos informam sobre os benefícios de ser filiado ao sindicato. Mas, na nossa província, não é igual a [...]. Aqui ainda sofremos muitas retaliações ao aderirmos às greves, e principalmente quando se sabe que você é do sindicato, você não ascende a nenhum cargo de chefia, além das atuações obrigatórias previstas pela legislação trabalhista (Professora YB, registro da entrevista em março de 2024).

Apesar das situações legais mencionados por esses/as profissionais entrevistados/as, eles/as alegam que não deixaram de se envolver nos processos relacionados ao sindicato. Eles/as reconhecem que a luta do Sinprof beneficia a categoria e consideram justo apoiar, mesmo quando não são filiados ao sindicato.

Entretanto, os/as professores/as da província Y reconhecem que a mobilização para aderir ao Sinprof nessa região do país ainda enfrenta muitos obstáculos. Isso traz à tona questões pessoais relacionadas ao avanço profissional, que podem entrar em conflito com o interesse em se filiar de forma ativa ao sindicato. É importante notar que, segundo o professor WC, as inscrições para filiação ao sindicato foram suspensas recentemente, esta alegação pode não ser a mesma razão que tem impedido os/as docentes da província Y filiarem-se ao Sinprof, uma vez que lá as razões apontadas pelos/as docentes entrevistados/as são outras.

5.6. IMPACTOS NA SOCIEDADE MOTIVADOS PELAS GREVES

As greves do professorado angolano têm proporcionado à sociedade em geral, e de forma particular aos profissionais do serviço público, uma liberdade de expressão pouco antes experimentada no país. De acordo com os/as professores/as entrevistados/as, especialmente o professor YA, o Sinprof tem conquistado avanços que vão além dos profissionais da educação. Essas vitórias têm beneficiado também outros profissionais, conforme destacado pelo professor YA:

Entretanto, os muitos ganhos que o Sinprof vem alcançando não beneficiam apenas os professores. Em alguns casos, beneficiam toda a função pública, tal como aconteceu com os subsídios de isolamento, que foram demandas do Sinprof, mas o resultado foi para toda a função pública (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Ademais dos benefícios mencionados, que não se limitam apenas aos profissionais da educação, os docentes da província W reconhecem que as greves têm promovido uma maior conscientização dos profissionais da educação sobre seus direitos. No entanto, em relação às interrupções das aulas, raramente contam com o apoio da comunidade ou de outros grupos organizados da sociedade civil.

Deste modo, a professora WB, sobre os impactos das greves na sociedade, destacou o seguinte:

Não sei em outras partes do país. Já ouvi relatos de províncias onde a sociedade é que apelou ao governador para ouvir os professores em greve. Há Encarregados [de educação] que muitas vezes suplicam às autoridades que não negligenciem as negociações porque os alunos estão perdendo aulas e ficando prejudicados. Mas só ouvi dizer por aqui. Não chegamos ainda a este nível de solidariedade. O senhor sabe, [...], as pessoas têm um ritmo de vida bem diferente das outras províncias, um ritmo que muitas vezes nem dá condições para os tais encarregados acompanharem a educação dos seus filhos. Mas para reforçar, [...] não temos apoio da sociedade civil. Fora [...], sei que há esses registros (Professora WB, registro da entrevista em março de 2024).

Ainda sobre os impactos na sociedade, o professor YA falou:

Falar da sociedade civil em Angola é algo muito complicado, isso porque a mentalidade está muito enraizada nas organizações de massas. Conforme eu tentei entender em muitos momentos, o Sinprof muitas vezes tem sido conotado como um partido político, até mesmo por pessoas mais cultas, doutores e pessoas tidas como intelectuais, tudo porque acham que a pressão que o Sinprof faz está fazendo uma oposição ao governo, (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Já a professora YB observou que, na província Y, embora a sociedade tenha contribuído, essa colaboração ainda não atende plenamente às expectativas dos profissionais da categoria. Ela destacou o seguinte:

Não tem sido suficiente, só para não dizer que não temos. Mas um pequeno número de pessoas, algumas vezes, diz ser uma luta justa. Já outros ainda nos taxam como não patriotas, por estarmos, do ponto de vista deles/as, a lesar a formação das crianças e adolescentes. Penso que deveríamos receber mais apoio da sociedade civil, uma vez que o professor edifica a sociedade por meio dos quadros formados por eles ou na participação desses para a formação dos quadros que servirão no futuro o país, (Professora YB, registro da entrevista em março de 2024).

Na mesma direção da professora YB, o professor YC falou que “Ao valorizar os docentes, promove-se a qualidade do ensino, pois são eles que formam os cidadãos que contribuirão para o desenvolvimento da sociedade e do país”, já o professor YD argumentou dizendo que:

Senhor Alonso, aqui na região em que trabalho, que não é na capital (...) [da província Y], os pais apoiam sim a nossa causa. Muitos encarregados inclusive se juntam a nós. No entanto, eles muitas vezes também alegam que as greves prejudicam o processo de ensino-aprendizagem de seus filhos. Entretanto, eles também acham justas as nossas reivindicações. Mas ouço de colegas na capital da província que eles não recebem apoio suficiente dos encarregados. Algumas vezes, inclusive, são acusados de estarem dificultando a formação de seus filhos, (Professor YD, registro da entrevista em março de 2024).

Nas zonas urbanas, o movimento grevista tem sido interpretado pelos dirigentes do país como uma oposição partidária ao governo, como destacado pelo professor YA nos parágrafos anteriores. Situação que, de acordo com aquele docente, tem feito muitas pessoas não se envolverem com as greves, uma vez que quase todos/as estão em grande medida preocupados/as com a ascensão pessoal.

Assim como relatado pelos docentes das províncias W e Y, a falta de participação da sociedade civil em muitos casos também ocorre devido ao receio de serem mal compreendidos. Isso se reflete tanto na pressão para que os professores retornem às aulas, visando garantir a educação de seus filhos, quanto no apoio explícito às demandas apresentadas pela categoria.

Contudo, é importante reconhecer que a questão dos impactos das greves na sociedade foi pouco explorada durante a aplicação do nosso roteiro de perguntas.

5.7. PERCEPÇÕES DO PROFESSORADO SOBRE OS IMPACTOS DAS GREVES NA CARREIRA E TRABALHO DOCENTE

Sobre os efeitos das greves no trabalho docente, os profissionais entrevistados/as, tanto na província W quanto na província Y, compartilharam muitas opiniões. Eles consideram que, até o momento, os períodos de greve têm apresentado mais aspectos positivos. Nesse sentido, a professora WA destaca:

[...] hoje já se registrou aumento de salários, as categorias mudaram, porque havia muitos técnicos superiores a receberem como técnico médio, embora ainda haja a luta continua e ainda faz parte do caderno reivindicativo atual, de 2017 para cá em relação ao salário houve mesmo alguma melhoria e acho que a única coisa que melhorou, o resto só piorou (Professora WA, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Segundo a professora WB, as greves também proporcionaram diversos benefícios, como o aumento de salários e o avanço na carreira profissional:

Aumentaram os salários, começou a promoção de carreira que muitos esperavam há muito tempo, vários subsídios e taxas foram atualizadas, mas infelizmente ainda não foram implementadas as novas taxas. São muitos os pequenos ganhos que, se olharmos de forma geral, podemos ter a impressão de uma grande vitória, mas ainda tem muito por ser feito, muito mesmo em comparação com os outros ministérios (Professora WB, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Quem também concorda com a argumentação das entrevistadas citadas anteriormente é o professor WC, o mesmo aponta o seguinte:

Bem, analisando detalhadamente, há alguns pontos em que não concordo, porém é inegável que o Sinprof tem sido fundamental na busca pela melhoria na carreira dos professores. Antes de eu entrar na função pública, a situação era de total abandono. Comecei a ouvir sobre o Sinprof apenas em 2013. A mudança foi significativa desde que o Sinprof começou a tomar ações. A situação de abandono da carreira docente por parte do governo me fez hesitar em ser professor, mas as coisas mudaram um pouco devido às ações do Sinprof (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Contudo, em relação ao sistema de promoção de carreira adotado pelo Ministério da Educação em decorrência das greves ocorridas até o momento, o professor WC argumenta que não deveria se limitar apenas à formação acadêmica e ao tempo de serviço. Ele sugere que a produção individual de cada docente também seja considerada nesse processo, e destacou:

Bem, há ideias vindas de nós, mas sinto que se prioriza mais o tempo de serviço do que a produção. Há uma ênfase maior no tempo de serviço do que na capacidade de produzir, especialmente no caso dos agentes de educação. Concordo com isso, pois o sindicato busca inicialmente dar alguma dignidade a alguns agentes pelo tempo de serviço. Muitos agentes da educação, após aposentadoria, vivem em condições sociais precárias, então o sindicato prioriza o tempo de serviço para conferir dignidade a esses agentes, seja no momento da reforma ou após ela. Mas também defendo que não se pode negligenciar a produção dos docentes (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Embora haja críticas ou até mesmo opiniões que divergem da atuação do Sinprof, o professor WD argumenta o seguinte:

Nenhum docente hoje [...] deixaria de reconhecer a vital importância que o sindicato tem no processo de valorização da carreira docente. Apesar das críticas que possam ser feitas, o Sinprof tem por meio das realizações das greves conseguido chamar atenção das entidades governamentais, mas não de um jeito que todos seus filiados e amigos acham que devia ser, uma das questões é aquela que disse sobre a necessidade de mais transparência quando se elegem pontos novos para negociar com o governo. Outro ponto é que o Sinprof fala muito de melhoria das condições de trabalho mais não fiscaliza os seus filiados e nem mesmo promove iniciativa de formação e capacitação para os seus associados, mesmo todos esses sendo contribuintes de quotas mensalmente (Professor WD, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Ele ainda acrescenta:

Apesar das ressalvas que tenho em relação ao Sinprof, eu quando adiro às greves sinto que estou fazendo parte de algo grande, algo que não irá beneficiar só a mim e que não será nada temporário, minha motivação tem sido essa, pensar que talvez daqui a pouco não seremos vistos como os profissionais com os piores salários da função pública. O movimento que o Sinprof tem feito aos poucos tem melhorado a nossa condição salarial, as estruturas dos nossos locais de trabalho e uma série de coisas que são caras para a realização pleno da nossa atividade, (Professor WD, registro da entrevista em dezembro de 2023).

O professor YA, sobre o mesmo assunto, mencionou o seguinte, deixando bem evidente o quanto as greves têm impactado positivamente a carreira docente:

Olha, em relação à valorização do professor aqui em Angola, preciso dizer que, do meu ponto de vista, o docente não é valorizado. Por isso, o Sinprof tem conseguido acertar nas reivindicações do professorado, com toda a ponderação e visão. Já estivemos em situações muito piores e agora estamos em uma situação ainda pior. Houve uma época, por volta dos anos 90, em que houve uma deserção em massa de docentes da carreira, pois as pessoas costumavam migrar para outras profissões que ofereciam melhores condições salariais, entre outros benefícios (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Nesta fala, o professor YA expressa uma visão crítica sobre a valorização dos professores em Angola. Ele destaca que, do seu ponto de vista, os professores não são devidamente valorizados no país. Para fundamentar sua opinião, ele menciona que o Sinprof tem desempenhado um papel crucial na defesa dos direitos e na promoção das reivindicações da classe docente, demonstrando sensatez e clareza de visão em suas ações.

O entrevistado também faz uma comparação temporal, destacando que, embora a situação atual seja desfavorável para os professores, já houve momentos ainda mais difíceis no passado. Ele menciona a década de 1990 como um período marcado pela migração em massa de professores para outras profissões, devido às condições salariais e benefícios considerados mais atrativos em outras áreas.

O professor, com as suas falas, evidencia uma preocupação com a situação dos professores ao longo do tempo, ressaltando a importância de iniciativas como as promovidas pelo Sinprof para enfrentar os desafios enfrentados pela categoria, particularmente em termos de remuneração e reconhecimento profissional.

Na ocasião, o professor YA destaca a relevância do Sinprof na busca por melhorias na carreira docente. Entretanto, ele também ressalta que as mudanças não são tão significativas, considerando que a situação anterior era ainda pior. Apesar disso, ele elogia a postura do sindicato que, através de greves, procura melhorias levando em conta a realidade do país.

Na sequência, o professor YA aponta que:

Não há nenhum subsídio ou apoio financeiro por parte do Estado para a formação contínua dos professores, ao contrário do que ocorre em outras profissões públicas. Os professores exercem suas funções em meio a muitas precariedades, seja pela falta de estrutura nas instituições de ensino, seja pela deficiência na formação dos docentes, o que dificulta a execução dessa nobre missão com zelo (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Com esse argumento, o professor YA destaca que ainda há aspectos que precisam mudar, mesmo considerando as mudanças já ocorridas até o momento. Ele reconheceu os progressos, mas ressaltou que as mudanças não devem se limitar apenas ao estado atual. Destacou também que mais mudanças são necessárias para que os impactos das greves na carreira docente sejam sentidos de forma efetiva.

Por outro lado, a professora YB apontou que:

Na minha opinião, tenho visto o Sinprof como uma organização que luta por melhorias das condições de trabalho para o professorado. O sindicato tem sido um grande diferencial em relação às reivindicações dos nossos direitos como profissionais públicos, que até pouco tempo não recebíamos tanta atenção por parte do governo e, em particular, do Ministério da Educação (Professora YB, registro da entrevista em março de 2024).

A professora YB segue falando e apresenta declarações diferentes das do professor YC, que por sua vez enfatiza que:

Analisando a situação do país e o contexto das greves, percebo que os objetivos propostos pelo sindicato, visando melhorias para a classe dos professores, ainda não foram plenamente alcançados. É crucial que o Estado reconheça a importância da educação como pilar fundamental para o progresso, investindo mais na valorização e nas condições de trabalho dos professores. Ao valorizar os docentes, promove-se a qualidade do ensino, pois são eles que formam os cidadãos que contribuirão para o desenvolvimento da sociedade e do país. O sindicato continuará lutando para que esses objetivos sejam alcançados (Professor YC, registro da entrevista em março de 2024).

Porém, o professor YC ressaltou alguns ganhos significativos alcançados através das greves lideradas pelo Sinprof. Ao ser questionado sobre os progressos que poderia destacar, ele afirmou o seguinte:

Bem, primeiramente, a atualização de categorias foi um avanço importante, permitindo que colegas que estavam em regime temporário passassem para o regime permanente e que aqueles que concluíram sua formação fossem reconhecidos como licenciados, recebendo salários compatíveis com sua qualificação. Além disso, a questão dos subsídios de isolamento foi atendida, assim como a exigência da indumentária do professor, com a desobrigatoriedade do uso da bata. Essas mudanças beneficiaram muitos professores, promovendo uma maior valorização e reconhecimento da categoria (Professor YC, registro da entrevista em março de 2024).

No entanto, o professor YC não se limitou a discutir o presente. Ao ponderar sobre o futuro da carreira docente, ele enfatiza a possibilidade de mudanças significativas nos próximos dez anos. Essa resposta foi em consonância com a pergunta feita ao docente, e em suas próprias palavras, ele expressou:

Haverá melhorias, acredito eu. Daqui em diante, a carreira docente terá melhorias, fruto também das exigências que vão sendo feitas. Acho que, daqui a mais de 10 anos, haverá melhorias, pois os professores também buscarão se atualizar e se aprimorarão, olhando para todos os aspectos. Os docentes, por meio do sindicato, continuam a exigir melhorias e um movimento forte em relação às greves tem crescido. Penso que o governo não pode mais nos ignorar, especialmente em um período em que está completamente fragilizado devido às políticas precárias que vem implementando em todos os aspectos do país. Apenas para teres uma ideia, em 20 de março de 2024, será realizada uma greve geral envolvendo vários sindicatos diferentes que se unirão para esse fim. A última vez que houve uma greve geral em Angola foi em 1998. Diante disso, acredito que nos próximos anos teremos melhorias significativas. Os sindicatos estão negociando e exigindo do governo a estabelecimento de um salário mínimo tanto na função pública quanto no país, algo que nunca foi feito antes. Em breve, teremos um salário mínimo estabelecido em Angola como resultado das lutas sindicais e não dos ignorantes ditos intelectuais que temos neste país, que não fazem nada em favor do povo. Vejo um grupo de pessoas novas com formas de pensar diferentes, por isso acredito em uma possível mudança em breve (Professor YC, registro da entrevista em março de 2024).

Nessa fala, o Professor YC demonstra um otimismo cauteloso em relação ao futuro da carreira docente em Angola. Ele acredita que haverá melhorias progressivas nos próximos anos, atribuindo isso tanto às demandas crescentes dos professores quanto à fragilidade do governo devido às políticas precárias implementadas.

O entrevistado destaca o papel ativo dos sindicatos, especialmente do Sinprof, na busca por melhorias salariais e condições de trabalho para os professores. Ele menciona a crescente força dos movimentos grevistas e a realização de uma greve geral planejada para março de 2024, indicando um aumento na mobilização sindical.

Além disso, o Professor YC ressalta a necessidade de estabelecer um salário mínimo no país, algo inédito em Angola até então, e expressa confiança de que as lutas sindicais podem levar a essa conquista. Ele também observa a emergência de uma nova geração de pensadores e ativistas com perspectivas diferentes, sugerindo uma possível mudança no cenário político e social do país.

Com essas falas, o professor revela um misto de esperança e pragmatismo por parte do entrevistado, que reconhece os desafios enfrentados pelos professores, mas também identifica oportunidades para avanços significativos através da mobilização sindical e da pressão sobre o governo.

Entretanto, quem não vê da mesma forma uma melhoria nas condições na carreira docente daqui a dez anos, apesar dos ganhos atuais, é a professora YB, ela disse o seguinte sobre a mesma questão:

Não, Senhor Alonso, não consigo precisar uma data, mas não acredito que nos próximos dez anos a educação e o trabalho docente estejam melhores do que estamos vendo atualmente. Não existe vontade política; o Estado parece que age na educação de propósito, Senhor Alonso (Professor YC, registro da entrevista em março de 2024).

Todos/as os/as docentes concordam que as mudanças ocorridas até o momento são importantes. No entanto, apesar dos esforços do Sinprof e de seus membros, muitos não conseguem vislumbrar um futuro tão promissor. Todavia, nesse contexto, a professora WB comentou:

Conforme já disse para o senhor, tenho um otimismo sobre o futuro da carreira que poucos colegas têm e nem mesmo o meu esposo tem, que também é professor, talvez pelo medo de nada mudar de fato. Eu prefiro acreditar que a médio e longo prazo a gente triunfe e possa viver dias melhores como profissionais da educação. Acredito que os movimentos que o Sinprof tem realizado, caso não se corrompa, podem mudar sim, em grande medida, o cenário dentro do setor da educação. Digo não se corrompa, porque o senhor sabe como são as coisas por aqui. Muitas organizações sérias surgem, começam a fazer frente ao governo, e depois assustamos que as mesmas se alinham ao governo por benefícios próprios. E outras até deixam de ter a mesma força por perseguição, que colocam em risco a sua vida e dos seus familiares (Professora WB, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Essa fala revela um otimismo cauteloso em relação ao futuro da carreira docente em Angola, expressado pela professora durante a entrevista. Ela destaca que, apesar de alguns colegas e até mesmo seu esposo demonstrarem ceticismo em relação a mudanças efetivas, ela mantém uma visão mais esperançosa e positiva.

A professora expressa confiança de que, a médio e longo prazo, os esforços e movimentos liderados pelo Sinprof podem contribuir significativamente para melhorar as condições dentro do setor da educação. No entanto, ela ressalta a necessidade de o sindicato

não se corromper ao longo do caminho, sugerindo uma preocupação com a possibilidade de cooptação ou comprometimento dos objetivos originais do movimento por interesses pessoais ou políticos.

Além disso, a professora destaca os desafios enfrentados por organizações sérias que buscam fazer frente ao governo, incluindo a possibilidade de perseguição e intimidação que colocam em risco não apenas a própria vida, mas também as de seus familiares. Essa observação destaca os riscos e as pressões enfrentadas por aqueles que buscam promover mudanças e defender os direitos dos profissionais da educação em um contexto político e social complexo como o de Angola.

Por outro lado, alguns docentes entrevistados/as também abordam questões igualmente importantes, que até agora permanecem como pontos de preocupação atual, apesar dos esforços do Sinprof. No entanto, é importante ressaltar que a atuação do sindicato na defesa dos direitos desses profissionais tem sido significativa, especialmente na forma como agora a categoria consegue apresentar suas demandas às instâncias superiores.

5.8. RELAÇÃO DO SINDICATO COM OS PROFESSORES, SOCIEDADE CIVIL E O GOVERNO

Como já mencionado neste capítulo, o Sinprof foi fundado em 13 de julho de 1997 na capital de Angola. No entanto, suas atividades começaram a se integrar ao universo dos docentes apenas nos anos 2000, apesar de ter participado de uma greve geral por melhores condições de trabalho em 1998, greve está organizada pela CG-SILA, instituição da qual é cofundador.

Sobre essa informação, o professor YA disse:

Falando especificamente sobre o sindicalismo do Sinprof, o sindicato existe há 27 anos, fundado em 13 de julho de 1997. Desde então, enfrentamos muitas lutas árduas, colocando vidas e empregos em risco. Em alguns casos, registramos até mortes de sindicalistas de forma suspeita. Ao aderir ao sindicalismo, eu mesmo fui excluído de qualquer possibilidade de ascender na carreira (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

O professor YA apontou também que: “É necessário que as pessoas que se envolvem ativamente com o Sinprof estejam conscientes disso. No entanto, continuamos na luta em defesa dos professores. Ser sindicalista não é fácil”. Essas dificuldades, de acordos com esses docentes, começaram a ser sentidas desde o início das atividades sindicais do Sinprof.

Apesar disso, o sindicato não deixa de cumprir seu papel e sempre anuncia as fases dos processos em curso para os seus filiados e simpatizantes, principalmente durante as negociações. Sobre isso, a professora WA disse:

[...] normalmente, quando convocam, marcava-se uma assembleia com os professores para explicarem os resultados da negociação, quem devia fazer isso são os representantes dos municípios e dos distritos, mas nem sempre conseguem números de professores para o efeito, então talvez seja por isso que não passaram esta informação a todos, mas depois dos encontros que foram tendo com a entidade empregadora, convocava-se uma assembleia para passar as informações sobre os resultados das conversações e saber se o pessoal estava ou não de acordo, só depois de ouvir o pessoal levava-se a informação [à entidade empregadora] se concordaram ou não, mas para indicação dos dez pontos dos cadernos eu nunca participei, pessoalmente nunca participei (Professora WA, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Ainda sobre o que muitas vezes acontece depois das negociações, quando o governo faz promessas, sem o devido cumprimento em tempo hábil, a professora WB disse:

[...] Isso porque o governo aprova muita coisa nas negociações, até publica documentos legais regulamentando o assunto, mas a implementação, aí o assunto já é outro e muitas vezes passam a ser um não assunto. Porque quando se toca no mesmo, deixa os ânimos exaltados, e tem sido assim que vivemos na educação deste país, que tinha tudo para ser melhor (Professora WB, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Porém, outra docente da mesma província disse que este processo não tem sido fácil em algumas partes do país, quando pensamos na questão da adesão às greves, e afirma que as greves quase sempre são deflagradas nacionalmente, permitindo que naquele momento seja expresso o sentimento dos professores/as a nível nacional relativo às demandas que são reivindicadas. A professora WA disse:

Olha, não me recordo uma greve só do Sinprof [...], tem greves que alguns diretores provinciais fazem ameaças e impedem os professores a participarem da greve de algumas provinciais, então, aquele medo de perderem o emprego e tudo resto, preferem não participarem da greve, já sabes os de [...] são um pouquinho mais rebeldes então, pois é mais por isso (Professora WA, registro da entrevista em dezembro de 2023).

O professor WD também argumentou sobre o mesmo assunto:

Senhor Alonso, isso ninguém disse para mim, porém é resultado das observações que tenho feito, os pontos que hoje norteiam quase todos os cadernos reivindicativos foram escolhidos pelas lideranças sindicais de todas as províncias do país e formalizados como proposta na sede de Sinprof aqui em [...] isso porque somente da sede do sindicato fazem as negociações com o governo. Mas periodicamente o Sinprof realiza conferências provinciais para promover uma escuta dos seus filiados, desses eventos têm sido recolhidos alguns pontos de vista que depois podem ser ou não acolhidos nos cadernos de reivindicações, mas costumeiramente esses pontos são

escolhidos e oficializados como pauta pelas lideranças do sindicato (Professora WD, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Apesar das greves reunirem uma soma considerável de vozes e mentes, existe entre os entrevistados quem acredita que elas não ocorrem do jeito como deveria ser, de acordo com o professor WC:

Principalmente a organização, realização e coordenação das greves. O sindicato liderou discussões sobre as pautas que foram motivo de greves, embora, muitas vezes, os resultados das negociações não satisfaçam a categoria. Às vezes, tenho a sensação de que, nas negociações, o Sinprof acaba favorecendo o governo em vez dos professores, mas é só a minha impressão baseada no que tenho observado, senhor Alonso (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

O docente WC seguiu dizendo:

Tenho visto uma instituição que, apesar de reconhecermos seus esforços, tem uma liderança mais preocupada com sua visibilidade e crescimento pessoal. Isso me leva a questionar se essas pessoas não estão deixando de lutar por objetivos específicos das greves em benefício próprio quando negociam com o ministério a portas fechadas (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Ele ainda acrescentou que:

Em uma reunião recente, não concordei com a decisão de iniciar uma greve. Naquela época, o estado estava pedindo uma moratória, tentando conversar com a categoria antes do início das greves, mas o sindicato decidiu iniciar uma greve que, mais tarde, acabou sendo frustrante e até constrangedora, pois poderia ter sido resolvida se tivéssemos esperado mais um ou dois dias (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

O docente WC tinha muito para dizer sobre alguns trâmites que ocorrerem dentro do sindicato que ele não vê como ações que deviam ser vistas daquela forma e, disse mais sobre:

Considerando os aspectos sociais e econômicos do país naquele momento, penso que foi uma decisão precipitada. Se tivéssemos adiado a greve por mais um tempo, teria evitado afetar nosso trabalho e o aprendizado dos alunos. Embora as greves sejam importantes para pressionar por mudanças, naquele caso específico, não era o momento certo. A greve aconteceu, mas durou muito pouco, menos de 48 horas (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Sobre democracia dentro do sindicato, o professor WC disse que não vê isso de uma forma linear:

Não completamente... Como mencionei antes, acredito que surgiram várias orientações políticas. Às vezes, a maioria teórica não representa uma verdadeira democracia; pode ser uma forma de opressão para as minorias. Especialmente na última reunião, senti que a decisão foi tomada impulsivamente, sem muita reflexão. Se olharmos pela perspectiva

democrática, foi uma decisão baseada na maioria, mas acredito que não foi bem ponderada (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Ainda sobre as negociações que ocorrem com o governo, o docente WD aponta que:

Olha, senhor Alonso, geralmente as greves só terminam quando a demanda apresentada é acolhida para negociação e vemos uma sinalização positiva. Mas têm aqueles casos em que muitos professores acabam não finalizando as greves devido a algumas sensibilizações que ouvem por parte da sua direção, por exemplo, um diretor ou diretora simpático/a, que apesar de não poder fazer greve, apoia os professores e solidariza-se com a causa. Até porque, no final, saem todos ganhando, até quem não participou. Esses diretores que detêm algum tipo de influência emocional entre os professores da escola acabam conseguindo que alguns voltem para as salas de aula mesmo antes das greves acabarem. Como agora existe uma normativa do Sinprof [não sei se o Estado também tem], mas a normativa orienta que cada professor faça a greve no seu local de trabalho, ou seja, a pessoa vai para o trabalho, mas não dá aula. Assim, as pessoas não sofrem faltas e nem descontos (Professora WB, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Mas ela fala também sobre a importância que o Sinprof tem em orientar os seus filiados em relação às greves, que atualmente devem ser feitas no local de trabalho, porém antes os docentes ficavam em suas casas. O professor aponta o seguinte:

Por essa razão, muita gente sofria descontos em seus salários, até de forma absurda. Mas, mesmo não estando nos locais de trabalho, os diretores ou diretoras não enviavam essas pautas. Algumas porque militam a favor da causa dos professores e chegam a não enviar só para não estarem em um lugar que parece que somente eles são contra o movimento. Na grande maioria dos casos em que o professor aderiu à greve e ficava em casa, muitas pessoas eram descontadas, tanto que alguns não tinham sequer salários no mês seguinte porque os descontos esgotaram o ordenado. Mas hoje estamos mais bem organizados neste sentido, graças ao Sindicato. Hoje, não cometemos mais erros que cometíamos antes (Professor WB, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Apesar da mudança do *modus operandi*, o Estado continua faltando com as suas promessas, deixando muitas vezes demandas sem resposta ou sem um cumprimento pleno de acordo com as vozes ouvidas. Aqui dialogaremos com o professor YA, que disse o seguinte:

No entanto, preciso retomar o que tenho dito constantemente: a atividade sindical é algo muito complexo em nosso contexto e não só. Por exemplo, neste momento, o governo já está em falta conosco em relação às demandas de 2021 que foram endossadas para 2023 e resultou na famosa ata n. 6, pois esses mesmos pontos de 2023 foram endossados para as reivindicações deste ano. Não obstante a tudo isso, o Estado comete mais um dos erros que tem sido seu costume (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

O referido docente seguiu dizendo:

Diante de tantas reivindicações de atualização de carreira, o Estado, em 2023, abre o concurso público contratando pessoas que entram na função pública, muitas delas já superiores a pessoas que já estão na educação há muitos anos

e têm o mesmo nível acadêmico. Em vez de proceder às devidas atualizações em função das vagas existentes antes da contratação e só depois proceder com novas contratações, esses novos começam em postos respectivos ao início de carreira na educação (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Situação que não foi bem vista pelo sindicato, por isso mesmo o professor YA, que também é parte da direção do Sinprof na província Y, disse:

Para nós, do Sinprof, consideramos ser uma má-fé por parte do Estado e falta de solidariedade com os professores mais antigos e com requisitos para ocuparem cargos melhores dos que estão agora. E isso são elementos que consideramos para desencadear outras greves, mas têm falhas do Estado que ponderamos movidos pelo sentimento de bom senso e patriotismo, mas o governo já está em falta em relação às demandas do último caderno reivindicativo extraído da ata n. 6, já está em falta (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Em relação a faltas por parte do governo, a professora WA apontou que:

Bem, por exemplo na última greve, falou-se sobre alguns reajustes nos salários, só o imposto do rendimento do trabalho acredito que esteja em 20% ou mais, acho por aí 25% do IRT, imposto do rendimento do trabalho e eles, ou seja, quando cai o décimo terceiro e o salário normal tudo junto, o desconto parece que é a dobrar, o Sinprof estava a lutar para que se separem as folhas de salários, mas isso não aconteceu. Solicitou-se um aumento de subsídio de 22%, aí, já não me lembro muito bem qual é a área, mas o governo fez uma contraproposta de 10% e no enfrentamento lutaram e ficou por 12,5%, já melhora minimamente o nosso nível de salário, pediu-se no caderno reivindicativo no caso, subsídio de trabalho em zonas recônditas, ou seja, de afastamento mais ou menos isso (Professor WA, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Já o professor YD destacou que o governo promove várias ações de um jeito que não satisfaz todos os envolvidos com a educação de base em Angola:

Quando falo sobre insatisfação, tem muito a ver com a vontade do governo em resolver as demandas que o Sinprof identifica e negocia com o Estado. Apenas para ter uma ideia, senhor Alonso, muitas vezes temos cadernos reivindicativos com 15 pontos, e o governo atende apenas quatro, deixando o restante por resolver. Essa situação acaba afetando a todos os profissionais da educação básica, mas é ainda mais problemática para quem, como eu, atua fora de [...] ou de outros grandes centros (Professor YD, registro da entrevista em março de 2024).

O docente seguiu dizendo que:

Por exemplo, quando conseguimos lidar com a questão das promoções na carreira, muitas pessoas, como eu, se beneficiaram com a promoção devido ao nível acadêmico adquirido ao longo do tempo. No entanto, não houve promoção com base no tempo de carreira, e essa ainda é uma demanda do Sinprof neste momento, pois muitas pessoas estão nessa situação. Há colegas que, no momento da promoção, ainda não haviam concluído suas formações e hoje, depois de formados, continuam recebendo como técnicos médios. Essas e outras situações contribuem para a minha insatisfação (Professor YD, registro da entrevista em março de 2024).

Porém, existem muitas outras situações que ainda aguardam sua efetiva implementação plena. No que diz respeito à sociedade civil, os entrevistados falaram muito pouco. Quase todos afirmaram que não há quase nenhum apoio da população, mesmo quando muitas das reivindicações do Sinprof beneficiam uma grande parte dos funcionários públicos e seus filhos/as que estudam em escolas públicas.

5.9. PERSEGUIÇÕES E RETALIAÇÕES

Apesar de as greves estarem respaldadas pela lei das greves n. 23/91 de 15 de junho de 1991, vigente em Angola, os docentes que participam delas começaram com medo, receio e até mesmo preocupação com possíveis perseguições e retaliações, conforme apontado pelos entrevistados.

Neste sentido, quando questionada, a professora WB sobre possíveis medos que já deve ter passado relativamente à participação nas greves, respondeu o seguinte:

Já tive medo de ser expulsa da função pública sob falsas acusações e até mesmo de sofrer perseguição de todo tipo, mas seguimos na luta mesmo com o medo, até porque as autoridades do Ministério da Educação estão constantemente nos chamando de não patriotas, por estarmos a manifestar por interesses nossos que eles não querem atender. Já nos chamaram de muita coisa só para desarticular o Sinprof (Professora WB, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Neste ponto da entrevista, a Professora WB deixa evidentes, no seu relato, as dificuldades e pressões enfrentadas pelos profissionais da educação que decidem participar de manifestações e greves lideradas pelo Sinprof. Ela expressa um sentimento de medo de retaliação por parte das autoridades do Ministério da Educação, incluindo a possibilidade de ser expulsa da função pública sob falsas acusações e sofrer perseguições diversas.

O relato da Professora WB revela uma atmosfera de intimidação e pressão psicológica enfrentada pelos profissionais da educação, que lutam por seus direitos mesmo diante dessas ameaças. Ela menciona que são frequentemente rotulados de “não patriotas” pelas autoridades, numa tentativa de deslegitimar suas reivindicações e desarticular o Sinprof.

Essas palavras refletem a coragem e a determinação dos profissionais da educação em enfrentar adversidades e lutar por melhores condições de trabalho e reconhecimento de seus direitos, mesmo diante das tentativas de desencorajamento e difamação por parte das autoridades governamentais.

A professora WB disse ainda na sequência que “Antes, eu tinha medo e receio de perder o emprego se fizesse qualquer tipo de manifestação relacionada ao meu trabalho. Hoje,

sinto-me mal quando não participo de uma greve ou quando não estou a par das coisas que estão acontecendo”.

Porém, quando questionada sobre as razões que a têm levado a participar das greves, apesar do cenário de ameaças e perseguições, a professora WA respondeu o seguinte na ocasião:

Eu gosto de justiça, não gosto de ser mal tratada, não gosto de ver as coisas a correrem mal e não falar nada, falo o necessário que tiver que se falar e se alguém aparece e que tenha o mesmo pensamento que eu só apoio, então, o Sinprof apareceu com pensamentos semelhantes aos meus, tive que me filiar (Professora WA, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Sobre a questão de perseguições e/ou retaliações, os docentes da província W abordaram pouco o assunto, o que pode sugerir uma realidade menos frequente naquela localidade. No entanto, os docentes da província Y discutiram amplamente esse tema, mostrando a existência de uma realidade distinta para esses profissionais nas duas regiões, quando se trata de buscar melhores condições de trabalho.

Dessa maneira, quando o professor YA foi questionado sobre a liberdade de expressão e até mesmo sobre perseguição, ele destacou o seguinte:

Então, quando o Sinprof faz as suas greves, vai à luta com aqueles e aquelas que acreditam nas suas lutas. Até porque não temos acesso às rádios ou televisão, quer seja pública ou privadas. Graças a Deus, temos hoje as redes sociais. Não obstante a isso, há perseguições claras, e mesmo já sofri perseguição. Já tivemos que resolver problemas do sindicato dentro de comitês do partido que governa Angola. Há boicotes, há intimidação e outros tipos de opressão, mas não contamos com uma sociedade civil imparcial (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

A professora YB destaca a importância de filiar-se ao Sinprof, principalmente no que diz respeito a conquistas de direitos. Todavia, ela diz: “Mas não deixo de pensar sobre, e também não deixo de pensar nas perseguições e retaliações”.

Essas declarações destacam uma diferença entre os dois contextos analisados. Como já mencionado, os docentes da província W mostram pouco interesse em suas discussões sobre ameaças, perseguições ou retaliações. Tanto é que, durante as entrevistas com os docentes WA, WC e WD, nenhum deles mencionou qualquer ação que configurasse retaliação em relação ao exercício de seu direito à greve em busca de melhores condições de trabalho.

Na sequência das entrevistas, ainda buscando entender melhor as questões que muitos docentes da província Y mencionaram sobre perseguições e retaliações, o professor YC disse:

Acredito que agora estamos tendo uma noção melhor, pois antes eu fiquei um pouco admirado com a greve que ocorreu, foi algo inédito aqui na província. Antes era muito difícil, as pessoas eram perseguidas, não podiam fazer isso. Até os direitos das instituições concordaram, o que antes era muito difícil. As

peessoas eram perseguidas e ameaçadas, eu me lembro recentemente de uma greve em que alguns professores levaram faltas, mas isso foi resolvido tranquilamente (Professor YC, registro da entrevista em março de 2024).

Entretanto, a professora YB revelou o seguinte sobre o mesmo assunto:

As pessoas aqui têm medo, por um lado, de perder o emprego, já que algumas vezes somos ameaçados de sermos tirados do sistema, mas também há quem não adira às greves pelo receio de perder o que já conseguiu ou não alcançar o que almeja, quer seja dentro da escola ou na hierarquia do MPLA. Entretanto, penso que o Sinprof precisa aumentar suas campanhas de sensibilização nas escolas, e principalmente nas escolas das zonas rurais, onde muitas vezes o professor ou professora não tem acesso fácil à informação (Professora YB, registro da entrevista em março de 2024).

Embora apenas os docentes da província Y tenham discutido extensivamente as situações de medo, perseguição e retaliação. No entanto, com base nos relatos dos/as entrevistados/as, parece que a concretização dessas ameaças ocorre de maneira diferente em cada região.

5.10. RESULTADOS DAS NEGOCIAÇÕES E ACORDOS ALCANÇADOS

De todos/as os/as entrevistados/as, embora cada um tenha expressado suas opiniões sobre os progressos alcançados até agora nas negociações com o governo, foi ao ouvir o professor YA que se obteve uma compreensão mais detalhada sobre os processos formais que ocorrem durante essas negociações e dos acordos reais alcançados até o momento. Isso não significa que os outros docentes não contribuíram para essa discussão.

O professor YA disse:

Senhor Alonso, preciso antes dizer que o Sinprof é um sindicato presente em todas as províncias de Angola, e suas reivindicações são apresentadas pelas bases e em assembleias nacionais. Cada secretariado provincial apresenta suas demandas, e são priorizadas aquelas que são comuns em várias províncias e que são urgentes de serem resolvidas. O atual caderno que o Sinprof utiliza para suas demandas é de 2022, resultado das negociações com o governo que culminaram na elaboração da ata n. 6. Nessa ata, estão descritos os pontos do atual caderno (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Em seguida, o professor YA detalha a tradição de reivindicação do Sinprof através de seus cadernos reivindicativos. Nesse contexto, o professor argumentou o seguinte:

O Sinprof tem a cultura de cadernos reivindicativos e, como já mencionei, não existem outros cadernos; existe apenas um que vem sofrendo aditamentos para se ajustar às demandas atuais. Por exemplo, neste momento, a ata n. 6 resultante das negociações do sindicato com o governo reflete melhor os pontos atuais, mas não é o retrato de um novo caderno. No caderno do Sinprof, existem demandas pontuais e outras são periódicas (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

E é através desses cadernos que o Sinprof expressa suas preocupações. Segundo relatos de alguns docentes, esses cadernos são elaborados com base nas demandas apresentadas pelas direções provinciais. Nesse contexto, a professora YB observou o seguinte:

Apesar das greves e negociações que o Sinprof vem fazendo com as entidades responsáveis do MED, nós ainda estamos lutando para ver resolvidas demandas antigas, pois o executivo tem mantido um braço de ferro em relação à resolução de alguns assuntos. Então, no meu ponto de vista, 10 anos é pouco tempo para que alguma transformação de grande porte surja para a melhoria efetiva das coisas (Professora YB, registro da entrevista em março de 2024).

No entanto, em relação aos benefícios tangíveis, o professor YA destacou, entre outras coisas, a aprovação de um decreto presidencial que regulamentava os subsídios diversos para a categoria. Vale ressaltar que esses subsídios foram estendidos a toda a função pública, embora fosse uma demanda original do Sinprof.

Após essas demandas lideradas pelo Sinprof, em 7 de março de 2023, foi aprovado o decreto presidencial n. 67/2023, que institui o subsídio de isolamento. No entanto, até hoje nenhum docente nessas condições recebeu esse subsídio, e já se passou um ano desde a aprovação do documento. Ouvimos falar que os pagamentos dos valores em atraso serão feitos de uma vez, mas sinceramente, não acredito que o governo tenha condições financeiras para isso (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

O professor YA também observa que, embora tenham alcançado a aprovação de um estatuto da carreira dos agentes da educação em 2018, conforme é denominado em Angola, as demandas apresentadas em 2023 indicam a necessidade de um novo documento dessa natureza. Isso se deve ao fato de que o estatuto anteriormente aprovado não aborda adequadamente as demandas atuais da categoria. Ele apontou o seguinte: “[...] Tanto é que em 2021 se buscava a aprovação de um novo estatuto da carreira docente, apesar do último ter sido aprovado em 2018”.

Embora o estatuto da carreira docente pareça inadequado para as atuais demandas do Sinprof, o professor YC destacou o seguinte sobre o surgimento deste instrumento legal:

Graças às greves realizadas pelo Sinprof, que culminaram na criação e aprovação do estatuto da carreira dos agentes de educação, consegui essa promoção. Apesar de não estar totalmente satisfeito com a promoção, levando em conta minha formação e tempo de carreira, agora posso sonhar com outras promoções, o que antes era apenas uma total frustração sem perspectiva de mudança. Sabemos que, se continuarmos unidos e apoiarmos as lutas, mais melhorias virão em breve para todos nós que não desistimos do Sinprof (Professor YD, registro da entrevista em março de 2024).

Desta forma, apesar de todos avanços em algumas negociações com o governo, os docentes entrevistados/as não olham com bons olhos nada firmado com o governo, uma vez que os mesmos enxergam a referida entidade como não grata ou alguém que não cumpre com as suas próprias deliberações. Para se ter uma ideia deste cenário, a professora WA informou que:

[...] os subsídios de 11% que já haviam sido aprovados, para ser implementado os professores tiveram que ameaçar mais uma greve para implementarem, falava-se em implementar em março, mas só em maio foi implementado, em maio porque o Sinprof tinha ameaçado fazer mais uma greve, só aí é que a coisa funcionou, se puxassem mais uma greve em relação a esse ponto aprovado e não cumprido, acredito que não vão cumprir (Professora WA, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Durante as entrevistas, todos/as os/as docentes participantes concordaram em relação aos subsídios de isolamento que recentemente foram aprovados a favor dos/as docentes da educação de base, apontando que o decreto foi aprovado. No entanto, até março de 2024, não houve relatos de pessoas próximas que tenham recebido os valores. Mesmo com o governo anunciando que aqueles que ainda não receberam seus subsídios o fariam retroativamente a partir de 2023, período em que se esperava os primeiros pagamentos.

Sobre estes assuntos, o professor YD disse:

Senhor Alonso, essa é a mesma informação que temos. Inclusive, em uma das edições do Jornal de Angola de dezembro de 2023, o governo havia comunicado que a partir de janeiro de 2024 os subsídios das zonas recônditas começariam a ser pagos. No entanto, passou o mês, e até o momento, em março, ainda não recebemos nenhum pagamento. Temos orientações do sindicato de que, caso até o dia 15 de março de 2024 não tenhamos nenhuma confirmação das delegações provinciais da educação ou nenhuma instrução sobre esse assunto, entrariamos em greve, já que as folhas de pagamento fecham no dia 15 de cada mês. Até o momento, ainda não começamos a receber esses valores (Professor YD, registro da entrevista em março de 2024).

Apesar de ter sido um acordo firmado por meio de decreto, de acordo com estes docentes, o governo mais uma vez falhou em relação ao cumprimento de suas palavras, mesmo que de forma escrita. Perante essa situação, a professora WA disse “em Angola sempre faltou vontade política para melhorar as coisas”.

Outro resultado muito apontado pelos entrevistados como valioso foi a promoção de carreira, mesmo com muitas contendas. Os entrevistados/as não limitaram suas opiniões sobre este assunto, na ocasião o professor YD disse:

[...] quando conseguimos lidar com a questão das promoções na carreira, muitas pessoas, como eu, se beneficiaram com a promoção devido ao nível acadêmico adquirido ao longo do tempo. No entanto, não houve promoção

com base no tempo de carreira, e essa ainda é uma demanda do Sinprof neste momento, pois muitas pessoas estão nessa situação. Há colegas que, no momento da promoção, ainda não haviam concluído suas formações e hoje, depois de formados, continuam recebendo como técnicos médios. Essas e outras situações contribuem para a minha insatisfação (Professor YD, registro da entrevista em março de 2024).

As promoções de carreira mencionadas na citação anterior compuseram um acordo estabelecido por meio do estatuto da carreira docente aprovado em 2018, entretanto, o governo não conduziu o processo da melhor forma possível, uma vez que os/as docentes entrevistados/as denunciam a insatisfação de muitos/as motivadas por este processo.

No entanto, o governo ocasionalmente anuncia publicamente que atendeu às demandas A ou B exigidas pelo Sinprof, o que tem sido prontamente desmentido pelo sindicato, colocando a entidade pública em uma posição de não cumprimento de seus compromissos, mesmo quando estes são apresentados na forma de leis ou decretos. Considerando isso, o professor YA argumentou:

Senhor Alonso, sem desmerecer o Ministério da Educação, que é uma entidade governamental, precisamos fazer uma análise criteriosa quanto aos pronunciamentos da referida instituição. Vale destacar novamente que o caderno do Sinprof é um documento atuante, contemplando demandas atuais e constantemente atualizado. Primeiramente, em 2021, quando levantamos a greve, o governo dizia que a greve era ilegal, alegando inclusive que o sindicato estava agindo de má-fé. Só mais tarde veio a aceitar a greve e considerar que os pontos de reivindicação eram legítimos. Não estou me desviando da pergunta, senhor Alonso, mas é uma introdução que acho necessário fazer antes de responder de forma direta ao seu questionamento (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Essas falas da Professora YA destacam a necessidade de uma análise crítica dos pronunciamentos do Ministério da Educação em relação às demandas apresentadas pelo Sinprof. Elas enfatizam a importância de considerar o contexto histórico e as respostas do governo às greves e demandas dos trabalhadores da educação.

Ao mencionar que o caderno do Sinprof é um documento atuante, constantemente atualizado e que contempla demandas atuais, a professora sugere que as reivindicações do sindicato são legítimas e refletem as necessidades dos profissionais da educação. Ela destaca que, embora o governo inicialmente tenha rotulado a greve como ilegal e acusado o sindicato de má fé, eventualmente reconheceu a legitimidade das demandas e aceitou a greve como um meio legítimo de expressão dessas demandas.

Essas falas do professor YA ressaltam a importância do diálogo entre o governo e os sindicatos, bem como a necessidade de uma abordagem colaborativa para resolver questões relacionadas à educação e aos direitos dos trabalhadores. Além disso, destaca a importância

de se considerar o histórico de interações entre as partes ao avaliar os pronunciamentos do governo e as respostas às greves e demandas dos trabalhadores.

E a esse respeito, o professor vai mais longe e diz:

Quando pensamos que o governo resolveu alguma coisa, são os pontos convenientes para eles. Mas no caderno do Sinprof existem os pontos estruturantes e, atualmente, o ponto estruturante tem a ver com a questão da promoção de categoria de acordo com a formação acadêmica e com alguns pendentes de promoção de carreira de acordo com o tempo de serviço que ficou por se resolver desde 2021, e a questão do subsídio de isolamento que, apesar de ter sido aprovado praticamente há um ano, ainda não foi recebido por ninguém (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Nessa fala do Professor YA, há uma clara crítica à forma como o governo lida com as demandas dos profissionais da educação representados pelo Sinprof. Ele destaca que, apesar de o governo poder resolver algumas questões, muitas vezes o faz de forma seletiva, abordando apenas os pontos que lhe são convenientes, enquanto ignora as demandas estruturais contidas no caderno do Sinprof.

O termo "pontos estruturantes" indica questões fundamentais e estratégicas para a categoria, que não são abordadas de maneira adequada pelo governo. O Professor YA menciona especificamente a questão da promoção de categoria com base na formação acadêmica e a promoção de carreira de acordo com o tempo de serviço, destacando que essas pendências se arrastam desde 2021, evidenciando uma falta de compromisso do governo em resolver questões essenciais para os profissionais da educação.

Além disso, o Professor YA aponta a questão do subsídio de isolamento como outro exemplo de promessa não cumprida pelo governo. Apesar de ter sido aprovado há um ano, nenhum profissional recebeu esse subsídio até o momento da entrevista, o que demonstra uma ineficiência na implementação das políticas aprovadas.

Isso reflete também a frustração dos profissionais da educação diante da falta de resposta adequada do governo às suas demandas, bem como a necessidade de abordar não apenas questões pontuais, mas também questões estruturais que afetam diretamente suas condições de trabalho e qualidade de vida.

Não obstante tudo mencionado neste ponto do texto, é importante destacar que os docentes muitas vezes ressaltam um ganho que é igualmente significativo para muitos deles. Esse ganho resultou de negociações entre o governo e o sindicato, resultando em um acordo que proporcionou aumentos salariais, primeiro em 2018 e nos anos subsequentes.

5.11. QUADRO LEGAL E REGULATÓRIO DAS GREVES

Quanto à realização de greves em Angola, há um respaldo legal por meio da Lei nº. 23/91 de 15 de junho. No entanto, os/as docentes que participam das greves frequentemente ou quase sempre têm seus direitos violados pela entidade empregadora, que neste caso é o próprio Estado, responsável pela criação da referida legislação.

E sobre isso o professor YA apontou o seguinte:

Mesmo que a greve seja um direito consagrado na constituição, os profissionais da educação ainda não se libertaram para seguir rigorosamente as prerrogativas constitucionais aqui no Moxico. A cultura do medo ainda é muito evidente, principalmente quando declaramos várias greves. O governo responde com uma espécie de pressão psicológica, ameaçando com descontos para desencorajar a adesão às greves (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Essas falas da Professor YA destacam um dilema enfrentado pelos profissionais da educação em relação ao exercício do direito de greve na província do Moxico, Angola. Apesar de a greve ser um direito garantido pela Constituição, ela observa que muitos educadores ainda enfrentam desafios para exercer esse direito plenamente, devido a uma cultura persistente de medo.

Essa “cultura do medo” mencionada pela professora parece ser um obstáculo significativo para o pleno exercício dos direitos dos trabalhadores. Evidentemente, existe uma hesitação entre os profissionais da educação em participar de greves, pois temem retaliações ou consequências negativas por parte do governo. A menção à “pressão psicológica” e às ameaças de descontos salariais destaca como essas práticas são utilizadas como instrumentos para dissuadir os trabalhadores de participarem de greves.

Essa abordagem ressalta a importância não apenas de se ter leis que garantam os direitos dos trabalhadores, mas também da necessidade de criar um ambiente em que esses direitos possam ser exercidos livremente, sem medo de retaliação ou represália. Isso levanta questões sobre a implementação eficaz das leis trabalhistas e a necessidade de garantir que os trabalhadores estejam protegidos contra qualquer forma de intimidação ou coerção quando exercerem seu direito fundamental à greve.

Embora tenha respaldo legal, os docentes afirmam que seu direito à greve tem sido constantemente violado pelo governo, que deveria ser o guardião das leis vigentes no país. Nesse sentido, em diálogo com o professor YA, ele argumentou que, em decorrência disso, têm sido expostos a uma série de problemas. Aqui, ele menciona apenas alguns, declarando o seguinte:

Portanto, enfrentamos dois problemas. Um deles é lutar contra o governo e não sermos considerados uma oposição política, apesar de sermos apenas uma força de pressão. Por outro lado, temos a questão do medo enraizado nos

docentes, o que prejudica bastante o alcance dos objetivos das greves quando há uma baixa adesão (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Para ajudar a nossa compreensão, o professor YA explicou de um jeito breve, porém detalhado, sobre como ocorrem os processos que antecedem as greves, tendo em conta os trâmites da lei da greve vigente em Angola.

Dizer que, nos termos da lei das greves, o Estado tem até 5 dias para se pronunciar em relação aos pontos descritos no referido caderno e mais 20 dias para o período negocial, estabelecendo contato com os agentes permanentes de negociação tanto da parte do sindicato quanto da parte do governo (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Essa fala do Professor YA destaca um aspecto importante da legislação trabalhista em Angola, especificamente no que diz respeito ao direito de greve. Ele aponta que, de acordo com a lei das greves, o Estado tem um prazo definido para responder aos pontos apresentados pelos sindicatos em seus cadernos reivindicativos. Esse prazo de até cinco dias para a resposta do Estado demonstra um reconhecimento da importância de uma comunicação eficaz entre as partes envolvidas nas negociações.

Além disso, o professor ressalta que há um período de até 20 dias para as negociações ocorrerem após a resposta do Estado, durante os quais são estabelecidos contatos entre os representantes do sindicato e do governo. Esse tempo é crucial para que ambas as partes possam discutir e negociar as demandas apresentadas, buscando alcançar acordos satisfatórios para ambas as partes.

Essa explicação do professor YA mostra como a legislação busca equilibrar os direitos dos trabalhadores, representados pelos sindicatos, com as responsabilidades do Estado, garantindo um processo de negociação justo e transparente. No entanto, é importante considerar como essas disposições são implementadas na prática e se os prazos estabelecidos são cumpridos de maneira eficaz para garantir o exercício pleno do direito de greve.

5.12. MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Poucos ganhos foram mencionados com entusiasmo pelos/as entrevistados/as. No entanto, a promoção e atualização de carreira, seja pela conclusão de formação adicional ou pelo tempo de serviço, foram os aspectos mais citados como ganhos reais, apesar de também terem apontado algumas lacunas.

Sobre as atualizações e promoção de carreira, o professor YA disse:

O Sinprof organizou uma greve exigindo a atualização da carreira para aqueles que já eram licenciados, mestres ou até mesmo doutores, mas ainda recebiam como técnicos ou professores auxiliares. Com essa greve, o Sinprof conseguiu a atualização de mais de 48 mil docentes nessas condições. Infelizmente, esqueceu-se do tempo de serviço. Por isso, em 2021, realizou-se outra greve para exigir a atualização com base no tempo de serviço, um direito respaldado pela lei trabalhista angolana (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

O professor YA ainda argumentou que:

Nessa mesma greve, exigimos também a atribuição de subsídios para coordenadores de turno, coordenadores de disciplinas e diretores de escolas, pois exerciam funções para as quais não eram remunerados, mesmo sendo designados por despachos governamentais. Apesar de essas pessoas ocuparem esses cargos por mais de três anos, não recebiam nada por isso. Graças a Deus, não há mais registro de pessoas exercendo funções além da sala de aula que não sejam remuneradas (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Entretanto, mesmo depois das greves realizadas, as lacunas continuaram, fazendo com que o Sinprof agisse novamente e, sobre isso, o professor YA disse:

Diante das lacunas ainda presentes em relação a essas demandas, em 2022, o Sinprof realizou outra greve para exigir a atualização pelo tempo de serviço de colegas que, em 2019, tinham apenas o grau de bacharel e não tiveram esse requisito respeitado, mas que em 2022 já haviam concluído suas formações e se tornado licenciados. Nesse mesmo ano, em novembro, o Sinprof desencadeou outra greve exigindo também a atribuição de subsídios de isolamento na ordem de 60%, sendo 30% para o subsídio de aluguel e outros 30% para o subsídio de isolamento para professores que trabalhavam em áreas remotas. Além disso, exigimos um subsídio de instalação para docentes realocados em outras localidades que não tinham lugar para ficar. Esse valor seria pago apenas uma vez a cada mudança de local de trabalho, enquanto os dois primeiros seriam pagos mensalmente (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Parece que estas ações surtiram efeitos, pois para o docente YD, o maior ganho até o momento foi a promoção com consequente atualização de carreira, neste sentido ele disse:

O maior ganho para mim foi a promoção na carreira. Depois de 21 anos na educação, fiquei 15 anos sem nenhuma promoção. Graças às greves realizadas pelo Sinprof, que culminaram na criação e aprovação do estatuto da carreira dos agentes de educação, consegui essa promoção. Apesar de não estar totalmente satisfeito com a promoção, levando em conta minha formação e tempo de carreira, agora posso sonhar com outras promoções, o que antes era apenas uma total frustração sem perspectiva de mudança. Sabemos que, se continuarmos unidos e apoiarmos as lutas, mais melhorias virão em breve para todos nós que não desistimos do Sinprof (Professor YD, registro da entrevista em março de 2024).

Por outro lado, o docente explica que esses ganhos não se limitarão aos que já estão na educação, mas também beneficiarão os docentes que ingressarem posteriormente, afirmando o seguinte:

Por outro lado, há a questão salarial. Hoje, as pessoas ingressam tendo um salário mais atrativo do que na minha época. Os docentes que entram encontram um setor da educação em reconstrução, um setor que tem conhecido dias melhores, apesar das lutas e por meio delas. Por isso, mantenho uma visão positiva. Talvez seja apenas a ilusão de alguém que ficou muito tempo sem nenhuma promoção e conseguiu alguma coisa recentemente. Meus colegas não acreditam que as coisas tenham mudado tanto quanto eu acredito, mas sim, acredito em mais melhorias daqui a 10 anos (Professor YD, registro da entrevista em março de 2024).

Quem também falou das promoções e atualização de carreira como um dos principais ganhos foi o professor YC, argumentando o seguinte:

Sim, houve ganhos. Lembro-me de uma reunião em 2017 com o presidente Guilherme da Silva, na escola [...]. Após uma greve, algumas demandas foram atendidas, como atualização de salários e mudanças de categoria para alguns professores. Embora não tenhamos alcançado todos os objetivos, foram conquistas significativas (Professor YC, registro da entrevista em março de 2024).

Já a professora WB disse:

Em relação aos ganhos, todos que atuam na escola pública ganharam, até aqueles que não participam das greves. Já em relação aos ganhos reais que senti e posso dizer com nitidez que ocorreram de forma universal para os profissionais da educação foi o aumento salarial em 2020 e a promoção de carreira que começou em 2022. Estes, para mim, foram de fato os ganhos reais. Não estou dizendo que foram os únicos, mas para mim esses foram os ganhos reais. Há outros ganhos dos quais nem todos foram beneficiados ou ainda não estão em vigor, como a aprovação de alguns subsídios de deslocação por trabalho em zonas remotas, cujas atualizações ainda não foram implementadas ou não chegaram a todos... É isso, senhor Alonso. Não vejo outros pontos que posso chamar de ganhos reais. Ah, também conseguimos, por meio do Sinprof, a dispensa do uso de bata sobre nossas roupas, algo que durante muito tempo foi um problema entre os professores (Professora WB, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Sobre estas promoções e atualizações de carreira, o professor WC também falou, apontando o seguinte:

A carreira dos docentes em relação à sua melhoria é o ponto central. Apesar de já termos falado sobre isso, precisaremos discutir novamente a promoção de carreira para entender melhor essa questão. Recentemente, o sindicato tem priorizado a vulnerabilidade econômica dos seus agentes. Houve uma promoção nos cargos de direção e chefia nas escolas, elegendo coordenadores de disciplinas e turnos. Observo que indivíduos com um nível acadêmico mais baixo na área da educação foram promovidos a esses cargos, visando proporcionar uma remuneração um pouco mais alta e um conforto econômico mínimo (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

O docente disse mais durante a entrevista, sustentando seu pensamento sobre o assunto que na ocasião estava desenvolvendo. O professor WC disse:

No entanto, até agora, o ministério não está remunerando adequadamente os agentes que exercem essas funções de coordenação. Estes profissionais

prestaram um serviço que não está sendo pago, e quando começarem a remunerar, deverão considerar retroativamente o tempo em que desempenharam essas funções. Isso é necessário, pois há muitas pessoas desmotivadas. Exercer a função de coordenador gera custos adicionais, como deslocamentos para assistir outros professores, e muitas vezes, os coordenadores precisam sair de suas zonas habituais de trabalho para coordenar professores de diferentes escolas. Isso gera despesas extras, como transporte, e infelizmente, não há um retorno adequado por parte do ministério em termos de remuneração, o que desmotiva muitos profissionais e prejudica o funcionamento das atividades (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Apesar das promoções em alguns casos serem algo ótimo, o professor WC apresentou informações de que muitas vezes elas podem não ser muito atrativas. Ele destacou o seguinte:

Hoje, no setor da educação, já é possível atingir o cargo de direção. Para muitos, isso significa mais trabalho do que outra coisa. Leva tempo para se atualizar. Às vezes, você é nomeado chefe. O ministério tem uma folha especial para pessoas que ocupam cargo de chefia. Professores, por exemplo, acabam tendo salários equiparados a técnicos superiores, em certos casos. Isso ocorre para quem é nomeado chefe, enquanto o técnico médio. Em determinados casos, não compensa só olhando para a questão salarial. Cada indivíduo tem seus desejos e objetivos profissionais, e vai além do dinheiro, né? Nem tudo é dinheiro, então, de acordo com os objetivos de cada um, pode ou não desejar atingir o cargo de chefia, que é uma forma de promover a carreira e se dar a conhecer a outros níveis (Professor WC, registro da entrevista em dezembro de 2023).

Porém, mesmo com todos estes enfrentamentos por meio das greves, os docentes ainda lutam por promoções e atualização de carreira, neste sentido o professor YA apontou:

O ponto fundamental ainda é a atualização da carreira de colegas com graus de licenciado e mestres, que continuam sem atualização em relação ao seu nível de formação, visto que muitos se licenciaram e tornaram-se mestres desde a última atualização em 2021. Além disso, exigimos o pagamento dos subsídios devidos aos docentes em zonas de isolamento e a extinção da monodocência, especialmente na quinta e sexta classe. Lutamos e conseguimos a desobrigatoriedade do uso de batas, exceto para os docentes que atuam em escolas técnicas ou que tenham laboratórios. Muitos desses pontos ainda permanecem no caderno, seja por necessidade de manutenção periódica ou por não terem sido atendidos (Professor YA, registro da entrevista em março de 2024).

Mas sobre os ganhos, o professor YD apontou também outros tipos de ganho, dizendo que:

Olha, senhor Alonso, um dos principais ganhos, além do que mencionou, tem a ver com o acesso à informação. Com a filiação e a movimentação constante do Sinprof, hoje as informações sobre o setor circulam e chegam até nós mais facilmente. Antes, muitas vezes, não tínhamos acesso a informações importantes, e quando tínhamos, frequentemente carecíamos de uma explicação. Mas hoje, com o Sinprof, as informações fluem e chegam até nós de forma mais didática, facilitando nossa compreensão. Sempre que há alguma alteração importante na legislação do setor, encontramos comunicados sobre isso nas nossas escolas, informando o que ocorreu (Professor YD, registro da entrevista em março de 2024).

O professor YD também mencionou, como um ganho, a liberdade de escolha em relação ao local de atuação

Outro aspecto que o Sinprof proporcionou por meio das greves foi a liberdade de escolha em relação ao local onde devemos ou podemos atuar. Antes disso, ficávamos confinados em lugares onde não tínhamos família ou conhecidos, alegando que não podíamos ser transferidos antes de completar cinco anos na função pública, e mesmo depois desse período, enfrentávamos dificuldades para solicitar transferência para outros lugares. Mas hoje, o processo é bem mais fácil porque dominamos a matéria e a delegação provincial da educação não consegue mais nos manipular nesse sentido. É isso, senhor Alonso, muitas outras coisas mudaram com as greves realizadas pelo Sinprof até o momento, e aqui no Moxico, também temos sentido todos esses benefícios (Professor YD, registro da entrevista em março de 2024).

Sobre a liberdade de expressão, o professor YC mencionou o seguinte:

À medida que as pessoas vão ganhando consciência, percebo que está mudando. Antes era difícil ver os professores determinados e lutando por essa causa, mas acredito que não tem sido fácil. Não podemos comparar com os dias anteriores, mas acredito que, à medida que passamos por uma fase, as pessoas vão entendendo melhor a classe dos professores e muitos estão participando dessas greves. Então, acredito que a comunidade civil também está entendendo o que o professor quer e quais são as condições necessárias para o benefício comum (Professor YC, registro da entrevista em março de 2024).

Outros ganhos foram alcançados, mas os mencionados aqui se destacaram pela importância atribuída pelos entrevistados durante nossas conversas. Os docentes reconheceram alguns avanços, porém enfatizaram que ainda não são suficientes para comemoração ou para prever um futuro melhor sem reservas, considerando o histórico de descumprimento do governo desde o início das greves.

Assim, buscamos compreender como esses/as professores/as percebem as greves em relação as melhorias que este movimento tem proporcionado aos educadores em Angola, abrangendo desde o norte até o sul e do litoral ao interior do país. Durante as entrevistas, foi evidente o descontentamento desses profissionais, apesar dos benefícios que afirmam ter obtido através das greves.

Para entender melhor a realidade exposta nesta seção, entrevistamos oito professores, sendo quatro da província W e os outros quatro da província Y. Durante as entrevistas, obtivemos diversas informações que raramente são divulgadas em jornais ou outros meios de comunicação convencionais. Além disso, esse momento nos proporcionou uma oportunidade única para aprofundar nossa compreensão sobre a dinâmica das greves e seus impactos no trabalho docente.

É importante salientar que o conjunto de docentes entrevistados/as não constitui uma amostra representativa; suas opiniões refletem suas percepções dos processos relacionados às

reivindicações dos docentes através das greves lideradas pelo Sinprof. Se outros grupos de docentes fossem entrevistados/as, é provável que diferentes perspectivas sobre o mesmo assunto surgissem. Portanto, é necessário enfatizar que essas entrevistas não representam a opinião geral dos professores; elas oferecem apenas uma pequena ideia que nos ajuda a compreender pensamentos, desejos e representações presentes nas comunidades docentes angolanas nestas duas províncias.

Durante as entrevistas, observamos que até recentemente o Sinprof não era amplamente reconhecido entre os professores da rede pública. Isso é evidenciado nos relatos, segundo os quais quase todos os entrevistados se filiaram ao sindicato através de alguém que já estava envolvido nas discussões do Sinprof. No entanto, também ficou claro que entre os entrevistados há pessoas que ainda não são filiadas ao Sinprof, alguns por motivos pessoais, especialmente relacionados à promoção na carreira.

No entanto, mesmo sem serem formalmente filiados, todos os entrevistados expressaram um sentimento de pertencimento ao sindicato. Alguns afirmaram que, apesar de não serem membros formais, sempre aderem às greves realizadas, seja em nível nacional ou regional. Esses professores destacaram a importância que o Sinprof ganhou desde o início dos anos 2000. Para muitos, o sindicato era inicialmente algo desconhecido, mas ao longo do tempo o Sinprof ganhou força e se tornou a entidade mais importante para eles quando se trata da busca por direitos trabalhistas que afetam sua profissão.

Durante as entrevistas, também foi notado que o processo de filiação ao sindicato é algo simples. Todavia, de acordo com alguns professores entrevistados, atualmente o processo de inscrição para se tornar membro está um pouco parado. Sobre isso, o professor WC disse “Não sou filiado ao Sinprof por opção, mas sim porque, há algum tempo, as inscrições foram suspensas”. Isso tem dificultado para os professores que são simpatizantes do sindicato verem suas motivações concretizadas. No entanto, esses professores não deixaram de participar das greves que têm ocorrido até o momento.

Os entrevistados também compartilharam as razões que os levaram a se aproximarem do Sinprof. Embora cada um tenha expressado suas próprias palavras, refletindo suas motivações pessoais, ficou claro que todos se juntaram a este sindicato porque acreditam que ele tem o potencial de promover mudanças no trabalho docente. Embora essas mudanças já tenham sido percebidas, seu impacto ainda é considerado bastante limitado. No entanto, muitos dos entrevistados reconhecem a importância da existência do sindicato como a voz unificadora dos milhares de professores que trabalham na educação pública em todo o país.

Apesar dos avanços que muitos docentes entrevistados consideraram como sendo muito pequenos, outros mencionaram mudanças que até recentemente não ocorriam. No entanto, a maioria dos professores não enxerga o futuro da carreira docente com grande entusiasmo. Alguns acreditam que no futuro a situação pode piorar devido à falta de vontade política do governo em negociar com a categoria. Neste ponto, os entrevistados deixaram claro que há uma percepção visível de que o governo não valoriza adequadamente os profissionais que trabalham neste nível de ensino do sistema educacional angolano.

A falta de confiança em um futuro próximo, expressa pela maioria dos entrevistados, deve-se em grande parte ao fato de o Sinprof ainda estar negociando com o governo um caderno de reivindicações de 2013, que tem sido objeto de aditamentos ao longo dos anos. Esses aditamentos são realizados para atualizar algumas demandas, levando em consideração o contexto atual. Além da preocupação com o descumprimento por parte do governo, um dos entrevistados mencionou a existência de sindicatos que combatem outras instituições da mesma natureza em favor do governo. Muitas vezes, esses professores acreditam que esses sindicatos serão beneficiados por adotarem uma postura supostamente mais favorável às respostas às demandas apresentadas.

Durante as entrevistas, apenas dois docentes conseguiram explicar os pontos que são incluídos nos cadernos reivindicativos já selecionados. Todos os outros entrevistados sabiam apenas que os pontos estavam lá quando eram apresentados, sem conseguir detalhar o processo de seleção desses pontos. Um dos professores mencionou que, para selecionar um ponto a ser incluído no caderno, as direções provinciais consultam suas bases e coletam os pontos de maior relevância.

Depois desse processo, os pontos são socializados e discutidos pelas lideranças sindicais. Essas lideranças elegem os pontos considerados mais importantes para cada região do país, desde que sejam problemas comuns em mais de uma província. Assim, é feito um aditamento ao caderno de reivindicações para se adequar às demandas atuais da categoria. Este processo é bastante democrático, pois nenhum assunto é escolhido e inserido na pauta do dia ou das próximas greves sem passar por essas discussões e seleção cuidadosas.

Apesar do processo ser descrito como inclusivo, os pontos do caderno reivindicativo têm enfrentado resistência em relação ao seu atendimento por parte do Estado. Mesmo que não saibam como os pontos são eleitos, muitos conseguem identificar e mencionar quais pontos do caderno ainda não foram atendidos. Durante a conversa, quase todos os entrevistados falaram sobre a monodocência, a transição automática e a questão da merenda escolar como pontos que ainda não foram satisfatoriamente abordados.

Mesmo que alguns considerem que a questão da merenda escolar vá além das responsabilidades do sindicato, muitos veem como válido o esforço para a implementação desse programa nas escolas. No entanto, entre os entrevistados, há quem argumente que essa luta não deveria ser apenas dos docentes. Ou seja, não apenas os docentes deveriam exigir do governo, mas toda a sociedade civil deveria reconhecer a importância desse tema como um benefício para todos, incluindo os próprios docentes.

Eles também discutiram extensivamente a questão da monodocência, deixando claro que consideram essa prática prejudicial tanto para os/as professores/as quanto para os alunos da quinta classe. Muitos/as professores/as que atuam nessas condições não têm domínio de todas as disciplinas que lecionam. Os docentes expressaram suas opiniões de maneiras diversas, mas todos concordaram que a monodocência não é uma prática benéfica para quinta classe em diante, especialmente considerando várias lacunas no sistema educacional angolano que não favorecem esse modelo. Vale ressaltar que em Angola, os professores que atuam no regime da monodocência estão presentes apenas no ensino primário (fundamental I) que correspondem aos primeiros cinco anos de formação da educação de base.

A questão da transição automática gerou muita discussão durante as entrevistas, revelando o descontentamento de muitos docentes em relação a essa prática. Enquanto no Brasil essa discussão está mais voltada às condições do ensino do que propriamente à aprovação automática, em Angola também ainda é uma questão muito presente e que evidencia a preocupação dos professores/as com a qualidade do ensino no país. No entanto, mesmo sendo um tema polêmico, um dos professores entrevistados acredita que o problema não reside apenas na transição automática em si, mas sim na forma como ela é implementada. Esse docente sugere que devemos olhar para esse mecanismo de forma diferente e começar a pensar em ações que possam melhorar o aprendizado dos alunos.

É comum que em entrevistas, tendo em conta o modo com que elas foram conduzidas, haja muitas discussões e pontos de vista variados, e nem sempre é possível abordar todos os aspectos em apenas um texto. No entanto, é importante destacar que os docentes não se limitaram aos temas da merenda escolar, monodocência e transição automática. Cada tema desperta diferentes perspectivas e preocupações entre os entrevistados. Por exemplo, enquanto alguns podem não dar tanto valor à questão da merenda escolar, considerando-a uma responsabilidade do governo, outros podem vê-la como parte essencial do ambiente escolar e do bem-estar dos alunos. É interessante observar como essas discussões refletem as diferentes visões e experiências dos docentes em relação ao sistema educacional e às políticas públicas em Angola.

É importante destacar o alerta feito por um dos entrevistados sobre a necessidade de cautela ao se ler notícias que afirmam que os pontos das reivindicações foram atendidos pelo governo. O entrevistado fez questão de salientar que não estava desmerecendo nenhuma instituição pública, mas sim apontando para a possibilidade de que muitas dessas informações sejam falaciosas. Essa preocupação surge porque, ao longo do tempo, o governo tem divulgado informações de que as demandas do sindicato foram atendidas, mesmo sem que tenha havido um acordo oficial ou mesmo extraoficial entre as partes. No entanto, essas informações continuam circulando, o que confunde o entendimento da opinião pública sobre as verdadeiras lutas e demandas em questão.

Entre os entrevistados, há quem cite a promoção de carreira como a prioridade atual, especialmente considerando que a promoção ocorrida a partir de 2020, por meio de um decreto presidencial, deixou de fora vários colegas que ainda não haviam concluído suas formações na época. Além disso, a questão do tempo de serviço também é um foco atual nas demandas do Sinprof.

No entanto, um dos entrevistados avalia que a promoção não deve ser baseada apenas na formação acadêmica ou no tempo de serviço, mas também na produtividade de cada profissional. Ele sugere que os critérios de promoção também deveriam considerar o desempenho e a eficácia no trabalho, para garantir que os profissionais mais competentes sejam reconhecidos e promovidos, mesmo que não se enquadrem estritamente nos critérios de formação ou tempo de serviço.

É interessante notar que todos os entrevistados estão alinhados em sua abordagem quanto à promoção de carreira com base na formação e no tempo de serviço. No entanto, alguns deles também reconhecem que essas promoções nem sempre ocorrem de forma justa. Houve relatos de colegas que não foram promovidos conforme o esperado, tanto em relação ao tempo de serviço quanto à obtenção de um grau de formação superior. Isso evidencia uma preocupação compartilhada entre os docentes em relação à equidade e transparência nos processos de promoção de carreira.

Também é interessante notar que os docentes entrevistados atribuem as promoções de carreira às greves conduzidas pelo Sinprof. Eles ressaltam que, antes dessas mobilizações, a situação era ainda mais precária. Alguns relatam que colegas que trabalhavam no serviço público na área da educação por mais de dez anos nunca haviam sido beneficiados com qualquer promoção. Mesmo após concluírem o ensino superior, continuavam atuando como técnicos de nível médio devido à falta de atualização nos sistemas de promoção. Isso destaca

o papel significativo que as greves e a pressão sindical desempenharam na melhoria das condições de carreira dos docentes.

Os docentes também atribuem ao Sinprof a atualização salarial e a conquista de alguns subsídios financeiros, embora nem todos estejam sendo pagos no momento. No entanto, eles destacam a importância do sindicato na aprovação das legislações que regulamentam esses subsídios. Além disso, mencionam que, desde 2018, várias pequenas melhorias salariais foram alcançadas por meio das greves do Sinprof. Embora esses aumentos não sejam suficientes, eles trouxeram uma certa esperança de mais ações desse tipo no futuro. Esse reconhecimento mostra como o sindicato desempenhou um papel importante na luta pelos direitos e melhorias nas condições de trabalho dos docentes angolanos.

É igualmente fundamental notar que os docentes não se limitaram a discutir salários ou merendas escolares. Eles também expressaram preocupações sobre a complexidade do sindicalismo em Angola. Muitos destacaram que o envolvimento em atividades sindicais pode ser arriscado devido ao medo de retaliação por parte do Estado. As perseguições promovidas pelo governo para desencorajar as greves são vistas como um obstáculo significativo para a participação ativa no sindicalismo. Essa percepção reflete as tensões e os desafios enfrentados pelos sindicatos e seus membros em meio a um ambiente político muitas vezes hostil às demandas dos trabalhadores.

É interessante observar como os docentes de cada província encaram as greves de forma diferente. Enquanto os docentes da província W parecem mais familiarizados com as perseguições e estão mais preparados para enfrentá-las, apenas um dos docentes da província Y mostrou-se disposto a correr esse risco; apesar de todos/as entrevistados/as daquela região do país estarem participando ativamente das greves, muitos fazem-no com algumas ressalvas, protegendo interesses pessoais, desde profissionais e não só. No entanto, eles reconhecem que os docentes da província W têm uma maior consciência de reivindicação, já que é nessa região do país em que mais docentes aderem às greves. Essa discrepância pode refletir diferenças nas experiências passadas com as autoridades e nas condições políticas e sociais de cada província.

Durante as entrevistas, diversos temas foram explorados, incluindo a evasão escolar e a falta de estrutura nas escolas. Em relação à evasão escolar, não foi citado um motivo único, mas na província Y, os docentes acreditam que a implementação da merenda escolar poderia mitigar essa situação. Essa opinião, no entanto, não é compartilhada por uma das entrevistadas na província W, que não vê a merenda escolar como um grande motivador para os estudantes continuarem frequentando a escola. Em vez disso, ela destaca outras questões

relacionadas à estrutura das instituições de ensino que podem influenciar a evasão escolar. Essa divergência de opiniões ressalta a complexidade das questões que afetam a frequência dos alunos à escola e a necessidade de abordagens multifacetadas para lidar com o problema da evasão escolar.

A falta de estrutura nas escolas foi abordada durante as entrevistas, com destaque para a falta de salas adequadas e a ausência de laboratórios que dificultam as aulas práticas. Os entrevistados também apontaram que essa falta de recursos adequados muitas vezes resulta em estudantes mal preparados. Embora reconheçam que as greves conduzidas pelo Sinprof tenham gerado alguns resultados positivos, os entrevistados expressaram a opinião de que o sindicato ainda faz pouco para mudar a realidade das escolas. No entanto, mesmo com essas preocupações, as aflições em relação à falta de estrutura nas escolas são amplamente reconhecidas pelos docentes. Essa percepção destaca a necessidade contínua de melhorias nas condições das escolas para garantir um ambiente de aprendizado adequado para os estudantes.

É interessante observar que os docentes muitas vezes sentem que lutam sozinhos, contando apenas com o apoio do Sinprof, já que a população não costuma se envolver nos temas relacionados aos docentes da educação de base. No entanto, um docente da província Y mencionou que, mesmo não trabalhando na mesma região, tem obtido apoio dos encarregados de educação durante as greves. Essa é uma realidade contrastante com a situação em que alguns docentes são rotulados como antipatriotas ou acusados de prejudicar a formação dos alunos devido às greves frequentes. Esses estigmas sociais e críticas podem criar um ambiente desafiador para os docentes que buscam melhorias nas condições de trabalho e na qualidade da educação.

No entanto, os/as docentes reafirmam em suas falas que os desafios serão muitos e mesmo assim, nada os fará parar de lutar em busca de uma realidade que poderá favorecer a educação e o trabalho docente como um todo. Não apenas olhando para aquelas/es que trabalham na educação, mas melhorias também, para os/as estudantes que todos os dias frequentam as escolas públicas da educação de base angolanas, instituições que de acordo com os/as entrevistados/as precisam melhorar em muitos aspectos caso se pretenda promover uma educação de qualidade naquela nação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou responder a questão de partida “Como as greves do professorado angolano repercutem na valorização do trabalho docente?”, já o objetivo geral da referida pesquisa é “Analisar como as greves do professorado angolano repercutem na valorização do trabalho docente.”, fora os objetivos específicos.

Diante das informações compartilhadas, ficam evidentes a complexidade e as múltiplas dimensões dos desafios enfrentados pelos/as docentes na educação de base em Angola. Desde as questões relacionadas às condições de trabalho, salários e estrutura das escolas, até as dificuldades enfrentadas no âmbito sindical, como as perseguições e o apoio limitado da população, os/as docentes enfrentam uma série de obstáculos em seu trabalho diário.

É notável como as greves conduzidas pelo Sinprof têm desempenhado um papel significativo na luta por melhores condições de trabalho e na promoção dos direitos dos docentes. No entanto, também é claro que há desafios persistentes que exigem abordagens multifacetadas e colaboração entre diferentes partes interessadas para serem superados.

O pouco apoio da população em geral e as críticas enfrentadas pelos/as docentes durante as greves destacam a necessidade de um diálogo mais amplo e uma maior conscientização sobre as questões enfrentadas pelos educadores. A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, e é essencial reconhecer e apoiar o papel vital desempenhado pelos/as docentes na construção de um futuro melhor para Angola.

Além disso, a diversidade de opiniões e experiências compartilhadas pelos docentes durante as entrevistas ressalta a importância de se considerar uma variedade de perspectivas ao abordar questões educacionais. Cada docente traz consigo um conjunto único de desafios e preocupações, refletindo a complexidade do sistema educacional e das condições sociais em que operam.

A busca por soluções eficazes requer um compromisso contínuo com o diálogo, a colaboração e a busca por formas criativas de enfrentar os desafios existentes. É fundamental que os docentes sejam reconhecidos e valorizados por seu trabalho árduo e dedicado na formação das gerações futuras de angolanos.

Portanto, mediante tudo o que foi colocado e tendo em conta a pergunta de partida desta pesquisa e o objetivo geral, notamos que as greves têm repercutido positivamente para a valorização do trabalho docente, apesar das ressalvas destacadas pelos/as docentes

entrevistados/as. Foi possível observar que as greves proporcionaram muitos ganhos, mas sua expressão não é vista como conquistas relevantes porque o professorado quer mais e para já.

As greves lideradas pelo Sinprof têm desempenhado um papel crucial na conscientização da sociedade sobre as condições de trabalho dos/as docentes. Essas mobilizações trouxeram à tona questões essenciais, como a necessidade de melhores salários, condições adequadas de trabalho e investimentos em infraestrutura escolar. Ao fazer isso, elas têm forçado tanto o governo quanto a opinião pública a reconhecerem a importância do trabalho docente e a urgência de atender às suas demandas.

Além disso, as greves têm servido como um meio poderoso de união e solidariedade entre os/as professores/as. Elas criaram um senso de comunidade e de propósito compartilhado, fortalecendo o movimento docente e aumentando a capacidade de negociação com as autoridades. Esse fortalecimento da coesão entre os/as docentes é um ganho significativo, pois aumenta a capacidade de organização e mobilização para futuras lutas por direitos e melhorias.

Outro aspecto positivo das greves é que elas têm resultado em avanços concretos, ainda que graduais. Conquistas como aumentos salariais, melhorias em benefícios e condições de trabalho, e a abertura de canais de diálogo com o governo são passos importantes para a valorização profissional dos/as docentes. Mesmo que muitos professores sintam que essas conquistas ainda são insuficientes, elas representam progresso e mostram que a mobilização pode levar a resultados tangíveis.

Muito além dos ganhos imediatos, as greves também têm uma repercussão simbólica importante. Elas enviam uma mensagem nítida sobre a determinação dos/as docentes em lutar por seus direitos e por uma educação de qualidade. Esse impacto simbólico contribui para a mudança de percepção da sociedade sobre o papel dos/as professores/as e a importância de seu trabalho, ajudando a construir uma imagem mais valorizada e respeitada da profissão docente.

Tendo em vista que, recentemente, esses profissionais têm relatado uma crescente desvalorização, não apenas devido à exclusão das políticas públicas, mas também perante a população. A importância destes/as profissionais parece ter sido reduzida a salários baixos e outras condições desfavoráveis que não afetam apenas os professores da educação básica em Angola. Esta situação reflete uma preocupante subvalorização dos/as educadores/as, fundamentais para o desenvolvimento intelectual e social do país.

Essas e esses profissionais enfrentam não só desafios financeiros, mas também a falta de reconhecimento adequado por parte da sociedade e das autoridades. O trabalho árduo

dos/as professores/as da educação básica é essencial para o crescimento educacional e moral das futuras gerações. No entanto, muitas vezes são confrontados com condições de trabalho precárias e uma carga horária excessiva, sem o apoio necessário para realizar seu trabalho de maneira eficaz.

A desvalorização dos professores da educação básica não afeta apenas a qualidade do ensino, mas também prejudica o desenvolvimento humano e social de Angola. A educação é a base para o progresso de qualquer nação, e é imperativo que sejam implementadas políticas que valorizem adequadamente esses/as profissionais. Investir na formação contínua, melhorar as condições de trabalho e aumentar os salários são passos fundamentais para garantir que os professores da educação básica sejam incentivados e capazes de oferecer uma educação de qualidade que prepare os jovens para os desafios do futuro.

Portanto, é essencial que as políticas públicas reconheçam e valorizem a contribuição vital dos professores da educação básica, assegurando que recebam o respeito e o apoio necessários para desempenhar seu papel fundamental na construção de uma sociedade educada e próspera em Angola.

Neste contexto, as greves organizadas pelo Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof) desempenham um papel crucial na luta por melhores condições para os/as educadores/as. As greves não são apenas um protesto contra as injustiças enfrentadas pelos professores, mas também uma forma de pressionar o governo e a sociedade a reconhecerem a importância vital dos/as profissionais da educação básica. Ao interromper as atividades escolares temporariamente, as greves destacam publicamente as demandas por salários dignos, condições de trabalho adequadas e respeito profissional.

É através desses movimentos de greve que os/as professores/as da educação básica conseguem chamar a atenção para suas necessidades urgentes e mobilizar apoio da comunidade e de outros setores da sociedade civil. As greves não visam apenas melhorar as condições individuais dos professores, mas também promover mudanças sistêmicas que beneficiem todo o sistema educacional. A pressão exercida pelas greves pode levar a negociações significativas entre o sindicato, o governo e outros agentes interessados por estas demandas, resultando em políticas mais justas e sustentáveis para a educação.

Além disso, as greves organizadas pelo Sinprof têm o potencial de não apenas alcançar melhorias imediatas nas condições dos/as professores/as da educação básica, mas também de catalisar uma mudança estrutural que promova a valorização contínua desses profissionais. Ao fortalecer a voz coletiva dos/as educadores/as, as greves são uma ferramenta poderosa para construir um futuro educacional mais justo e próspero para Angola.

Apesar das críticas e da insatisfação com o ritmo das conquistas, as greves lideradas pelo Sinprof têm sido fundamentais para a valorização do trabalho docente em Angola. Elas têm proporcionado ganhos materiais, fortalecido a união entre os/as professores/as e elevado o debate sobre a importância da educação. Para o futuro, é essencial continuar essa mobilização, buscando sempre novos avanços e mantendo a pressão para que as demandas dos/as docentes sejam plenamente atendidas.

Contudo, é importante destacar que, tanto no decorrer das entrevistas quanto na análise do conteúdo divulgado nas redes sociais do Sinprof, não se identificaram informações alinhadas à necessidade de descolonização do currículo em Angola. Nem os(as) entrevistados(as) nem os cadernos de reivindicações evidenciam esse ponto. Esse fato é particularmente preocupante, considerando que Angola, assim como muitas outras nações colonizadas, mantém uma matriz curricular fortemente baseada em perspectivas eurocêntricas.

Esse currículo exclui diversos sujeitos, práticas e saberes locais dos espaços onde os conhecimentos são socializados, dando prioridade a saberes epistemológicos alheios às realidades das comunidades locais. Esse processo reforça a hegemonia da cultura ocidental em países que, outrora, foram colonizados, promovendo, assim, um epistemicídio de outros conhecimentos igualmente importantes.

A ausência de preocupação com o currículo nas demandas do Sinprof levanta diversos questionamentos, sendo talvez o mais pertinente: até que ponto o Sinprof está comprometido com a descolonização das mentes por meio da escola? No contexto moderno, em que cada vez mais intelectuais concentram esforços para implementar nas escolas um currículo que dialogue com o cotidiano dos(as) alunos(as), faz-se essencial promover práticas pedagógicas que façam sentido para eles(as) e nos quais possam se reconhecer.

Essa ausência de atenção à descolonização do currículo prolonga uma lacuna preocupante no debate educacional angolano, especialmente considerando o papel crucial da escola na formação de identidades culturais e no questionamento das narrativas coloniais. Um currículo descolonizado não se limita a substituir conteúdos eurocêntricos por saberes locais; ele também busca ampliar as perspectivas dos(as) alunos(as), promovendo um diálogo entre diferentes epistemologias que valorize suas experiências, histórias e contextos. Ao negligenciar essa dimensão, corre-se o risco de perpetuar uma educação que marginaliza os saberes locais e mantém o status quo colonial, limitando as possibilidades de transformação social e emancipação cultural.

Além disso, a descolonização do currículo está intrinsecamente ligada à valorização do trabalho docente. Professores(as) que têm acesso a formações contínuas e materiais pedagógicos que reflitam as realidades culturais de seus contextos conseguem desenvolver práticas mais significativas e contextualizadas. Ignorar essa relação no debate sindical enfraquece a luta pela valorização docente, uma vez que o fortalecimento do professorado não se restringe a questões salariais, mas também ao reconhecimento de seu papel como agentes transformadores de uma educação que respeite e promova a pluralidade cultural. Assim, cabe ao Sinprof considerar essas demandas de forma mais ampla, conectando a luta por condições de trabalho dignas à necessidade de construir uma educação que realmente reflita a identidade e os desafios do povo angolano.

Nesse contexto, as entrevistas revelam o alcance das greves realizadas pelo Sinprof em Angola e seu impacto no trabalho docente. Contudo, apesar dos esforços, o professorado ainda almeja avanços mais significativos. Do ponto de vista desses(as) profissionais, as ações realizadas até o momento não atendem plenamente às expectativas, uma vez que há uma busca constante por transformações amplas e profundas no trabalho docente em Angola. Essas transformações também são almejadas no campo da liberdade de expressão, cujos constrangimentos inclusive dificultaram a realização das nossas entrevistas. Inicialmente, planejávamos entrevistar dez docentes, mas a desconfiança e o medo de possíveis represálias resultaram na participação de apenas oito professores, pois muitos temiam a possibilidade de serem identificados mesmo garantindo a eles o anonimato.

REFERÊNCIAS

- ANGOLA. **Constituição da República**. Luanda, 21 Jan. 2010. Disponível em: <https://www.angola.or.jp/pt/2022/02/08/constituicao-da-republica-de-angola-edicao-especial-2022/>. Acesso: 06 Mar. 2023.
- ANGOLA. Ministério da Educação. **Med conclui fase de promoção de professores**. Luanda, 24 Jan. 2023. Disponível em: <https://med.gov.ao/ao/noticias/med-conclui-fase-de-promocao-de-professores/>. Acesso: 23 Fev. 2023.
- ANGOLA, EMBAIXADA NA TURQUIA. **Economia**. Turquia. Disponível em: <https://www.embassyangolatr.org/economia/>. Acesso: 27 Set. 2023.
- ANGOLA. Decreto Lei n. 13/2001-Lei de Bases do Sistema de Educação. **Diário da República**, n. 65, 31 de Dezembro de 2001. Luanda, 31 Dez. 2001. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/relatorios/lei-de-base-do-sistema-de-educa%C3%A7%C3%A3o-lei-n%C2%BA-1301>. Acesso: 15 Mar. 2023.
- ANGOLA. Decreto Lei n. 17/16: lei de bases do sistema de educação e ensino. **Diário da República**: I série, n. 170, 7 de Outubro de 2016. Luanda, 7 Out. 2016. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/109840/136418/F1315876591/Untitled.FR12.pdf>. Acesso: 29 Mar. 2023.
- ANGOLA. Decreto Lei n. 32/20, de 12 de Agosto. **Diário da República**: I série, N. 123. Luanda, 12 Ago. 2020. Disponível em: https://www.ipls.ao/wp-content/uploads/2020/08/Lei-3_20-de-12-de-Agosto-Lei-de-Bases-do-Sistema-de-Eucacao-e-Ensino-altera-a-Lei-17_16.pdf. Acesso: 24 Fev. 2023.
- ANGOLA. Decreto Lei n. 13/2001-Lei de Bases do Sistema de Educação. **Diário da República**, n. 65, 31 de Dezembro de 2001. Luanda, 31 Dez. 2001. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/relatorios/lei-de-base-do-sistema-de-educa%C3%A7%C3%A3o-lei-n%C2%BA-1301>. Acesso: 15 Mar. 2023.
- ANGOLA. Lei n. 23/91 de 15 de Junho: Lei da greve. Assembleia do Povo. Diário da república n.º 25, I Série. Luanda aos 15 de Junho de 1991. 1991. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/l_greve.pdf. Acesso: 30 Mar. 2024.
- ANGOLA, Lei n. 24/24 de 5 de Setembro: Divisão Político-Administrativa. Assembleia Nacional. **Diário da República**, n. 171, I série. Luanda aos 5 de Setembro de 2024. Disponível em: <https://mpla.ao/wp-content/uploads/2024/09/Lei14.24de5deSetembro.pdf>. Acesso: 26 Set. 2024.
- ALFREDO, Francisco Caloia; TORTELLA, Jussara Cristina Barboza. Formação de professores em Angola: o perfil do professor do ensino básico. **EccoS Revista Científica**, n. 33, p. 123-142, 2014.
- AMBRÓSIO, Heitor Simão Afonso. Posição do crescimento do PIB de Angola na SADC antes e após a crise de 2008 e efeitos na economia da região e do país. **Revista Intratextos**, v. 5, n.1, p. 42-63, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.10575>.

ADALBERTO, José. **Dw África**. Comissão para implementação das autarquias gera desconfiança. Angola, 18 Out. 2022b. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-comiss%C3%A3o-para-implementa%C3%A7%C3%A3o-das-autarquias-gera-desconfian%C3%A7a/a-63483787>. Acesso: 17 Mar. 2023.

AMADO MENDES, Carmen; TIAN, Xintong. As motivações políticas e económicas da presença chinesa em Angola. **Relações Internacionais**, n. 65, p. 57-70, 2020. <https://doi.org/10.23906/ri2020.65a05>.

ANACLETO, Delfim. **DW África**. Salários na função pública cada vez mais empobrecidos?. Angola aos 19 de Janeiro de 2024c. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-sal%C3%A1rios-na-fun%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica-cada-vez-mais-empobrecidos/a-68038661#:~:text=Funcion%C3%A1rios%20p%C3%BAblicos%20angolanos%20est%C3%A3o%20descontentes,Governo%20n%C3%A3o%20mude%20de%20posi%C3%A7%C3%A3o.&text=O%20executivo%20angolano%20anunciou%20na,na%20ordem%20de%205%20porcento>. Acesso: 28 Mar. 2024.

AGENCE FRANÇAISE DE DÉVELOPPEMENT. **AFD E A AGRICULTURA EM ANGOLA**. França. Fev. 2023. Disponível em: <https://www.afd.fr/pt/ressources/afd-e-agricultura-angola>. Acesso: 15 Out. 2023.

BOGDAN, Roberto C; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL ESCOLA. ANGOLA. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/angola.htm#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20%C3%A9%20rico%20em,de%20ferro%2C%20cobre%20e%20bauxita>. Acesso: 28 Set. 2023.

BALDÉ, Djariatú. **DW África**. Greve geral em Angola "é legítima e faz todo o sentido". Angola aos 20 de Março de 2024a. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/greve-geral-em-angola-%C3%A9-leg%C3%Aadtima-e-faz-todo-o-sentido/a-68617713>. Acesso: 29 Mar. 2024.

BRITO NETO, Manuel. **História e educação em Angola**: do Colonialismo ao movimento popular de libertação de Angola (MPLA). 2005. 274 f. Tese (Doutorado em Educação) — UNICAMP, São Paulo, 2005.

CAPOSSA, Romão. Algumas consequências da Conferência de Berlim (1884-1885) para a atual África. **identidade!**, v. 7, n. 7, p. 10-18, 2005.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros. **Perfil do professor da educação básica**. Brasília: Inep, 2018. Série Relatos de Pesquisa, v. 41.

CHIPUCA, Lúcia. Análise da motivação como catalisador da satisfação e do desempenho profissional dos docentes de Benguela/Angola. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 28, p. 229-272, 2020.

CASTRO, José Caléia; RESCHILIAN, Paulo Romano. Metropolização e planejamento territorial como perspectiva de desenvolvimento em Angola. **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 841-868, set./dez. 2020.

CARLOS, João. **Dw África**. Contestação vai dificultar governação de Presidente Lourenço. Angola, 29 Set. 2022a. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-analista-teme-que-contesta%20a7%20a3o-difículte-governa%20a7%20a3o-de-presidente-jo%20a3o-louren%20a7o/a-63284788>. Acesso: 17 Mar. 2023.

DIAS, Hugo. Greve. In: **Dicionário das crises e das alternativas**. Coimbra: Edições Almedina, p. 113-114, 2012.

DW ÁFRICA. Perseguições a professores no Cuanza Norte, denuncia Sinprof. Angola, 05 Mai. 2017a. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-sinprof-denuncia-persegui%20a7%20b5es-a-professores-no-cuanza-norte/a-40369415>. Acesso: 20 Fev. 2023.

DW África. Sindicatos angolanos reafirmam greve geral. Angola aos 18 de Março de 2024b. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/sindicatos-angolanos-reafirmam-greve-geral/a-68609316>. Acesso: 29 Mar. 2024.

DW África. Denúncia de ameaças a trabalhadores no primeiro dia da greve. Angola aos 20 de março de 2024d Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/sindicatos-angolanos-denunciam-amea%20a7as-a-trabalhadores-no-primeiro-dia-da-greve-geral/a-68625569#:~:text=Sindicatos%20angolanos%20de%20diferentes%20setores,salarial%20e%20redu%20a7%20a3o%20de%20impostos>. Acesso: 29 Mar. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Fac símle digitalizado (Manuscritos). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1968.

FERNANDO, Amós. **DW ÁFRICA**. Fraude eleitoral em Angola? Quatro pontos polémicos. Angola, 17 Ago. 2022d. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/fraude-eleitoral-em-angola-quatro-pontos-pol%20a9micos/a-62829119>. Acesso: 9 Mai. 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Fator, 2008.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FOLHA8. Greve geral? sem autorização do MPLA é ilegal. Luanda aos 21 de março de 2024. Disponível em: <https://jornalf8.net/2024/greve-geral-sem-autorizacao-do-mpla-e-ilegal/>. Acesso: 29 Mar. 2024.

GOMES, Ana Virgínia Moreira; PINTO, Flavia Aguiar Cabral Furtado; PINTO, Carlos Eduardo Furtado. O direito de greve como manifestação do exercício da democracia: Análise da decisão do TST sobre a legitimidade da greve política. **Revista Chilena de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social**, Chile, v. 11, n. 21, p. 47-64, 2020.

GONÇALVES, Jonuel. A economia de Angola: da independência à crise mundial de 2008. **Revista tempo do mundo**, v. 2, n. 3, p. 75-92, 2010.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro v. 21, n. 38, out/dez-2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Comércio Externo**. Folha de Informação Rápida. Edição 2021. Angola. 2020. Disponível em: https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_637514738212215631.pdf. Acesso: 13 de out. 2023.

JORNAL DE ANGOLA. **Angola foi admitida na ONU há 44 anos**. Luanda, 2 Fev. 2020. Disponível em: [https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/angola-foi-admitida-na-onu-ha-44-anos/#:~:text=Angola%20assinou%2C%20ontem%2C%2001%20de,das%20Na%20C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20\(ONU\)](https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/angola-foi-admitida-na-onu-ha-44-anos/#:~:text=Angola%20assinou%2C%20ontem%2C%2001%20de,das%20Na%20C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20(ONU)). Acesso: 17 Mar. 2023.

JORNAL DE ANGOLA. **Professores abandonam as escolas**. Luanda, 16 Jan. 2016, disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=349127>. Acesso: 22 Fev. 2023.

JORNAL DE ANGOLA. MPLA sugere aumento gradual e anual do salário da Função Pública em 25 por cento. Luanda aos 29 de março de 2024. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/mpla-sugere-aumento-gradual-e-anual-do-salario-dafuncao-publica-em-25-por-cento/>. Acesso: 29 Mar. 2024.

JORNAL DE ANGOLA. O Ministério da Educação (MED) já resolveu sete dos dez pontos apresentados no caderno reivindicativo do Sindicato Nacional dos Professores (SINPROF). Luanda, 26 Nov. 2022a. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/executivo-ja-resolveu-sete-dos-dez-pontos-apresentados-no-caderno-reivindicativo-2/>. Acesso: 06 Mar. 2023.

JORNAL DE ANGOLA. Professores do ensino geral anunciam greve a partir desta quarta-feira. Luanda, 23 Nov. 2022b. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/professores-do-ensino-geral-anunciam-greve-a-partir-desta-quarta-feira/>. Acesso: 23 Fev. 2023.

JORNAL DE ANGOLA. Proposta de Lei das Línguas de Angola em fase conclusiva. Luanda, 26 Ago. 2019. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=434817>. Acesso: 18 Mar. 2023.

JORNAL DE ANGOLA. Executivo já resolveu sete dos dez pontos apresentados no caderno reivindicativo. Luanda, 26 Nov. 2022, disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/executivo-ja-resolveu-sete-dos-dez-pontos-apresentados-no-caderno-reivindicativo-2/>, acesso: 06 Abr. 2023.

KANUMBUA, Joaquim Orlando Daniel et al. **A produção e distribuição da riqueza em Angola no período 2002-2017**. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusófona. 2019.

KESSONGO, Pedro Muteca. O papel do SINPROF na democratização do município do Lubango: Reconstruindo as memórias de luta (2010-2019). Monografia da Graduação – Instituto de Ciências de Educação (ISCED/HUÍLA). HUÍLA/ANGOLA, 2022.

LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocessos da educação em Angola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, p. 1003-1031, 2014.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

LEITE, Márcia de Paula. **O movimento grevista no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MAKANGOLA. **Professores em greve na Lunda Norte**. Angola, 5 Jun. 2013. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2013/06/professores-em-greve-na-lunda-norte/>. Acesso: 3 Jun. 2023.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORTARI, André Dias. A construção cotidiana da greve na UFRGS: o movimento contra as reformas no final de 2016. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 25, p. 278-296, 2019.

MUONDO, Daniel Luciano; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. As novas reformas governativas em tempo de COVID-19 em Angola no atual contexto político e social e o enfrentamento das desigualdades sociais. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 66-75, jan./abr. 2021.

MARTINS, Manuel. Corrupção: um mal a combater na democracia angolana. **Revista Justiça do Direito**, v. 28, n. 2, p. 425-438, 2014.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História geral da África VIII: África desde 1935**. UNESCO, Paris, 2010.

NOVO JORNAL. Estado gasta mais de 2,5 mil milhões de kz com carros para amputados e pérolas. Luanda, 17 Dez. 2022. Disponível em: <https://novojournal.co.ao/desporto/interior/-estado-gasta-mais-de-25-mil-milhoes-kz-com-carros-para-amputados-e-perolas--dinheiro-daria-para-construir-13-escolas-de-cada-12-salas-de-aulas-em-ndalatando-111265.html>. Acesso: 22 Fev. 2023.

NDOMBA, Borralho. **DW África**. Angola: MPLA rejeita discutir greve geral em plenário. Luanda aos 21 de março de 2024e. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-mpla-rejeita-discutir-greve-geral-em-plen%C3%A1rio/a-68637716>. Acesso: 29 Mar. 2024.

_____. **DW África**. Angola: Para onde vai a verba da merenda escolar?, Angola, 25 de Jan. 2023a. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-para-onde-vai-a-verba-da-merenda-escolar/a-64508995#:~:text=A%20merenda%20escolar%20distribu%C3%ADda%20nas,de%20dez%20prov%C3%ADncias%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso: 05 Abr. 2023.

_____. **DW África**. "O MPLA finge ser democrata e a UNITA finge ser oposição". Angola, 23 Set. 2022c. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-o-mpla-finge-ser-democrata-e-a-unita-finge-ser-oposi%C3%A7%C3%A3o/a-63219719>. Acesso: 17 Mar. 2023.

_____. **DW África**. ANGOLA: Greve dos professores marcada por uma detenção. Angola, 24 Abr. 2017b. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-greve-dos-professores-marcada-por-uma-deten%C3%A7%C3%A3o/a-38589233>. Acesso: 19 Fev. 2023.

_____. **DW África**. Sindicato denuncia intimidação de professores em Angola. Angola, 13 Abr. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/sindicato-denuncia-intimida%C3%A7%C3%A3o-de-professores-em-angola/a-43383274>. Acesso: 19 Fev. 2023.

NGULUVE, Alberto Kapitango. Quando o colono é negro: educação e práticas sociais de reprodução do racismo em Angola. **MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, v. 2, n. 2, p. 106-119. 2018.

_____. **Política educacional angolana (1976-2005):** organização, desenvolvimento e perspectivas. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NOVO JORNAL. Nova greve dos professores à vista. Angola aos 16 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/nova-greve-de-professores-a-vista-2372.html>. Acesso: 9 Jun. 2023.

OBSERVADOR. MPLA apela ao patriotismo dos professores angolanos em greve durante três semanas. Mundo/Angola, 11 Abr. 2018a. Disponível em: <https://observador.pt/2018/04/11/mpla-apela-ao-patriotismo-dos-professores-angolanos-em-greve-durante-tres-semanas/>. Acesso: 22 Fev. 2023.

OBSERVADOR. Professores angolanos ameaçam fazer greve em abril. Mundo/Angola. 20 Mar. 2018b, disponíveis em: <https://observador.pt/2018/03/20/professores-angolanos-ameacam-fazer-greve-em-abril/>. Acesso: 20 Fev. 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 2.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais—Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2020.

QUIALA, Sandra. **DW África**. Angola: "Os políticos meteram a educação no bolso". Angola, 09 de Ago. 2023b. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-os-pol%C3%AAdticos-meteram-a-educa%C3%A7%C3%A3o-no-bolso/a-66481110>. Acesso: 11 Set. 2024.

RFI. Angola: Greve dos professores e dos trabalhadores do porto de Lobito. Angola, 26 Set. 2016. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20160926-angola-greve-dos-professores-e-dos-trabalhadores-do-porto-de-lobito>. Acesso: 22 Fev. 2023.

RFI. Angola: professores da Huíla mantém greve. Angola aos 30 de Julho de 2014. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/africa/20140729-professores-da-huila-proseguem-em-greve>. Acesso: 6 Jun. 2023.

RFI. Prossegue a greve dos professores em Angola a partir dos 6 de dezembro. Angola, 04 Dez. 2022. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20221204-prossegue-a-greve-dos-professores-em-angola-a-partir-do-6-de-dezembro>. Acesso: 22 Fev. 2023.

SILVA, Leda Maria Messias; GREGO, Patricia Gasparro Sevilha; JORGE, Welington Junior. Importância do sindicato e do ministério público do trabalho, para a proteção do empregado/professor diante dos desmandos do empregador. **Revista Saberes da Amazônia**, Rondônia, v. 6, n. 12, 2021.

SEEWALD, Christian. DW ÁFRICA. A independência de Angola e a dependência do petróleo. Angola, 11 de nov. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/a-independ%C3%Aancia-de-angola-e-a-depend%C3%Aancia-do-petr%C3%B3leo/a-36365234>. Acesso: 15 Out. 2023.

SILVA, Maurício. Afrocentricidade: um conceito para a discussão do currículo escolar e a questão étnico-racial na escola. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 21, n. 2, p. 255-261, 2016.

SEGUNDO, Isildo Orlando Vinte. **Contribuição sobre o trabalho docente, consciência de classe e sindicalismo**: um resumo sobre o Sinprof-sindicato nacional de professores em Angola. p.1-20. 2023. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/98644580/Doutor_Isildo_Vinte_Segundo_DE_ARTIGO_O_SIMPROF_2023_JANEIRO_-libre.pdf?1676357303=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DDoutor_Isildo_Vinte_Segundo_DE_ARTIGO_SI.pdf&Expires=1729873127&Signature=eaMaEZQ5VASx-nUYBLMvomadS~K~WtHKGJkIo-R~RmfbZzrFESEz~E71myJf5PXkFNv1uyJ8tdQhmZt0Hpn4VEI-pJMNrEfFVcjggRZf8LP8l41l7eSldGZApmxBULLpHcoBd4RhDG2sJZuJKxUx9BOzQrGiQdREPEz-lgeDBMS0ecvW4LvrzZ~y3mdzSiMkAjzs~5h-1~-mq9Oq37TL3DwK-WenWIKz5LTZwSZS6BI9mK-n~wB3PUeRt0K6FWf1xz-U0UI7ZhFlAHMNxtOL4gHotuc0IZ8G9z4FxxIdI9RQAfRbd2vnC0UjDA6pAaOk7P8RazQ95YUg8nprTnw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso: 29 Ago. 2024.

SILVA, Janice Rodrigues. **Entre discursos e representações**: o livro didático e nacionalismo na Angola independente (1975-1980). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura), Universidade Federal do Pará, Belém do Pará, 2019.

TAVARES, Fernando Jorge Pina. Os Limiões Críticos da Educação na “África Lusófona”. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DE PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2009, São Pulo. **Anais [...]**. São Paulo: UNINOVE; PPGE UNICAMP; PPGE UNESP/Marília, p. 1-16, 2009.

VOA PORTUGUÊS. Professores angolanos ameaçam com greve nacional. Angola, 27 de Out. 2014. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/angola-professores-ameacam-com-greve-nacional/2498009.html>. Acesso: 22 Fev. 2023.

VIEIRA, Anselmo. **Dw África**. Paralisação de professores prejudica 30 mil alunos no sul de Angola. Huíla aos 13 de Outubro de 2013. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/paralisa%C3%A7%C3%A3o-de-professores-prejudica-30-mil-alunos-no-sul-de-angola/a-17134084>. Acesso: 4 Jun. 2023.

VOA PORTUGUÊS. Agricultores angolanos esbarram com dificuldades no escoamento dos seus produtos. Angola, aos 16 de Out. 2020. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/agricultores-angolanos-esbarram-com-dificuldades-de-escoamento-dos-seus-produtos/5623955.html#:~:text=Agricultores%20angolanos%20esbarram%20com%20dificuldades%20no%20escoamento%20dos%20seus%20produtos,-outubro%2016%2C%202020&text=Governo%20diz%20que%20produ%C3%A7%C3%A3o%20nacional,supermercados%20e%20lojas%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso: 16 de out. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como o Sinprof aparece na tua vida?
2. Quais são as razões que fizeram você se filiar ao Sinprof?
3. Porque você adere às greves realizadas pelo Sinprof?
4. Como parte da administração e/ou filiado do Sinprof, qual é a tua visão do futuro em relação à situação da valorização do profissional da educação e todos que atuam na escola tendo em conta as atuais que greves que vêm sendo feitas lideradas pelo sindicato desde 2017?
5. Olhando para a realidade atual do país e das várias greves já realizadas até agora pelo professorado angolano, como visualizam o alcance dos objetivos que motivaram a convocação das primeiras greves para exigir o cumprimento dos pontos do caderno reivindicativo?
6. Tendo em conta que existem muitas coisas por serem melhoradas na educação de base, podes explicar para mim como o sindicato elegeu os dez pontos do caderno reivindicativo e como foi a participação do professorado na elaboração destes pontos?
7. Dos pontos aqui referidos, o governo diz que já conseguiu satisfazer 7 pontos, como é que explicarias para mim qual a importância estratégica dos pontos já satisfeito e que importância tem na vossa agenda de ação os pontos que ainda estão por ser acatado pelo governo?
8. Dos pontos que ainda faltam serem atendidos quais deles é mais prioritário para a agenda da vossa categoria e porquê?
9. Tendo em conta os vários pontos listados no caderno reivindicativo e levando em conta que alguns já foram atendidos devido às várias greves realizadas, podes comentar para mim de forma livre quais são os ganhos reais que os pontos até agora atendidos proporcionaram para os profissionais que atuam na educação de base de forma geral quer seja como professor, diretor ou diretora de escola ou ainda para os agentes da educação de base?

10. Depois de alcançadas as reivindicações atuais que têm sido levadas em curso pelo Sinprof, como vocês enxergam a carreira docente nos próximos 10 anos tendo em conta as conquistas já alcançadas de 2018 em diante?
11. Tendo em conta que os recursos são limitados e as necessidades vão na contramão desta definição, gostaria de saber se o Sinprof se beneficia de algum apoio financeiro, materialmente ou outro tipo de alguma instituição para ajuda aos vossos movimentos de greve e como elas chegaram até vocês ou vocês a elas?
12. Como você avalia o apoio da sociedade civil de modo geral em relação às greves que têm sido realizadas lideradas pelo Sinprof representando o professorado nacional?

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Convite para participação em pesquisa

Prezado (a) senhor(a) Prof(a) _____, você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa sob o tema “GREVES DO PROFESSORADO ANGOLANO 2017-2023: UMA ESCUTA DOS SEUS SUJEITOS”.

A referida pesquisa está sendo desenvolvida pelo pesquisador Alonso Carlos Artur, angolano, estudante do Curso de Mestrado em Educação, na linha de pesquisa em Políticas e Gestão de Processos Educacionais da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Esta pesquisa é orientada pela prof^a Dr^a. Elisabete Zardo Búrigo, a quem você pode contatar a qualquer momento que julgar necessário, por meio do e-mail elisabete.burigo@ufrgs.br.

O objetivo desta pesquisa é: Analisar como as greves do professorado angolano repercutem na valorização do trabalho docente. Para isto, solicitamos a sua especial colaboração na participação desta pesquisa, a qual ocorrerá por meio da entrevista e intermediado pelas ferramentas digitais, tais como: google meet, zoom ou outras. A mesma terá a duração de dois meses sendo que cada um ou uma será entrevista mediante a um cronograma previamente acertado entre as partes (entrevistador e entrevistado(a)).

O uso das informações produzidas durante a sua participação será apenas para contextos acadêmicos (artigos científicos, palestras, seminários etc.). As entrevistas serão transcritas. Caso seja da sua preferência, será preservado o anonimato e as informações serão divulgadas apenas por um código alfanumérico. Todas as informações fornecidas por você serão armazenadas sob responsabilidade do pesquisador principal por pelo menos cinco (5) anos após o término da investigação.

Os riscos decorrentes da participação na pesquisa são mínimos, pelo fato que a gente não revelará por nenhum motivo a identidade dos participantes dentro do texto e não só. Porém, podendo haver constrangimento em responder alguma questão na entrevista o entrevistado poderá escolher não responder. Ao mesmo tempo, você receberá todo o apoio do

pesquisador no sentido de minimizar estes riscos, tais como responder apenas questões em que se sinta confortável de conversar sobre e, caso opte pelo anonimato, na divulgação dos resultados serão descartadas todas as informações que possam levar à identificação do entrevistado.

Já com relação aos benefícios da pesquisa, você terá a oportunidade de contribuir com um registro sobre “GREVES DO PROFESSORADO ANGOLANO 2017-2023: UMA ESCUTA DOS SEUS SUJEITOS”. Trazendo para pesquisa elementos do contexto social dos sujeitos que fazem parte dessas greves, contribuindo assim para a sustentação de uma pesquisa que poderá servir de acervo para futuros pesquisadores(as) e não só.

A sua participação não envolve nenhum tipo de incentivo financeiro, sendo a única finalidade desta participação a contribuição para o sucesso da pesquisa. Sua participação é muito importante e é voluntária. Você poderá recusar-se a participar da pesquisa a qualquer momento, não havendo prejuízo de nenhuma forma para você se essa for a sua decisão. A sua colaboração se iniciará apenas a partir da entrega desse documento por você assinado.

Caso necessite de qualquer esclarecimento, peço que entre em contato comigo, a qualquer momento, a partir do seguinte contato de whatsapp +55 11 98466-6579 ou pelo e-mail: AlonsoCarlosArtur@outlook.com. Precisando de um esclarecimento terei muito prazer em prestar quaisquer informações adicionais que você considerar necessárias.

Se você tiver dúvidas com relação ao estudo, você deve contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por intermédio do telefone (51) 3308.3787 – E-mail: etica@propesq.ufrgs.br. Localizado na Avenida Paulo Gama, número 110, Sala 311, Prédio Anexo I da Reitoria - Campus Centro Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060. Horário de atendimento: manhã das 8h às 12h – tarde das 13h30min. às 17h30min.

Obrigada pela sua colaboração. Eu, _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa intitulada “GREVES DO PROFESSORADO ANGOLANO 2017-2023: UMA ESCUTA DOS SEUS SUJEITOS”, desenvolvida pelo pesquisador Alonso Carlos Artur.

Porto Alegre/Rio Grande do Sul/Brasil, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) Professor(a): _____

Assinatura do Pesquisador Assistente: _____

Assinatura da Pesquisadora Orientadora: _____